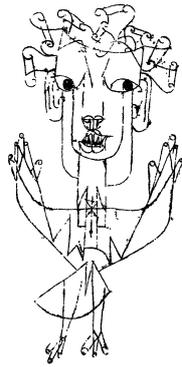


R E V I S T A  
A N G E L U S  
N O V U S

11





“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.”

Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*

#### **Conselho editorial**

André Sekkel Cerqueira (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); Breno Ferraz Leal Ferreira (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Bruna Braga Fontes (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Bruna Oliveira Santiago (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Dirceu Franco Ferreira (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Fabrício Leal de Souza (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Gustavo Velloso (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); Jaqueline Andrade (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); José Pacheco dos Santos Júnior (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Luciano Thomé (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Luma Ribeiro Prado (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Mariana de Moraes Silveira (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Marina Maria de Lira Rocha (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP); Pâmela de Almeida Resende (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP); Victor Pastore (Mestrando em História Social, FFLCH-USP).

#### **Conselho científico**

Adriana Zierer (UEMA); Adriano Correia Silva (UFG); André de Melo Araújo (UnB); Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (USP); Carlos Almeida Bacellar (USP); Carlos Augusto Ribeiro Machado (University of St. Andrews); Claudia Wasserman (UFRGS); Francisco Pereira Costa (UFAC); James Green (Brown University); Jean Rodrigues Sales (UFRRJ); João Paulo Garrido Pimenta (USP); John D. French (Duke University); José Luís Cardoso (Universidade de Lisboa); Laura de Mello e Souza (USP e Université Paris-Sorbonne); Luiz Otávio de Magalhães (UESB); Maria de Fátima Costa (UFMT); Pedro Meira Monteiro (Princeton University); Rafael Chambouleyron (UFPA); René Ernaini Gertz (PUC-RS e UFRGS); Robério Santos Souza (UNEB); Samantha Viz Quadrat (UFF); Sebastião Vargas (UFRN); Susana Sosenski (Universidad Nacional Autónoma de México); Thiago Lima Nicodemo (UERJ).

#### **Pareceristas que colaboraram com esta edição**

André Souza Brito (Doutor pela UFF); Angelo Priori (UEM); Ariane Roder Figueira (UFRJ); Carla Simone Rodeghero (UFRGS); Carlos Eduardo Pinto de Pinto (UERJ); Daniel Aarão Reis (UFF); Elizete Silva (UEFS); Janáina Martins Cordeiro (UFF); Jean Rodrigues Sales (UFRRJ); Renata Meirelles (Dra. pela USP); Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos (Pós-doutoranda pela UFPA); Valter Fernandes da Cunha Filho (UNIBRASIL); Zózimo Trabuco (UEFS).

# REVISTA ANGELUS NOVUS

PUBLICAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS EM  
HISTÓRIA ECONÔMICA E HISTÓRIA SOCIAL  
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1964, 50 anos depois  
: perspectivas para uma história recente  
Ano VII - Número 11 - 2016 - ISSN 2179-5487

## REVISTA ANGELUS NOVUS

Disponível eletronicamente em: [revistas.usp.br/ran](http://revistas.usp.br/ran)

### Ficha catalográfica

---

Revista Angelus Novus / Publicação dos Pós-graduandos em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP – Ano VII, n. II, 2016.

ISSN 2179-5487

1. História
  2. Historiografia
  3. Ciências Sociais
- 

### Indexada na base de dados em

Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX

### Imagem da capa

Detalhe da obra *O herói*, de Anna Maria Maiolino, 1966. ©Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

### Imagem da folha de rosto

Detalhe de *Angelus Novus*, de Paul Klee, 1920. ©Museu de Israel (CC BY-SA 3.0)

**Editor-chefe** Bruna Oliveira Santiago

**Secretário** Dirceu Franco Ferreira

**Divulgadores** Pâmela de Almeida Resende

**Editor de arte** Luciano Thomé

### Endereço

Av. Professor Lineu Prestes, 338  
Cidade Universitária  
São Paulo – SP – CEP 05508-900  
Caixa Postal 8105

### Endereço eletrônico

[angelusnovus@usp.br](mailto:angelusnovus@usp.br)

O conteúdo dessa revista é licenciado em Creative Commons (CC BY 3.0)

## SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DOSSIÊ	
: 1964, 50 anos depois	
: perspectivas para uma história recente	
APRESENTAÇÃO	
Pâmela de Almeida Resende	9
ARTIGOS	
Umbanda e Ditadura Civil-Militar	
: relações, legitimação e reconhecimento	
Fabiola Amaral Tomé de Souza	13
A capa dourada dos anos de chumbo	
: apontamentos sobre as relações entre o setor publicitário e a ditadura militar brasileira	
Raquel Elisa Cartoce	33
Da boa vizinhança ao diálogo fraternal	
: discurso e ação norte-americana na contenção ao comunismo e seus reflexos no Brasil	
André Luiz Godoy Ponce	55
A perspectiva do Jornal do Brasil sobre processo de configuração da Constituição de 1967	
Dayane Cristina Guarnieri	73
Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar	
: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais	
Renato Cancian	97
O exílio das esquerdas pré-1964	
: a anistia e os “indesejáveis”	
Denise Felipe Ribeiro	119
ARTIGOS LIVRES	
A Doutrina Moynihan:	
: o debate sobre a raça e o negro nas conferências de 1965 da	
Fundação Ford e da Academia Americana de Artes e Ciências	
Wanderson Chaves	131

A repercussão do maio de 68 no pensamento de Michel Foucault Erick Quintas Corrêa	163
RESENHA	
Luta armada em foco Rafael Viana da Silva	181

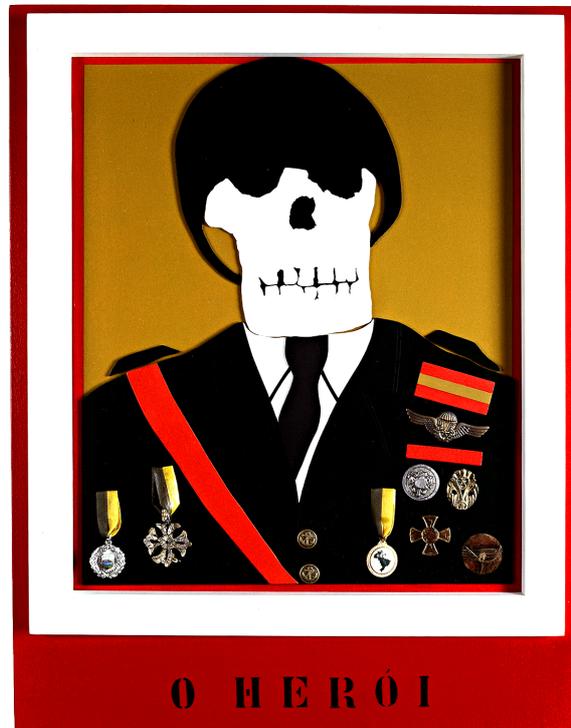
## EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos mais um número da Revista Angelus Novus. O dossiê “1964, 50 anos depois: perspectivas para uma história recente”, organizado por Pâmela Resende, editora da RAN e doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, traz à tona uma discussão bastante oportuna e indispensável no contexto em que vivemos.

Pouco mais de 50 anos se passaram desde o golpe militar de 1964, contudo ainda temos muito o que avançar nas pesquisas históricas relativas ao período em questão. A partir de fontes e enfoques distintos, os autores dos artigos aqui reunidos procuram problematizar a ditadura militar e seus desdobramentos, a fim de colaborar para que tenhamos uma melhor compreensão de nossa História. Desejamos a todos uma excelente leitura!

Os Editores

André Sekkel de Cerqueira  
Bruna Braga Fontes  
Bruna Santiago  
Dirceu Franco Ferreira  
Fabrício Leal de Souza  
Jaqueline Andrade  
Luciano Thomé  
Luma Ribeiro Prado  
Mariana de Moraes Silveira  
Marina Maria de Lira Rocha  
Pâmela de Almeida Resende  
Victor Pastore



**Imagem da capa** *O herói*, assemblagem de Anna Maria Maiolino, 1966. A obra integrou a mostra Nova Objetividade Brasileira (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – MAM/RJ, 1967) e em seu cinquentenário foi doada pela autora para o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP).

## APRESENTAÇÃO

### 1964, 50 anos depois: perspectivas para uma história recente

A partir dos anos 2000, é possível observar um significativo aumento da produção historiográfica brasileira sobre o período ditatorial a partir de diferentes perspectivas, enfoques e olhares. *Volver al pasado* e vasculhar o projeto político do regime significou naquele momento, e ainda hoje, se deparar com os efeitos devastadores da tortura, a organização de um complexo sistema de informações e segurança, os consensos estabelecidos entre o Estado e setores da sociedade civil, o colaboracionismo e as especificidades dos regimes ditatoriais no Cone Sul, a institucionalização de espaços de memória nos espaços públicos, as discussões em torno da reinterpretação da Lei de Anistia e os legados da ditadura na democracia.

Em 2014, os 50 anos do golpe de 1964 foram rememorados com a realização de diversos seminários em universidades do país. Desde então, há um interesse crescente pelo assunto beneficiado, em grande parte, pela disponibilização de fontes e a utilização de diferentes métodos de pesquisa. Nesse sentido, a publicação da primeira parte do dossiê “1964, 50 anos depois: perspectivas para uma história recente” pretende contribuir para esse debate, a partir do resgate das múltiplas memórias desse passado.

No artigo “Umbanda e Ditadura Civil-Militar: relações, legitimação e reconhecimento”, Fabíola Amaral Tomé de Souza traz à tona a reflexão sobre os consensos e consentimentos estabelecidos durante o regime, a partir da atuação e fortalecimento das religiões de matriz africana, com destaque para a Umbanda. Para a autora, não é possível desconsiderar os laços estabelecidos entre os militares e esse segmento religioso que foi amplamente beneficiado com políticas de incentivo no âmbito federal e estadual, sobretudo entre os anos 1964-1979. Ainda na temática religiosa, no artigo intitulado “Relações igreja-Estado no Brasil no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos e enfoques analíticos”, o autor Renato Cancian parte da publicação do relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, para analisar algumas discussões presentes nos estudos

que se debruçam sobre o papel da Igreja Católica e a importância de conhecer sua estrutura organizacional para compreender seu papel durante o regime.

Raquel Elisa Cartoche no artigo “A capa dourada dos anos de chumbo – apontamentos sobre as relações entre o setor publicitário e a ditadura militar brasileira” apresenta o peso do papel da publicidade e, sobretudo, dos seus produtores de conteúdo – os publicitários -, visando uma compreensão mais ampla das imbrincadas relações, trocas e conflitos entre o Estado e a sociedade civil. Em “A perspectiva do Jornal do Brasil sobre Processo de Configuração da Constituição de 1967”, a autora Dayana Cristina Guarnieri aborda o debate político presente nos editoriais do JB, entre os anos 1966-1967, em torno do processo Constituinte e da realização e implantação da Constituição de 1967.

O artigo seguinte, de autoria de Denise Felipe Ribeiro, intitulado “O exílio das esquerdas pré-1964, Anistia e os ‘indesejáveis’” traz à tona a discussão sobre o exílio a partir da análise de um grupo específico – os chamados indesejáveis - , no momento da abertura política e do processo de redemocratização. Encerrando o dossiê, André Luiz Godoy Ponce em “Da boa vizinhança ao diálogo fraternal: discurso e ação norte-americana na contenção ao comunismo e seus reflexos no Brasil” recupera, a partir da análise da documentação nacional e estrangeira, as ações e estratégias formuladas nos Estados Unidos, com foco no Brasil, visando a efetivação da política de combate ao comunismo.

Os artigos, ora apresentados, contemplam uma pequena parte das múltiplas possibilidades de análise do nosso passado recente. No entanto, acredito que o maior mérito do presente dossiê é justamente a presença de diferentes olhares e abordagens, fruto de intensas pesquisas desenvolvidas no interior dos Programas de Pós-Graduação Brasil afora. A oportuna publicação da RAN II representa, sem dúvidas, mais uma contribuição aos estudos sobre o período ditatorial e seus efeitos ainda hoje na sociedade brasileira. Boa leitura!

Pâmela de Almeida Resende  
Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo  
Organizadora do dossiê

## **Umbanda e Ditadura Civil-Militar relações, legitimação e reconhecimento**

**Fabíola Amaral Tomé de Souza**

Doutoranda em História pela UFRRJ e tutora presencial do  
Curso Licenciatura em História do Consórcio CEDERJ/CECIEJ-UNIRIO.

### **Resumo**

O presente artigo analisa a religiosidade afro-brasileira, em especial a Umbanda, no período ditatorial civil-militar brasileiro entre 1964 a 1979 na cidade de Barra Mansa, interior do Rio de Janeiro. Enfatizando, também, as relações de poder entre este segmento religioso e a ditadura civil-militar no Brasil, assim como as políticas de incentivo, legitimação e reconhecimento da Umbanda pelo poder político nas esferas estadual e federal do período citado. Utilizando categorias como consenso e consentimento, procurando transpor o entendimento, por vezes simplificador que coloca de um lado um Estado opressor e de outro uma sociedade vitimizada.

**Palavras-chave** umbanda, Ditadura Civil-militar, legitimação, consenso e consentimento.

### **Abstract**

This article analyzes the african-brazilian religion, especially Umbanda, the brazilian civil-military dictatorship period from 1964 to 1979 in the Vale do Paraíba Fluminense. Also emphasizing the power relations between this religious segment and the civil-military dictatorship in Brazil, as well as incentive policies, legitimation and recognition of Umbanda by political power in the state and federal scope of that period. Using categories such as consensus and consent, looking for transpose the understanding, sometimes simplifier, that put in different sides oppressive state and the victimized society.

**Keywords** umbanda, Civil-militar dictatorship, legitimation, consensus and consent.

Esse artigo visa analisar a religiosidade afro-brasileira, em especial a Umbanda, no período ditatorial civil-militar brasileiro entre 1964 a 1979 no Vale do Paraíba Fluminense. Enfatizando as relações de poder entre este segmento religioso e a ditadura civil-militar no Brasil, assim como as políticas de incentivo, legitimação e reconhecimento da Umbanda pelo poder político nas esferas estadual e federal do período citado, procurando transpor o entendimento, por vezes simplificador que coloca de um lado um Estado opressor e de outro uma sociedade vitimizada.

A pesquisa focalizou o interior do estado do Rio de Janeiro, mais precisamente a cidade de Barra Mansa por ser uma cidade estratégica para o regime civil-militar. Barra Mansa era sede do 1º BIB – Batalhão de Infantaria Blindada e vizinha das cidades de Volta Redonda que foi área de segurança nacional por ser sede da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e Resende sede da maior academia militar da América Latina (Aman). Atentando ainda para o fato de que o município se localiza entre dois dos estados mais importantes do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Essas variáveis fizeram a cidade de Barra Mansa relevante para o regime.

O estudo referido à ditadura civil-militar no Brasil já nasce dispondo de uma ampla gama de argumentos que atestam sua relevância. Até pouco tempo, a maior parte dos estudos sobre o período tratavam de temas relacionados à resistência, à luta contra o regime, às perseguições políticas. Contudo fazia-se necessário refletir igualmente sobre as veredas através das quais a luta *contra* o regime assumida por segmentos muito particulares da sociedade tenha adquirido no plano da memória, proporções nacionais.

Uma memória construída em cima da resistência ao regime autoritário por parte de toda a população brasileira. Nesse sentido a sociedade aparece como ator central pela anistia e redemocratização, redefinindo as relações estabelecidas entre sociedade e ditadura, silenciando sobre o fato desta não ter se estabelecido unicamente por meio de instrumentos repressivos, mas que, ao contrário, foi produto da sociedade e em certa medida, uma demanda desta<sup>1</sup>.

Como se trata de um trabalho que examina os comportamentos sociais sobre a ditadura, as religiões afro-brasileiras são elementos importantes para observarmos a diversidade desses comportamentos e o consenso e consentimento de parcelas específicas da população em relação ao regime.

O binarismo simplificador de um regime autoritário e uma sociedade vitimizada<sup>2</sup>,

1 ROLLEMBERG, Denise. Prefácio. In: CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 14-5

2 CORDEIRO, Janaína M. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de Doutorado em História. Orientador: Daniel Aarão Reis Filho. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1377.pdf> Acessado em: 19 de fevereiro de 2015.

criado a partir da redemocratização, não nos basta para a compreensão da permanência da ditadura civil-militar.

Assim, é preciso sublinhar que a utilização das categorias “consenso” e “consentimento” remetem por sua vez à complexidade dos comportamentos sociais que concorrem para garantir a estabilidade do regime. Particularmente à complexidade do social diante de regimes autoritários ou ditatoriais. Há uma característica “polissêmica” do conceito. Para Daniel Aarão Reis, o termo consenso é utilizado para compreender

as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência<sup>3</sup>

Já para Norberto Bobbio consenso seria a existência de um acordo entre os membros de uma determinada sociedade em relação a valores, normas, regras, convicções. Assim como os objetivos a serem alcançados e os meios utilizados para a obtenção positivas de resultados diante do objetivo proposto<sup>4</sup>.

A percepção de que o consenso é uma combinação ajustada entre duas partes baseada em convicções ideológicas e políticas, valores, regras e normas – nesse caso entre parcelas da sociedade e regime autoritário, é de extrema importância para esse trabalho, na medida em que nos permite compreender a ditadura também a partir das relações estabelecidas com a sociedade dividindo e representando, muitas das vezes, certos valores e tradições importantes a uma parcela significativa da sociedade brasileira.

Não obstante, devemos compreender a complexidade do conceito, bem como a pluralidade das relações sociais pautadas na reação coletiva em uma determinada sociedade, já que os acordos não são firmados por todos, ou seja, consenso total é improvável.

Consenso não seria conformidade geral de opiniões e não será analisado como tal neste artigo. Trata-se, de outro modo, de analisar as formas, variadas, a partir das quais as sociedades se expressam com relação a determinados acontecimentos ou regimes, bem como

3 AARÃO REIS, Daniel. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no séc. XX*. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p. 387, nota 20.

4 SANI, Giacomo. “Consenso” In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: EdUnB, 4ª Ed., v. 1, 1992, p. 240.

de compreender as referências simbólicas utilizadas em determinadas situações e com o qual parcelas da sociedade puderam se identificar em certos momentos<sup>5</sup>.

É importante compreender que o regime ditatorial se manteve por longos anos no poder não somente por estratégias repressoras, coercitivas e de censura, mas também através do apoio de parte da sociedade civil, representadas por diversas instituições. Igualmente devemos nos atentar para a heterogeneidade da sociedade e de comportamentos sociais compreendendo a dinâmica social que viabilizaram no Brasil o pacto social em torno do regime autoritário pós-1964. Pacto esse que não ocorre somente pela aceitação, mas também pela omissão e sensação de impotência.

Partindo da discussão proposta por A. Coutrot, torna-se importante verificar de que modo essa relação de interdependência sempre esteve presente, em todos os períodos da história política do Brasil. Mais especificamente, dentro dos limites propostos por esse trabalho, foi-nos possível observar que durante o período ditatorial civil-militar brasileiro essa máxima se manteve. A umbanda, assim como as religiões majoritárias cristãs, mantiveram relações com a política, ampliaram seu campo de intervenção e diversificaram suas formas de ação.

A umbanda é uma religião que apresenta uma prática litúrgica em proximidade ritual ao candomblé – no que diz respeito aos ritos angola em que os inquices<sup>6</sup> bantos foram substituídos pelos orixás — os deuses nagôs —; ao catolicismo português e ao kardecismo/espiritismo, incorporando em sua doutrina virtudes teológicas, a caridade e modelos de organização burocrática e federativa.

A umbanda retrabalha os elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um movimento negro que se dilui e se mistura no restabelecimento de classes na capital federal e nas cidades do interior, que são brancas<sup>7</sup>, mesmo quando proletária.

Uma Umbanda foi construída pela classe média no início do século XX, refletindo as perspectivas de classe e raciais, desconstruindo a memória coletiva africana na tentativa de embranquecer a mesma, mesmo por que haveria um potencial maior em alcançar a legitimidade do que se mantendo fiel aos seus progenitores africanizados, mais estigmatizados socialmente. Promovendo o crescimento desse segmento religioso no Brasil.

5 CORDEIRO, Janaína M. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de Doutorado em História. Orientador: Daniel Aarão Reis Filho. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1377.pdf> Acessado em: 19 de fevereiro de 2015.

6 PÓVOAS, Ruy do Carmo. *A Linguagem do Candomblé: níveis sociolinguísticos de integração afro-portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p.172

7 ORTIZ, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro: Umbanda e Sociedade Brasileira*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1999, p. 32

O período de 1964 a 1979 foi de abertura para as religiões de matrizes africanas. Verifica-se um crescimento expressivo da umbanda no país. Dados do IBGE apresentam uma taxa de crescimento de 324% entre 1964 e 1969 da umbanda no Brasil<sup>8</sup>. A região Sul Fluminense, em particular a cidade de Barra Mansa, segue essa tendência nacional.

Novas casas foram abertas, formaram-se novas federações, a umbanda começou a aparecer nos meios de comunicação, em programas de rádio como o “Melodias de Terreiro” comandado por Átila Nunes, em colunas semanais de jornais nacionais e locais, como os jornais A Voz da Cidade, O Sul Fluminense e Jornal Integração<sup>9</sup>, no Vale do Paraíba fluminense, que noticiavam diversas atividades dos centros de cultos afro-brasileiros, como: “Realizou-se ‘Toque Festivo na Nação Angola’, sábado, a partir das 22h, no Omariô de Jurema, situado na rua 10 nº 222, km 2, Santa Clara em Barra Mansa<sup>10</sup>.” Ou ainda:

Muito bem dirigido o Centro Espírita Ogum Matinada, que tem São Jorge como orientador espiritual, sediado no bairro Boa Sorte. Criado pela extraordinária criatura que é D. Sebastiana Piciliana da Silva (que é presidente de Honra) o centro experimenta nova direção que tem um programa comunitário em execução. Parabéns.<sup>11</sup>

A Tenda Espírita Pai Cambinda, fundada por um grupo de doze pessoas, entre elas médiuns<sup>12</sup>, como Ruy Andrade, em 08 de junho de 1956 em uma reunião de fundação<sup>13</sup> na sede do Centro Espírita “Atanásio”, localizado na Avenida três de Outubro, número 302 no centro de Barra Manda – RJ que se tornaria temporariamente sede da Tenda Espírita Pai Cambinda. Esse grupo, embora participasse de outro terreiro, era unido por seguir a entidade “Pai Cambinda” que ali dava suas consultas e atraía uma enorme parcela da população barramansense e sul fluminense<sup>14</sup>.

8 Apud ORTIZ, Op. Cit., p. 55

9 Estes são os principais jornais da cidade de Barra Mansa nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Com alcance em todo Médio Paraíba Fluminense.

10 Jornal Integração – Ano 2 – 18 e 19 de maio de 1980. P. 4. Arquivo particular do Centro Espírita Omariô de Jurema.

11 Jornal Integração – Ano 1 – 28 de dezembro de 1979. In: *Coluna Em Poucas Linhas*, p. 5. Arquivo da Academia Barramansense de História.

12 MAGGIE, Yvonne. *Guerra de Orixá: Um Estudo de Ritual e Conflito*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 23 Yvonne Maggie conceitua que “médium era aquele que trabalhava no santo e trabalhar no santo era um ofício.

13 Conforme escrito no Livro Ata, da então fundada Tenda Espírita Pai Cambinda, aberto no dia 8 de junho de 1956, o qual destina-se ao registro das atas das diversas reuniões de Diretoria e Assembleias, contendo cinquenta folhas devidamente rubricadas pelo Presidente Vicente de Paula Almeida. Folhas 2(dois) e 3 (três). Acervo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

14 Entrevista com Darci Oliveira, realizada em 25 de junho de 2013. A mesma frequenta A Tenda Espírita Pai Cambinda a aproximadamente cinquenta anos.

Ruy Andrade, homem branco de família tradicional da cidade de Barra Mansa, pertencente da elite local, diretor espiritual desta casa religiosa, foi alfaiate, posteriormente migrou para o ramo da construção civil, abrindo uma loja de material de construção e prestação de serviços de construção civil<sup>15</sup>. Foi, também, vereador do município de Barra Mansa de 1959<sup>16</sup> a 1971, e de 1983 a 1989, sendo por quatro vezes o presidente da câmara. Esse fato nos remonta aos estudos de Conniff que cita que “a elite política coincidia bastante com a as elites sociais, econômicas e intelectuais<sup>17</sup>.” Acrescento a esta citação também as elites religiosas, já que Ruy Andrade além de membro da elite social e econômica da cidade de Barra Mansa, logo se tornara membro de uma elite religiosa local.

De acordo com as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo percebeu-se que Ruy Andrade era respeitado por muitas pessoas, dentre eles frequentadores ou não da umbanda<sup>18</sup>. Conniff utiliza o termo seleção para se referir à escolha de líderes políticos no Brasil, já que a democracia no Brasil sofreu alguns assaltos.

Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas.<sup>19</sup>

Ruy Andrade elegeu-se vereador pela primeira vez no mesmo ano e pelo mesmo partido – o PSP, Partido Social Progressista<sup>20</sup> – em que Átila Nunes, considerado o primeiro candidato umbandista, eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro, em 1958<sup>21</sup>. O PSP foi criado por Adhemar de Barros, um partido forte na região paulista, suplantando os três

15 Entrevista com Darci Oliveira, realizada em 25 de junho de 2013. A mesma frequenta A Tenda Espírita Pai Cambinda a aproximadamente cinquenta anos.

16 Devemos nos atentar para o fato de Ruy Andrade se tornar vereador três anos após o início de seus trabalhos como Chefe Espiritual e da fundação da Tenda Espírita Pai Cambinda.

17 CONNIFF, Michael L. A Elite Nacional. In: *Por outra História das Elites*. Org. Flávio M. Heinz. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006., p. 100.

18 Análise feita a partir das respostas das entrevistas realizadas com Darci Oliveira, Jonas de Carvalho e Maria do Carmo Amaral Tomé.

19 CONNIFF. Op. cit., p. 100

20 Partido criado em junho de 1946 a partir da fusão dos partidos PRP – Partido Republicano Paulista com dois outros pequenos partidos de origem paulista que, igualmente, haviam obtido resultados inexpressivos nas eleições de dezembro: o Partido Popular Sindicalista, de Miguel Reale e Marrey Jr., entre outros, e o Partido Agrário Nacional, chefiado por Mário Rolim Teles. SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982, p. 51.

21 Dado coletado no site da família Átila Nunes. <http://portalatilanunes.com.br/biografia/> acessado no dia 07 de dezembro de 2013.

grandes partidos nacionais, sendo eles o PSD- Partido Social Democrático a UDN – União Democrática Nacional e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, do período 1945-65<sup>22</sup>.

A UDN e o PSD com líderes basicamente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro organizavam-se em torno das distinções definidas pelo sistema de interventorias: “o PSD a partir do controle das máquinas estaduais pelas oligarquias ligadas a Vargas, enquanto a UDN com base nas facções oligárquicas desalojadas do poder pela política getulista<sup>23</sup>.”

Em compensação, o PTB constituiu-se como uma antrecambamento para a entrada da classe média e alta emergente no cenário político-eleitoral, mas “de forma semelhante ao PSD, estruturou-se com base no controle de recursos burocráticos – no caso, o Ministério do Trabalho<sup>24</sup>.” Nesse contexto político-partidário surgiu o PSP em São Paulo como um grupo político independente, que não se opunham a Vargas e nem controlavam os recursos burocráticos nos quais se baseavam o PSD e o PTB.

Regina Sampaio elencou em seu livro que o PSP se apoiava eleitoralmente nas classes médias rurais e nas camadas mais baixas das classes médias urbanas e que no segundo escalão do partido estavam às lideranças locais que faziam a ligação entre a cúpula e as bases, predominando homens ligados a grupos economicamente dominantes nos municípios e, em geral, eles mesmos proprietários de terras e/ou médios industriais. Sendo o caso de Ruy Andrade.

Pouco após a fundação da Tenda Espírita Pai Cambinda foi comprado, com o dinheiro arrecadado das mensalidades que os sócios contribuintes da Tenda pagavam além de doações realizadas por frequentadores em retribuição às resoluções de seus problemas materiais e espirituais<sup>25</sup>, um terreno localizado próximo ao centro da cidade. Tal aquisição foi proposta em reunião de diretoria ocorrida em oito de julho de 1956, com a finalidade de construção de uma sede própria para a Tenda.

O terreno adquirido para a construção desta sede possuía 720 m<sup>2</sup> e foi pago em suaves prestações, sugestão dada pelo então proprietário, Sr. José Camargo e propositor do negócio<sup>26</sup>. Este bairro era urbanizado, possuindo água encanada, luz elétrica e calçamento nas ruas principais<sup>27</sup>. A quitação do lote ocorreu em 1964, quando a casa finalmente obteve a

22 Dado coletado no site da família Átila Nunes. <http://portalatilanunes.com.br/biografia/> acessado no dia 07 de dezembro de 2013.

23 SAMPAIO, Regina. Adhemar de Barros e o PSP. São Paulo, Global, 1982, p. 109.

24 Idem.

25 Conforme entrevista com a Sra. Darci de Oliveira, realizada no dia 25 de junho de 2013.

26 Conforme escrito no Livro Ata, da então fundada Tenda Espírita Pai Cambinda, aberto no dia 8 de junho de 1956 Folhas 8 e 9. Acervo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

27 Dados coletados na Secretaria de Planejamento Urbano do município de Barra Mansa - RJ em 15 de maio de 2013.

escritura do terreno, sob o número 5.364, lavrada no Cartório do 3º Distrito de Rialto em oito de julho de 1964, no livro 3-E folhas 205(1)<sup>28</sup>.

Após um longo período de construção onde foram necessários contratações de empréstimos com o Banco Predial do Rio de Janeiro e a arrecadação de recursos através de rifas e bingos – inclusive de um carro, modelo Oldsmobile da General Motors ano 1960 (que nos dias atuais possuiria um valor aproximado de R\$ 110.000,00) doado pelo Sr. Milton Carneiro, frequentador da casa. A sede própria foi inaugurada em 07 de maio de 1961 às dezessete horas e vinte minutos.

Essa casa espiritual possuía uma compleição burocrática, com similitude as pequenas e médias empresas. Contava com Estatuto registrado em cartório e regimento interno objetivando regulamentar e ordenar o seu funcionamento, abrangendo os vários aspectos de suas atividades internas. “O modelo administrativo do *Pai Cambinda* era copiado pela maioria das casas de santo de Barra Mansa. Acredito que Barra Mansa inteira tenha uma cópia do Estatuto e do Regimento Interno do *Pai Cambinda*”<sup>29</sup>.

A diretoria da Tenda Espírita Pai Cambinda se reunia mensalmente e era composta por Presidente, Vice-presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Secretário Geral, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Administrador, 2º Administrador, Diretor Espiritual e Conselho Deliberativo, com três integrantes.

No ano de 1964 foram incluídos mais alguns cargos a essa diretoria, são eles: Diretores de patrimônio e construção, Departamento Médico-odontológico e Departamento Cultural e de Propaganda<sup>30</sup>. Este último, em particular, evidencia a preocupação de seus componentes com a divulgação de seus trabalhos e com a construção de uma memória.

Nesse mesmo ano fora fundada, em sua sede, uma escola primária, a princípio filantrópica, chamada Escola Professor Moacyr Chiesse, que atendia cerca de 640 crianças de 6 a 10 anos e a cerca de 200 adultos no ensino supletivo<sup>31</sup>. A escola contava com oito salas de aula, secretaria escolar, cozinha, sala da diretoria, banheiros – feminino e masculino – e refeitório. Toda a infraestrutura da escola era mantida pela Tenda Espírita Pai Cambinda, que

28 Conforme Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

29 Entrevista realizada com Mametu dia Nkisi Siá Vanju do Centro Espírita Omariô de Jurema, no dia 17 de outubro de 2012. Quando arguida sobre o Estatuto de sua casa ser semelhante ao da Tenda Espírita Pai Cambinda. Nessa passagem evidencia-se a questão da Tenda ser um modelo, pelo menos nas questões burocráticas e de assistência social, para as outras casas religiosas afro-brasileiras de Barra Mansa –RJ.

30 Conforme escrito no Livro Ata, da então fundada Tenda Espírita Pai Cambinda, aberto no dia 8 de junho de 1956, o qual destina-se ao registro das atas das diversas reuniões de Diretoria e Assembleias, contendo cinquenta folhas devidamente rubricadas pelo Presidente Vicente de Paula Almeida. Folhas 16 (dezesseis). Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

31 Dados extraídos do relatório e balancete anual de 1965, avaliado pelo Juiz de Direito da comarca de Barra Mansa M. Juiz Antonio Ciani. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

arcava com as despesas de uniforme escolar, merenda e material escolar das crianças de baixa renda até o ano de 1986, quando a escola foi incorporada à Secretaria Municipal de Educação, em regime de comodato<sup>32</sup>, e que passou a chamar-se Escola Municipal Professor Moacyr Chiesse.

A referida escola possuía um quadro de funcionários com seis coordenadoras e dezesseis professoras – cedidas pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa para ministrar aulas nesta instituição filantrópica<sup>33</sup>. Tais ações aumentaram, ainda mais, o prestígio da Tenda Espírita Pai Cambinda e conseqüentemente da própria religião na cidade de Barra Mansa – RJ. A religião estava em pleno desenvolvimento e só o Rio de Janeiro, no ano de 1965, contava com 64.599 adeptos da Umbanda, englobando municípios e capital do Estado. E no Brasil havia um montante de 185.422 adeptos desta religião<sup>34</sup>.

Não se pode ignorar, evidentemente, que Ruy Andrade e o corpo técnico da Tenda Espírita Pai Cambinda possuía relações com outros políticos tradicionais locais, o que pode aparentemente explicar tamanho espaço de atuação<sup>35</sup>. Entretanto, é preciso uma análise cuidadosa sobre isto: afinal, naquele momento, cada grupo da sociedade civil brasileira elaborava estratégias próprias adequadas para enfrentar este período atribulado. Percebe-se, então, que as ações da tenda promoveu o espaço de afirmação cultural e étnica, "aproveitando-se" de suas sólidas bases de apoio, aumentando a possibilidade de atuação dos adeptos das religiões afro-brasileiras.

Havia também uma preocupação com a geração de emprego e renda, sendo instalados cursos de corte e costura e culinária, destinada a família dos discentes da Escola Prof.º Moacyr Chiesse e também, com a saúde da comunidade local, com os alunos da escola e dos frequentadores dessa casa espiritual. Sendo assim em 1968 foi inaugurado um consultório médico e um consultório dentário na sede da Tenda Espírita Pai Cambinda, que atendia centenas de pessoas semanalmente. O consultório contava com uma equipe de três médicos, uma psicóloga e quatro odontólogos, além de diversos estagiários dos cursos de odontologia e medicina da Faculdade Osvaldo Aranha – FOA, localizada no município de Volta Redonda - RJ e da Faculdade André Arcoverde, localizada em Valença – RJ. Toda essa ação comunitária e

32 Conforme documento de Comodato entre a Tenda Espírita Pai Cambinda e a Prefeitura Municipal de Barra Mansa. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

33 Dados extraídos do relatório e balancete anual de 1974, avalizado pelo Promotor de Justiça da comarca de Barra Mansa Dr. Francisco Chagas Bruno. Arquivo Particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

34 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. 1967. P. 486. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1966.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1966.pdf). Acessado dia 28 de julho de 2013.

35 Informação colhida em uma conversa informal antecedendo a entrevista com o Sr. Jonas Carvalho, advogado e corretor de imóveis, frequentador da Tenda Espírita Pai Cambinda a aproximadamente quarenta anos. Entrevista realizada no dia vinte e cinco de outubro de 2012.

de assistência social era amplamente noticiada nos meios de comunicação impressos e radiofônicos da região.

A Tenda Espírita Pai Cambinda possuía em 1965 aproximadamente quatrocentos frequentadores, sendo eles adeptos e ou associados contribuintes<sup>36</sup>. Devido aos trabalhos de cunho social realizados em 1966, a Tenda Espírita Pai Cambinda foi reconhecida como entidade social de Utilidade Pública pela deliberação Municipal número 390, de vinte e dois de outubro do mesmo ano<sup>37</sup>. Foi também registrada no Conselho Nacional de Serviço Social – MEC – sob o número 25.022 em dezoito de agosto de 1966<sup>38</sup> e na Coordenadoria Estadual de Bem Estar Social sob o número 485 de quinze de agosto de 1980<sup>39</sup>.

De acordo com o registro em ata de dezessete de fevereiro de 1965, o Presidente da Tenda informou a diretoria o recebimento de uma doação por parte da Prefeitura Municipal de Barra Mansa no valor de trezentos mil cruzeiros<sup>40</sup>. Em 1967, a Tenda recebeu da União o valor de dois mil cruzeiros novos<sup>41</sup>. Já em 1976, recebeu a quantia de trinta e três mil cruzeiros novos do governo federal e sete mil cruzeiros novos da Prefeitura Municipal de Barra Mansa. Esses são exemplos que comprovam as ajudas recebidas de órgãos das esferas: municipal, estadual e federal, que mantiveram os trabalhos de caridade desta casa espiritual e todas as atividades relacionadas à parte religiosa da mesma.

A Tenda recebeu diversas subvenções federais, estaduais e municipais de 1966 a 1984. Como a ordem de pagamento nº 51.016 de dezessete de maio de 1982, no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) do deputado Federal José Bruno<sup>42</sup>, ou uma outra subvenção extraordinária no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) do Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação 1965<sup>43</sup>. Em doze de março a instituição

36 Conforme registro de associados em fichas cadastrais. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

37 Diário Oficial do Município de Barra Mansa, de 22 de outubro de 1966. Arquivo da Câmara Municipal de Barra Mansa. Consultado em 12 de junho de 2013.

38 Diário Oficial da União, de dezoito de agosto de 1966. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

39 Idem, 15 de agosto de 1980. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

40 Conforme registro no Livro Ata, aberto em oito de junho de 1956. Folhas. 29 e 30. Arquivo Particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

41 Conforme registro no Livro Ata, aberto em vinte e sete de março de 1967. Folhas. 28 e 29. Arquivo Particular da Tenda Espírita Pai Cambinda; Conforme relatório enviado ao Ministério Público Estadual, referente às atividades filantrópicas e religiosas, assim como balancete anual. Avalizado pelo Promotor de Justiça Dr. Francisco Chagas Bruno em dezembro de 1976. Arquivo Particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

42 Conforme Ordem de Pagamento nº 51.016 juntamente com carta de comunicação do Deputado José Bruno, Brasília – DF, 17 de maio de 1982. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

43 Conforme Carta Comunicado do escritório Auxílios e Subvenções de 1965. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

recebeu do Deputado Ário Theodoro<sup>44</sup> o valor de NCr\$1.000,00 (Hum mil cruzeiros novos), concedida de sua verba pessoal a pedido do vereador de Barra Mansa Josué Dias Bragança<sup>45</sup>.

As subvenções e doações espontâneas de políticos federais, estaduais e municipais estavam relacionadas com as atividades sociais de ambas as casas estudadas. A Tenda Espírita Pai Cambinda mantinha uma escola de ensino primário e profissionalizante, consultório médico e odontológico.

Nesse período diversas casas iniciaram suas atividades, como a Tenda Espírita Pai Benedito de Aruanda fundada em 13 de maio de 1967 e o Centro Espírita Yemanjá e Pai José D'Angola fundado em janeiro de 1968<sup>46</sup>. Em 1964 a umbanda é incluída no Anuário do IBGE, o que denota o seu reconhecimento como oficial. O período regido pelos militares foi o período de visibilidade da cultura negra.

As transformações políticas e econômicas desse período alteraram a relação entre cultura e Estado; a política cultural implantada pelo estado autoritário brasileiro pós-64 causou um impacto efetivo sobre a sociedade e aquilo que essa sociedade buscava enquanto cultura. Como, por exemplo, a influência do mercado cultural sobre o processo de mercantilização da cultura popular que proporcionou uma divisão entre cultura de massa e cultura artística.

Renato Ortiz destaca que os planejamentos das políticas governamentais excedem os campos econômico e administrativo, estendendo-se ao cultural, provavelmente pela compreensão do crescimento do mercado de bens culturais, a partir da década de 1970. As novas tecnologias de comunicação, o crescimento da classe média e o “milagre econômico”, de 1969 a 1973, favoreceram o desenvolvimento de um mercado cultural, com uma surpreendente expansão da produção, distribuição e consumo de bens culturais.

A década de setenta foi marcada pela otimização dos laços políticos da Umbanda com o governo ditatorial, governo estadual e municipal, movimento que se estendeu aos cultos afro-brasileiros em geral. De 1974 a 1976 foi o momento culminante do crescimento da umbanda e candomblé, com seus terreiros compondo 96,8% do total das unidades religiosas.

Diversas casas de Umbanda e Candomblé receberam o reconhecimento de Utilidade Pública, concedido pelo poder Executivo do município de Barra Mansa. Como por exemplo o Centro Espírita Omariô de Jurema foi reconhecido de Utilidade Pública em nove de

44 Deputado Federal Ário Theodoro, do Rio de Janeiro e filiado ao MDB. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/> Acessado em 20 de janeiro de 2014.

45 Conforme Carta Comunicado do Vereador Josué Dias Bragança – Presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa - 1968. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

46 Dados colhidos no site de Mapeamento das Casas Religiosas de Matrizes Africanas do Rio de Janeiro realizado pela PUC-Rio. Disponível em <http://139.82.34.143/terreiros/> acessado em 24 de julho de 2014.

novembro de 1973 conforme deliberação número 1.270<sup>47</sup>. A Tenda Espírita Iemanjá em seis de abril de 1978, o Terreiro Casa de Oxalá em dez de março de 1978, o Centro Espírita Caboclo Sete Flechas: Rei das Matas em onze de outubro de 1976<sup>48</sup>.

O conceito de Integração Nacional, elaborado no contexto da Doutrina de Segurança Nacional<sup>49</sup>, concebeu a cultura numa perspectiva funcional, durkheimiana. Assim, o Estado se empenha no desenvolvimento da cultura de massa com estímulo à participação do capital privado, nos limites do controle estatal. Cabia ao governo dar as diretrizes e prover as facilidades<sup>50</sup>.

Durante todo o regime civil-militar a cultura foi alvo de intensa normatização, com a criação de órgãos governamentais e planos estratégicos para desenvolvimento cultural, nos limites da Doutrina de Segurança Nacional.

Jornais e revistas formaram, em certa medida, a opinião dos cidadãos que compunham as classes mais altas da sociedade, num determinado momento histórico. O cotidiano brasileiro era exposto pela imprensa, que sempre foi preponderante na formulação de opiniões, na tentativa de se mostrar imparcial ao publicar determinadas matérias, a mídia, sempre de forma oculta, se posicionou ideologicamente.

Nesse período a tiragem das publicações umbandistas e candomblecistas aumentaram sem cessar. Estima-se que em 1964 haveria mais de quatrocentos títulos de livros que tratavam da umbanda e também do candomblé. “As casas de edição, como Eco e Espiritualista, no Rio de Janeiro, Esotérica, em São Paulo, especializam-se neste novo tipo de literatura<sup>51</sup>.”

É importante analisar os meios de comunicação no período autoritário não somente pela lógica da repressão e censura, mas a utilização deles no projeto de construção de uma identidade nacional. Ressaltando o fato de que se, para alguns, a década de 1970 foram efetivamente *anos de chumbo*, para muitos eles foram também

47 Deliberação Municipal número 1.270 de nove de novembro de 1973. Arquivo particular do Centro Espírita Omariô de Jurema.

48 Atas do Livro de Leis nº 5. Arquivo da Câmara Municipal de Barra Mansa – RJ.

49 Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, ver: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-42 e COMBLIN, Joseph. A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

50 ORTIZ. Op. Cit., p. 14

51 ORTIZ. Op. Cit., p. 142.

anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras geográficas e econômicas (...). Naquelas areias movediças havia os que afundavam, mas também os que emergiam, surgidos de todos os lados, desenraizados, em busca de referências, querendo aderir.<sup>52</sup>

Reiterando que a maior parte da chamada *classe média* brasileira apoiava as ações políticas, econômicas e sociais dos novos dirigentes após o golpe de 1964. Nas redações dos jornais e revistas brasileiras, a opinião do editor, muitas das vezes observadas de perto pelo regime, modelava os textos de muitos jornalistas e colunistas.

Demonstrando um clima de veemente conflito ideológico, a neutralidade não poderia ser exigida, já que a imprensa estava condicionada pelas exigências dos anunciantes; pela concepção de mundo do leitor, constantemente da elite estabelecida.

Foi também no período ditatorial que se observou que a valorização étnica e o pluralismo cultural passaram a constituir a orientação da indústria cultural. Nesse contexto, o elemento da mestiçagem é retomado como essência de uma cultura nacional, a unidade na diversidade.

É nesse contexto que as leituras sobre o candomblé podem ser percebidas. De um lado, revelam-se paradoxos conceituais sobre tradição/ modernidade/ primitivo/ religião/ seita; por outro, um enaltecimento de que ele se constituía como o signo, por excelência, de uma baianidade, e, portanto, passível de ser elevado à condição de exemplo do patrimônio nacional<sup>53</sup>

Nesse período a umbanda, o candomblé e o espiritismo estavam com certa frequência presente nos meios de comunicação, especialmente sobre as revistas semanais, jornais, rádios e na mídia televisiva, como citado anteriormente. A revista “O Cruzeiro” trouxe em 1967 uma extensa reportagem sobre Joãozinho da Goméia, tateto<sup>54</sup> dia Nkisi, de Candomblé Nação Angola, com casa aberta no município de Duque de Caxias. “Joãozinho da Goméia e os segredos do candomblé” – é a chamada da reportagem de capa da revista de vinte e três de setembro de 1967, com 10 páginas em impressão colorida, iniciada por uma fotografia que ocupou totalmente as duas primeiras páginas da matéria. Em uma edição de 138 páginas,

52 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3ª ed, 2005, p. 61.

53 SANTOS, Jocélio Teles dos. (2005), *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: Edufba.2005, p. 54

54 Pai de santo em língua bakongo.

composta por 26 reportagens, a matéria ocupou 13 páginas inteiras e mais três contracapas de publicidade<sup>55</sup>.

A Indústria fonográfica também investe na cultura afro-brasileira e na música temos a presença marcante de Clara Nunes que adotou, depois de tentar outros estilos musicais, o samba atrelado à mestiçagem como ícone, e se espelhando na personagem de Carmen Miranda, cantou um Brasil mestiço, mas que era, sobretudo, negro. Foi nesse embalo que a umbanda também ganhou espaço não só na expressão artística da cantora, como também em seu repertório que divulgou uma imagem bem específica dessa religião. Outros artistas, como Caetano Veloso, Maria Bethânia, João Bosco, Gilberto Gil entre outros, também tratavam do assunto religiões afro-brasileiras em seus repertórios.

É por meios do mecanismo de reinterpretação que o Estado, através de seus intelectuais, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressão da cultura nacional. O candomblé, o carnaval, as reisadas, etc, são desta forma, apropriados pelo discurso do Estado, que passa a considerá-los como manifestação de brasilidade<sup>56</sup>.

Durante a ditadura civil-militar elementos culturais negros, como as chamadas religiões afro-brasileiras, adquiriram maior reconhecimento oficial. Percebe-se a tentativa de controle social utilizando-se diversas estratégias. É evidente que tais políticas auxiliaram a legitimidade das religiões afro-brasileiras.

As influências africanas na cultura brasileira foram remidas pelos meios de comunicação e pela indústria fonográfica que se apresentou interessada em tais elementos culturais e os mesmos estariam cada vez mais presentes nas imagens e discursos de brasilidade oficial e comercial. A música, o teatro, a dança e o cinema baseavam-se nos elementos que remetem a um passado africano às novas referências e ocorreu nesse momento um aumento da produção e consumo de música com forte presença das temáticas afro-brasileiras, entre elas a religião.

Em 1973 foi realizado o Terceiro Congresso Brasileiro de Umbanda. No evento o dia quinze de novembro foi instituído como o "Dia Nacional da Umbanda". De acordo com a revista Mundo de Umbanda, 1ª edição de 1973 o congresso tinha por objetivo consolidar o dia da Umbanda, preservar rituais comuns e afins e codificar a umbanda. Desejavam também congregar as federações e órgãos associativos na intenção de evitar distorções e abusos cometidos usando a religião.

55 O Cruzeiro. Publicação vinte e três de setembro de 1967. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

56 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985, p. 140.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de (...) USP – Ano VII, n. II, pp. 13-32, 2016

O Estado do Rio de Janeiro foi representado (no Congresso) pelas mais importantes autoridades de Umbanda. São Paulo foi representado pelo SOUESP, por meio de seu presidente General Nelson Braga Moreira. Outros estados representados foram: Paraná, Rio Grande do Sul, Piauí e Santa Catarina<sup>57</sup>.

Diante dessas perspectivas os terreiros ganhavam novos adeptos, entre todos os setores da sociedade, suas atividades recebiam maior atenção o que os levaram a identificar-se como casas de cultos de matrizes africanas. Observando que tal fato recebe contribuição fundamental dos líderes religiosos, devido ao seu carisma, dom e envolvimento social e político na sociedade sul fluminense. A difusão das ações dessas casas exercia influências sobre várias casas religiosas afro-brasileiras da região sul fluminense.

Da mesma forma que o Estado brasileiro dentro do qual surgira, a Umbanda agora começava a exercer uma influência homogeneizante sobre muitas tradições religiosas regionais, transformando aquilo que as distinguiu de uma cultura religiosa nacional afro-brasileira<sup>58</sup>.

As federações de Umbanda proliferaram-se incentivando os líderes afro-religiosos a buscarem a legitimação e proteção para as religiões de matrizes africanas firmando alianças com políticos influentes e ou tentando eles mesmos, fazer carreira política.

As religiões afro-brasileiras eram importantes fontes no controle social de camadas mais baixas da sociedade. “Era comum os políticos irem ao centro pedir votos<sup>59</sup>”. As casas de umbanda seguem um modelo católico e espírita de ajuda ao mais carente e promovem diversas ações filantrópicas.

Festa Junina na Tenda Espírita Pai Cambinda

Nos próximos dias 20 e 21 (sábado e domingo), A Tenda Espírita Pai Cambinda estará realizando sua tradicional festa junina, com sede, na Rua José Hipólito, 296, no Bairro Cotiara, a partir das 18:00 horas.

Será uma festa de muitas atrações, com fogueira, bingo, leilão, cachorro-quente e outras coisas mais, um ambiente agradável, onde você poderá se divertir a valer com sua família.

A finalidade do evento é para angariar fundos para os serviços filantrópicos da Tenda Espírita Pai Cambinda, lembrando na oportunidade, que dentre seus atendimentos sociais, há dentistas, médicos,

57 Revista Mundo de Umbanda, 1ª edição, Ed. Primado de Umbanda. São Paulo. 1973, pp. 3 e 4. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

58 BROWN. Op. Cit., p. 18.

59 Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Cândido, Kalumbajé. O mais velho filho de santo de Mameto Iraê Jinkaiá mãe-de-santo do Centro Espírita Omariô de Jurema. Realizada no dia dez de janeiro de 2014.

escolas profissionais (corte e costura, arte culinária e trabalhos manuais), inteiramente gratuitos para todos, tratando-se de uma entidade que se dedica sobremaneira aos assuntos comunitários<sup>60</sup>.

Evidentemente tais ações filantrópicas proporcionavam mais visibilidade à religião e ao líder religioso, portanto o sucesso político de líderes afro religiosos está também relacionado ao fato. Quando estes líderes não seguiam a carreira política diretamente contribuía para a consolidação de outros políticos. O pai/mãe de santo era grande detentor de prestígio social e religioso que acabaria refletindo naqueles em que eles, pessoalmente, apoiavam politicamente<sup>61</sup>.

A manutenção do prestígio social, e neste caso religioso, igualmente pode ser analisado como tentativa de manutenção no poder, por conseguinte a obtenção de um cargo político e o ingresso na elite política “não significavam que o trabalho de um político estivesse concluído<sup>62</sup>”. Manter-se no cargo e ganhar novas eleições tornou-se um trabalho contínuo<sup>63</sup>.

Ao analisarmos a política percebe-se que os interesses envolvidos nessa estrutura são, por muitas vezes, particulares estabelecidos em redes. Cujo *habitus*<sup>64</sup> determina a forma de agir e pensar do político, demonstrando toda a sua plasticidade, seus costumes e suas tradições. Nesse caso o político moldava-se a gosto do freguês. Se compelido o político poderia tomar uma posição e ou defender uma ideia, contudo evitava naturalmente ações contrárias a seus seguidores ou que pudessem ofendê-los.

Cita ainda que a política não era um fórum aberto para o embate de interesses. Ao contrário a posição de um líder era determinada por seus contatos pessoais e amizades, compromissos e laços familiares. Demonstrando que os políticos no Brasil agiam por interesses próprios ou do seu grupo particular de interesse.

A exemplo as casas de umbanda e candomblé chegaram a constituir-se em um grupo de interesse religioso e a fornecer um exemplo muito claro de atuação da política dos grupos de interesses nesse período. Os eleitores umbandistas e candomblecistas manifestavam uma grande diversidade quanto a opiniões e interesses sociais e políticos. Havia de comum entre eles o seu apoio às religiões de matrizes africanas, o capital cultural. A representação partidária não se apresentava como interesse do grupo. Evitando-se ao máximo discussões de ideologia e

60 Jornal O Sul Fluminense – Ano XXI – 9 de junho de 1981. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda.

61 VICTORIANO, Benedicto Anselmo Domingos. *O prestígio religioso na Umbanda: dramatização de poder*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 54

62 CONIFF. Op. Cit., p.III.

63 Idem.

64 BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.

filiação partidárias por parte do adepto da umbanda ou candomblé em relação ao seu eleitorado, quando pleiteavam um cargo político.

As religiões afro-brasileiras orientaram seu envolvimento político sem encarregar-se de qualquer identificação política definida. Recomendava-se que apoiassem candidatos umbandistas e ou candomblecistas ou àqueles que claramente apoiavam as religiões de matrizes africanas. Era uma tentativa clara de proteção e legitimação dessas religiões. A carreira política de Átila Nunes que possuía popularidade nas esferas religiosas afro-brasileiras foi um belo exemplo, já que os umbandistas não se atentavam para a sua posição político-partidária, visto que o mesmo migrou de partido três vezes, sendo eles o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A despeito da popularidade de Átila Nunes, poucos umbandistas foram capazes de se lembrar da sua filiação político-partidária<sup>65</sup>. Os adeptos das religiões afro-brasileiras e os políticos que requestavam o voto da Umbanda e do Candomblé possuíam interesse em duas causas específicas: o nacionalismo e a defesa da liberdade religiosa.

Percebe-se que durante o regime autoritário a situação política dos umbandistas permaneceu consolidada, promovendo de certa forma uma homogeneidade e conservadorismo entre os mesmos. Os militares ganharam visibilidade nos meios umbandistas enquanto líderes de casas de culto e ou líderes de federações de Umbanda<sup>66</sup>. Assim como o espiritismo a umbanda também possuía muitos adeptos e frequentadores da esfera militar e seus adeptos civis enxergavam que a presença militar na Umbanda melhoraria sua imagem junto ao governo e sua segurança no período.

No período que medeia entre os anos 60 e 70 vemos ações da Umbanda, por meio de algumas Federações, de ocupar espaços públicos, fazer reconhecer pelo poder instituído algumas das suas festas mais importantes incluindo-as no calendário cultural: é o caso paulista das festas de entidades como Ogum, nos dias 23 de abril, Iemanjá na Praia Grande e em Santos, por exemplo no dia 8 de dezembro, e outros rituais umbandistas acolhidos pelas autoridades governamentais<sup>67</sup>.

Diana Brown analisa que o fortalecimento dos laços com o governo militar aumentaria a cooperação mais profunda entre estes e os líderes destas religiões, aumentando a possibilidade das mesmas serem utilizadas como controle social.

O governo militar não negou aos umbandistas seus direitos políticos nem a

65 BROWN. Op. Cit., p. 29

66 Idem, p. 35

67 VICTORIANO. Op. Cit., p. 28

liberdade da prática religiosa, inclusive apoiou os ganhos políticos e sociais alcançados e auxiliou na sua institucionalização.

Durante o período da ditadura civil-militar o registro dos centros de Umbanda e Candomblé transpôs da jurisdição policial para a civil. A Constituição de 1967, nos moldes das Constituições anteriores, proíbe o Estado de estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos. Porém, há a previsão expressa de colaboração entre o Estado e as organizações religiosas, no interesse público, especialmente nos setores educacional, assistencial e hospitalar. Não há previsão de “escusa de consciência”, imputando-se a perda dos direitos políticos no caso de recusa, por convicção religiosa, de cumprir encargo ou serviço imposto por lei.

Há a previsão de assistência religiosa, prestada por brasileiros, às forças armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva. Igualmente são assegurados o repouso remunerado nos feriados religiosos, o casamento religioso de efeitos civis e o ensino religioso facultativo. A Constituição de 1967 mantém a previsão da imunidade tributária, no tocante aos impostos, dos “templos de qualquer culto<sup>68</sup>”.

A discussão sobre a política da época de valorização e aceitação das práticas negras na busca de uma melhor visibilidade da população em relação a ditadura civil-militar é corroborada com tal fato.

(...) a importância da Umbanda reside no fato de que, num momento histórico particular, membros da classe média voltaram-se para religiões afro-brasileiras como uma forma de expressar seus próprios interesses de classe, suas ideias sociais e políticas e seus valores<sup>69</sup>.

Os líderes religiosos contavam também com recursos e apoio muito mais amplos que favoreciam a publicidade, a promoção e ganhos de proteção legal para a sua religião. Mostrando-se produtores de discursos simbólicos sobre a realidade, onde essa nova sociedade busca na religiosidade afro legitimação, visibilidade, o encontrar seu lugar no mundo, o acalento de seus sofrimentos e aflições, graças à racionalidade mágica que permeia a umbanda e o candomblé.

As religiões afro-brasileiras apresentam-se como espaço de produção, conservação e aquisição de capital religioso que culmina em prestígio social e religioso, fazendo com que seus adeptos e frequentadores ganhem status, mesmo que somente no espaço religioso. Levando em consideração a sociedade estratificada em que o sujeito está inserido.

68 Idem.

69 BROWN, Diana. *Umbanda & Política*. Cadernos do ISER, 18. Rio de Janeiro. ISER e Marco Zero, 1987, p. 10.

Politicamente os estímulos dados por sua não aceitação pela sociedade conservadora, impulsionaram seus adeptos e frequentadores a um movimento por legitimação apoiando-se na política. Primeiro organizando-se em federações com o intuito de proteção legal e depois mobilizando politicamente dentro da esfera eleitoral, também em busca de legitimação e proteção, contando com o apoio dos meios de comunicação, de intelectuais e artistas que durante o período em que se trata o recorte temporal desta pesquisa, de 1964 a 1979, promovem a busca pela brasilidade e onde a cultura popular pode ser apreciada e difundida no Brasil.

Quando a crença na nação e nos valores da sociedade moderna fracassaram durante o regime militar, no entanto, alternativas políticas, culturais e identidades religiosas começaram a aparecer. Utilizar essas religiões para se aproximar das massas se fez necessário.

Em 1977, por exemplo, a condecoração da Yalorixá Olga de Alaketu pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, evidenciam a elevação da religião afro-brasileira à condição de símbolo nacional e a presença oficial no seu reconhecimento e legitimação, inseridos num projeto de ação governamental de conservação e desenvolvimento. Portanto o reconhecimento e a legitimação da umbanda por parte da sociedade foi favorecida por políticas sociais e culturais do regime militar na interpretação de democracia racial brasileira pautada na busca de uma identidade nacional.



**A capa dourada dos anos de chumbo  
apontamentos sobre as relações entre o setor publicitário  
e a ditadura militar brasileira**

**Raquel Elisa Cartoce**

Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

**Resumo**

Inserindo-se no atual debate acerca do papel da sociedade civil na ascensão e na sustentação da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o objetivo deste texto é compreender as relações de um determinado grupo civil com a política daqueles anos: os publicitários. Tal escolha se deve ao fato de se poder considerá-los como intermediários entre o governo e/ou o empresariado (seus clientes) e uma heterogênea classe média urbana (seu principal público-alvo), sob diferentes pontos de vista, sendo possuidores de representações e autorrepresentações políticas peculiares e bastante elucidativas acerca dos posicionamentos de uma fatia importante da sociedade civil frente ao mundo da política e à ditadura militar.

**Palavras-chave** Ditadura militar brasileira; Publicidade; Representações políticas.

**Abstract**

Inserting in current discussion about the role of civil society in the rising and the sustention of military dictatorship in Brazil (1964-1985), this text has as goal the understanding of the relations between a certain civil group and the policy in those years: the advertising agents. This choice happened because is possible view them as intermediate between the government / business community (their customer) and a heterogeneous urban middle class (their main target public), on different points of view. They are owners of peculiar political representations and self-representations very elucidative about the positions of an important piece of civil society across the policy world and the military dictatorship.

**Keywords** Brazilian military dictatorship; Advertising; Policy representations.

## Publicidade, propaganda e política no Brasil

Nos últimos anos, em trabalhos e debates sobre a história recente do Brasil, tem sido possível observar um significativo aumento do uso de expressões tais como "ditadura civil-militar"<sup>70</sup>, "ditadura empresarial-militar" ou ainda "ditadura burguesa-militar" para caracterizar o período entre 1964 e 1985 (além de debates que questionam até mesmo tal periodização). Em que pese o perigo de se atribuir a setores civis o mesmo peso político e decisório que aos militares – correndo-se, inclusive, o risco de praticamente eximi-los de atos de sua responsabilidade ao tratá-los como puras marionetes de uma burguesia organizada e toda poderosa –, o crescente uso destas expressões indica uma busca necessária pela compreensão deste período de modo menos maniqueísta que o binômio "militares-maus" vs. "sociedade civil-resistente" amplamente difundido na memória social, e que dê conta da complexidade das relações políticas, sociais e econômicas no Brasil no contexto ditatorial.

A questão que se coloca em torno deste movimento é a da *legitimidade* do regime militar. Não apenas as suas formas e fórmulas de legitimação jurídica (que desde o início foram de grande preocupação dos governos militares), mas principalmente aquela legitimidade conferida pela sociedade, que sustenta toda forma de poder, inclusive as autoritárias. A este respeito, Carlos Eduardo Lins da Silva, a partir da formulação de Gramsci de que "Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção"<sup>71</sup>, aponta que "Se Estado e sociedade civil são faces da mesma moeda, nada mais natural que as contradições inerentes à formação social capitalista surjam nas instituições tanto de um quanto de outra, bem como nas relações entre um e outra."<sup>72</sup>

O próprio termo "sociedade civil" abrange uma enorme gama de grupos e entidades distintos – e muitas vezes conflituosos – entre si, como empresários, magistrados, imprensa, grupos políticos liberais ou de esquerda, entre outros, que expressam suas visões do regime e suas relações com ele por diferentes meios (entidades de classe, como OAB e FIESP, sindicatos, veículos de imprensa etc.) e se comunicam com uma enorme e indefinida massa, que afinal também é parte desta sociedade civil, e também possui suas diferenças e contradições. Disto

70 Segundo Marcos Napolitano, o conceito "ditadura civil-militar" foi cunhado pelos historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, da Universidade Federal Fluminense, e adotada especialmente pela imprensa desde então. NAPOLITANO, M. 1964 – *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 347 (nota 220).

71 GRAMSCI, A. Apud. SILVA, C. E. L. da. "Estado, sociedade civil e meios de comunicação." In: SCHWARTZ, J.; SOSNOWSKI, S. (Orgs.) *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 199.

72 SILVA, C. E. L. da. Op. Cit. p. 200-201.

parte o interesse de historiadores em analisar e compreender a atuação destes grupos e entidades durante a ditadura militar.<sup>73</sup>

Há entre eles, no entanto, um grupo que ainda tem pouca visibilidade em nossa historiografia: os publicitários e sua produção – a publicidade<sup>74</sup>. Pode-se definir publicidade como "campanha cuja finalidade é promover comercialmente um produto, serviço ou loja"<sup>75</sup> e, apesar do termo *propaganda*, ser comumente tomado como sinônimo de publicidade, evito utilizá-lo aqui por ter uma conotação mais ampla, de propagação de ideias como um todo. Assim,

O diferencial semântico (se usarmos a categoria ideológica) aponta para a idéia de que qualquer anúncio é propaganda, já que comerciais são, em última instância, também ideológicos. Entretanto, nem todos os anúncios de propaganda são também publicitários,... nem toda campanha tem como finalidade a persuasão comercial.

[...] Propaganda é mais abrangente, todo anúncio é, nessa óptica, uma propaganda, mas nem toda propaganda seria publicidade."<sup>76</sup>

Em sua tese de doutorado, Carlos Fico<sup>77</sup> analisa o sistema de propaganda política da ditadura militar brasileira, sobretudo através de seu principal órgão, a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas, que vigorou entre 1968 e 1973, sendo posteriormente denominada ARP), afirmando-o como o "mais significativo sistema de propaganda política que já houve no Brasil"<sup>78</sup>. Revelando o exagero da própria afirmação, Fico considera, ao mesmo tempo, a fragilidade deste sistema, dada a deficiência técnica do governo neste setor, e especialmente o fato de que altos círculos militares não viam propaganda política com bons

73 É possível citar a título de exemplo, na historiografia recente, as obras: KUSHNIR, B. *Cães de guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, FAPESP, 2004.; CAMPOS, P. H. P. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

74 Tal negligência se deve em boa parte ao fato de que a utilização da produção publicitária como fonte histórica é relativamente nova. Capelato e Dutra apontam que o uso deste tipo de fonte, assim como a imprensa e a literatura, está fortemente ligado ao campo da História das Representações, que ganha expressão no Brasil a partir da década de 1990. Cf. CAPELATO, M. H. R.; DUTRA, E. R. de F. "Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira." In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

75 BARBOSA, I. S. "Propaganda e significação: do conceito à inscrição psico-cultural." In: CORRÊA, T. G. (Org.). *Comunicação para o mercado*. Instituições, mercado e publicidade. São Paulo: Edicon, 1995. p. 32.

76 Idem, p. 33.

77 FICO, C. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

78 Idem, p. 76.

olhos, pois a relacionavam ao combatido DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de Getúlio Vargas<sup>79</sup>. O que explicaria o sucesso da propaganda dos militares, portanto, não estaria apenas dentro do governo, mas sim na relação e complementariedade entre a Aerp/ARP e agências publicitárias privadas: os governos militares, seus ministérios e empresas estatais tornaram-se os principais clientes de agências nacionais, numa relação que culminou na criação do Consórcio Brasileiro de Agências de Propaganda em 1969, que dava a cinco agências nacionais o monopólio da produção publicitária para o governo<sup>80</sup>. No entanto, como procurarei demonstrar ao longo deste artigo, o setor publicitário não deve ser visto como mera extensão da propaganda política, possuindo frequentemente conflitos e distanciamentos.

Assim, penso que o papel da publicidade e do seu profissional neste contexto vai muito além de uma relação direta e complementar entre governo e agências. Sua importância decorre não apenas do papel político direto exercido pela publicidade neste período enquanto instrumento de propaganda política, mas também por ser este um grupo (com o trabalho por ele criado – a peça ou campanha publicitária) aglutinador das ideias de diferentes camadas sociais, permitindo uma compreensão mais ampla das visões, representações e práticas que parte importante da sociedade civil tinha não apenas em relação ao regime político, mas também a questões morais, estéticas, econômicas e sociais que são igualmente responsáveis por um posicionamento destes setores frente ao campo político.

Assim, em todas as fases pelas quais passa o anúncio publicitário – criação, reprodução e recepção –, diferentes agentes atuam sobre sua materialidade e seus significados. Para uma melhor compreensão deste processo, elucidarei a seguir sobre os três principais agentes envolvidos nesse processo.

### **1. O cliente**

O cliente é qualquer instituição que compra um espaço em determinadas mídias para promover sua mercadoria, serviço ou até mesmo ideia, geralmente utilizando para isso os serviços de uma agência publicitária com o intuito de chegar ao seu público-alvo com mais eficiência pela sua especialização em criar mensagens atrativas e bem direcionadas. O fato de uma peça ou campanha publicitária encomendada pelo cliente ser gestada e produzida pela

79 Idem, p. 18.

80 O Consórcio era formado pelas agências Alcântara Machado Periscinoto, Denison, MPM Propaganda, Norton e Salles Inter-Americana. Cf. ABREU, A. A. “Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)” (Verbete) In: ABREU, A. A. de; DE PAULA, C. J. (Coords.) *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV: ABAP, 2007. p. 30-31.

agência, no entanto, não deve retirar do cliente a sua responsabilidade sobre este processo, pois é ele quem tem a palavra final acerca do conteúdo e da veiculação do anúncio. Assim, cada anúncio ou campanha publicitária é feita para atender as necessidades (mercadológicas e/ou ideológicas) do cliente e, portanto, tem sua visão de mundo como ponto de partida.

A dinâmica do setor publicitário, obviamente, tem uma relação direta com a dinâmica dos setores produtivos, e não por um acaso, os momentos de expansão daquele se relacionam com os destes: o primeiro impulso industrializante no Brasil, no início do século XX, foi acompanhado pelo surgimento das primeiras agências publicitárias nacionais (como *A Eclética*, de 1914) e, notadamente, a chegada de estrangeiras<sup>81</sup>. Conjuntamente ao *boom* industrializante dos anos 1950, especialmente nos anos de governo de Juscelino Kubitschek, a publicidade nacional se consolida, profissionaliza e ganha maturidade, surgindo nesta década a Escola de Propaganda do MASP (atual ESPM) e definindo-se parâmetros para a atividade<sup>82</sup>. No entanto, é a partir do final da década seguinte que a publicidade brasileira alcança seu auge, ganhando projeção internacional e obtendo grandes investimentos. Período que coincide com o chamado “milagre econômico” (de 1968 a 1973), quando houve uma intensa expansão de empresas nacionais e transnacionais de diversas áreas. Com isso, o próprio setor publicitário passa a configurar-se “como uma verdadeira indústria”<sup>83</sup>. O setor terciário, notadamente o varejo e os bancos, ganharam importância entre os anunciantes, além da forte presença de anunciantes já tradicionais, como a indústria automobilística e de bens de consumo<sup>84</sup>.

Conforme já apontado anteriormente, a iniciativa privada não é a única responsável pelo crescimento da publicidade neste momento, não apenas em termos de negócio, mas também de promoção de bens, serviços e ideias. Também o governo, em suas três esferas e através das empresas estatais, tornou-se um dos maiores anunciantes, sendo fortemente disputado entre agências nacionais.

As estratégias mercadológicas comumente utilizadas na publicidade para instituições privadas e os objetivos propagandísticos do governo, no entanto, nem sempre confluíam. Para Carlos Fico,

81 PINHO, J. B. “Trajetória da publicidade no Brasil: das origens à maturidade técnico-profissional”. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Trajetória e questões contemporâneas da publicidade brasileira*. São Paulo: Intercom, 1998. p. 12-17.

82 GENARO, T. de M. *Práticas publicitárias: linguagem, circuito e memória na produção de anúncios impressos no Brasil (1951-1965)*. São Paulo, 2012. Dissertação (mestrado) – Programa de História Social, FFLCH / USP, p. 12.

83 PINHO, J. B. Op. Cit. p. 39.

84 Idem, p. 40.

O que havia, portanto, é algo difícil de “capturar” em termos de metodologia da história, mas indispensável à compreensão do período: as agências de *publicidade* e seus profissionais (para angariar contas governamentais) mostravam “boa vontade” para com a *propaganda* oficial.<sup>85</sup>

Por outro lado,

Segundo o chefe da Aerp [Octávio Costa], a propaganda comercial da época estava repleta de alusões à violência, à desunião. Por isso fez um trabalho de *convencimento*, junto aos produtores da propaganda comercial, para reverter essa tendência e enquadrar tal propaganda no espírito de “desradicalização” que animava a Aerp.<sup>86</sup>

É deste universo, portanto, que parte a produção publicitária nos anos da ditadura, em especial nos anos do “milagre econômico” – anos também de maior radicalização da repressão do regime militar. Momento em que harmonia, união e paz eram bons temas para o regime, mas não necessariamente para se vender televisões, roupas e cigarros – que têm na ação, na liberdade e na juventude bons motes.

## 2. O público-alvo

Ao falar em “bons motes” para um anúncio, remeto diretamente a quem ele busca atingir: o público-alvo. É com ele que a publicidade fala e, para estabelecer um diálogo, ela cria *identidades* entre o produto e o este consumidor, utilizando e trabalhando as imagens e ideias presentes em seu imaginário. Como nos lembra o publicitário Pyr Marcondes, “A propaganda é caudatária. Sempre e seja do que for. Ela não anda à frente de nada porque, se andar, será objeto de poucos. Não se fará entender pelo corpo mais aberto de classes para as quais nasceu.”<sup>87</sup>

Neste sentido, vale destacar os recentes estudos do campo da comunicação que apontam para um inter-relação entre os polos da emissão e da recepção, de modo que não apenas o conteúdo expresso na publicidade influencia as práticas e comportamentos sociais, mas também “são essas verdades, valores e comportamentos que, formando a consciência social, ideológica e estética, vão atualizar as manifestações dos produtos da indústria cultural.”<sup>88</sup>

85 FICO, C. Op. Cit. p. 115. Grifos do autor.

86 Idem. Ibidem. p. 116. Grifo meu.

87 MARCONDES, P. *Uma História da Propaganda Brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001 p. 11.

88 BACCEGA, M. A. “O campo da comunicação”. In: CORRÊA, T. G. (Org.). *Comunicação para o mercado*.

Ressalto, no entanto, que esses valores e comportamentos não surgem aleatoriamente, pois “toda subjetividade configura-se (...) *a partir do, com o e no* universo do grupo e/ou classe. E esse universo se plasma no existir do *outro*, em confronto ou complementação.”<sup>89</sup>. A partir disso, é importante considerar o direcionamento do anúncio publicitário, pois o produtor do anúncio tem consciência dos diferentes universos e grupos sociais possíveis e busca aqueles mais adequados ao consumo das mercadorias e ideias expostas na peça publicitária.

A consciência da necessidade de um direcionamento da mensagem de acordo com o estrato de público, por parte dos publicitários, é em boa parte tributária do desenvolvimento do *marketing* (que se caracteriza como “o planejamento adequado da relação produto-mercado”<sup>90</sup>, transcendendo o campo da comunicação) a partir de fins da década de 1950<sup>91</sup>, do setor de planejamento nas agências publicitárias e de um processo segmentação nos veículos de comunicação impressos com o surgimento da televisão. Assim, revistas nos moldes de grandes magazines como *O Cruzeiro* (1928) começavam a perder espaço para revistas especializadas como *Cláudia* (feminina, 1961), *Quatro Rodas* (automóveis, 1960), *Realidade* (informativa, 1966) e *Veja* (informativa, 1968)<sup>92</sup>. Deste modo, os anúncios contidos em cada uma delas se direcionavam ao público específico daquele veículo de comunicação, utilizando palavras, símbolos e representações sociais que atraíssem determinado público.

Tais segmentações de público, no entanto, geralmente congregavam-se em um critério de classe: a classe média. Sua especificidade está não no que é, mas no que não é, pois não se caracteriza como uma classe em si, mas como algo que está no meio de duas outras. Então, se por um lado trata-se de trabalhadores, por outro são trabalhadores que têm maior acesso a bens de consumo, em diferentes gradações, notadamente no momento do “milagre econômico”. Assim, neste momento, mas do que em qualquer outro, parece palpável a essa camada social o aceno dado pela publicidade sobre as possibilidades de ascensão social através do ideal de um poder de consumo semelhante ao da classe dominante, mesmo que não fazendo parte dela.

Instituições, mercado e publicidade. São Paulo: Edicon, 1995. p. 57.

89 Idem. Ibidem. p. 53. (Grifos da autora). Subjetividade é aqui compreendida como a existência de um “eu plural”, que se formará a partir da materialidade do discurso, onde o indivíduo reelabora discursos da sociedade e produz outros novos. Rechaçando, portanto, um subjetivismo individualista caracterizado pela imaterialidade do pensamento. Cf. p. 52.

90 YANAZE, M. H. *Gestão de Marketing: avanços e aplicações*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 07.

91 GENARO, T. de M. Op. Cit. p. 234.

92 Uma cronologia do lançamento de revistas brasileiras encontra-se no artigo de CIVITA, R. “As revistas”. In: CASTELO BRANCO, R.; MARTENSEN, R. L.; REIS, F. (Orgs.). *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1990.

Outra questão que torna a classe média um interessante público consumidor de publicidade (mais do que dos próprios produtos anunciados) a ser observado é sua heterogeneidade econômica e ideológica, tornando-se a um só tempo um dos grandes pontos de apoio ao regime militar, e também de combate a ele. Isto possibilita a observação por parte do pesquisador de um espectro abrangente dos posicionamentos, contradições e visões da sociedade civil frente a questões da época, notadamente as políticas.

### 3. O produtor

O publicitário, produtor do anúncio em diversas fases<sup>93</sup>, é um indivíduo que vem de determinado estrato social e não deixa de exprimir em sua produção a concepção de mundo do seu lugar social e também a sua própria compreensão da função social da publicidade, muitas vezes. Este "lugar social" do publicitário, simplificando a descrição do antropólogo Everardo Rocha<sup>94</sup>, seria algo próximo do topo da classe média na pirâmide social. Ele aproxima-se da classe dominante em termos de renda, mas ainda assim é um assalariado, não podendo ser considerado, portanto, um burguês. Um anúncio da revista feminina *Nova*<sup>95</sup>, veiculado na revista especializada *Propaganda* [FIG. 01], torna-se uma interessante fonte para compreender a dualidade do lugar do publicitário, posto que é uma produção feita *por* publicitários e *para* publicitários (visando a escolha da revista anunciante como mídia para seus clientes), partindo duplamente de seu universo material e representativo. Seu título afirma que "90% das donas-de-casa deste país não são espôsas nem parentes de banqueiros, industriais, comerciantes e publicitários!". Nota-se, que todas as ocupações citadas como de grande prestígio são de burgueses clássicos, exceto a do publicitário – um assalariado que é deslocado para o rol de burgueses por possuir alto poder de consumo (ao menos simbolicamente). O publicitário, portanto, localiza-se tanto do ponto de vista econômico quanto representativo *entre* o anunciante e o público-alvo. Numa direção semelhante, a antropóloga Zilda Knoploch utiliza em sua pesquisa de mestrado intitulada *Ideologia do Publicitário* o conceito de *mediador* de R. Firth para definir o lugar do publicitário, ressaltando o poder que essa posição permite "de reinterpretar e sistematizar mitos que já

93 Vale ressaltar que o trabalho do publicitário não se restringe à criação de peças, sendo parte da profissão também o contato com os clientes e com meios de comunicação, a pesquisa etc., havendo publicitários especializados em cada uma dessas funções, com respectivas subespecialidades, como por exemplo a divisão do setor de criação entre o redator e o diretor de arte.

94 ROCHA, E. G. *Magia e Capitalismo*. Um estudo antropológico da publicidade. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 38-39.

95 *Propaganda*, Ano XIV, nº 172 – Setembro de 1970, p. 26-27.

existem e que fazem parte dos valores dominantes”<sup>96</sup> (acrescento aqui os não-dominantes). Por outro lado, Knoploch observa que “no conceito desenvolvido por aquele autor, fica implícita uma ideia de absoluta neutralidade do mediador que é bastante difícil de caracterizar na situação que analiso aqui [do publicitário].”<sup>97</sup>

90%

**das donas-de-casa  
dêste país não são espôsas  
nem parentes de banqueiros, industriais,  
comerciantes e publicitários!**

90% das donas-de-casa brasileiras são das Classes B e C.  
E para essas consumidoras já existe uma  
revista falando do seu lar e de seus problemas pessoais.  
Uma revista de serviços nos setores de moda,  
decoração, beleza, culinária, saúde, diques, economia  
no lar e também de entretenimento – com fotonovela,  
contos e crítica de livros, discos e filmes.  
Uma revista popular, prática e útil para a grande massa  
consumidora feminina. Agora você já tem meios de  
conquistar Dona Maria, esposa de "seu" Raul, "valha" de  
Elizabeth, de Zé Eduardo e de Raulzinho.

**NOVA ilusão**

TIRAGEM INICIAL: 170.000 EXEMPLARES  
DATAS DE LANÇAMENTO: 9/10 - 13/11 - 11/12 • DATAS DE FECHAMENTO: 9/9 - 9/10 - 9/11

**Figura 1** Anúncio da revista Nova. Propaganda, Ano XIV, nº 172 – Setembro de 1970, p. 26-27. Biblioteca da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP).

Em síntese, o anúncio publicitário é criado a partir das práticas e do imaginário que circulam socialmente sob diversas formas, ao mesmo tempo em que os recria e os reinterpreta através do publicitário, de acordo com os objetivos do anunciante. É importante ressaltar, a partir disso, que o anúncio publicitário não deve ser tratado pelo historiador como um puro objeto de manipulação burguesa por parte dos anunciantes, mas também não deve ser visto como um puro "espelho" dos imaginários sociais. Thiago de Mello Genaro, destaca os perigos desta última abordagem, presente inclusive em trabalhos que são considerados referenciais nesta área, como o de Anna Cristina Figueiredo<sup>98</sup>. Para ele, "o que nos parece pouco claro nestes

96 KNOPLUCH, Z. *Ideologia do publicitário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. p. 18.

97 Idem. *Ibidem*. p. 51.

98 FIGUEIREDO, A. C. C. M. *"Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada"* – Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: HUCITEC, 1998.

trabalhos é falar ao imaginário sem atrelar a representação visual ao mundo material.”<sup>99</sup>, ou seja, de se analisar o anúncio em seu conteúdo (escrito e imagético), mas ignorar sua existência como artefato, como um produto feito por determinados indivíduos, a partir de determinadas técnicas e com determinados interesses.

A partir destas formulações, doravante procurarei desenvolver uma reflexão mais focada no papel do publicitário em sua produção, afinal, conforme já demonstrei, se o anúncio publicitário é um produto aglutinador de ideias e representações de diferentes camadas da sociedade de onde vem e com quem dialoga, o seu produtor de certo modo também reúne características, dilemas e contradições de todas elas.

### **O publicitário e o Regime Militar**

Observar anúncios publicitários em qualquer veículo de comunicação – tanto nos anos 1960 quanto atualmente – e a disseminação de modos de vida baseados no consumo e no luxo, somada ao prestígio social e os altos salários de um publicitário, dá ao indivíduo comum a ideia de que o produtor destas mensagens é o primeiro a desejar as imagens que produz. Como já foi destacado no tópico anterior, busca-se uma aproximação do publicitário com o burguês, sua renda e seu modo de vida. A isso se soma a própria interdependência entre publicidade e indústria/comércio, pois estes necessitam da publicidade para fixar-se e ampliar-se no mercado, enquanto aquela nasceu e vive em função dos próprios anunciantes. Acrescenta-se ainda o enorme desenvolvimento do setor publicitário no contexto da ditadura militar, apontado anteriormente, tanto pela expansão industrial e do setor de serviços, quanto pela demanda governamental por técnicas e técnicos de publicidade. Com todos estes elementos, parece lícito supor uma complementação entre o setor publicitário, a burguesia nacional e internacional e os governos militares, o que poderia resultar numa produção publicitária igual e automaticamente alinhada a estes interesses. Associações de classe, como a ABP (Associação Brasileira de Propaganda) e o CNP (Conselho Nacional de Propaganda), e também algumas agências publicitárias, em diversos anúncios, apontam para a mesma direção, ressaltando o papel da propaganda no desenvolvimento da economia e da população, no sentido de educá-la para o consumo e para um estilo de vida baseado em determinados valores.

No Anuário de Propaganda de 1971-72, a ABP expressava aos publicitários, em um anúncio<sup>100</sup>, que

<sup>99</sup> GENARO, T. de M.. Op. Cit. p. 45.

<sup>100</sup> Anuário Brasileiro de Propaganda 71/72. São Paulo: Publinform, 1972. p. 357.

(...)

Em 1971, nosso produto nacional bruto cresceu cêrca de 10%.

Não há dúvida: a Propaganda contribuiu para o desenvolvimento, acelerando a economia, vendendo produtos e serviços, vendendo otimismo e confiança.

Viu quanta responsabilidade?

Você está comprometido com o progresso do país. Não é uma honra?

(...)

Também o CNP veiculou uma série de anúncios em revistas de grande circulação esclarecendo – do seu ponto de vista – o papel do publicitário e da publicidade. As peças contêm títulos como "Uma revista sem anúncios poderia custar um pouco mais caro do que o que você está acostumado a pagar", "Sem concorrência e sem propaganda um supermercado seria um dos lugares mais sem graça do mundo", "Dentre outras vantagens, a propaganda lhe garante o direito de dizer não" (a palavra *não* está em grande destaque no anúncio), entre outros. Observa-se aqui o objetivo de retirar do consumidor uma visão negativa da publicidade e de seu profissional, negando a ideia de um caráter autoritário e manipulador deste produto, apontando-o como algo diretamente vantajoso ao consumidor por estimular a concorrência, promover a diversidade de produtos e baratear os custos dos meios de comunicação, possibilitando a inserção de um modo de vida baseado na livre escolha e no consumo.

No entanto, a autorrepresentação do publicitário não se restringe àquela ligada à burguesia. Se utilizarmos aquela classificação dada por Everardo Rocha, vemos que o publicitário pertence a um estrato mais elevado da classe média do ponto de vista econômico, escolarizada e atenta às novidades circulantes. Semelhante a este é o perfil da classe média contestadora do regime, que lia obras marxistas, ouvia as canções políticas de Chico Buarque e, não raro, partia para a luta armada contra o regime. E é a partir deste perfil que se traça a figura do publicitário ideal em um anúncio de meia-página veiculado na revista *Propaganda* de Abril de 1971<sup>101</sup>, sob o título "Cace um terrorista". O anúncio, assinado por "O Terrorista", conta apenas com texto em fonte e tamanho semelhante aos demais textos da revista, buscando-se assim uma relação com o texto jornalístico, notadamente sobre as diversas reportagens veiculadas na grande imprensa sobre combate à guerrilha. No anúncio lê-se:

Ele age brutalmente.

Não respeita famílias, tradições, passado.

101 Propaganda, Ano XIV, nº 179 – Abril de 1971, p. 51.

Violenta consciências, subverte emoções, destrói valores e deixa todos vorazes e sedentos, perigosamente alucinados nas vitrines de consumo.

(...)

É um terrorista para quem um alto salário é o limite. (...) Um salário que justifique sua ficha de criativo terrorista da sociedade de consumo, da era dos "advertising men", os grandes chamãs da aldeia global.

Cace este terrorista para o seu Departamento de Criação.

Prenda-o ao seu sistema. Use a sua (a dêle) fúria criativa, aproveite a sua (a dêle) imaginosa violência e não se preocupe. Só citará Marcuse, Freud, McLuhan, Reich e Geza Róheim na hora de justificar as campanhas geniais que criar. No mais, é um elemento do sistema e quer continuar vivendo – e gozando – do sistema.

Observa-se que há aqui uma ressignificação da ideia do jovem "terrorista" a partir do mercado. O publicitário ideal é rebelde, subversivo e culto – mas canaliza esta energia em prol da sociedade de consumo, contrariamente ao próprio ideal original dos "terroristas". A auto ironia aqui presente revela o reconhecimento dos paradoxos e limites presentes na base social de sua classe, da não concordância com a ditadura e com a exploração capitalista, mas também da inevitabilidade e até mesmo do prazer em manter-se e alimentar-se desta estrutura social para galgar mais degraus nela.

O caso mais representativo desta contradição entre o papel da publicidade como um importante elemento de expansão mercadológica e ideológica do capitalismo e da ditadura, e também como parte de um sistema de representações de uma parcela da população em boa medida opositora ao regime que possibilitou tal expansão, encontra-se na agência Norton de Publicidade. A agência foi uma das cinco participantes do citado Consórcio Brasileiro de Agências de Propaganda, que trabalhavam diretamente nas contas dos governamentais. Descrito como um "Católico, conservador, moralista crítico do erotismo na publicidade, defensor de uma raça brasileira pura, nacionalista convicto, apólogo do regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1986 [sic.], inflexível em seus pontos de vista, duro na argumentação e, principalmente, duro na queda"<sup>102</sup>, seu fundador e então presidente, Geraldo Alonso, foi também um dos diretores do Ipes (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) em 1963<sup>103</sup>, grupo envolvido diretamente no golpe de Estado do ano seguinte. Esta mesma figura, no entanto, durante o clima de fechamento político após o AI-5, "realizou [em 1969] uma revolução na Norton, com a contratação de um grupo de profissionais de criação que se

<sup>102</sup> MARCONDES, P. Op. Cit. p. 131.

<sup>103</sup> Cf. DE PAULA, C. J. "Alonso, Geraldo" (verbete). In: ABREU, A. A. de.; DE PAULA, C. J. (Coords.) Op. Cit. p. 22-23; DREIFUSS, R. A. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis-RJ, Vozes: 1981. p. 178 e 503.

autodenominavam "os subversivos".<sup>104</sup> Eis, em um anúncio veiculado na revista *Propaganda* em Agosto de 1969<sup>105</sup> [FIG. 02], quem são os "subversivos":

Já era tempo de denunciá-los à Nação.

Olha as armas terríveis que eles têm na mão.

São armas que podem abalar governos, ou vender produtos.

Com elas, esses homens são capazes de mudar a história de um país ou a história de um produto.

Basta apertar um botão.

De uma máquina fotográfica. Uma câmera de cinema. Um aparelho de TV. A tecla de uma máquina de escrever.

Eles usam essas armas para gerar insatisfações, criar descontentamentos, acender desejos.

(...)

Sua filha passa a odiar você, porque você admite as mini-saias bem minis, mas só nas filhas dos outros.

(...)

Vão tentar convencer você a ter a coragem de ambicionar tudo aquilo que torna a vida um pouco melhor.

(...)

Os cinco "subversivos" (os redatores Neil Ferreira, José Fontoura da Costa e Carlos Wagner de Moraes, e os diretores de arte Aníbal Guastavino e Jarbas José de Souza, nesta ordem na foto) aparecem no anúncio bem vestidos e empunhando suas respectivas armas – máquinas de escrever e régua T –, não em posição de luta, mas sim de poder, pelos olhares arrogantes dados ao observador e pelo uso da câmera baixa. Segundo a publicitária Graça Craidy, "os subversivos de verdade eram mostrados nos jornais em câmera alta, vistos de cima. Isso os tornava menores e oprimidos. Estava claro ali [no anúncio] o recado semiológico de que a situação estava sob controle."<sup>106</sup> A autora ainda afirma que

No caso d'*Os subversivos*, embora o anúncio aparentasse uma tentativa de discurso contra-revolucionário, soava muito menos como uma tentativa de eficácia contra-hegemônica – por pífia que seria – e muito mais como feito aparentemente para agradar, *de lambuja*, aos patrulheiros de plantão pró-esquerda, presentes nos bastidores dos departamentos de Criação das agências da época, onde atuavam vários ex-jornalistas.<sup>107</sup>

104 Idem. Ibidem. p. 23.

105 Propaganda, Ano XIV, nº 159 – Agosto de 1969, p. 08-09.

106 CRAIDY, M. da G. "Subversivos no Liquidificador". In: MACHADO, M. B. (Org.) *Publicidade e propaganda: 200 anos de história no Brasil*. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2009. p. 120.

107 Idem. Ibidem. p. 116.



**Figura 2** Anúncio da agência Norton. Propaganda, Ano XIV, nº 159. Agosto de 1969, p. 08-09. Biblioteca da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP).

Aqui, exatamente como no caso do "terrorista", parte-se da representação do indivíduo de classe média engajado e de sua atuação política e social, para canalizar tais características ao mercado, de acordo com o que lhes interessa de fato. Assim como a mini-saia pode ser usada, "mas só nas filhas dos outros", a revolução e a subversão existem e são positivas – mas apenas enquanto revolução organizacional e subversão às regras estéticas, como meios para a expansão de mercado, expressão artística e de uma visão de progressismo social bastante limitada. Uma subversão que não se choca necessariamente com as boas relações entre diversas agências e o governo – paulatinamente ao longo do regime seu grande cliente, mas que por outro lado mantém viva a autorrepresentação do publicitário enquanto indivíduo (especialmente do setor de criação) como um rebelde.

Isso não quer dizer que essa autorrepresentação do publicitário como um indivíduo alinhado politicamente à esquerda, um subversivo ou até mesmo revolucionário se configure como uma atitude hipócrita, na maioria dos casos. Vários publicitários eram de fato engajados ou haviam tido ligações com grupos de esquerda. Roberto Duailibi, sócio da DPZ, por exemplo, fora vinculado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) através de uma célula de

desenhistas do partido, durante a década de 1950<sup>108</sup>. Carlos Knapp, então proprietário da agência Oficina de Propaganda, no bairro dos Jardins, em São Paulo, envolveu-se com a ALN (Aliança Libertadora Nacional), chegando a receber o líder da organização armada, Carlos Marighella, em sua casa, e a estampar cartazes policiais contra terroristas, fugindo então do Brasil e tornando-se um exilado político. Na narrativa de sua experiência, presente em seu livro de memórias, Knapp revela o que o impulsionou ao apoio à luta armada:

(...) Eram demonstrações de força só pra comunista ver [uma ação armada organizada por uma dissidência do PCB]. Eu, que não sabia da história, pensei que eram sinais de uma insurreição popular prestes a acontecer. E queria participar. À distância, agora, é difícil determinar o que realmente me motivou. Não teriam sido apenas aqueles canhões da Marinha apontados contra mim na praia de Ipanema. Parece que a mola foi de nobreza menor. Provavelmente eu queria me valorizar perante o seletivo grupo de amigos que frequentava. Eram cultos, educados, brilhantes. Perto deles eu era figura apagada. Tinham intensas discussões acadêmicas e políticas em que eu boiava. Mas me sentia bem entre eles.<sup>109</sup>

Também Neil Ferreira – um dos 5 “subversivos” – relata sua experiência na oposição à ditadura mais como uma aventura, uma ação de caráter individualista e objetivando a inserção em determinados grupos. Segundo Graça Craidy, através de entrevista a ela concedida em 2006,

(...) [Neil Ferreira] Garante que as passeatas de 64, quando tinha 21 anos e mimeografava o jornalzinho panfletário nas máquinas onde trabalhava como redator (Standard Propaganda), foram puro divertimento, desculpa para namorar as meninas *sartreanas*, e que nunca foi apanhado pela polícia da ditadura:

“Você queria saber, acho, se na minha atividade de mimeografista clandestino eu fui preso alguma vez. Fui abordado algumas vezes, mas sempre estava de paletó e gravata, com a carteira de trabalho no bolso com um registro profissional de valor quase inacreditável para a miliciada. Depois de identificado, me diziam ‘tudo bem doutor, desculpe o aborrecimento’, Os ‘inimigos’ deles eram todos barbudinhos e de jeans. Eu já era zelite.”<sup>110</sup>

Estes e outros relatos de publicitários<sup>111</sup> revelam, por um lado, o desejo real de

108 CRAIDY, M. da G. *Do Porão ao poder: a ascensão dos criadores publicitários brasileiros (1970-1990)*. Porto Alegre, 2007. Dissertação (mestrado) – Programa de Comunicação Social, PUC / RS. p. 67-68.

109 KNAPP, C. H. *Minha vida de terrorista*. São Paulo: Prumo, 2013. p. 21.

110 CRAIDY, M. da G. Op. Cit. p. 188.

111 Vários outros relatos de publicitários de esquerda durante a ditadura estão compilados no texto *Os barbudinhos da criação*, de Graça Craidy, publicado em seu blog. Disponível em:

mudança social e política, mas por outro a sobreposição de interesses individuais aos coletivos. Uma simpatia sincera à resistência à ditadura, mas a manutenção de uma profissão, um *status* e um lugar social que se chocavam com movimentos de resistência. Escancaram-se assim os limites estruturais da militância destes publicitários, mas naquele momento o paradoxo sobrevivia sem grandes problemas.

### O publicitário e seu universo social

As contradições aqui apontadas não se restringem ao mundo publicitário, mas são parte inerente aos paradoxos que a própria classe média vivia em tempos de extremo autoritarismo, por um lado, e de grandes possibilidades de consumo e emprego de outro, sendo a classe que forneceu importantes quadros de oposição e resistência ao regime (em especial no movimento estudantil e na luta armada) e que ao mesmo tempo era um dos seus pilares de sustentação e legitimação.

Situação semelhante é observada no campo das artes em geral, onde a esquerda deteve a hegemonia e conseguiu importantes espaços de expressão, oposição e crítica à ditadura, mas que passavam quase obrigatoriamente pelos meios de comunicação de massa e pelo mercado para obterem tal expressão. Como aponta Marcos Napolitano, "No teatro, na música popular e na teledramaturgia, a arte engajada de esquerda reestruturou o próprio mercado, entrando no coração da indústria cultural."<sup>112</sup>

Buscando dar conta desta contradição, surge neste contexto uma nova proposta estética e política – o tropicalismo – que ao invés de negar o mercado ou ainda buscar a superação dos nossos "males de origem", tal como propunha a esquerda tradicional, propunha-se a justapor e recombinar todos estes elementos contraditórios numa "geléia geral" – como na expressão cunhada por Gilberto Gil e Torquato Neto em música homônima de 1968 – retomando inclusive o princípio da antropofagia do modernista Oswald de Andrade<sup>113</sup>.

Assim como no LP *Tropicália ou Panis et Circensis* de agosto de 1968, síntese do movimento,

podem ser ouvidos diversos fragmentos sonoros e citações poéticas, num mosaico cultural saturado de crítica ideológicas [sic.]: "Danúbio azul", Frank Sinatra, "A Internacional", "Quero que vá tudo pro

<<http://gracacraidy.blogspot.com.br/2011/07/artigo-era-dos-barbudos.html>> Acesso em 14 de julho de 2014. É necessário salientar que a memória produzida pelos indivíduos não é apenas a memória do passado, mas também uma reelaboração dela a partir do presente, de suas visões de política e do campo da esquerda no momento histórico recente.

112 NAPOLITANO, M. Op. Cit. p. 175.

113 NAPOLITANO, M. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 65.

inferno", Beatles, hinos religiosos, sons da cidade, sons da casa, carta de Pero Vaz de Caminha etc. Em outras palavras, as "reliquias do Brasil surgiam uma após a outra, nas letras e sons, sem a mínima preocupação de coerência sistêmica por parte dos autores."<sup>114</sup>

também a publicidade devorava representações críticas ao regime, expressões da revolução sexual e comportamental que chegava ao Brasil em fins da década de 1960 e mesmo do ambiente político e da propaganda do regime e os ressignificava em prol do mercado e da busca profissional por uma estética inovadora.



**Figura 3** Anúncio da Artex. Manchete, Ano 20, nº 1058. 29 de Julho de 1972, p. 53. Biblioteca da FFLCH-USP.

Tomemos como exemplo o anúncio da marca de toalhas *Artex* veiculado na revista *Manchete* em 29 de julho de 1972<sup>115</sup> [FIG. 03]. Seu título afirma que "Artex continua sua política: contra a tradição e a favor da família". Além das claras referências políticas no slogan,

<sup>114</sup> Idem. Ibidem. p. 69.

<sup>115</sup> *Manchete*, Ano 20, nº 1058. 29 de Julho de 1972, p. 53.

o texto é bastante esclarecedor<sup>116</sup>, e a própria descrição das características do produto é quase uma metáfora do clima político. Ao definir "tradição" como a pura utilidade prática da toalha e contrapô-la ao acréscimo de "personalidade" a ela através de "desenhos e cores da moda", a peça propõe uma mudança estética, ornamental, com a manutenção das "estruturas" tradicionais. Deste modo, assim como os dois tipos de toalhas retratados no anúncio, novidades e características estruturais podem conviver lado a lado, aparentemente sem maiores consequências, mas sem anular uma à outra.

A partir desta análise, defendo que o tropicalismo e a publicidade seguem a mesma lógica, mas em caminhos inversos: se no campo das artes a questão reside na sua inserção na indústria cultural, no campo publicitário se coloca a questão de como o mercado se introduz no campo da arte e da estética.

Se

No geral, a tropicália pode ser vista como a resposta a uma crise de propostas de engajamento cultural, baseadas na cultura "nacional-popular" e que se via cada vez mais absorvida pela indústria cultural e isolada do contato direto com as massas, após o golpe militar de 1964.<sup>117</sup>

também a publicidade se coloca como proposta de resolução deste isolamento entre as artes e as massas, como um canal entre elas, uma autêntica Arte Popular:

Se a Propaganda não tem valor como Arte em seu sentido renovador de repertório, é a mais importante manifestação contemporânea de Arte Popular e ainda se dá ao luxo de utilizar conquistas da vanguarda, devidamente dimensionadas para consumo geral.

A propaganda é uma arte em si mesma.

E ainda desempenha um papel de mediação entre a vanguarda e o público, mais do que qualquer outro meio de comunicação social.

A Propaganda é a Arte do Século Vinte.<sup>118</sup>

Com soluções políticas e estéticas úteis ao mercado e correspondentes aos anseios,

116 "A tradição nunca deu muito valor à beleza das toalhas, desde que fossem de qualidade razoável. § A tradição sempre viu na toalha um objeto para enxugar, nada mais. § Artex resolveu então, ir contra a tradição. Criando toalhas macias e gostosas, de desenhos e cores sempre na moda, nos padrões mais avançados. E sem esquecer a qualidade. § Depois Artex deu mais um passo, acrescentando personalidade às toalhas. § Lançando a coleção Ela & Ele – uma toalha só para ela, outra só para ele. E nesse caso, Artex ficou definitivamente contra a tradição. § Mas a favor da família. § De que lado você ficaria?"

117 NAPOLITANO, M. Op. Cit. p. 64.

118 ALMADA, F. "Explorations". In: Propaganda. Ano XV, nº 181 – Junho de 1971, p. 24.

ideias e contradições da classe média, tropicalismo<sup>119</sup> e publicidade<sup>120</sup> sofreram enorme expansão ao longo dos anos 70 e nas décadas seguintes – e não por acaso.

### Conclusão

Enfim, dar atenção à produção de certos grupos civis ao longo do regime militar, como busco aqui fazer com os publicitários, é estar atento às relações, às trocas e aos conflitos entre o Estado e a sociedade civil, mesmo em um contexto ditatorial. Entre burguesia, militares e um dos seus principais pilares de legitimação e contestação – a classe média. Tal ponto de observação permite ao historiador uma visão mais completa e complexa do período ditatorial no Brasil, em especial dos seus anos mais agitados e controversos, que ganham ao mesmo tempo os epítetos de "Anos de Chumbo" e "Milagre Econômico", e cujos caminhos levam senão ao triunfo do projeto militar de Brasil, certamente ao triunfo do mercado e da sociedade de consumo.

119 ALAMBERT, F. "A Realidade Tropical". In: NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R.; MOTTA, R. P. S. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 153.

120 Em 1974 o Brasil ganhou seu primeiro Leão de Ouro do Festival de Publicidade de Cannes, o mais importante do mundo, com o filme *Homem com mais de quarenta anos*, de Washington Olivetto e Francisc Petit, da Agência DPZ para o Conselho Nacional de Propaganda.



**Da boa vizinhança ao diálogo fraternal  
discurso e ação norte-americana na contenção  
ao comunismo e seus reflexos no Brasil<sup>121</sup>**

**André Luiz Godoy Ponce**

Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

**Resumo**

O presente artigo busca identificar os elementos que configuram a política de contenção ao comunismo, emanados a partir dos Estados Unidos da América, baseado na observação dos discursos de seus presidentes, principais assessores e documentos oficiais dos órgãos da administração e segurança norte-americanos e sua conexão com o Brasil, bem como os reflexos no continente sul-americano e o estabelecimento das ditaduras militares observadas entre os anos de 1960 e 1970. Este trabalho encontra suporte na pesquisa da documentação escrita e na bibliografia nacional e estrangeira sobre o tema.

**Palavras-chave** política externa norte-americana, ditadura brasileira, contenção ao comunismo.

**Abstract**

The aim of this article is to identify the elements of the policy of containment of communism, developed in the United States, from the observation of American presidential speeches, advisors and official documents of the US administration and its connection with Brazil, as well as the impacts on the South American continent and the establishment of military dictatorships that occurred between the years 1960 and 1970. This paper is supported in the written documentation research as well as national and foreign literature on the subject.

**Keywords** US foreign policy, Brazilian dictatorship, containment of communism.

<sup>121</sup> Artigo adaptado da seção 1.3 do capítulo 1 da minha dissertação de mestrado, intitulada “Florão da América: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973)”, defendida em 13 de março de 2015, no âmbito do Programa de História Social da FFLCH-USP.

“ Pareceu-me esta a mais feliz das oportunidades, não apenas para reafirmar velha e segura amizade, mas também para encontrar as bases de novo diálogo, fraternal, franco e objetivo, entre os Estados Unidos da América e a República Federativa do Brasil”.<sup>122</sup>

Com esta saudação inicial o presidente Emílio Garrastazu Médici, agradece a hospitalidade de Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos da América, que convidara seu congênere brasileiro para uma série de encontros na capital norte-americana, em dezembro de 1971. Mas a citada antiga amizade, bem como os augúrios de um novo e mais promissor relacionamento, ao mesmo tempo em que oculta uma trajetória eivada de tensões, contradições, aproximações e distanciamentos, apontam para um novo patamar de colaboração e entendimento que redundará em ações para além das convencionais gentilezas típicas do discurso diplomático e político.

De fato, as relações entre os dois Estados soberanos remontam ao século XIX – basta lembrar que os Estados Unidos são o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Mas, para este artigo, interessa a evolução dos vínculos estabelecidos no contexto do que se convencionou chamar Guerra Fria, procurando identificar, através dos discursos dos presidentes norte-americanos e de documentos relacionados, o processo que culminará nas ações norte-americanas no – e com o – Brasil no período identificado com o regime militar implantado a partir da deposição de João Goulart. Assim, pretendemos observar os momentos em que o Brasil adquire centralidade na estratégia internacional norte-americana para a denominada contenção e combate ao comunismo. Já no curso da Segunda Guerra Mundial nosso país foi considerado fundamental para o combate a um inimigo externo – no caso, a Alemanha nazista –, sobretudo no norte da África e na batalha antissubmarina no Atlântico Sul, ensejando ações, especialmente de propaganda, coordenadas a partir de Washington e visando a adesão do Brasil ao esforço de guerra dos aliados, naquilo que Antonio Tota classificou de “O imperialismo sedutor”.<sup>123</sup> Anos após o fim da citada conflagração mundial, o *animus belli* norte-americano será dirigido para outro alvo, que constitui o objeto de interesse deste artigo.

### **Alguns elementos da política externa dos Estados Unidos**

Antes de adentrarmos ao tema proposto, convém tecer alguns breves comentários sobre a política externa norte-americana, para melhor iluminar nosso objeto. Esta – assim

122 Discurso do presidente Médici por ocasião de sua visita aos EUA, disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>>.

123 TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. 3ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2008.

como a brasileira –<sup>124</sup> é entendida por grande parte dos analistas como fiel a um padrão histórico relativamente homogêneo, encontrando seus fundamentos nos primórdios da vida independente. Cristina Pecequilo<sup>125</sup> registra que:

[...] a percepção de que existe uma tendência de continuidade e permanência nas prioridades da política externa dos Estados Unidos, podendo se identificar temas de engajamento que se repetem no curso de sua ação é encontrada em vários livros e artigos sobre as relações internacionais norte-americanas.<sup>126</sup>

Ainda de acordo com a mencionada autora, o modelo político adotado desde a primeira Constituição da República preconiza um governo de poderes compartilhados, que prevê mecanismos de controle e equilíbrio – *mixed government with shared powers/checks and balances*. Tal circunstância, quando contemplada em relação à política externa, conduz à responsabilidade compartilhada entre o Executivo e o Legislativo, determinação que será relevante no desenvolvimento das relações internacionais dos Estados Unidos. Confiantes em sua situação exclusiva, uma república fundada no ideal de democracia e igualdade (não cabendo, aqui, discutir os termos destes conceitos), os norte-americanos entendiam que a manutenção de tal condição dependia, em primeiro lugar, de um relativo isolamento e não envolvimento internacional, especialmente com as questões europeias. Contudo, acreditavam, também, na expansão de sua forma republicana de governo para outros países – mas pela força do exemplo.

Para os propósitos deste artigo, mais importante do que aprofundar a análise das diversas fases da história dos Estados Unidos, bem como de sua política externa, da independência até o período ora abordado, é fixar as ideias e as concepções de mundo até aqui exploradas.<sup>127</sup> Essa visão de lugar no mundo será mobilizada constantemente como

124 Para a política externa brasileira, ver CERVO, Amado Luiz; BUENO Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro – multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1998; MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. *Política Externa Brasileira e o Regime Militar: 1964-1984*. Campinas: Primeira Versão – IFCH/UNICAMP, nº 38, 1991; LIMA, Maria Regina Soares de. *Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política externa brasileña contemporánea*. América Latina/Internacional, v. 1, nº 2, 1994; e LIMA, Maria Regina Soares. *Aspiração Internacional e Política Externa*. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v. 46, nº 2, ano XIX, janeiro/março, 2005.

125 PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 28.

126 Para uma reflexão sobre o afirmado, bem como uma extensa lista de autores que defendem tal tese, ver PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Op. cit.*, pp. 27-54.

127 Para mais sobre o tema, ver JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos, a consolidação da nação*. São Paulo:

instrumento de convencimento e união popular para ações e intervenções externas. Não estamos afirmando que estes princípios atendem exclusivamente a uma postura pragmática e realista, mas, sem sombra de dúvida, serviram a estes objetivos. Desse modo, em que pese o caráter idealista das propostas, o comando do destino dos Estados Unidos da América passará pelo controle – ou tentativa de controlar – o destino de outras nações. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, o mundo em geral, e a América Latina em particular, conhecerá a habilidade desse condutor.

Obviamente o anticomunismo norte-americano e a intervenção, especialmente de ordem policial, não conhecem sua origem apenas após 1945. Ainda na primeira metade do século, apenas para não recuar demais no tempo, podemos observar a interferência dos EUA no continente, em diferentes escalas, mas todas vinculadas ao que podemos chamar de extensão da política externa daquele país. O que procuramos chamar a atenção neste artigo é que ocorre uma mudança qualitativa e quantitativa em tais ingerências.<sup>128</sup>

Isto posto, retornando ao período sob análise neste artigo, entendemos pertinente explorar as diretrizes de política externa emanadas a partir da capital dos Estados Unidos ao final da Segunda Guerra Mundial, uma vez que os mecanismos de contenção são tributários diretos deste momento específico. Para tanto, de início, lembro que, no discurso de inauguração de seu quarto mandato presidencial, Franklin D. Roosevelt, referindo-se ao aprendizado da guerra (nomeadamente, ao fato de que os norte-americanos já não poderiam viver sozinhos), anuncia a emergência de uma nova era: “O todo poderoso Deus abençoou nossa terra de várias maneiras [...]. Ele concedeu a nosso país a fé que traz esperança aos povos em um mundo angustiado”.<sup>129</sup> Roosevelt não viverá para testemunhar essa nova era da política internacional dos Estados Unidos; caberá, em verdade, a seu sucessor, Harry S. Truman, a condução do país nos primeiros lances desta fase inaugural.

Contexto, 2001; PECEQUILO, Cristina Soreanu. Op. cit. e KARNAL, Leandro [ET al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI* – 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

128 Para mais sobre o tema ver HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

129 Trecho de *Fourth inaugural address*, de 20 de janeiro de 1945. “*The Almighty God has blessed our land in many ways. He has given our people stout hearts and strong arms with which to strike mighty blows for freedom and truth. He has given to our country a faith which has become the hope of all peoples in an anguished world*”. Disponível em <[http://www.speeches-usa.com/Transcripts/franklin\\_roosevelt\\_fourthinaugural.html](http://www.speeches-usa.com/Transcripts/franklin_roosevelt_fourthinaugural.html)>, consultado em janeiro de 2013. Tradução livre do autor.

### **Estruturando o projeto de contenção**

Em discurso proferido antes da sessão conjunta do Congresso Nacional dos Estados Unidos, em 12 de março de 1947, *Aid to Greece and Turkey: The Truman Doctrine*<sup>130</sup>, Harry Truman estabelece os parâmetros da doutrina que leva seu nome e prevê assistência econômica, política e militar para (adaptando suas palavras) as nações democráticas que estejam ameaçadas por ações de forças autoritárias – e, detalhe muito importante –, tenham estas origem externa ou interna.

No referido discurso, explicando que sua presença perante os parlamentares norte-americanos estava ligada a questões que envolviam a política externa e a segurança nacional, Truman solicita autorização do Congresso para socorrer a Grécia e a Turquia. No caso grego, afirma que tal ação seria indispensável para que o país “sobrevivesse enquanto uma nação livre”, uma vez que era alvo de ataques terroristas, praticados sob a liderança comunista, inclusive com atividades hostis em sua fronteira norte, que envolvia a Albânia, a Bulgária e a Iugoslávia. A vizinha Turquia também mereceria a atenção norte-americana, porque, embora não estivesse na mesma condição da Grécia, poderia ser contaminada por seus problemas. Alerta, ainda, que o motivo para estar atento às solicitações da Turquia tinha uma razão fundamental: preservar a ordem no Oriente Médio, ressaltando que os EUA tinham a obrigação de apoiar a luta dos “povos livres contra os regimes totalitários”, posto que, do contrário, haveria o risco de corrosão da paz internacional e da própria segurança interna norte-americana. Por fim, Truman informa que a Grã-Bretanha, tradicional aliado na região, não tinha mais condições de prestar assistência, envolvida que estava com seus próprios problemas.

Esse discurso adquire relevância por algumas razões. Em primeiro lugar, trata-se do momento em que, oficialmente, e em ambas as instâncias responsáveis pela política externa norte-americana, estabelecem um discurso e um combate de implicações mundiais entre os EUA e a URSS, sob o manto ideológico da “luta entre a liberdade e o totalitarismo”.<sup>131</sup> Em segundo lugar, o arrazoado em questão aponta para o fato de a Inglaterra já não mais ter condições de atuar em nível planetário para a manutenção do sistema ocidental, função que

130 As opiniões e os comentários emitidos a respeito desse discurso partem de minha própria interpretação, constando entre aspas as citações textuais. A versão integral da comunicação presidencial está disponível em: «[http://www.speeches-usa.com/Transcripts/harry\\_truman-doctrine.html](http://www.speeches-usa.com/Transcripts/harry_truman-doctrine.html)».

131 A visão de combate entre liberdade e totalitarismo é evidentemente uma concepção dos formuladores de Washington, que carrega uma série de intencionalidades e não representa a aceitação deste discurso por parte do autor deste artigo. Se por um lado tal dicotomia é historicamente datada, por outro lado ecos desta construção podem ser observados até hoje, como nos discursos antiterror ou por direitos humanos que justificam atuais intervenções.

passava a ser de responsabilidade de Washington. Em terceiro lugar, razões geopolíticas (como preservar a ordem no Oriente Médio) entravam no campo das motivações para a ação governamental. Finalmente, em quarto lugar, apontava Truman que o inimigo podia ser externo ou interno ao país considerado: em nossa opinião, a mais importante inferência desta fala presidencial.

A administração Truman, no ano de 1947, ainda irá produzir uma série de eventos relevantes, que refletirão em todo o período abordado no presente trabalho e, também, para além dele. O *National Security Act of 1947* cria organizações de apoio ao presidente para a formulação e a implementação da política externa, como o Conselho Nacional de Segurança (NSC), órgão amplamente utilizado na gestão Nixon, e a Agência Central de Inteligência (CIA), além de agrupar as três forças armadas sob a órbita do Secretário de Defesa, que terá maiores poderes. É também o ano em que, a partir da proposta de George Frost Kennan, formula-se a política de contenção ao comunismo.

Para Kennan, os Estados Unidos deveriam estar preparados para uma prolongada situação de conflito e para exercer uma paciente e consistente vigilância em relação ao expansionismo soviético, sendo a principal linha de atuação de ordem política, buscando minar tal poder a partir de suas próprias contradições. Cabe ressaltar que a conduta sugerida por Kennan foi objeto de severas críticas, justamente por relativizar a importância do conflito bélico.

Entre os anos de 1948 e 1950, serão efetivados mais esforços no sentido de consolidar a posição norte-americana, como o Plano Marshall, a aliança militar conhecida como Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o que pode ser considerado o mais importante e influente documento orientador da política externa norte-americana, o relatório elaborado pelo NSC, intitulado *United States Objectives and Programs for National Security*, mais conhecido como NSC-68, liberado para divulgação ao público em geral apenas em 1975.

Para os formuladores do NSC-68, o mundo que emerge da Segunda Guerra Mundial é marcado pela inconciliável oposição entre EUA e URSS, esta última, segundo o documento, disposta à completa dominação do mundo. Neste contexto, dentre as mais importantes ações governamentais, estaria a rápida construção de um expressivo aparato político, econômico e militar, pronto para agir, por um lado, na eventualidade de um confronto armado, e apto a proporcionar, por outro, adequado suporte aos aliados dos Estados Unidos. As principais peças norte-americanas estavam dispostas no tabuleiro da Guerra Fria, mas a partida estava apenas começando.

O sucessor de Truman, Dwight Eisenhower, eleito para os dois mandatos seguintes, prosseguiu na estratégia de contenção e esteve particularmente envolvido com a Guerra da Coreia e com o Oriente Médio, constituindo este último alvo específico de comunicação em

sessão conjunta do Congresso, realizada em 5 de janeiro de 1957, quando, então, é apresentada a estratégia que será conhecida como Doutrina Eisenhower. Embora seu conteúdo diga respeito especificamente às questões daquela região, o discurso pede autorização para que as forças norte-americanas possam ser usadas para conter a agressão – direta ou indireta – oriunda de qualquer nação controlada pelo comunismo internacional, a pedido do país atacado.

Até o final dos anos de 1950, a América Latina não representava um motivo de preocupação central para os analistas de Washington, ao menos no que diz respeito a possibilidade do estabelecimento de governos com orientação socialista e revolucionária. Tal situação, contudo, iria mudar, em momento coincidente com a posse do 35º presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, em 20 de janeiro de 1961.

Acompanhando tal transformação, alcançamos o interesse central deste artigo no tocante a esse país.

### **A contenção ao sul do Equador**

Ruth Leacock<sup>132</sup> ilustra o momento de transição das aflições norte-americanas. Segundo a autora, assim como Eisenhower, John Kennedy também não tinha grandes preocupações com a América Latina;<sup>133</sup> porém, a situação em Cuba, bem como o discurso de Nikita Khrushchev, em 6 de janeiro de 1961, para uma plateia de dirigentes comunistas de dezenas de países, modifica esse comportamento.

Em sua fala, o líder soviético comenta os movimentos nacionais libertadores na Ásia, na África e na América Latina, além de exaltar a “gloriosa Revolução Cubana, que reverbera através do mundo”, sugerindo que “a América Latina é como um vulcão prestes a explodir”.<sup>134</sup> Para Leacock, o discurso não parece uma incitação ou uma indicação de que a URSS avançaria em direção ao “Terceiro Mundo”; mas, para Kennedy, isso estava posto na retórica de Khrushchev. Ainda enfatizando a mudança na percepção do risco, a mesma autora transcreve trecho de *The wine is bitter*, de Milton Eisenhower, irmão do ex-presidente e seu assessor para a América Latina, no qual afirma que “não existe a menor dúvida em meus pensamentos de que a revolução é inevitável na América Latina”. Na mesma página e em sentido semelhante,

132 LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution: the United States and Brazil, 1961-1969*. The Kent State University Press, 1990, pp. 7-31.

133 Isso não significa ausência de preocupação. Mas, em política externa, assim como em qualquer elaboração estratégica, as avaliações são relativas. Assim, no conjunto dos interesses, importa a graduação da importância de um dado tema ou desafio.

134 LEACOCK, *op. cit.*, p.7.

informa sobre uma emblemática frase de José Figueras, presidente da Costa Rica: “Falta um minuto para a meia-noite na América Latina”. De fato, existia a percepção de que o hemisfério estava sob a mira da URSS, por meio de ação coordenada – impressão esta ratificada pelos documentos então consultados ao longo da pesquisa realizada para a elaboração de minha dissertação para o mestrado.

Estabelecendo uma pausa para reflexão pessoal, considero que, independentemente de conjecturas ou análises que possam indicar a improbabilidade de uma ação revolucionária na América Latina, podemos argumentar que se um grupo de pessoas está convencido da viabilidade de uma determinada empreitada, a possibilidade de êxito está presente, suposição que bem pode ter iluminado o horizonte de expectativas e embasado as decisões dos diversos agentes políticos envolvidos naquele conturbado período.<sup>135</sup> Fechando este pequeno parêntese, já que o debate do pensamento proposto demandaria um artigo exclusivo, e retomando a narrativa proposta para o presente texto, temos que, durante a gestão de John F. Kennedy, a América Latina receberá maior atenção de Washington, na tentativa de bloquear as influências soviética e cubana na região. No horizonte de tal disposição, as principais iniciativas públicas do jovem presidente norte-americano serão a Aliança para o Progresso e os chamados Corpos de Paz.

A Aliança previa financiamento e empréstimos aos países latino-americanos para estimular o desenvolvimento capitalista e promover reformas sociais nos locais mais gravemente atingidos pela pobreza. Para os formuladores do programa, essas iniciativas deveriam estreitar as relações com os Estados Unidos e fortalecer a democracia no continente. Por sua vez, os Corpos de Paz – em atividade até os dias de hoje – foram pensados como uma ação levada a efeito através de voluntários norte-americanos que estivessem dispostos a atuar no subcontinente, no auxílio às demandas sociais mais urgentes, como saúde e educação; ao mesmo tempo, esperava-se um efeito psicológico nos locais que os recebessem, em apoio à construção de uma imagem afirmativa dos Estados Unidos.<sup>136</sup> Para Kennedy e seus assessores, a situação exigia medidas imediatas e acompanhamento constante; urgia elaborar um plano que contemplasse os riscos iminentes e os objetivos prioritários a conquistar para garantir a manutenção da América Latina como região segura aos EUA.

Prosseguindo em sua abordagem desse momento crítico, Ruth Leacock aponta que

135 Esta reflexão pessoal encontra inspiração a partir das categorias de “espaço da experiência” e “horizonte de expectativas” propostas por Koselleck em KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

136 Tais iniciativas não estavam isentas de intencionalidade, como mais um braço da política externa de Washington para influenciar a política interna dos países-alvo de tais ações. Sobre o tema, ver RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. Campinas: 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas.

o primeiro elemento considerado pela assessoria de Kennedy foi justamente o Brasil, sobretudo por sua importância geopolítica. Tal informação harmoniza-se com o quanto apurado em pesquisa efetivada por este autor: nomeadamente, pude constatar que o relatório do Conselho Coordenador de Operações do NSC, enviado no primeiro dia de fevereiro de 1961 (11 dias, portanto, da posse de Kennedy), não apenas registrava que o papel brasileiro nos problemas hemisféricos seria de importância crítica para os EUA, como também alertava sobre a informação trazida por um governador do nordeste do Brasil (cujo nome não é revelado) ao solicitar assistência norte-americana, em caráter de urgência, por força do crescimento da influência comunista na região. Aliás, em notícia de outubro de 1960, o jornal *The New York Times* sugere que as ligas camponesas, em ação no nordeste brasileiro, eram pró-Castro e antiamericanas.<sup>137</sup>

Essa urgência em estreitar relações com o Brasil é manifestada também em telegrama enviado pelo Departamento de Estado ao embaixador no Brasil, determinando prontas gestões junto ao presidente Jânio Quadros no sentido de oferecer assistência norte-americana imediata. O embaixador John Cabot é, então, autorizado a falar em nome do presidente Kennedy, caso necessário, disponibilizando créditos de cem milhões de dólares, via Eximbank. Contudo, tanto Quadros, quanto, posteriormente, João Goulart não reagiram aos apelos da diplomacia norte-americana da maneira esperada.

Mas auxílio econômico e humanitário<sup>138</sup> não eram as únicas elaborações da equipe designada para tratar das questões latino-americanas. Em conjunto com esses esforços, tratava-se de operacionalizar o aspecto militar das ações. Telegrama de 10 de maio de 1961, enviado pelo Departamento de Estado para embaixadas na região do Caribe, estabelece a imediata iniciativa para a criação de uma atividade coordenada de segurança contra atos externos e internos, operacionalizados por elementos pró-Castro. Em 5 de setembro do mesmo ano, memorando assinado por Kennedy solicita gestões junto aos militares da América Latina, com o propósito de prepará-los para ações contrainsurrecionais e de prevenção anticomunista. Neste mesmo memorando, o presidente dos EUA cita como exemplo da importância dessa medida a atuação dos militares brasileiros no episódio do retorno de João Goulart ao Brasil, na esteira da renúncia de Jânio Quadros.

Prosseguindo, passamos a considerar a administração de Lyndon B. Johnson, que

<sup>137</sup> LEACOCK, *Op. cit.*, pp. 13-14.

<sup>138</sup> Em 1962 é assinado o Acordo da Aliança para o Nordeste, entre Goulart e Kennedy, e no bojo destes entendimentos, recursos norte-americanos foram liberados, por exemplo, para o estado do Rio Grande do Norte operacionalizar o programa de reforma educacional do governador Aluísio Alves. Dos recursos obtidos para tal empreitada foi financiada a experiência de Paulo Freire em Angicos. Ver FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. 40 horas de esperança. *O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

assume a presidência dos EUA após o assassinato de John Kennedy em novembro de 1963, e que acompanhará atentamente os acontecimentos de março e abril de 1964, inclusive o desenrolar da denominada operação “*Brother Sam*”, que estabelecia as diretrizes de apoio aos militares brasileiros golpistas numa eventual reação do governo Goulart.<sup>139</sup> Eleito no ano seguinte para o próximo quadriênio presidencial com expressiva votação, Johnson promove a ampliação da participação direta do país na estratégia de contenção.

A Doutrina Johnson, exposta em 2 de maio de 1965, em relatório sobre a situação na República Dominicana, pode ser sintetizada através da referência a um de seus parágrafos:

As nações americanas não podem, não lhes é permitido, e não permitirão o estabelecimento de outro governo comunista no Hemisfério Ocidental. Esta é a visão unânime de todas as nações americanas, quando, em janeiro de 1962, elas declararam, e eu anoto: “os princípios do comunismo são incompatíveis com os princípios do sistema interamericano”.<sup>140</sup>

Como aponta Stephen Rabe:<sup>141</sup>

A doutrina Johnson – na firme manutenção da oposição ao comunismo no Hemisfério Ocidental – representou a continuação, não a ruptura, na política externa norte-americana no pós-guerra. Na verdade, o Presidente Johnson continuou a guerra de Kennedy contra o Presidente Goulart e o primeiro-ministro Jagan.<sup>142</sup>

139 Os EUA já apoiavam financeiramente grupos políticos, compostos por civis e/ou militares, de tendência anti-Goulart, sendo bastante apresentado pela bibliografia do período o financiamento de campanhas eleitorais, como as de 1962. Quanto à operação “*Brother Sam*”, deixo de tratar em profundidade tal evento significativo do período em virtude da necessidade de abordar no espaço disponível outras considerações fundamentais para este artigo. Para um conhecimento detalhado de tal ação militar, ver FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

140 “*The american nations cannot, must not, and will not permit the stablishment of another Communist government in the Western Hemisphere. This was the unanimous view of all the American nations when, in January 1962, they declared, and I quote: “The principles of communism are incompatible with the principles of the inter-American system”*”. Disponível em: <<http://millercenter.org/president/speeches/detail/4033>>. Consulta em 18 de agosto de 2013.

141 RABE, Stephen G. The Johnson Doctrine. *Presidential Studies Quaterly*, vol. 36, nº 1, Presidencial Doctrines (mar 2006), pp. 48-58, p. 54.

142 O primeiro-ministro da Guiana Inglesa, Cheddi Jagan (1961-1964), acusado de ligações com a União Soviética, sofreu severas restrições por parte da Secretaria Colonial Britânica. Ver Rabe (2006, p. 54). No mesmo sentido, notícia do jornal *Correio da Manhã*, de 1º de novembro de 1963, que informa sobre as ações do governo britânico, desfavoráveis ao então primeiro-ministro, disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&PagFis=45426&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=45426&Pesq=)>. Consulta em 18 de agosto de 2013.

Observo que a documentação primária consultada quando da elaboração de minha dissertação aponta, de fato, para a semelhança, nos aspectos mais importantes, entre as gestões Kennedy e Johnson quanto à condução da política externa americana. A propósito, concordo parcialmente com Stephen Rabe quanto ao viés anticomunista que perpassa a ação norte-americana desde o início da Guerra Fria.<sup>143</sup> Contudo, no que se refere ao continente latino-americano, percebe-se uma mudança não desprezível a partir das aludidas administrações. Nesse sentido, Ruth Leacock<sup>144</sup> parece compreender com maior acuidade o momento, ao apontar que, para os formuladores da política em Washington, era necessário estabelecer uma ação efetiva para superar os entraves econômicos e sociais que afastavam a América Latina dos Estados Unidos – fatores estes que forneciam argumentos ao discurso de esquerda.

Conforme anota a referida autora, os estrategistas norte-americanos perceberam que, para as nações em desenvolvimento, seria necessária uma nova liderança, que a diplomacia tradicional americana não poderia fornecer, pois baseada em “1) construir alianças militares para estabelecer uma linha de contenção e 2) promover os interesses dos negócios americanos no exterior”.<sup>145</sup> Para Walt Rostow, professor do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), que integrará a equipe de Kennedy e assumirá a assessoria de segurança nacional com Lyndon Johnson, “as nações subdesenvolvidas [...] esperavam um rápido desenvolvimento” e, se os EUA não mostrassem o caminho, poderiam renunciar às instituições democráticas, tornando-se comunistas, “não porque elas tivessem uma atração autêntica pela ideologia, mas porque os comunistas haviam percebido a oportunidade de explorar o potencial revolucionário das crescentes expectativas”.<sup>146</sup>

O que julgamos mais apropriado na análise do período é considerar ambas as vertentes apresentadas. De um lado, as propostas de modernização capitalista – modernização conservadora, é certo, mas buscando superar as práticas consideradas arcaicas – e, de outro, as ações de intervenção propriamente políticas, no sentido de desestabilizar ou derrubar regimes considerados hostis aos Estados Unidos, ou fracos na contenção do comunismo. O confronto bipolar, em que pese a distensão proclamada entre as potências americana e soviética, estava sendo disputado no chamado “Terceiro Mundo”, e a América Latina não poderia ser negligenciada, necessitando de uma nova abordagem. Por isso, discordo de Cristina Pecequilo quando, comentando o apoio aos golpes militares no subcontinente, afirma que “mesmo esse padrão de interferência não foi suficiente para sinalizar qualquer interesse específico dos

143 Conforme apontamos anteriormente, a ingerência dos EUA no continente é mais antiga. Ver nota 8 deste artigo.

144 LEACOCK, Ruth. *Op. cit.*, pp.61-63.

145 *Idem*, p.62.

146 *Ibidem*, p.63.

Estados Unidos, retomando-se o padrão de relativa negligência pré-1959 [...]”;<sup>147</sup> ao contrário, a região permaneceu no cerne das considerações estratégicas norte-americanas, ao menos até o final da gestão de Richard Nixon.

As doutrinas Kennedy e Johnson inegavelmente mostram traços de semelhança, considerando, inclusive, a manutenção de boa parte dos assessores para assuntos internacionais entre as duas administrações. Outro traço perceptível – e, nesse caso, interpretável como uma característica remanescente da tradição diplomática dos Estados Unidos – é o caráter de condutor das ações. Ou seja, para os tomadores de decisão em Washington, cabia somente a eles a determinação do curso a ser tomado, e nenhuma nação do Sul deveria agir, ainda que sob o signo da contenção, nos acontecimentos internos de outra, salvo quando deliberado por iniciativa norte-americana. A segurança hemisférica era responsabilidade primária do líder do bloco ocidental. A gestão de Richard Nixon, contudo, terá outro tratamento para este tema.

### **Um novo paradigma: o Brasil como país-chave**

A política externa para Nixon constitui-se em assunto de tal importância que seus pronunciamentos sobre o papel a ser desempenhado pelos Estados Unidos da América no mundo merecem destaque muito antes de sua posse como 37º presidente do país. Em discurso proferido no *Bohemian Men's Club* de São Francisco, em 29 de julho de 1967, o futuro presidente alerta a plateia que os assuntos internacionais serão o tema de sua palestra, para avaliar as forças em ação no mundo e discutir o papel a ser desempenhado pelos EUA (“Se nós quisermos realizar nosso destino de preservar a paz e a liberdade no mundo no último terço do século XX”).<sup>148</sup> Nixon entendia que se vivia em um mundo novo: nele, não mais cabiam as velhas instituições herdadas dos vinte anos precedentes, e o outrora “monolítico império soviético” apresentava fissuras em suas dimensões interna e externa. Em rápida panorâmica sobre os diversos continentes, apontava que a Europa Ocidental estava consolidada, que a Ásia não comunista detinha as “melhores esperanças de mudança” e que os governos independentes da África não tinham possibilidade de possuir um papel representativo – ao menos para os padrões norte-americanos.

Não obstante as perspectivas animadoras, ao voltar seu discurso para a América Latina, Nixon asseverava que:

<sup>147</sup> PECEQUILLO, Cristina Soreanu. Op. cit., pp. 228-229.

<sup>148</sup> “If we are to realize our destiny of preserving peace and freedom in the world in this last third of the twentieth century”. Tradução livre do autor. Texto original do discurso disponível em «<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76vol1/d2>». Consulta em agosto de 2013.

Vinte anos atrás Castro não era ninguém. Cuba e todas as outras repúblicas latinas eram consideradas solidamente, permanentemente e docilmente ao lado dos Estados Unidos. Hoje Castro tem a maior força militar no Hemisfério Ocidental nas proximidades dos Estados Unidos, e ele está exportando a revolução sobre todo o continente. Mas, *mesmo que Castro não existisse, a América Latina deveria ser considerada o maior e mais sensível problema*. Apesar da Aliança para o Progresso, a América Latina mal consegue equilibrar sua própria competição entre produção e população. *Persistindo essa situação, a América Latina será um barril de pólvora propício para a revolução (grifos nossos).*<sup>149</sup>

Durante todo o seu discurso, Richard Nixon recorre à circunstância temporal contida na frase “há vinte anos atrás” para realçar a emergência de um “mundo novo”, que já não pode mais ser gerenciado com base nas premissas do passado. Embora aponte a manutenção da Alemanha no arco da aliança ocidental como a prioridade máxima da política externa americana, seu foco também se move para as áreas do chamado “Terceiro Mundo”, especialmente a América Latina. E, renunciando o direcionamento de sua política para os vizinhos, expõe o último ponto de vista a partir da constatação sobre quatro histórias de impressionante sucesso econômico (Irã, México, Tailândia e Taiwan):

Nenhum desses países possui uma democracia representativa nos padrões Ocidentais. [...]. É a hora de reconhecermos que, por muito que gostemos de nosso próprio sistema político, o estilo Americano de democracia não é necessariamente a melhor forma de governo para os povos da Ásia, África e América Latina, com suas experiências completamente distintas.<sup>150</sup>

As palavras dispostas nesse primeiro documento não parecem indicar qualquer negligência com os países da América Latina. Ademais, importa registrar tratar-se o local em que foi proferido o discurso, o Bohemian Club, de um tradicional ponto de encontro da elite econômica e cultural, formada quase exclusivamente por norte-americanos, não sendo este, portanto, o ambiente mais propício à veiculação de informações irrelevantes. É evidente que as principais preocupações serão em relação à guerra com o Vietnã e à distensão com a União

149 *“Twenty years ago Castro was a nobody. Cuba and all the other Latin republics were considered to be solidly, permanently and docilely on the side of the United States. Today Castro has the strongest military force in the Western Hemisphere next to the United States and he is exporting revolution all over the continent. But even if Castro did not exist, Latin America would have to be considered a major trouble spot. Despite the Alliance for Progress, Latin America is barely holding its own in the race between production and population. As it continues to fall further behind the rest of the world, it becomes a tinder box for revolution.”* Tradução livre do autor.

150 *“No one of these countries has a representative democracy by Western standards. But it happens that in each case their system has worked for them. It is time for us to recognize that much as we like our own political system, American style democracy is not necessarily the best form of government for people in Asia, Africa and Latin America with entirely different backgrounds.”* Tradução livre do autor.

Soviética; porém, o objetivo de solapar o poder comunista permanece e, nos domínios de tal textura, a América Latina será um dos principais cenários.

Nixon estava interessado em consignar de forma clara uma nova proposta em política externa, e a intensa produção discursiva sobre o tema, dois anos antes do encerramento do mandato de Johnson, indica ao menos uma disposição real por mudança. Percebendo que a hegemonia absoluta era impossível, que a Europa e o Japão ampliavam seu poder de participação na conjuntura internacional e que novos atores emergiam, tratou de informar a opinião pública em geral, e a elite do país em particular, que ele representava o real interesse dos Estados Unidos. Em artigo publicado no periódico *Foreign Affairs*, sob o título “*Asia after Viet Nam*”,<sup>151</sup> Nixon indica a necessidade de mudar a condução da política norte-americana, inclusive em relação ao esforço de guerra então empreendido. Isso não implica, entretanto, a renúncia ao papel de liderança ou o retorno ao isolacionismo, muito menos nega a possibilidade de intervenção, inclusive militar, quando necessária aos interesses particulares dos EUA. Trata-se de uma reorientação na forma de agir – e não nas premissas que a determinam.

Durante a campanha presidencial, em 1968, Richard Nixon explicita o que ele entende por “nova diplomacia americana”:

[...] uma diplomacia para lidar com as agressões futuras [...] quando a liberdade das nações amigas estiver sob ataque, nós os ajudaremos com nosso dinheiro e com nossas armas; mas nós vamos deixá-los lutar, e não lutar por eles. Esta deve ser a meta da nova diplomacia para a América.<sup>152</sup>

Em seu discurso de posse, proferido em 20 de janeiro de 1969, em frente ao Capitólio e marco da primeira transmissão via satélite de tal modalidade de pronunciamento, Nixon explora os temas da esperança e da paz, sinalizando um governo disposto a atingir seus objetivos através do entendimento e da construção conjunta: “a essência da liberdade é que cada um de nós contribua na construção de seu próprio destino”.<sup>153</sup> Sintomaticamente, a palavra democracia não é mencionada em nenhum trecho de sua explanação inaugural.

O principal colaborador de Nixon para assuntos internacionais foi Henry Kissinger,

151 *Foreign Affairs*, vol. 46, nº 1. Outubro de 1967, pp. 113-125. Disponível em: «<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v01/d3>».

152 “*It is time to develop a new diplomacy for the United States, a diplomacy to deal with future aggression – so that when the freedom of friendly nation is threatened by aggression, we help them with our money and help them with our arms; but we let them fight the war and don’t fight for them. This should be the goal of a new diplomacy for America.*” Tradução livre do autor.

153 “The essence of freedom is that each of us shares in the shaping of his own destiny.” Discurso disponível em: «<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=1941#axzz2iTZU6yUP>. Tradução livre do autor».

inicialmente como chefe do NSC e, em momento posterior, acumulando também o cargo de Secretário de Estado, sendo esta a primeira e a única vez na história dos Estados Unidos em que uma mesma pessoa assumiu as duas funções. Kissinger é considerado um dos mais importantes formuladores da política externa norte-americana, exercendo grande influência nos anos em que esteve na Casa Branca. Raymond Aron chega a descrevê-lo como um discípulo de Metternich, por conta de sua tentativa de estabelecer um concerto internacional de nações sob sua coordenação.<sup>154</sup> Em três ensaios fundamentais, produzidos entre os anos de 1966 e 1969, Kissinger aborda os aspectos mais relevantes que, em sua avaliação, deveriam nortear a política externa norte-americana. São eles: *Central issues of American foreign policy*, *Domestic structure and foreign policy* e *The Vietnam negotiations*.<sup>155</sup>

Conforme o exposto por Matias Spektor,<sup>156</sup> Nixon e Kissinger pretendiam dividir os custos da manutenção da ordem internacional imaginada pelos Estados Unidos, apostando, para tanto, na tese do regionalismo, segundo a qual os aliados dos EUA passariam a assumir a responsabilidade primária de se defenderem da “agressão comunista”. Tratava-se de um plano de delegação de poder e responsabilidades. Para atingir esse objetivo, Kissinger lança o conceito de país-chave, assim consideradas as potências regionais capazes de agir em consonância com a doutrina estabelecida pelo presidente americano. As nações que, na avaliação de Henry Kissinger, poderiam assumir este papel eram Brasil, Irã, Indonésia e África do Sul.

Kissinger entendia que as nações centrais do ocidente, especialmente os EUA, tinham dificuldades em operar sobre nações periféricas fora da perspectiva da força bélica convencional, e ensinava que “em muitas áreas a habilidade para fomentar a instabilidade interna é arma mais poderosa que o exército tradicional”;<sup>157</sup> o que o professor de Harvard percebeu foi que a ordem internacional não poderia mais ser operacionalizada a partir da visão diplomática tradicional. Assim, reconhecendo a bipolaridade como inquestionável no sentido militar, ela não poderia responder ao sistema internacional que se descortinava nos idos da década de sessenta; a multipolaridade política era o dado mais importante a ser considerado no contexto do confronto entre os superpoderes.

Percebendo que os EUA não conseguiriam arcar sozinho com os custos materiais, assim como não teriam condições políticas para impor unilateralmente sua vontade, Kissinger

154 Para a comparação com Metternich, ver, também, PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *Op. cit.*, pp. 195-196.

155 Os ensaios estão disponíveis no site do Departamento de Estado, em «[www.state.gov](http://www.state.gov)». Também reunidos em *American Foreign Policy: three essays*. Norton/Minnessota, 1969, publicado também pelo MIT e disponível ainda no JStor (não gratuito) em «<http://www.jstor.org/stable/20026982>».

156 SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, pp. 9-20.

157 Extraído do ensaio *Domestic structure and foreign policy*. No original: “*In many areas the ability to foment domestic unrest is a more potent weapon than traditional arms*”.

aconselhava um compartilhamento desta carga, afirmando que “nossa contribuição não deve ser o esforço único ou o principal, mas sim a diferença entre o sucesso e o fracasso”,<sup>158</sup> e como conclusão desta nova orientação da política externa aponta que seria necessário:

fazer coalizões na participação de objetivos. Grupamentos regionais apoiados pelos EUA terão de assumir responsabilidades relativas a suas respectivas áreas imediatas, com os Estados Unidos se ocupando mais com o esquema geral de ordem do que com a administração de cada empreendimento regional.<sup>159</sup>

A partir das considerações acima, fica perceptível a proposta de Kissinger ao estabelecer os referidos países-chave, os parceiros que dispusessem de condições internas – e interesses passíveis de compartilhamento – para administrar o sistema internacional dentro das perspectivas norte-americanas. Em que pese as considerações sobre uma alteração mais retórica que concreta na condução da política externa da dupla Nixon/Kissinger – conforme aponta Jeffrey Kimball,<sup>160</sup> ao registrar discrepâncias entre o discurso e a prática na abordagem das questões relativas ao Sudeste asiático – acreditamos que, ao menos em sua interação com a América do Sul, as transformações em tal instância serão perceptíveis.

O que Kimball parece ter percebido foi a resistência, por parte da diplomacia profissional norte-americana, de uma ação de aproximação com o Brasil, considerado de fato pouco relevante aos interesses do país, e que, além de tudo, poderia provocar reações negativas por parte dos demais países da América do Sul, sensação esta, por sinal, compartilhada Ministério das Relações Exteriores Brasileiro. Contudo, para os formuladores da política externa da Casa Branca, que percebiam a sua derrota com relação ao sudeste asiático, era impensável perder, também, a América Latina, o que o avanço da esquerda poderia, na avaliação de Kissinger, concretizar.

Disposto a construir uma base sólida de apoio para uma efetiva aproximação com o Brasil, o assessor norte-americano de segurança nacional buscará toda a informação necessária para convencer a administração Nixon do risco iminente vindo do Sul. Exemplo disso é o memorando emitido por Vernon Walters,<sup>161</sup> no âmbito do qual, ao avaliar a situação política

158 Extraído do ensaio *Central issues of American foreign policy*. No original: “*Our contribution should not be the sole or principal effort, but it should make the difference between success and failure*”.

159 Extraído do ensaio *Central issues of American foreign policy*. No original: “*to generate coalitions of shared purposes. Regional groupings supported by the United States will have to take over major responsibility for their immediate areas, with the United States being concerned more with the over-all framework of order than with the management of every regional enterprise*”.

160 KIMBALL, Jeffrey. The Nixon Doctrine: a saga of Misunderstanding. *Presidential Studies Quarterly*, vol. 36, nº 1, Presidential Doctrines (mar 2006), pp. 59-74.

161 O general Vernon Walters tinha grande proximidade com os militares brasileiros, uma vez que foi o oficial de

no Brasil, informa que, em caso de negligência norte-americana para com esse país, uma revolução comunista de inspiração castrista seria uma possibilidade real. Para reforçar sua argumentação, o General Walters observa: “dissociar-se do governo brasileiro, esperando agir sobre o grupo opositor, é um erro que cometemos em Cuba, cujos resultados são bem conhecidos”.<sup>162</sup> Mais à frente, construindo um dramático cenário para os Estados Unidos, encerra o documento afirmando: “se perdermos o Brasil, não será outra Cuba. Será outra China”.<sup>163</sup> Tal afirmação parece ir de encontro à minha impressão pessoal, emitida anteriormente, acerca do quadro mental que estabelece determinadas decisões políticas.

Retornando ao início deste artigo, a partir do encontro entre Nixon e Médici, uma sucessão de golpes militares é efetivada na América do Sul, sendo emblemáticos os desferidos no Uruguai e no Chile, com perceptível participação do governo brasileiro tanto na preparação quanto na deflagração dos mesmos, e iniciativas posteriores demonstram não só o apoio aos regimes ditatoriais instalados como a organização de um aparato extraterritorial para dar conta da contenção, por meios violentos, da esquerda sul-americana, através da Operação Condor. Ao que tudo indica, as formulações emanadas a partir de Washington encontraram solo fértil nas propostas dos defensores da Doutrina de Segurança Nacional em nosso continente, e a partir do encontro Nixon-Médici a Guerra Fria aprontava sua bagagem para desembarcar definitivamente na América Latina.

ligação entre o exército americano e a Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial.

162 Segundo LEACOCK (LEACOCK, Ruth. *Op. cit.* The Kent State University Press, 1990, p. 6), em 1958 a administração Eisenhower muda sua orientação política para Cuba, no sentido da neutralidade e, em março de 1958, suspende o envio de armas e suprimentos para o regime de Fulgêncio Batista, por considerar a guerrilha liderada por Fidel Castro inofensiva aos interesses norte-americanos.

163 Memorandum from Vernon Walters to Kissinger. *U.S. Foreign Relations*, doc. 116. Disponível em: «<http://history.state.gov/historicaldocuments>».



## A perspectiva do *Jornal do Brasil* sobre processo de configuração da Constituição de 1967

Dayane Cristina Guarnieri

Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

### Resumo

O artigo aborda como o *Jornal do Brasil* atua em seus editoriais durante o período situado entre 1966 e 1967, quando foi gerada uma abundante legislação produzida pelo governo militar, principalmente, após o segundo Ato Institucional. O periódico enfatiza a necessidade de uniformizar a legislação do país para garantir a legitimidade do governo vigente. O texto visa compreender como o JB articula a crítica e o apoio ao governo militar diante do debate em torno da Constituinte e da Constituição de 1967.

**Palavras-chave** *Jornal do Brasil*, Constituição de 1967, governo militar.

### Abstract

The article discusses how the *Jornal do Brasil* acts in his editorials during the period between 1966 and 1967, when it generated in abundant legislation enacted by the military government, especially after the second Institutional Act. The newspaper emphasizes the need to standardize the law of the country to ensure the legitimacy of the current government. The text aims to understand how the JB articulates criticism and support for the military government before the debate surrounding the Constituent Assembly and the 1967 Constitution.

**Keywords** *Jornal do Brasil*, Constitution of 1967, military government.

### O *Jornal do Brasil*: um apoiador do Regime Militar

O artigo utilizará a imprensa, como objeto e fonte em um contexto específico que marca o processo inicial de amadurecimento do regime militar (1964-1985), cuja origem foi um golpe civil-militar perpetrado em 1964. O assunto específico que será abordado é o debate social gerado pela possibilidade da criação de uma nova Constituição, tendo em vista as contradições impostas por um regime militar com pretensões que visavam a preservação de uma imagem legalista.

Essa análise das fontes periódicas parte da investigação dos editoriais do matutino carioca chamado de *Jornal do Brasil*. Sabe-se que os principais periódicos do país em meados da década de 1960 eram em São Paulo: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e no Rio de Janeiro: o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Última Hora* e o *Correio da Manhã*. Todos esses periódicos, dentre outros, com exceção do *UH*, participaram da campanha de desestabilização contra o presidente João Goulart e continuaram a apoiar o início do governo militar.

Até o final de 1963 pode-se afirmar que havia uma imprensa que apesar das desconfianças não se opunha totalmente contra Goulart e outra que o repudiava desde sua atuação no Ministério do Trabalho durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Contudo, a partir de outubro deste ano o *Jornal do Brasil* “deu a senha para a formação de um bloco da imprensa contra o Governo” por meio do seu editorial do dia 13 de setembro de 1963 intitulado “Basta”.<sup>164</sup>

Esse editorial do *Jornal do Brasil* levantava a bandeira da legalidade e da ordem contra o que chamava de subversão, sua argumentação evidenciava as intenções ilegais do presidente que pretendia desestabilizar as Forças Armadas e manipular as massas. Esse discurso será a premissa básica para clamar pela intervenção militar e defender o golpe civil-militar.<sup>165</sup>

O *Jornal do Brasil*, assim como, a maioria da grande imprensa clamou pelo golpe civil-militar de 1964 e posicionou-se a favor do novo regime político, mas ele também criticou as ações arbitrárias do governo militar na política e na sociedade (legislação de exceção, cassações, censuras etc.). Contudo, a maioria da imprensa que incentivou a derrubada do governo constitucional em 1964, durante os quatro primeiros anos continuaram a tentativa de legitimar o governo que passaram a apoiar.

O *Jornal do Brasil* como objeto e fonte da pesquisa foi escolhido porque durante o

<sup>164</sup> NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>165</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de setembro 1964, p.6. tit.: Basta.

período delimitado ele era considerado um dos principais periódicos do Rio de Janeiro, palco dos principais eventos políticos que agitaram o país. Além disso, na década de 1960, 90% dos periódicos e revistas concentravam-se eixo SP-RJ que publicavam “um exemplar de jornal diário para cada 22 pessoas”.<sup>166</sup>

Outro fator de atração para a seleção do *Jornal do Brasil* são os comentários de jornalistas que frisam o pioneirismo de suas reformas e a importância delas para o jornalismo impresso moderno. No entanto, o fator preponderante para a adoção do *Jornal do Brasil* foi a contradição de escritos jornalísticos sobre sua posição diante do governo militar. Os comentários variam entre a moderação, a resistência ou propaganda ao regime.

O artigo abordará o debate político em torno do processo Constituinte e da realização da Constituição de 1967, esse período foi marcado no *Jornal do Brasil* pela ampliação da discussão e da escrita sobre temas relacionados com a política nacional e a tentativa de interferências do *Jornal do Brasil* na agenda política do governo militar.

Sobre o discurso jornalístico, concordamos com Bourdieu<sup>167</sup> quando ele afirma que a imprensa possui “um poder simbólico mais ou menos importante”. E esse poder lhe confere autoridade para falar. Para Bourdieu,<sup>168</sup> as produções linguísticas são geradas em todas as relações sociais. A linguagem possui a característica de saber antecipadamente a reação que irá suscitar, esta depende do discurso e de quem a pronuncia.

A imprensa possui o que Bourdieu<sup>169</sup> denomina de poder simbólico que é o “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo”. Esse poder aponta a importância da imprensa na sociedade e o interesse do regime militar em cerceá-la. Para o autor, as relações de comunicação são sempre relações de poder que necessitam do poder simbólico acumulado pelos agentes/instituições.

O poder simbólico pode se constituir pela enunciação “de fazer ver e fazer crer” esse poder permite obter resultados similares ao dos que utilizam a força, no entanto, possui a capacidade de ser “ignorado como arbitrário”.<sup>170</sup> A imprensa constrói continuamente o seu poder, por meio de suas próprias palavras, ela se auto define e se renova tentando conciliar os seus interesses particulares e a imagem de uma instituição cujo papel é priorizar as informações para a sociedade e interferir em prol do bem comum.

166 REGO, G. T. do. *Imprensa brasileira contemporânea*. TV Pesquisa, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1969. Disponível em: < <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/>>. Acesso em: 5 outubro 2012.

167 BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Trad.: Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983, p. 164.

168 *Ibidem*, p 169.

169 BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p. 9.

170 *Ibidem*, p.12.

No contexto, da década de 1960 o periódico é o meio de comunicação em que a sociedade vai encontrar a sua principal fonte de informação e opinião, tendo em vista, que a televisão vivia o seu período embrionário e se preocupava mais com o entretenimento.

Nesse momento, a grande imprensa brasileira refletia a sua influência do jornalismo americano, que exalta a objetividade e a neutralidade na transmissão da notícia. A imprensa brasileira queria demonstrar ao leitor que se desvinculou do antigo jornalismo partidário, polêmico e opinativo.

Mas, em contrapartida, Abreu<sup>171</sup> ressalta que a imprensa da década de 1960 vivia o apogeu do jornalismo político, um exemplo disso foi a grande participação da imprensa no golpe civil-militar. Para a autora a indústria de comunicação de massa era considerada partidária, pois ela defendia os interesses ideológicos dos partidos e possuía uma concepção missionária. Apesar disso, a autora reconhece que imprensa brasileira muda sua linguagem, porque a notícia passa a ocupar mais espaço do que a opinião, assim como, as inovações gráficas e técnicas.

Como se notou haviam inovações ocorrendo na imprensa, mas essa modernização estava mais concentrada na forma estética dos periódicos do que em seu conteúdo e concepção política. Assim concordamos com Barbosa<sup>172</sup> quando ela afirma que apesar dos periódicos adotarem uma aparência construída *a posteriori* sobre os ideais de objetividade e neutralidade, introduzidos com as reformas, eles ainda cultivam sua posição política. Para Barbosa<sup>173</sup> o que mudaria o conteúdo da imprensa escrita seria a censura/autocensura, que iria retirar de cena a polêmica, os grandes enredos e o protagonismo da imprensa no campo político.

Cabe apontar a influência econômica do governo, na concepção de Smith<sup>174</sup> a grande imprensa dependia do governo, pois a baixa tiragem dos periódicos era compensada pela publicidade privada e estatal. Nesse aspecto econômico a importância do governo estava na soma da sua significativa parcela nos anúncios estatais e na influência que exercia sobre os empresários que dependiam do governo para exercer os seus negócios.

171 ABREU, A. A. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, M. de M. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 108, 109.

172 BARBOSA, M. *História cultural da imprensa*, Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.163

173 *Ibidem*, p.175

174 SMITH, A. M. *Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.57.

### O processo de imposição da Constituição de 1967

Compreendo que desde 1964 o governo militar agiu por meio de leis configuradas para legitimar suas ações arbitrárias e ilegais, concorda-se com a afirmação de Lucia Grinberg<sup>175</sup> de que a elaboração de uma nova Carta no início de 1966 torna ainda mais notória a “preocupação do governo militar com os formalismos jurídicos”.

Desde 1965 o *Jornal do Brasil* esboça uma forte preocupação sobre a necessidade de reestruturar a legislação, por meio da realização de uma Constituinte, que demarcasse a imagem de um governo que pretendia resolver o problema imposto pela proliferação de leis circunstâncias. De acordo com o *Jornal do Brasil* a organização da ordem jurídica garantiria: a estabilidade política para a reestruturação da democracia estável,<sup>176</sup> repelir o mergulho do país na ditadura<sup>177</sup> e legitimar as ações do governo militar.<sup>178</sup>

Apesar do discurso defendido pelo *Jornal do Brasil* de que a Constituição de 1967 iria promover a transição de um regime de arbitrário para um regime constitucional, sempre havia presente a preocupação sobre qual seria o direcionamento político da nova ordem jurídica. Essa incerteza era resultado de uma série de fatores como: a explícita relutância em se realizar uma Constituinte e da postura política do governo militar que omitia informações sobre as tendências do novo projeto constitucional.

Por isso o periódico direciona suas dúvidas sobre a reformulação político-institucional conjecturando sobre quem realizaria a consolidação constitucional, uma Comissão de Juristas sem a participação do Congresso, um Congresso com poder Constituinte, supostamente, cedidos pelo Executivo, ou uma simples outorga presidencial do projeto constitucional.

A questão do retorno de um regime constitucional permeou as discussões no *Jornal do Brasil* desde o início do governo militar, mas intensifica-se em 1966 quando a opinião editorial considera que o país se encontrava no auge da desorganização da estrutura jurídica imposta pelos Atos Complementares e Institucionais.<sup>179</sup> Assim o periódico enfatiza a

175 GRINBERG, L. *Partido Político ou bode expiatório, um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA, (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 102.

176 Cf: *Jornal do Brasil*, 23 agosto, de 1966, p.1, tít.: Debate oportuno; *Jornal do Brasil*, 5, de novembro, de 1966, p.6, tít.: Constituinte.

177 Cf: *Jornal do Brasil*, 20 novembro, de 1966, p.1, tít.: Epílogo democrático.

178 Cf: *Jornal do Brasil*, 19/20 dezembro, de 1966, p.1, tít.: Caminho obrigatório.

179 Dentre alguns exemplos de tentativas de desestruturação jurídicas pelos Atos complementares e Institucionais para beneficiar o governo militar estão a tentativa de anular o Judiciário, impedir atividade de políticos cassados que possuíam popularidade, dificultar qualquer tipo de oposição ao retirar o direito de defesa do cidadão, e atrapalhar a organização política dos partidos quando os destruiu.

necessidade da realização de uma Constituinte que junto com a posse de Costa e Silva para a Presidência, em 15 de março de 1967 marcariam o momento de redemocratização do país.

O *Jornal do Brasil* anuncia que a legislação produzida pelo governo militar deslegitimava a “Revolução” ao revelar o seu sentido discricionário. Por isso, o periódico destaca o erro do governo militar ao tentar obter a legitimidade da “Revolução”, por meio, de medidas arbitrárias ou da incorporação destas na Carta de 1946. Para o periódico somente uma Constituinte teria a capacidade de legitimar novamente o projeto político do governo militar, porque representa um instrumento consagrado pela prática democrática no Brasil.

A Constituinte seria um marco histórico de 31 de março e, no plano político, o governo resguardaria a sua unidade até transmitir ao futuro Presidente da República as responsabilidades de prosseguir a missão renovadora com base na estabilidade que não pode prescindir do selo de legitimidade, de competência exclusiva da Constituinte.<sup>180</sup>

A execução da reforma constitucional pela única via que pode investir a obra legitimadora nas características de sacramentalidade democrática e de permanência histórica: a convocação de uma Constituinte.<sup>181</sup>

A legitimação perfeita e acabada dos atos da Revolução só poderá ser alcançada por via Constituinte e pelo novo Congresso a ser eleito este ano.<sup>182</sup>

Em fevereiro de 1966 o presidente da República, Marechal Castelo Branco, institui uma Comissão de Juristas composta por: “Levi Carneiro, Seabra Fagundes, Orozimbo Nonato e Temístocles Cavalcanti”.<sup>183</sup> Estes deveriam garantir “uniformidade aos textos básicos constitucionais e institucionais.”<sup>184</sup> O governo pronuncia que o objetivo dessa Comissão Especial era homogeneizar os textos básicos da ordem jurídica em vigor, ou seja, incorporar a legislação produzida pelo governo militar à Constituição.

Depois de pronto o anteprojeto desenvolvido pela Comissão de Juristas, o Presidente exige a elaboração de um novo projeto ao novo Ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, conhecido pela sua tendência antiliberal.<sup>185</sup> Essa trama evidencia que a rejeição

180 *Jornal do Brasil*, 9 e 10 de janeiro de 1966, p.6, tít.: Coragem e realismo.

181 *Jornal do Brasil*, 23 e 24 de janeiro de 1966, p.6, tít.: Retomada de liderança.

182 *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1966, p.6, tít.: Soluções circunstanciais.

183 GRINBERG. *Op. cit.*, p.103.

184 *Jornal do Brasil*, 15 fevereiro de 1966, p.6, tít.: Reforma Constitucional.

185 MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna*. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EDUFSCar, 1995, p.84. Para Martins Filho a nomeação em julho do jurista Carlos Medeiros Silva para substituir Mem de Sá no Ministério da Justiça, representa um “divisor de águas na definição castelista por um projeto sem resquícios de liberalismo”.

do projeto produzido pela Comissão, caracterizado pela sua essência liberal não satisfazia os anseios do governo militar.

Compreendo que desde 1964 o governo militar agiu por meio de leis configuradas para legitimar suas ações arbitrárias e ilegais, concorda-se com a afirmação de Lucia Grinberg de que a elaboração de uma nova Carta no início de 1966 torna ainda mais notória a “preocupação do governo com os formalismos jurídicos”.<sup>186</sup>

Para o *Jornal do Brasil* a legitimidade de uma Constituinte estava intrínseca ao sentido de “consentimento popular”, visto por ele como a solução para a crise oriunda da desordem jurídica. Sobre isso Silva afirmou que existia o consenso de que “o titular do poder Constituinte é o povo [...] o que significa dizer que as leis precisam ser editadas em nome da maioria dos membros da nação e/ou por eles aprovada”.<sup>187</sup>

O significado de democracia para o *Jornal do Brasil* está extremamente ligado a representação congressional. Portanto, o aval popular se reflete nos representantes eleitos que serviriam para legitimar a atuação do governo militar:

Não vemos que outra saída passa existir para a sobrevivência do estado de direito no País, quando tudo é tumulto à nossa volta, senão aquela que implica a urgente e autêntica legitimação dos atos praticados em nome do Poder constituinte da Revolução. Legitimação, no caso, é palavra empregada no sentido estrito de respaldo popular. Enquanto o Governo eximir a homologação do consentimento popular, facilmente aferível através da convocação de um Congresso Constituinte, ele será apenas uma construção artificial de poder e de autoridade. Mas desde que o povo referende a sua missão, esta ficará sacramentada de legitimidade democrática e ganhará dimensão histórica.<sup>188</sup>

Tudo indica que decidido a promover sem demora a consolidação constitucional há tempos anunciada e que é unicamente reconhecida como indispensável e até urgente.<sup>189</sup>

Parece fora de dúvida, a essa altura do emaranhado político resultante de situações transitórias, que a convocação da Assembleia Constituinte – por nós defendida na oportunidade adequada – era o caminho mais seguro para a integração das medidas renovadoras e purificadoras dos costumes políticos, e para assegurar a continuidade do processo aberto a 31 de março. O selo da legitimidade popular era e é indispensável para revestir de durabilidade a obra de revisão constitucional.<sup>190</sup>

Como se nota nos editoriais anteriores, apesar do *Jornal do Brasil* afirmar a

186 GRINBERG. *Op. cit.*, p. 102.

187 SILVA, M. P. História e culturas políticas: as concepções jurídicas evocadas pelos governos militares enquanto instrumento de obtenção de legitimidade. *História*, São Paulo, n. 28, 2009, p.33.

188 *Jornal do Brasil*, 10 fevereiro de 1966, p.6, tít.: Tumulto institucional.

189 *Jornal do Brasil*, 15 fevereiro de 1966, p.6, tít.: Reforma Constitucional.

190 *Jornal do Brasil*, 15 abril de 1966, p.6, tít.: Constituinte.

importância da implantação de uma nova ordem jurídica erigida a partir de uma prática democrática, como a Constituinte, ele atesta que esse processo está submetido à função de legitimar a “Revolução” e garantir a continuidade das medidas concebidas pelo governo vigente.

Por mais que se falasse em “legitimidade popular” concedida por uma Constituinte, o *Jornal do Brasil* afirmava no editorial *Perspectivas da Oposição*<sup>191</sup> que não se vivia em um “regime institucional regular”. Apesar da satisfação do periódico diante da confirmação da reformulação constitucional, entende-se que o contexto político em que esse processo ocorre está circunscrito a perda de direitos fundamentais dos cidadãos, à concentração de poder e eliminação das formas de oposição.

Mesmo que o *Jornal do Brasil* frise a necessidade da legitimidade que emana da vontade popular obtida, por meio, da convocação de um Congresso Constituinte. Ele não nega, que além do impedimento de acesso da oposição ao poder do estado, existe o obscurantismo em torno do conteúdo da reforma constitucional: “a nação tem o direito, desde logo, de conhecer, com nitidez, o que vai ser desse novo regime que acaba de aderir o Presidente da República. Até agora, é tudo incógnita”.<sup>192</sup>

Em 24 de agosto de 1966 o Presidente convoca o Congresso e confere a ele poderes de Assembleia Constituinte para votar a nova Carta Magna no dia 31 de dezembro. Perante essa confirmação o editorial a seguir conclui que a missão de institucionalizar o país que aderiu ao arbítrio precisou ceder à necessidade da “legitimidade popular” no sentido propalado pelo *Jornal do Brasil*:

A ideia de transformar o atual Congresso em Constituinte é o reconhecimento tardio de que só o selo da legitimação popular poderá credenciar a nova carta política à sobrevivência no tempo. Com esta decisão desaparece de cena a possibilidade da outorga e se alarga de maneira promissora a saída democrática. [...] A solução para qual parece amadurecido o Governo, depois que sentiu a impossibilidade de insistir nas fórmulas impositivas, é o reconhecimento de que a solução institucional duradoura terá de ser fruto da colaboração parlamentar através da qual se assegure a legitimação popular. Mesmo levando em conta que será estranho delegar a tarefa Constituinte a um Congresso em acaso, quando já estará definida a composição política da futura representação parlamentar, a ser eleita em novembro, a nova via de acesso à legalidade é a única que oferece segurança para o Brasil fazer a transição do arbítrio ao direito.<sup>193</sup>

191 *Jornal do Brasil*, 12 fevereiro de 1966, p.6, tít.: Perspectivas da Oposição.

192 *Jornal do Brasil*, 17 agosto de 1966, p.6, tít.: Incógnita Constitucional.

193 *Jornal do Brasil*, 26 agosto de 1966, p.1, tít.: Abertura à Vista. Grifo Nosso.

O editorial intitulado *Opção inicial* de 1966 sublinha a obstinação do Presidente da República em “constitucionalizar uma situação revolucionária”, dando forma legal e substância jurídica a ela, com o objetivo de impor limites ao seu sucessor:<sup>194</sup>

O fato, porém, é que, mesmo sem recorrer à solução de uma Constituinte, o Governo, sob a liderança pessoal do Castelo Branco, não se conforma em transferir o poder ao seu sucessor [...] sem, antes, normalizar a vida institucional do País. Trata-se, assim, de constitucionalizar uma situação revolucionária, dando forma legal e substância jurídica ao que, até aqui, tem sido mero expediente ditado pelas circunstâncias e autorizando pelo invocado poder de arbítrio que têm as revoluções.<sup>195</sup>

Desde julho de 1966 o *Jornal do Brasil* constata que a Constituição serviria para legalizar o regime vigente desde 1964 e para perpetuá-lo. O editorial a seguir conclui que a pretensão da nova Carta era criar um governo forte com a típica mistura da ordem legal e “revolucionária”:

A própria Comissão Especial de Juristas, nomeada em abril por ato do Chefe do Executivo, optou por um novo projeto, que apresentou quatro meses depois. Este projeto conservou, como bem disse o Presidente da Comissão, jurista Levi Carneiro, o espírito liberal da Carta de 1946, o que não parece servir aos desígnios oficiais. São, com efeito, cada vez mais numerosos os indícios de que o Governo optou por um regime forte, que se pretende conciliar os chamados postulados revolucionários com a futura ordem legal.<sup>196</sup>

Tanto o editorial *Redemocratização* quanto a *Coluna do Castello*<sup>197</sup> enunciam que o intuito da nova Carta era fortalecer o governo militar. Segundo o cronista político, Castelo Branco, o objetivo dela era conceder estabilidade ao sistema político em vigor, por meio da institucionalização de um estado forte, em detrimento da produção de condições para a restauração de um regime democrático.

### **A participação do Congresso ao final de 1966**

Depois de repelir o projeto constitucional da Comissão Especial de Juristas, o

<sup>194</sup> *Jornal do Brasil*, 28, 29 agosto de 1966, p.6, tít.: Opção inicial.

<sup>195</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>196</sup> *Jornal do Brasil*, 20 setembro, de 1966, p.6, tít.: Redemocratização.

<sup>197</sup> *Jornal do Brasil*, 20 setembro, de 1966, p., tít.: Coluna do Castello. Reforma via Congresso cada vez mais difícil.

Presidente Castelo Branco aceita o novo projeto sob o comando do Ministro da Justiça. E posteriormente, transforma o Congresso em Assembleia Constituinte.<sup>198</sup> Desta forma, para o *Jornal do Brasil* a nova Constituição que poderia ser outorgada diretamente pelo Executivo, se torna “menos autoritária” quando o Presidente admite a participação do Congresso Nacional.

No entanto, o *Jornal do Brasil* afirma que a reformulação constitucional submetida a um Congresso em final de mandato com membros cassados e acudados, que seriam substituídos em 1967 por novos eleitos, era uma solução que não assegurava a construção de um sólido regime democrático, pois o Congresso apenas ratificaria, enquanto o governo militar legislaria:

Para esse mesmo Congresso ainda sangrando das amputações a frio, o Governo está remetendo uma coleção de projetos, através dos quais pretende atingir objetivos transcendentais do seu programa dito revolucionário, a margem desse Congresso o Governo, finalmente vai legislando discriminatoriamente, sob a forma de Atos Complementares e decretos-leis. E lícito perguntar, portanto, que tipo de democracia o Presidente Castelo Branco e seus conselheiros mais próximos estão arquitetando para o Brasil.<sup>199</sup>

Se no princípio do governo de Castelo Branco o *Jornal do Brasil* considerava as cassações, parte constitutiva do projeto “revolucionário”, em 1966 o retorno das cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos são vistos como impasses para o desenvolvimento da democracia representativa.

A participação do Congresso na criação da nova Constituição representa a tentativa do governo militar de obter legitimidade. Em paralelo com a colaboração do legislativo ocorre nos noticiários e nas colunas políticas do *Jornal do Brasil* o destaque sobre o medo dos parlamentares de exercerem seus trabalhos, diante da possibilidade das cassações determinadas pelo Ato Institucional n.º 2.<sup>200</sup>

Os dispositivos do Ato Institucional n.º 2 que mais ameaçavam os políticos eram os artigos 14 e 15:

198 *Jornal do Brasil*, 30 agosto de 1966, p.1, tít.: Coluna do Castello. Posição do Congresso é política e não jurídica. O jornalista Castello denomina essa ação de golpe de Estado, pois “não faz sentido atribuir ao Congresso poderes constituintes, transformando-o no que já é, ou seja, numa Constituinte permanente”.

199 *Jornal do Brasil*, 5 agosto de 1966, p.6, tít.: Aparências Enganosas. Grifo nosso.

200 Sobre o assunto ver: *Jornal do Brasil*, 14 de junho de 1966, p.6, tít.: Missão Institucional. Esse editorial afirma que a partir do Ato Institucional n.º 2 o governo adquire uma soma enorme de poderes, entre os quais o direito de cassação.

Art. 14 – Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo.

Parágrafo único - Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos removidos ou dispensados, ou ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, posto em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art. 15 – No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais e municipais.

Parágrafo único – Aos membros do legislativo federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o *quórum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.<sup>201</sup>

O *Jornal do Brasil* destaca que o principal representante do descontentamento perante as cassações pela via do executivo era o Presidente da Câmara, Adauto Cardoso. Este último, tenta convencer Castelo Branco a revogar os dispositivos dos Atos Institucionais n.º 2, que permitiam as cassações de mandatos parlamentares. No entanto, Castelo Branco não cede aos apelos e nutre o conflito entre o Executivo e o Congresso. Veja a seguir como o *Jornal do Brasil* destaca esse empate:

A crise entre o Executivo e o Congresso reside nas mutilações que o Ato Institucional n.º 2 fez a este poder, e principalmente na possibilidade de suspender as cassações de mandatos antes de iniciado o trabalho de elaboração constitucional.<sup>202</sup>

Adauto Cardoso e Moura de Andrade têm convicção de que o Presidente vai retirar os dispositivos punitivos do Ato Institucional n.º 2.<sup>203</sup>

As duas Casas do Congresso não conseguem negociar o fim dos artigos punitivos do Ato Institucional n.º 2, e no final de setembro de 1966 eclodem notícias sobre prováveis expurgos políticos destacando que: o governo iria retomar a “fase punitiva da Revolução”<sup>204</sup>;

201 BRASIL, 1965.

202 *Jornal do Brasil*, 17 setembro, de 1966, p.1, tít.: Adauto e Auro: revisão do AI-2 ainda pode vir.

203 *Jornal do Brasil*, 18 e 19 setembro, de 1966, p.1, tít.: Coisas da Política Congresso espera como segura a revisão do AI-2.

204 *Jornal do Brasil*, 21 setembro, de 1966, p.1, tít.: Castelo: “Frente ampla é esforço para perturbar”.

que havia uma “limpeza geral”, com a inclusão de mandatos federais, prevista para depois de 3 de outubro de 1966,<sup>205</sup> e que diferentes fontes confirmam uma iminente “varredura geral”.<sup>206</sup>

Em 12 de outubro, com base no Ato Institucional n.º 2, o Presidente Castelo Branco efetivou várias cassações de mandatos populares e suspensão de direitos políticos. Dentre os principais nomes citados pelo *Jornal do Brasil* estão Doutel de Andrade, ligado a Jango, com posição de destaque no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Deputado Sebastião Pais Almeida ligado a Juscelino Kubitschek, estes assim como os demais eram candidatos à reeleição.

A negação do Presidente da Câmara em aceitar a validade das cassações decretadas com base no Ato Institucional n.º 2,<sup>207</sup> significava para a opinião editorial do *Jornal do Brasil* a ampliação do abismo entre o Executivo e Legislativo e o impasse institucional. Assim as ações presidenciais intensificam o clima de arbitrariedade e de repressão:<sup>208</sup>

O ato cassatório de ontem [...], não deixa dúvida sobre o caminho escolhido, que só pode ser o da imposição, da outorga pura e simples da nova Carta. Pode-se agora concluir, sem medo de errar ou de especular em falso, que o Governo só admite realizar eleições dentro de limitações bem definidas, que não se conformam com a existência de um futuro Congresso hostil ao que se convencionou chamar Revolução. Convencido de que o processo legal da impugnação, com a angústia de prazo para a produção de provas, é insatisfatório, o Governo se conferiu a responsabilidade de reabrir a via das impugnações, para assim dar cumprimento ao seu objetivo de limpar a área, aniquilando desde logo os possíveis inimigos com a ordem revolucionária.<sup>209</sup>

O editorial acima aponta que os problemas oriundos do retorno das cassações estão na certeza da guinada do governo para um regime repressivo. Essas ações significam para o periódico a despreocupação governamental com o problema da legitimidade, o que conduz o *Jornal do Brasil* a expor a conclusão de que a Constituição seria mais uma arbitrariedade. Além disso, o periódico reivindica a concretização da prometida normalização da ordem legal e democrática anunciada pelos meios oficiais.

Em 13 de outubro de 1966 o Presidente da República decreta novas cassações de parlamentares.<sup>210</sup> Mas o Presidente da Câmara não reconhece a imposição do decreto

205 *Jornal do Brasil*, 25 e 26 setembro, de 1966, p.1, tít.: Castelo encontrará obstáculos para reiniciar cassações.

206 *Jornal do Brasil*, 25 e 26 setembro, de 1966, p.4, tít.: Coluna do Castello. Poderosos obstáculos à meta das cassações.

207 *Jornal do Brasil*, 13 outubro, de 1966, p.4, tít.: Coluna do Castello. Fixa-se o abismo entre Executivo e Legislativo.

208 *Jornal do Brasil*, 13 outubro, de 1966, p.6, tít.: Retrocesso.

209 *Idem*.

210 Suspendia os direitos políticos por dez anos e cassava os mandatos de: “Abraão Fidelis de Moura – Antonio

executivo ao afirmar que a cassação de mandato parlamentar era competência da Câmara, sua decisão recebe o apoio de parte da Aliança Renovadora Nacional (Arena)<sup>211</sup> e do Presidente do Senado Auro Moura de Andrade.<sup>212</sup>

Adauto Cardoso insiste em seu posicionamento de só considerar os mandatos extintos após “passassem por um *quórum*, pelo voto da maioria dos deputados para homologar os atos de Castelo Branco”.<sup>213</sup> Enquanto isso o Presidente Castelo Branco defende seus atos e afirma que eles são “instrumentos que ajudam a restabelecer a ordem democrática financeira e econômica do País”.<sup>214</sup>

A Câmara dos Deputados está convocada para examinar um ato de força da Revolução, mediante gesto do seu Presidente que implica na contestação dos poderes discricionários de que se investiu o Marechal Castelo Branco em nome do movimento de março de 1964. Instalou-se definitivamente o conflito entre Executivo e o Legislativo com a declaração produzida ontem pelo Sr. Adauto Cardoso, que afirmou ser a deliberação sobre cassações de mandatos de deputados matéria “inalienável competência” da Câmara que considera na plenitude do exercício de suas prerrogativas os seis deputados cujos mandatos e direitos políticos foram suprimidos.<sup>215</sup>

Em outubro de 1966 a opinião editorial do *JB* destaca as palavras do Presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Senador Oscar Passos, que elencam a certeza de que o Presidente Castelo Branco não abriria mão dos poderes ditatoriais do Ato Institucional

Adib Chammas – Armindo Marcílio Douzel de Andrade – Cesar Prieto – Humberto El-Jaick e Sebastião Paes de Almeida, da Câmara dos Deputados; de Egildo Mendonça Thurier, da Assembleia Legislativa do Estado Do Rio de Janeiro; de Elias Líbano da Silva Ribeiro, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.” Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/1960-1969/decreto-36388-13-outubro-1966-547235-publicacaooriginal-61939-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1960-1969/decreto-36388-13-outubro-1966-547235-publicacaooriginal-61939-pe.html)> Acesso 15/2/2013. Ver também: (VIANA FILHO, 1975, p.465).

<sup>211</sup> Aliança Renovadora Nacional (Arena), surge juntamente com Movimento Democrático Brasileiros (MDB) com a decretação do Ato Complementar n.º 4, respaldado no artigo 30 do segundo Ato Institucional. Os treze partidos que compunham o pluripartidarismo foram dissolvidos ( os principais eram: UDN, PSD PTB) e consequentemente divididos dentro do bipartidarismo imposto pelo regime militar. A Arena, formada principalmente de udenistas e pessedistas era o partido que apoiava o regime militar, já o MDB fazia uma tímida oposição ao governo.

<sup>212</sup> *Jornal do Brasil*, 16 e 17 outubro, de 1966, p.4, tít.: Coluna do Castello. Instalado o conflito entre os Poderes. Ver também a manchete *Jornal do Brasil* 13 outubro de 1966. tít.: Governo pune 10 admite cassar mais e Adauto reúne a Câmara para reagir.

<sup>213</sup> *Jornal do Brasil*, 16 e 17 outubro, de 1966, p.4, tít.: Coluna do Castello. Instalado o conflito entre os Poderes.

<sup>214</sup> *Jornal do Brasil*, 16 e 17 outubro, de 1966, p.1, tít.: O presidente Castelo defende Atos contestados por Adauto.

<sup>215</sup> *Jornal do Brasil*, 18 outubro de 1966, p.6, tít.: Insegurança Doutrinária.

n.º 2 e outorgaria a Constituição de 1967 mesmo que isso seja camuflado pela participação parlamentar.<sup>216</sup>

O *Jornal do Brasil* elabora uma visão otimista sobre a resistência da Câmara, ressaltando que essa postura política poderia garantir o início da restauração da ordem legal e do fim do poder que era autoritário e se camuflava sobre a denominação de “revolucionário”.

Os líderes das duas casas “aprovou a nova doutrina, que consiste em submeter à Câmara interessada os atos que defluem do poder de arbítrio que o Ato Institucional n.º 2 atribuído ao Chefe do Executivo. Se a tese der certo estaria estancado o fluxo dito revolucionário e o País voltaria a se orientar por um cânon constitucional que significaria, em pouco tempo, a plenitude da ordem legal restaurada em termos da Carta de 1946.”<sup>217</sup>

A relutância da Câmara diante da execução do decreto presidencial desencadeia a pressão exercida pelas tropas do Exército que cercam o prédio do Congresso para forçar Adauto Lúcio Cardoso a cumprir o decreto de cassação dos seis deputados.<sup>218</sup> Também os agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) prendem o Sr. Doutel de Andrade. Neste mesmo dia, 20 de outubro de 1966 o governo publica o Ato Complementar n.º 23, que impõe o recesso da Câmara e garante ao Executivo governar por meio de decretos-lei, com base no artigo 31 do Ato Institucional n.º 2.<sup>219</sup>

Art. 31 – A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato Complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora dele.

Parágrafo único - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar mediante decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição e na Lei Orgânica (Vide Ato Complementar n.º 5 de 1965).<sup>220</sup>

Depois desse episódio o jurista Osny Pereira relata que a impressão geral no país ao final de 1966 era de que a “ditadura se instalará, agora sem nenhum disfarce e de forma permanente”.<sup>221</sup> Assim em 10 de novembro o Presidente Castelo Branco assina os atos de suspensão dos direitos de mais 18 cidadãos.<sup>222</sup>

<sup>216</sup> *Jornal do Brasil*, 16 e 17 outubro, de 1966, p.6, tít.: Despedida.

<sup>217</sup> *Idem*.

<sup>218</sup> GRINBERG. *Op. cit.*, p.100.

<sup>219</sup> Cf. Sobre esse assunto Alves (1984, 103) que ressalta que a linha dura insiste em expurgos e punição dos desobedientes, pela segunda vez o presidente é forçado a ceder e baixa o Ato Complementar n.º 23 que fecha o Congresso.

<sup>220</sup> BRASIL. 1965.

<sup>221</sup> PEREIRA, O. D. *A Constituição do Brasil 1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.331.

<sup>222</sup> Entre eles estão o jornalista Hélio Fernandes, além de, Aldo Schlichting, Eduardo Rolim e Valter Alexandre Almeida, do Rio Grande do Sul; Fernando de Barros da Guanabara: Antônio Dias, Antonio Ramos, Jaime Machado, Manuel Meneses de Santa Catarina; Hermógenes Siqueira Franco, Óton Reis Fernandes, Togo

A análise do *Jornal do Brasil* define que o governo decreta o recesso parlamentar com base em uma “legalidade revolucionária, resolvida na intimidade do poder revolucionário”.<sup>223</sup> Ou seja, ele segue a mesma lógica de ação das cassações, age como um poder absoluto. A opinião editorial enfatiza que as cassações se inserem em “um processo que repugna à nossa índole democrática e contrária a ordem jurídica que está entre as melhores tradições brasileiras”.<sup>224</sup>

Em sua escrita editorial o *Jornal do Brasil* expressa a preocupação com a “imagem democrática” do Brasil que foi prejudicada pelo recesso parlamentar, por isso afirma a necessidade da manutenção da abertura do Congresso Nacional:

O recesso foi, assim, um gesto extremo que repercutiu no exterior – e até internamente – de maneira pouco favorável à imagem de um Governo que confessa permanentemente os seus objetivos democráticos.

A cassação de seis deputados é um fato consumado insusceptível de anulação [...]. Agora nem ao Legislativo, nem muito menos ao Executivo, interessa a prorrogação de um recesso que empana a imagem de normalização de um recesso que empana a imagem de normalização democrática em que se empenha o País.<sup>225</sup>

O editorial *Expectativa de solução*<sup>226</sup> explicita que era imprescindível manter a função do Congresso para legitimar o governo militar por meio de um revestimento de inspiração democrática, pois o periódico compreende que a participação parlamentar poderia significar a expressão da “vontade povo”. Mesmo sabendo das limitações do Congresso e da intenção do governo militar de legalizar a situação jurídica vigente, o *Jornal do Brasil* continua a sustentar que a participação do poder legislativo representaria a legitimidade do consentimento popular para a nova Constituição:

A via parlamentar oferece vantagens inequívocas, a começar pela legitimação da nova Carta, que só estará destinada a durar na medida em que contar com um mínimo do consentimento nacional popular, expresso pela votação do Congresso.<sup>227</sup>

Pávoa de Barros, Jonas Baiense Lira e Irineu Ferreira Alves, do Rio de Janeiro; Itair Sá da Silva, do Paraná; Zacarias Roque, de Minas Gerais; Nilson Ferreira da Costa, de São Paulo, e Vãlter Ferreira Moura, da Paraíba. E também Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek. (*Jornal do Brasil*, 11 de novembro, de 1966, p.1, tít.: Castelo suspende direitos de mais 18).

223 *Jornal do Brasil*, 9 novembro, de 1966, p.6, tít.: Análise da Crise.

224 *Jornal do Brasil*, 6 e 7 novembro, de 1966, p.6, tít.: Punições de Inocentes.

225 *Jornal do Brasil*, 23 novembro, de 1966, p.1, tít.: Expectativa de solução. Grifo nosso.

226 *Idem*.

227 *Jornal do Brasil*, 13 e 14, de novembro, de 1966, p.6, tít.: O Congresso e a Carta.

Naquele contexto de ameaça de arbitrariedade conjectura-se que a duvidosa participação parlamentar seria o mais perto possível de uma simulação democrática por isso o *Jornal do Brasil* resolve recuar em sua insatisfação e admite que esse recurso era melhor que a simples integração da legislação produzida desde 1964 à Constituição de 1946.

Ainda durante o recesso o Ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva no dia 6 de novembro de 1966 entrega ao Presidente Castelo Branco a redação final, da nova Constituição que consagrava a eleição presidencial indireta.<sup>228</sup> Depois de trinta e dois dias de recesso forçado o Congresso volta a funcionar,<sup>229</sup> colaborando com as decisões do governo na tramitação do projeto constitucional conduzido pelo Ato Institucional n.º 4.<sup>230</sup>

O *Jornal do Brasil* considera essencial a reconciliação entre o poder Executivo e o Legislativo, visão que se reforça quando o Presidente promete não cassar os mandatos parlamentares na atual legislatura.<sup>231</sup> Destarte, a participação do Congresso na aprovação da Constituição abrandaria as críticas sobre as tendências arbitrárias do governo militar. Mesmo assim, era evidente no *Jornal do Brasil* a sensação de apreensão sobre os fundamentos que iriam erigir a Constituição.

A existência de um Congresso durante a vigência do governo militar garantia uma aparente imagem de proximidade democrática. No entanto, o Legislativo não podia exercer suas funções, assim quando o Congresso Nacional resolve enfrentar o governo militar em prol da preservação do seu poder, cuja consequência foi a não aceitação das cassações imposta pelo Presidente da República, alegando a invasão de suas funções parlamentares, esse grupo visava manter seu poder dentro do Estado e garantir a segurança dos seus membros.

Dentre os cientistas políticos que abordam o embate entre a resistência parlamentar diante da força proeminente do executivo destaca-se Martins Filho, Maria Helena Alves e Maria Kinzo. O primeiro argumenta que a cassação parlamentar foi indispensável para as eleições de novembro de 1966<sup>232</sup> e para firmar a submissão do Congresso, de quem o poder militar queria apenas “um papel puramente legitimador na tramitação da nova Carta”.<sup>233</sup>

228 Cf. em *Jornal do Brasil*, 6 e 7 novembro, de 1966, p.1, tít.: Constituição já entregue à Castelo mantém as eleições indiretas e exclui emergência

229 *Jornal do Brasil*, 23 novembro, de 1966, p.1, tít.: Castelo assina 38 decretos-leis no fim do recesso.

230 O AI-4 do dia 7 de dezembro convoca o Congresso para uma sessão extraordinária para ratificar a Constituição

231 *Jornal do Brasil*, 26 novembro, de 1966, p.6, tít.: Caminho Aberto. Ver também sobre esse assunto o *Jornal do Brasil*, 25, de novembro, de 1966, p.4, tít.: Coluna do Castello. Castelo promete parar de cassar no Congresso.

232 Cf. *Jornal do Brasil*, 15 novembro, de 1966, p.1, tít.: País em calma leva 22 milhões hoje às urnas. Em novembro ocorrerem eleições para 23 senadores, 409 deputados, 1804 prefeitos e vereadores de 2251 municípios

233 MARTINS FILHO. *Op. cit.*, p.82, 83.

Alves afirma que o recesso possibilitou o enfraquecimento da oposição para propiciar a vitória da Arena nas eleições de 1966, por meio da limitação da participação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) ao cancelar vários registros de seus candidatos.<sup>234</sup> Segundo Alves entre junho e julho de 1966, o Executivo baixou dezoito atos complementares para regulamentar as eleições. Além de manipular as eleições, o recesso também permitiu que o governo conduzisse totalmente a formulação da nova Constituição.<sup>235</sup>

Kinzo aponta que o governo militar jamais pensou em fechar permanentemente o Congresso, pois a sua existência, assim como, a dos partidos e das eleições contava com uma “opinião internacional favorável e com o respaldo de políticos civis, ou seja, o Congresso fazia parte dos mecanismos utilizados para legitimar “fácções e um soldado como chefe de Estado”. Essa necessidade do aval congressual se perpetuará ao logo dos governos militares seguintes.<sup>236</sup>

Parece claro o retrato da dificuldade de garantir o trabalho parlamentar com a ameaça manente de cassações, e a não revogação dos artigos n.º 14 e 15 do Ato Institucional n.º 2. Em dezembro, no entanto, a Câmara dos Deputados e o Senado cedem ao governo militar e colaboram com o Executivo na aprovação de uma Constituição.

Mesmo o governo militar optando por legitimar-se por meio da Constituinte, o *Jornal do Brasil* aponta que esse processo estava dominado pelo controle militar. Essa atitude de revelar a arbitrariedade (cassações, fechamento do Congresso, exclusão do debate público, processo conduzido pelo Ato Institucional n.º 4) emite para o periódico a total despreocupação com a legitimidade, pois evidencia que a Constituinte e a Constituição são apenas farsas.

Embora, o *Jornal do Brasil* tenha afirmado que a nova Constituição deveria ser um instrumento para propiciar a inserção do país na “democracia estável”,<sup>237</sup> ele igualmente, reitera que a Constituição seria uma mentira. Respectivamente, ambas as afirmações podem ser notadas em um mesmo editorial intitulado de *Prelúdio Constitucional*.<sup>238</sup>

234 ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p.99-101.

235 Ibidem, p. 99.

236 KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988, p.18, 19.

237 Sobre a função da Constituição de 1967 de propiciar o retorno da ordem constitucional e democrática, em vez de garantir a perpetuação das medidas excepcionais, ver: *Jornal do Brasil*, 3 dezembro, de 1966, p.6, tít.: Esforço Conjunto.

238 *Jornal do Brasil*, 4 e 5, dezembro, de 1966, p.1, tít.: Prelúdio Constitucional.

**Ato Institucional n.º 4 e uma Constituição arbitrária**

Para conduzir a reformulação constitucional o governo militar publica em 7 de dezembro de 1966 o Ato Institucional n.º 4,<sup>239</sup> que conferia poderes Constituintes para o Congresso votar o projeto constitucional apresentado pelo Presidente da República.

Assim, o Ato Institucional n.º 4 determina que: a Constituição seria outorgada, caso o Congresso não a aprovasse dentro dos prazos. A Comissão Mista prevista no artigo n.º 2 era composta de doze senadores e doze deputados que elegeram como Presidente da Comissão o deputado Pedro Aleixo da Arena, que escolheu como relator o senador da Arena (Aliança Renovadora Nacional) Antônio Carlos Konder Reis que iria dar seu parecer sobre a aprovação ou negação do projeto proposto pelo Presidente.<sup>240</sup>

O curto preâmbulo do Ato Institucional n.º 4 revela que a nova Constituição tem a função de institucionalizar os “ideais e princípios da Revolução”, pois afirma que somente uma nova Constituição poderia assegurar a continuidade da “obra revolucionária”. Neste texto o governo novamente relembra a farsa criada no Ato Institucional n.º 1 e no Ato Institucional n.º 2 sobre a capacidade do poder Constituinte da “Revolução” de legitimar-se. Mesmo com esse discurso o governo militar adere à participação do Congresso para legitimar a reformulação jurídica que elaborou.

O *Jornal do Brasil* compreende que o Ato Institucional n.º 4 demonstra que a nova Constituição chamada por ele de *Estatuto Revolucionário* iria prosseguir com o projeto que sacrificava a legalidade democrática para garantir poderes ilimitados à “Revolução”.<sup>241</sup>

Embora o projeto constitucional amplie o poder do Executivo e reduza o do Congresso, o periódico defende que há nesta articulação a “preocupação adicional e meritória de corrigir vícios, erros e distorções da vida parlamentar brasileira”.<sup>242</sup> Igualmente, afirma que a nova Carta provém da mesma “natureza dos Atos Institucionais”, ou seja, ela não pode ser alterada pelos senadores e deputados.<sup>243</sup>

O *Jornal do Brasil* apresenta a convicção de que a Constituição de 1967 indicaria o fim das “leis de exceção”. Conquanto, os obstáculos empregados contra a função dos

239 BRASIL. *Ato Institucional n.º 4*, de 7 de dezembro de 1966. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>> Acesso em 15 janeiro 2012.

240 VIANA FILHO, L. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Livraria José Olympio, 1975, p.473.

241 *Jornal do Brasil*, 8 dezembro, de 1966, p.6, tít.: Estatuto revolucionário. Grifo nosso.

242 *Jornal do Brasil*, 9 dezembro, de 1966, p.6, tít.: Desnível de Poderes

243 *Jornal do Brasil*, 13 dezembro, de 1966, p.1, tít.: Coisas da Política. Um termo de compromisso a ser apenas referendado.

parlamentares pelo Ato Institucional n.º 2 e a orientação da tramitação do projeto constitucional por meio do Ato Institucional n.º 4, marcam sua desaprovação.

Mas, concomitantemente, o periódico relata o seu descontentamento quando observa que o governo militar ignorou a opinião de “setores influentes” da sociedade (líderes da Arena e representantes pensamento dominante nos meios culturais) e desprezou a opinião pública, ao eliminar a participação do debate público em torno do processo de elaboração do texto constitucional.<sup>244</sup>

Lucia Grinberg baseada nas análises dos Anais da Constituição de 1967 afirma que no projeto da Constituição de 1967 enviado ao Congresso Nacional era evidente a proeminência do poder Executivo sobre os demais poderes da República. Um dos pontos mais criticados do projeto era o artigo 170,<sup>245</sup> que previa a exclusão da apreciação judicial dos atos do Executivo. Igualmente a existência do decreto-lei como recurso do Executivo era inaceitável para vários parlamentares, dentre eles o deputado Herbert Levy que era contrário a função do Executivo de expelir decretos-leis e decretar o estado de sítio sem a audiência anterior do Congresso.

A percepção do excesso de poder concedido ao Executivo em detrimento do Legislativo gerou emendas que visavam equilibrar os poderes do projeto constitucional.<sup>246</sup> Porém, mesmo que as emendas recebessem apoio dos políticos nas discussões do Congresso no momento das votações as mesmas emendas não eram aprovadas. Assim Grinberg conclui que apesar das emendas não receberem o voto da maioria da Arena, elas provocaram debates e divisões nos partidos.<sup>247</sup>

Mesmo com a resistência de parlamentares contra o projeto da Constituição, no dia 22 de dezembro o Congresso Nacional ele foi aprovado com duzentos e sessenta votos favoráveis, com cento e vinte e sete votos contrários e com oito abstenções. A votação ocorreria no dia 23 de janeiro de 1967 e a promulgação em 24 de janeiro de 1967 como estipulava o Ato Institucional n.º 4. Assim, no dia 23 de janeiro de 1967 a manchete do *Jornal*

<sup>244</sup> *Jornal do Brasil*, 15 dezembro, de 1966, p.6, tit.: Projeto a aprimorar; *Jornal do Brasil*, 18 e 19 dezembro, de 1966, p.6, tit.: A Vez do Governo; *Jornal do Brasil*, 20 dezembro, de 1966, p.6, tit.: Diálogo oportuno.

<sup>245</sup> GRINBERG. *Op. cit.*, p. 109. A emenda para o fim desse artigo foi rejeitada na Câmara dos Deputados: 118 (36 da Arena) votos favoráveis contra 176 contrários e inulcos.

<sup>246</sup> O deputado Britto Velho (Arena – RS) redigiu duas emendas, uma para suprimir o inciso V do artigo 47, que excluía a figura do decreto-lei e outra para excluir o artigo 57 que permitia ao presidente da República emitir. O deputado Humberto Luena (MDB – CE) propôs a emenda 359 que estipulava que a decretação do Estado de Sítio deveria depender da aprovação do Legislativo, ao invés de ser um ato exclusivo da vontade do Executivo como estava descrito no projeto constitucional. (GRINBERG. *Op. cit.*, p. 110-111).

<sup>247</sup> GRINBERG. *Op. cit.*, p. 109-111.

do *Brasil* estampa que “Congresso aprovou nova Constituição de 1967”.<sup>248</sup> O formalismo legal era tanto que no dia da promulgação o relógio do Congresso foi parado para se cumprir o prazo de determinação pelo Ato Institucional n.º 4.

### A recepção da Constituição de 1967

Após o surgimento da Constituição de 1967, o *Jornal do Brasil* empreende uma nova campanha editorial que insistia em reivindicar a revisão da recente Constituição. No entanto, o Presidente Costa e Silva logo demonstra que não está disposto a fazer esse trabalho proposto pelo periódico durante o seu mandato.

Assim as principais novas pautas do periódico são: a falta de envolvimento dos políticos diante das necessidades de reforma da recente Constituição e a impossibilidade de seguir os processos democráticos normais. Pois o Presidente utilizando seu excesso de poder impedia a revisão constitucional.

Para o *Jornal do Brasil* o governo opera o retrocesso que se corporifica na Constituição de 1967 feita para os seus anseios, ela anula conquistas democráticas aceitas na Constituição de 1946, dentre eles estão os direitos individuais e políticos que desaparecem sob a Lei de Segurança Nacional<sup>249</sup> e a legalização do decreto-lei que convivia com a Constituição.<sup>250</sup> A opinião editorial elenca outros grupos que também se revoltaram contra essa combinação dentre eles cita a OAB (Organização dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

Para que o novo governo militar pudesse se legitimar ele promete fidelidade à Constituição. Porém, era permitido ao Executivo expelir decretos-leis, além de manter os decretos do governo de Castelo Branco, os quais se destacam a Lei de Imprensa e Lei de Segurança. Diante desse dilema pode-se concluir que a Constituição de 1967 era uma farsa que também servia para legitimar a continuidade da gestão fixada em 1964. O próprio *Jornal do Brasil* compartilha que a Constituição de 1967 “pouco se distingue das Constituições outorgadas”.<sup>251</sup>

O respeito a uma ordem jurídica era considerado, pelo *Jornal do Brasil*, um requisito para a obtenção da democracia. Porém, o periódico aponta que os obstáculos para

248 *Jornal do Brasil*, 22 e 23, janeiro, de 1967, p.1, tít.: Congresso aprova Carta com relógios parados.

249 Decreto-lei n.º 314, de 13 de março de 1967. “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências”. Ver: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

250 *Jornal do Brasil*, 18, março, de 1967, p.1, tít.: Revogação só com o sim do Presidente.

251 *Jornal do Brasil*, 23 maio, de 1967, p.6, tít.: O Modelo Federal.

implementar a Constituição de 1967 estavam relacionados a sua elaboração que instaurou uma farsa Constituinte, em que se destaca: a ausência do debate político e da participação da opinião pública, assim como, a colaboração de um Congresso que estava no final de seu mandato e que se omitiu ao exame do projeto constitucional. Por isso a Constituição nasceu rejeitada pelo novo Congresso que assumia em 1967, o que explicaria o porquê ela não foi utilizada e nem aperfeiçoada:

Politicamente, o Brasil não conseguiu engrenar em quinze meses de vigência da Constituição de 1967. Além disso, a doutrina da intocabilidade prevaleceu com o estrangulamento que asfixia a classe política brasileira.<sup>252</sup>

O *Jornal do Brasil* acentua que não era preciso esperar pelo fim do prazo experimental (o Presidente havia pedido o prazo de um mandato para experimentar a nova Carta antes de revê-la) para constatar a necessidade do reexame da Constituição. Pois, o sistema constitucional já havia perdido a legitimidade, ou seja, o apoio popular, porque “não teve a coragem de institucionalizar-se pela única via adequada, que teria sido a convocação de uma Assembleia Constituinte” real, e neste momento, novamente perde a oportunidade de se legitimar com a negação da revisão constitucional.<sup>253</sup>

O editorial abaixo *Origens dos Impasses* questiona “por que há de ser intocável um contrato político que se mostrou incapaz de reencaminhar o país ao rumo democrático?”. O formalismo jurídico no Brasil aponta para uma tradição em que as leis existem mas não são praticadas, ou onde as leis surgem para legitimar uma prática.<sup>254</sup>

O *Jornal do Brasil* confirmou, em vários editoriais a natureza autoritária da Constituição e do seu processo de formulação em 1966 e 1967. Em 1968 destacou sua falta de representatividade e legitimidade baseada em sua mera função de sustentar a aparência democrática. Entretanto, os editoriais anteriores expressam o desejo do periódico em prol da utilização da Constituição que denominou de ilegítima e arbitrária.

A Constituição de 1967 inaugura um novo regime que possui as mesmas contradições do primeiro governo militar que convivia com a Constituição de 1946 e a “legislação de exceção”, porque a Constituição de 1967 legalizava “medidas excepcionais”,

252 *Jornal do Brasil*, 30 junho e 1 de julho 1968, p.6. tít.: As intocáveis.

253 *Jornal do Brasil*, 30 outubro 1968, p.6. tít.: Tempo de Pensar.

254 Sobre a crítica do *Jornal do Brasil* sobre a necessidade oca de se valorizar apenas a aparência democrática ver: *Jornal do Brasil*, 1 novembro 1968, p.6. tít.: Origens do Impasse, *Jornal do Brasil*, 12 novembro 1968, p.6. tít.: Rainha e República, *Jornal do Brasil*, 15 novembro de 1968, p.6. tít.: Ainda é Tempo.

acomodou os decretos do governo Castelo Branco e manteve alguns direitos civis e individuais como o direito à “imunidade parlamentar”.

Todavia, a Constituição de 1967 não respeitou os aspectos democráticos, pois quando o direito da Câmara foi solicitado e praticado, ele não foi acatado pelo governo militar<sup>255</sup>. O governo também não utilizou o estado de sítio previsto na Constituição, preferindo a decretação do Ato Institucional n.º5, porque este não teria prazo de término, como os atos institucionais anteriores ou como o próprio estado de sítio.

Segundo o *Jornal do Brasil* a reformulação constitucional que deveria devolver a legitimidade ao governo, revelava o total controle militar sobre os processos políticos e legais no país, excluindo dessa forma, a participação de qualquer outro grupo. Assim também se torna evidente que o governo militar está disposto a manter sua autoridade por meio da cassação, repressão e censura. Segundo o *Jornal do Brasil* essas ações confirmam a farsa constitucional.

### Conclusão

No início de 1967, o *Jornal do Brasil* ainda observa que a Constituição tinha o objetivo de legalizar as excepcionalidades, sendo assim, um mecanismo de transição que nesse momento amparava um governo militar com pretensões de status de legalidade.<sup>256</sup>

As ideias que foram evocadas pelo *Jornal do Brasil* destacam que a nova Constituição de 1967 iria, certamente, garantir a permanência do regime militar ao constitucionalizar o arcabouço jurídico que vigorou desde 1964. Na concepção desse periódico, a Constituinte, apesar de legitimar as ações do governo militar, concomitantemente, reintegraria ou aproximaria o país do processo democrático como ocorreu outras vezes no Brasil, a normalidade começaria pela Constituinte.

Porém, ao final do ano de 1966 a Constituinte e nem mesmo a Constituição parecem capazes de iniciarem o processo de implantação democrática. A rejeição do projeto liberal elaborado pelos juristas confirma segundo a percepção do periódico que a nova ordem legal iria garantir a continuidade “revolucionária” pela via arbitrária o que sinaliza o fim do discurso em torno das esperanças de redemocratização em 1967.

No início de 1966 o *Jornal do Brasil* ressalta que para a “Revolução” adquirir legitimidade era preciso realizar uma Constituinte, considerada por ele como uma das maiores

255 Caso Moreira Alves: A Câmara nega o pedido de cassação do Deputado do MDB, que discursou contra a comemoração de sete de setembro criticando os militares. Com essa negação o Presidente Costa e Silva decreto o Ato Institucional n.º 5 que derruba a Constituição de 1967.

256 *Jornal do Brasil*, 18, janeiro, de 1967, p.6, tít.: Indiferença.

expressões da democracia. Mesmo considerando que a Constituição priorizou legalizar a situação jurídica imposta pela “Revolução” desde 1964 e desprezou a democracia, em determinados momentos, o *Jornal do Brasil* elenca que a Constituição iria, minimamente, limitar a ação do estado e cessar com a proliferação de leis circunstâncias.

Assim, depara-se com o paradoxo: a Constituição de 1967 seria um mecanismo para consagrar o regime vigente, ou visaria à recuperação democrática? Essa questão é latente durante todo o ano de 1966 e em 1967. Enquanto isso, a opinião editorial irá se deslocar entre a certeza da primeira hipótese e o destaque da esperança em torno da segunda.

Entretanto, é importante apontar que a democracia que o *Jornal do Brasil* busca está ligada a instalação uma “democracia tutelada”, que segundo Kinzo, era o objetivo dos golpistas civis, que concordavam que os militares deveriam permanecer no governo até fixar um “sistema político seguro e protegido contra os perigos de ‘subversão’, ‘populismo’, e ‘greves dissensões’”.<sup>257</sup>

A Constituição de 1967 inaugura um novo regime que possui as mesmas contradições do primeiro governo militar que convivia com a Constituição de 1946 e a “legislação de exceção”, porque a Constituição de 1967 legalizava “medidas excepcionais”, acomodou os decretos do governo Castelo Branco e manteve alguns direitos civis e individuais como o direito à “imunidade parlamentar”.

O *Jornal do Brasil* em 1966 cria a ilusão de que uma Constituição poderia conter o domínio do governo militar, abrindo espaço para participações civil na política, visando impedir o total fechamento de acesso civil ao poder. No entanto, o processo de realização e implantação da nova Constituição não alterou a essência inautêntica do regime que continuou à reagir com repressão e desrespeito constitucional quando era contestado. Para o *Jornal do Brasil* a reformulação constitucional deveria devolver a legitimidade ao governo, acaba expondo o forte controle militar sobre o processo político e legal.

O processo de realização e implantação da nova Constituição não alterou a essência inautêntica do regime que continuou a reagir com repressão e desrespeito constitucional quando era contestado.

<sup>257</sup> KINZO. *Op. cit.*, p.219.



## **Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais**

**Renato Cancian**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

### **Resumo**

A recente publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) recupera algumas discussões temáticas vinculadas à atuação política de influentes atores e instituições sociais no período histórico que abrange o golpe de Estado de 1964 e os anos de ditadura militar. O Relatório Final concede destaque à Igreja Católica, mas considera contraditória a atuação política desta instituição eclesial diante da ruptura institucional e vigência do regime de exceção. A proposta deste artigo é problematizar alguns aspectos teóricos e analíticos subjacentes à produção de pesquisas acadêmicas sobre o catolicismo contemporâneo com a finalidade de reavaliar a trajetória política da Igreja Católica no Brasil, com ênfase no conflito Igreja-Estado no período de vigência da ditadura militar (1964-1985).

**Palavras-chave** : Igreja Católica, ditadura militar, justiça social, direitos humanos.

### **Abstract**

The recent publication of the Final Report of the National Truth Commission (NTC, 2014) recovers some thematic discussions related to the political activities of influential actors and social institutions in the historical period covered by the State 1964 coup and the years of military dictatorship. The Final Report gives emphasis to the Catholic Church, but considers contradictory political actions of this ecclesiastical institution in the face of institutional breakdown and duration of the exception regime. The purpose of this article is to discuss some theoretical and analytical issues relating to the production of academic research on contemporary Catholicism in order to reassess the political history of the Catholic Church in Brazil, with emphasis on church-state conflict in the period of the military dictatorship (1964-1985).

**Keywords** Catholic Church, military dictatorship, social justice, human rights.

## Introdução

A ditadura militar cerceou as liberdades democráticas e os direitos de cidadania; reprimiu, com violência, opositores políticos e movimentos populares e transformou a tortura em política de Estado. No contexto de terror e violência repressiva, a Igreja Católica se converteu em uma influente força de contestação política ao regime ditatorial e conflitou abertamente com os governos militares em assuntos relacionados aos direitos humanos e promoção da justiça social. Apesar do conflito entre os governos militares e a instituição eclesiástica ter se tornado agudo em alguns momentos, não houve ruptura nas relações Igreja-Estado. Esse é o aspecto mais controverso das relações Igreja-Estado que tem suscitado interpretações apontando para a dubiedade e os limites da atuação da Igreja no contexto ditatorial. Neste artigo, sustento a hipótese de que a Igreja Católica é uma instituição complexa em termos de estrutura organizacional e funcionamento e por essa razão é preciso levar em consideração vários fatores condicionantes para o entendimento de sua atuação. Além deste pressuposto, assinalo que o conflito Igreja-Estado, no Brasil, está associado às mudanças intersticiais que estavam ocorrendo no âmago da instituição eclesiástica antes do golpe militar de 1964, mas que contribuíram para potencializar o conflito, sobretudo após o endurecimento do regime a partir de 1968.

O interesse pela problemática envolvendo as relações e o conflito Igreja-Estado durante a ditadura militar foi suscitado pela recente publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que oferece, a meu ver, uma oportunidade para que pesquisadores da área acadêmica procedam à revisão de algumas temáticas ligadas ao campo das ciências sociais que perderam importância acadêmica após a transição democrática. Instituída pelo Governo Federal, em observância à lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, a CNV teve como missão preservar a memória histórica, esclarecendo a verdade no que se refere à responsabilidade do Estado brasileiro por violações dos direitos humanos perpetrados entre 1946 e 1988<sup>258</sup>. É preciso enfatizar que o relatório final não apresentou informações novas tanto em termos de sua amplitude como em conteúdo, sobretudo se forem considerados o registro histórico que se encontra preservado sob a forma de pesquisas acadêmicas desenvolvidas no âmbito das ciências sociais sobre os períodos em questão. Mas este aspecto não significa que a

258 Em seu trabalho de dois anos, a CNV congregou instituições públicas e organizações da sociedade civil, de modo que voluntários, pesquisadores, assessores, técnicos, parlamentares, conselheiros, entre outros especialistas, realizassem o trabalho de sistematização de informações sobre a repressão política no período da ditadura militar. Esse material reúne coleta de depoimentos orais, consulta em arquivos pessoais e públicos e revisão de material já havia sido publicado. Todo esse material foi organizado em um padrão cronológico sob o rol de temáticas específicas.

CNV produziu um relatório anódino ou de pouca relevância porque a mobilização de pesquisadores em escala nacional abrirá caminho para revisões de temáticas que, nos próximos anos, terão desdobramentos no campo da pesquisa social. A partir dessas considerações, é oportuno assinalar que CNV dedicou especial atenção à atuação da Igreja Católica na conjuntura política que se inicia com o golpe militar de 1964. Sobre a ruptura institucional, o documento apresenta a seguinte interpretação dos fatos:

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país. Também temiam o avanço das ideias progressistas, emanadas do concílio Vaticano II e orientadas, no Brasil, pelo arcebispo de São Paulo, Carlos Carmello Motta, pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, dom José Távora. Ideias que exprimiam a crença em uma vivência evangélica que só se completaria pela luta por uma ordem social mais justa, contra a degradação da condição humana.<sup>259</sup>

No parágrafo citado, o documento é enfático ao afirmar que houve apoio da Igreja à intervenção militar fazendo referências explícitas a um “grupo numeroso” da hierarquia, composto por influentes bispos e arcebispos que apoiaram a deposição do presidente constitucional João Goulart, por considerar que seu governo estava decidido a implantar o comunismo no país. O texto também aponta a existência de uma divisão interna na Igreja em termos de posicionamento ideológico dos atores, considerados como refratários ao avanço do que se convencionou chamar de ideias progressistas dentro da Igreja. No mesmo texto do documento, há uma interpretação da mudança de posicionamento da Igreja nos anos seguintes além de apontar alguns fatores que contribuíram para a emergência do conflito Igreja-Estado:

O equilíbrio de forças na Igreja, em benefício do regime militar, começou a mudar diante da evidência dos expurgos coercitivos da ditadura. Em 1967, a prisão dos monges beneditinos do Mosteiro do Vinhedo, em Campinas, onde se havia realizado o encontro clandestino da União Nacional dos Estudantes e a invasão policial do Convento das Perdizes, em São Paulo, marcou o início da espiral de tensões entre parte da Igreja e militares, o que conduziu ao progressivo envolvimento do clero católico na proteção dos perseguidos políticos. A resposta dos religiosos foi clara: não aceitavam jurisdição dos militares sobre o apostolado; a prisão de padres, por qualquer razão, tornaria muito difícil o diálogo entre Igreja e Estado Mas foi a constatação da tortura como política de Estado que

259 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Volume II, p. 384.

levou parte da hierarquia católica a evoluir de uma posição neutra ou conservadora para a denúncia sistemática da violência da ditadura e a firme defesa dos direitos humanos.<sup>260</sup>

No trecho cima, a repressão policial que atingiu os quadros eclesiásticos de base aparece como fator responsável pela solidariedade intraorganizacional que levou a hierarquia católica a defender a inviolabilidade da Igreja. O segundo aspecto envolve o reconhecimento e conscientização por parte da hierarquia católica da existência de práticas sistemáticas de tortura como recurso de repressão política por parte do governo<sup>261</sup>. Os dois trechos citados constituem, portanto, referências para uma interpretação de dois momentos distintos da atuação da Igreja Católica envolvendo apoio e contestação aos governos militares. Como entender as particularidades da relação Igreja-Estado no Brasil no período ditatorial? Para responder a esse questionamento é necessário efetuar uma revisão dos enfoques analíticos e abordagens teóricas dos estudos sobre a Igreja Católica no Brasil.

### **A Igreja e o Estado na América Latina: uma incursão na literatura sobre o catolicismo**

A produção de pesquisas acadêmicas sobre o catolicismo contemporâneo foi bastante expressiva nos planos nacional e internacional nas décadas de 1960 e 1970. No Brasil, em particular, o período em questão representou uma mudança qualitativa demarcada pela realização de pesquisas sociais fundamentadas em novas teorias e enfoques analíticos que passaram a ter como objeto de estudo a atuação da Igreja Católica em articulação com a sociedade e a política, sob uma perspectiva histórica<sup>262</sup>. O que explica esse renovado interesse da área acadêmica pela produção de estudos sobre a instituição eclesiástica foram as profundas mudanças que se processaram no conjunto das igrejas católicas situadas no subcontinente latino americano. Que mudanças afetaram as igrejas católicas da América Latina? Que

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> O Relatório Final apresenta um detalhamento da repressão política contra membros da Igreja, fazendo referência às vítimas, aos locais e às datas que os fatos ocorreram.

<sup>262</sup> Os estudos sobre o catolicismo desenvolvidos até 1960 estão alicerçados em paradigmas e teorias da antropologia cultural e da sociologia da religião, com foco na análise do fenômeno religioso associado ao predomínio do catolicismo popular (crenças, simbolismo, princípios filosóficos, éticos e morais, práticas ritualísticas, devocionais e confessionais), que era vivenciado pelas comunidades rurais locais. Portanto, esses estudos não analisaram o catolicismo em sua forma institucionalizada representada pela Igreja. Ver Steil, Carlos Alberto; Herrera, Sonia Reyes. *Catolicismo e Ciências Sociais no Brasil: mudança de foco e perspectiva num objeto de estudo*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, jan/abril de 2010, p. 354-93.

impacto essas mudanças tiveram nas sociedades latino-americanas? No início dos anos 1960, era possível notar em alguns países do subcontinente um deslocamento das igrejas católicas no sentido de um gradual abandono da posição de instituição de controle social e das estruturas tradicionais – característica de países predominantemente agrários e subdesenvolvidos com populações pobres e marginalizadas política, social e economicamente –, em direção a uma aproximação junto às camadas e classes populares. Essas mudanças indicavam o início de um processo que se aprofundaria nas décadas seguintes de engajamento institucional eclesial em projetos de reforma e transformação social, visando à superação das condições de subdesenvolvimento, de pobreza e das injustiças e desigualdades sociais que vicejavam nestas sociedades<sup>263</sup>.

As mudanças que ocorreram nas igrejas católicas do subcontinente contribuíram para a evolução do catolicismo mundial, porque estimularam o aparecimento de inovações eclesiais que abriram caminho para o desenvolvimento de novas teologias, renovação das ações pastorais e criação de novas organizações católicas<sup>264</sup>. É neste contexto que ocorre uma inflexão nos estudos sobre o catolicismo contemporâneo latino-americano, resultando na consolidação de uma nova linha de pesquisa centrada no aspecto institucional do catolicismo focando a investigação do potencial da instituição eclesial de promover mudanças na sociedade. Nesse sentido, é correto afirmar que o desenvolvimento de pesquisas dentro da referida área temática retomou o debate sobre as inter-relações envolvendo religião e política, que remonta a fase de constituição da própria sociologia ao enfatizar a relevância do estudo das crenças religiosas e de suas capacidades de engendrar mudanças e rupturas sociais ou contribuir para conservar a ordem e as relações de dominação vigentes<sup>265</sup>. As pesquisas desenvolvidas a partir deste enfoque teórico são, em sua maioria, de escopo macrosociológico, porque incluem estudos comparativos (de âmbito regional ou continental) e estudos de casos de países específicos. Caracterizam-se pela interdisciplinaridade, pois tanto a sociologia como a história e a ciência política forneceram valiosas contribuições na investigação do tema<sup>266</sup>.

263 Por se tratar de um subcontinente territorialmente vasto e diferente em termos de condições sociais, políticas, econômicas e culturais, as mudanças nas igrejas locais ocorreram de forma desigual.

264 Até a primeira metade do século 20 o catolicismo latino-americano era dependente das vanguardas católicas europeias, sobretudo de países como França e Bélgica, que influenciavam as teologias, as práticas pastorais e os programas de ações sociais. A partir da segunda metade do século as mudanças nas igrejas católicas latino-americanas foram acompanhadas de uma série de inovações teológicas, pastorais e organizacionais.

265 A referência são as teorias do cientista social alemão Max Weber, que analisou a capacidade de diferentes religiões de encorajar ou não mudanças na estrutura social, por meio do desenvolvimento de ideologias alicerçadas em princípios religiosos, ético e morais, capazes de afetar o comportamento dos indivíduos.

266 Importante destacar que não foi levada em consideração a produção bibliográfica de matriz teológico-

É possível apontar uma gama de pressupostos teóricos institucionalistas que serviram de matriz para o desenvolvimento de estudos sobre o processo de mudança nas igrejas católicas do subcontinente. Podem ser elencados da seguinte forma: 1) a trajetória da Igreja Católica é inseparável da história da sociedade e da política dos países que formam o subcontinente latino-americano, porque desde o início do empreendimento colonial o cristianismo fundiu-se com as estruturas políticas de dominação, assegurando ao catolicismo romano o monopólio da crença e confissão; 2) o fim da colonização resultou na fragmentação política do subcontinente, dando origem a diversos processos de emancipação política e de construção de estados nacionais, mesmo assim o cristianismo assegurou o *status* de religião oficial; 3) a Igreja e o Estado formaram uma unidade, porém a acomodação institucional do catolicismo às estruturas de poder político diferiu em cada país; 4) a vinculação do catolicismo às estruturas do poder político converteu as igrejas católicas latino-americanas em instituições de controle social, reforçando o posicionamento conservador na preservação da ordem tradicional e dos interesses das forças sociais dominantes; 5) a Igreja Católica é concebida como uma empresa religiosa encarregada de prover bens simbólicos de “salvação” para atender os interesses e demandas provenientes de determinados grupos sociais ou do conjunto da sociedade; 6) a Igreja Católica é uma burocracia de grandes dimensões, tanto em sua extensão como em termos de diferenciação interna, pois opera a partir de uma comunidade de membros que atuam por meio da divisão interna do trabalho, com base em hierarquias bem definidas para o cumprimento de funções específicas, possui um sistema hierárquico representado pelo alto e baixo clero, mecanismos de recrutamento e de formação de novos membros, normas e sanções disciplinares que regulam internamente a conduta do clero e as relações da Igreja com a sociedade leiga, a produção da teologia, da doutrina e dos dogmas, envolvendo desde assuntos de natureza metafísica, envolvendo a fé; fatos e acontecimentos históricos, que são aceitos e difundidos como verdades incontestes; e, também, uma gama variada de interdições e prescrições de caráter moral relacionada à vida íntima e social dos fiéis; 7) a Igreja Católica contemporânea é uma organização supranacional que agrupa as igrejas sediadas nos territórios dos Estados nacionais – onde cardeais, arcebispos, bispos, clérigos (padres, freiras, missionários, agentes pastorais) bem como grupos de leigos, atuam no âmbito de arquidioceses, dioceses, prelazias, paróquias, diversas pastorais, órgãos assistenciais e educacionais – e o magistério pontifício representado pela Santa Sé, que é a sede do catolicismo e centro administrativo do conjunto das igrejas locais sediadas nos diferentes países; 8) a unidade celular de poder na Igreja Católica é a diocese, liderada pelo bispo, pois é a

confessional e filosófica elaborada por intelectuais e pensadores católicos com vínculos com a instituição eclesial.

diocese que implementa as diretrizes das ações pastorais e práticas de evangelização; os bispos devem lealdade ao papa.

Esses pressupostos revelam a complexidade do campo religioso católico e o desafio com qual se deparam os estudiosos da Igreja. Essa é a razão pela qual existem múltiplas dimensões sociológicas que podem ser exploradas sobre o tema, entre as quais: a coesão e os conflitos internos, envolvendo níveis hierárquicos e entre as elites eclesiásticas, as demandas e necessidades propriamente organizacionais (como recursos humanos, materiais e financeiros), as estratégias para a ação missionária que se traduz na difusão do credo religioso na sociedade, as interações políticas envolvendo as relações com o Estado e o poder governamental. Partiremos agora para o exame das principais abordagens teóricas de análise sobre a Igreja Católica no Brasil.

### **A análise da mudança na Igreja a partir da ação do episcopado: as contribuições da abordagem institucional**

Para elucidar as causas das mudanças que se processaram na Igreja Católica no Brasil – incluindo o conflito Igreja-Estado –, é preciso recorrer à exposição da abordagem teórica institucional. As principais referências são as pesquisas dos cientistas sociais Ivan Vallier (1970, 1971, 1972) e Thomas Bruneau (1974, 1974b, 1980, 1985), que se dedicaram ao estudo sociológico das religiões com interesse particular pela vertente institucional do catolicismo. As pesquisas de Vallier forneceram inestimáveis contribuições para compreensão do funcionamento e mudança na instituição eclesiástica, sobretudo por ter efetuado estudos de nível macroestrutural, valendo-se do método comparativo e da análise envolvendo três dimensões: a) estrutura organizacional das igrejas; b) os processos sociais em curso; c) a inserção das igrejas no contexto histórico mais amplo.

Em seu estudo comparativo mais abrangente, Vallier (1970) sustenta que o objetivo central da Igreja é a propagação universal da fé e da doutrina cristãs. Para consecução deste objetivo central, a Igreja depende de uma estrutura organizacional provida de recursos humanos, materiais e financeiros. Ao longo de sua existência milenar, várias foram as estratégias desenvolvidas pela Igreja Católica Apostólica Romana para o cumprimento de seus objetivos, porém Vallier constatou que, ao se apoiar nas estruturas do poder político e do aparelho estatal para cumprir seu plano missionário, a Igreja, inexoravelmente, se compromete com a legitimação ideológica da ordem social ao desempenhar a função de instituição de controle social por meio de recursos simbólicos alicerçados no conjunto de preceitos ético-morais cristãos. Contudo, as formas históricas de interação da Igreja com a

política – concordatas, atividades partidárias ou grupo de pressão –, não são capazes de assegurar a plena preservação dos interesses institucionais do catolicismo. Isso ocorre por duas razões. A primeira delas é que muito embora o estreitamento dos laços com as estruturas do poder político permita que a Igreja obtenha recursos variados (na forma de prerrogativas e provimentos), no longo prazo esses laços podem comprometer o desenvolvimento organizacional autônomo, bloqueando o aparecimento de inovações eclesiais que auxiliam na renovação de práticas pastorais em sociedades que passam por transformações estruturais por conta do desenvolvimento e modernização.

A segunda razão envolve mais propriamente a natureza das alianças com o poder político, porque historicamente o compromisso mútuo estabelecido entre Igreja e Estado conduz as igrejas a uma relação de acomodação/subordinação. Tratando-se de uma instituição eclesial, a questão crucial é compreender a influência que os preceitos religiosos têm nas ações que conduzem a Igreja a se envolver com a política. Em outras palavras, em que medida a religião – que fornece as diretrizes da missão evangelizadora – determinaria o afastamento ou envolvimento da Igreja com a política? Os proponentes da abordagem institucional não consideram o elemento religioso como uma variável dependente e nem mesmo totalmente independente.

De acordo com os pressupostos teóricos institucionalistas, o desenvolvimento dos preceitos religiosos e suas mudanças ao longo da história não se processam no vazio, porque a instituição eclesial é afetada pela sociedade em que está inserida. Neste sentido, as mudanças dos preceitos religiosos são concebidas como “ajustes” para lidar com a sociedade em permanente transformação.<sup>267</sup>

As hipóteses formuladas por Vallier se ajustam à trajetória do catolicismo brasileiro, tendo em vista que os períodos históricos marcados por alianças e concordatas políticas produziram consequências de longo prazo para a ação missionária da Igreja Católica. Dois momentos históricos são considerados emblemáticos: o regime monárquico e o Estado Novo. O cientista político Thomas Bruneau (1974, 1974b) corroborou a tese da debilidade organizacional da instituição eclesial em decorrência da vinculação às estruturas políticas do Estado brasileiro, ao constatar que a Igreja, sob o regime monárquico, foi equiparada a um mero “departamento ordinário do governo”, extremamente débil no aspecto organizacional e altamente dependente de recursos<sup>268</sup>. Toda a extensão da debilidade organizacional do

267 Para os institucionalistas o grau de burocratização da instituição eclesial ajuda a compreender como as mudanças dos preceitos religiosos interagem com os interesses de seus membros, enquanto ocupantes de cargos e dependentes de padrões de *status* e recursos materiais.

268 Ver Bruneau, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. A subordinação da Igreja ao Estado monárquico foi assegurada pela imposição das normas do padroado e do beneplácito, que tinham por finalidade regular rigidamente a conduta dos clérigos. Essa situação se

catolicismo foi desvelada com a separação entre Igreja-Estado ocorrida após a proclamação da República (1889), no marco do governo provisório e da Constituição de 1891, que definiu o Estado brasileiro como laico<sup>269</sup>. No momento da separação legal entre a Igreja e o Estado “havia somente doze dioceses e 13 bispos em todo o Brasil, e apenas cerca de 700 padres”; para contrastar, “nos Estados Unidos, que tinha uma população católica muito menor, havia 84 bispos e cerca de 8 mil padres”<sup>270</sup>.

O período subsequente vai se caracterizar por um notável reaparelhamento da instituição eclesiástica, baseado na expansão organizacional e adoção de novas estratégias e práticas pastorais, mas sem depender diretamente das estruturas políticas e do apoio governamental. Esse período foi riquíssimo em termos de mudanças na Igreja e envolveu inicialmente um conjunto de ações do episcopado nacional visando à reconstrução e expansão organizacional a partir do estreitamento dos laços com a Igreja Católica Romana, resultando na obtenção de consideráveis recursos (materiais e humanos) que contribuíram para consolidar a reestruturação do catolicismo brasileiro. Com o empenho do episcopado nacional e a ajuda de Roma, a Igreja Católica no Brasil melhorou suas receitas, conseguiu recuperar seu patrimônio imobiliário e reconstruiu as casas de formação e seminários e ampliou consideravelmente sua presença no territorial nacional além de inserir-se nas atividades escolares<sup>271</sup>.

Por volta do final da década de 1910, paralelamente aos exitosos projetos de expansão organizacional, o episcopado nacional definiu com mais clareza os objetivos institucionais visando a uma vigorosa reinserção do catolicismo na esfera sociocultural, mediante a adoção de doutrinas e práticas pastorais mais consistentes. Os elementos basilares dessa nova estratégia eram coerentes com o que os institucionalistas conceituam de “neocristandade”, envolvendo os seguintes atributos: 1) oposição à secularização da sociedade e das instituições sociais (educacionais); 2) resistência ao avanço de outras confissões religiosas, sobretudo o protestantismo; 3) anticomunismo acentuado; 4) defesa dos princípios de ordem, hierarquia e tradição baseados nos valores morais cristãos. Esses quatro elementos são suficientes para

aproxima de uma condição de “subserviência” da Igreja e pode ser explicada pelo contexto mais amplo de construção do Estado nacional que se caracterizou pela centralização do poder político secular.

269 O catolicismo foi equiparado a todas as outras religiões igualmente reconhecidas pelo Estado. A liberdade de culto e o direito da posse dos bens por parte das igrejas foram legalmente assegurados. O casamento religioso perdeu seu status para o civil e a educação foi laicizada. O Estado brasileiro subvencionou o clero católico por mais um ano e depois se desobrigou do encargo.

270 Idem; p.

271 Sobre estas reformas organizacionais ver Miceli, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

caracterizar o catolicismo da neocristandade como conservador, por ser refratário à aceitação de mudanças sociais advindas com a modernidade.<sup>272</sup>

A adoção de novas diretrizes doutrinárias, alicerçadas nos princípios da neocristandade, produziram mudanças organizacionais na Igreja cujos objetivos envolviam a defesa e expansão da fé católica em todas as esferas da vida social, e para consecução destes objetivos foi necessário dispor de novas organizações católicas. De 1920 a 1935, foram criadas as seguintes organizações: Ação Católica Brasileira, Centro Dom Vital, Liga Eleitoral Católica, União Popular, Liga Brasileira das Senhoras Católicas, Aliança Feminina, Congregação Mariana e Juventude Universitária Católica<sup>273</sup>. Essas organizações se converteram em canais de participação de leigos pertencentes às classes médias que atuaram como combativos militantes defensores da fé católica para influenciar as elites políticas e sociais.

A estratégia missionária do catolicismo da neocristandade dependia da política institucional para assegurar, dentro da legalidade, demandas e reivindicações formuladas pela Igreja. A área educacional teve prioridade em termos de reivindicação e isso explica as pressões da Igreja e dos militantes católicos para reinserção do ensino religioso nas escolas públicas e a manutenção da subvenção estatal das instituições educacionais católicas<sup>274</sup>. Cabe mencionar nesse contexto a figura de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, nesta época o mais influente integrante da elite clerical católica<sup>275</sup>. Contando com o apoio do Vaticano, Dom Leme consolidou uma posição de liderança na hierarquia eclesiástica brasileira que o consagrou a dirigir os destinos da Igreja no Brasil objetivando concretizar a chamada “restauração católica” que se concretizou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder após Revolução de 1930 e o estabelecimento de uma concordata entre a Igreja e o Estado brasileiro que durou até 1945.

Como interpretar a restauração católica a partir da concordata entre a Igreja e Estado brasileiro neste período? Não há grandes disparidades entre as interpretações dos estudiosos do catolicismo brasileiro. De modo geral, a hipótese mais aceita é a de que os interesses

272 Esses elementos não representam uma originalidade do catolicismo brasileiro, pois acompanhava a tendência geral conservadora do catolicismo europeu, fiel às diretrizes impostas pelos pontificados de Bendito XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939).

273 Sem dúvida a mais importante dessas organizações foi a Ação Católica Brasileira, fundada em 1935. Sua origem remonta ao movimento internacional de iniciativa da Ação Católica romana.

274 Importante enfatizar que as instituições educacionais católicas sempre foram elitistas visando incorporar as classes médias e altas. Mas a Igreja da neocristandade se ocupou da defesa dos costumes tradicionais, da obediência à ordem e a hierarquia, defendeu abertamente a proibição do divórcio e a moralidade pública.

275 Dom Leme nasceu em 1882, no Espírito Santo, doutorou-se em Filosofia e Teologia, ocupou os cargos de provigário-geral da Diocese de São Paulo e depois o de bispo auxiliar do Rio de Janeiro antes de ser nomeado arcebispo da Arquidiocese de Olinda, em 1916. Em 192, foi nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, posição de grande prestígio.

institucionais da Igreja se coadunaram com os das classes dominantes, principalmente das elites políticas que assumiram a direção do aparelho do Estado após a vitória do movimento revolucionário que derrubou o presidente Washington Luís. A partir dos anos 1920 a República Oligárquica caminhou para o colapso político por conta do crescente antagonismo entre as elites e a insurgência de movimentos revolucionários. A Igreja atravessou a década fortalecendo-se como instituição tradicional e conservadora, defensora da estabilidade da ordem política e social. Com a revolução, Igreja e Estado firmaram uma relação de cooperação<sup>276</sup> porque se tratava de um pacto convidativo aos interesses das novas elites políticas e da hierarquia católica<sup>277</sup>. Para os institucionalistas, embora a concordata firmada entre Igreja-Estado tenha servido aos interesses de ambas as instituições, o acordo afetou organizacionalmente a Igreja.

O impacto mais visível foi o definhamento gradual dos movimentos leigos que atuavam no âmbito das organizações católicas e que tinham sido bem sucedidos nos objetivos de defesa do movimento de restauração católica<sup>278</sup>. Em outubro de 1945, o então presidente ditador, Getúlio Vargas, foi forçado a renunciar por imposição dos militares. Uma nova carta constitucional foi promulgada em 1946 e o Brasil inaugurou um sistema político genuinamente democrático que permaneceu em funcionamento até o golpe militar de 1964.<sup>279</sup>

#### Mudança estrutural da sociedade brasileira e crise orgânica do catolicismo

Nos anos de 1950, a eclesiologia católica, alicerçada nos princípios da neocristandade e apoiada no poder político do Estado Novo, sofreu um abalo e foi substituída por outras estratégias objetivando a preservação dos interesses institucionais da Igreja. O que afetava a instituição eclesiástica era a transformação estrutural da sociedade brasileira gerada pelo acelerado processo de desenvolvimento. O Brasil estava transitando de uma economia agrária e uma base populacional rural para um país urbano e semi-industrial, fenômeno conhecido como modernização e que apresentava as seguintes características: 1) migração do campo para

276 O *status* da relação Igreja-Estado neste contexto não era mais de caráter subordinativo e sim cooperativo, a Igreja tinha autonomia.

277 As duas cartas constitucionais promulgadas (1934 e 1937) asseguraram um conjunto de benefícios para a Igreja que fortaleceram a influência do catolicismo na esfera pública. Os atos governamentais e comemorações públicas oficiais passaram a contar com cerimônias religiosas católicas e os membros do clero passaram a ter livre acesso às repartições e instituições públicas.

278 A hierarquia da Igreja agiu deliberadamente para conter a ação do laico porque o fechamento do sistema político a partir do ano de 1937 foi acompanhado pela consolidação de uma estrutura corporativista de representação de interesses de classes conjugada com adoção de rígidas políticas de controle social. Nesta conjuntura política, a hierarquia católica conteve as organizações leigas por acreditar que o monopólio do catolicismo estava plenamente assegurado.

279 A Constituição de 1946 preservou os interesses da Igreja que haviam sido conquistados no âmbito do Estado Novo.

as cidades protagonizadas por camponeses pobres que se converteram em trabalhadores urbanos; 2) pluralismo religioso nas regiões urbanas densamente povoadas, acompanhado pelo crescimento das confissões protestantes; 3) surgimento de partidos políticos ideológicos, incluindo as agremiações de esquerda (comunistas) que adotaram novos padrões de mobilização do eleitorado urbano; 4) emergência de movimentos sociais que reivindicavam reformas sociais e mudanças estruturais; 5) crescente crise e polarização ideológica em torno dos projetos desenvolvimentistas e das políticas governamentais que se acentuaram com a chegada de João Goulart à presidência da República, em 1961.

Esse conjunto de mudanças indicava que a sociedade brasileira se tornava mais variada e mais propensa a superar a ordem tradicional, secularizar-se e inserir-se na modernidade. As transformações sociais abalaram as bases do monopólio religioso do catolicismo, gerando uma crise institucional na Igreja que foi enfrentada recorrendo-se a estratégias eclesíásticas bastante variadas, entre as quais incluíam a criação de novas organizações católicas, a reinserção dos leigos nas estruturas eclesíásticas e a formação de grupos de pressão política para assegurar os interesses institucionais do catolicismo. Subjacente à nova estratégia de ação, a Igreja começa a operar uma mudança na relação com a sociedade, baseada no gradual estabelecimento de vínculos de engajamento junto às classes populares e ao desenvolvimento de atividades sociopolíticas que se caracterizavam pela defesa de projetos sociais (de cunho reformista e transformador da ordem social).

A abertura da Igreja para as classes populares, juntamente com a defesa de projetos sociais, foram interpretadas de duas maneiras: primeiro, como uma ação deliberada do episcopado visando ampliar a influência do catolicismo em uma sociedade em rápida mudança; segundo, a alteração da missão evangelizadora da Igreja, independente das consequências que possa ter em termos de perda de influência do catolicismo na sociedade brasileira<sup>280</sup>. As pesquisas realizadas por Bruneau (1974, 1974b, 1985) testaram ambas as hipóteses a partir de um mapeamento das áreas sociais consideradas como potenciais “ameaças” ao catolicismo brasileiro por estarem suscetíveis à influência dos movimentos seculares e às ideologias de esquerda revolucionária, comprovando que foram nessas áreas sociais que as ações da Igreja se mostraram mais vigorosas<sup>281</sup>, fazendo com que o episcopado

280 Outra vertente teórica assinala que a doutrina social da Igreja preconizava a humanização das camadas sociais mais pobres, por meio da melhoria de suas condições de vida e sua plena integração na sociedade como precondição para a conversão religiosa e aprofundamento da fé católica.

281 As seguintes áreas foram monitoradas pela Igreja: 1) o avanço das ideologias de esquerda revolucionária; 2) o crescimento das denominações protestantes; 3) o declínio acentuado das vocações que comprometia a recomposição dos quadros eclesíásticos; 4) as mudanças na área educacional por conta da expansão do ensino público; 5) a percepção de que o catolicismo não tinha influência sacramental e cultural no cotidiano das classes populares; e 6) a preservação dos interesses institucionais da Igreja em um sistema político democrático.

nacional coloca-se em prática ações que resultaria em uma ampla reestruturação organizacional. No bojo do processo de reestruturação organizacional, novas organizações foram criadas, enquanto que outras tiveram suas funções e áreas de atuação modificadas para se adequar aos projetos de engajamento em diferentes setores e classes sociais.

Em 1952, o episcopado nacional sob a liderança de Dom Hélder Câmara – um dos mais influentes membros do clero de sua geração – funda a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Considerada uma inovação do catolicismo brasileiro, a CNBB foi resultado da conscientização do episcopado nacional de que o vasto território do Brasil demandava uma organicidade das ações de missão evangelizadora e atividades pastorais. Neste contexto de inovações, a Ação Católica Brasileira promulgou novos estatutos que permitiram a especialização dos movimentos da juventude a partir da criação de uma variedade de organizações católicas que conduziram a reinserção do laicado nas estruturas eclesiais. Nestes anos, entraram em atividade a Juventude Agrária Católica; Juventude Estudantil Católica; Juventude Independente Católica; Juventude Operária Católica; Juventude Universitária Católica<sup>282</sup>. Em 1961, funda-se o Movimento de Educação de Base (MEB) para atuar na área de educação popular, visando a ações de mobilização e alfabetização de jovens e adultos das regiões mais pobres do país. Nos anos 1960, aparecem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que vão se proliferar por todo o território nacional a partir de pequenas sedes, com o objetivo de desenvolver trabalhos de evangelização e conscientização política das populações pobres.

### **Reestruturação organizacional e conflitos ideológicos dentro da Igreja**

Segundo os institucionalistas, a expansão organizacional da Igreja coloca desafios para a hierarquia em termos de controle sobre toda a estrutura, visando à preservação da unidade da instituição eclesial. A preservação da unidade é um elemento basilar na Igreja Católica; porém, diante de todas as mudanças internas de natureza eclesiológica e organizacional presenciadas nas décadas de 1950 e 1960, a Igreja se tornou mais diversificada nos aspectos ideológicos e burocráticos. No fim dos anos de 1950, duas tendências alcançaram hegemonia dentro da Igreja: os reformistas que apoiavam abertamente o engajamento da Igreja com questões sociais e os conservadores, que aceitavam a acomodação à secularização,

<sup>282</sup> Essas organizações foram duplicadas com base no critério de gênero para atuar com a juventude feminina e a juventude masculina; contavam com quadros bem numerosos de militantes e atuavam no âmbito nacional.

discordavam do envolvimento aberto da Igreja na política<sup>283</sup>. As diferenças e os antagonismos ideológicos dentro da Igreja se ampliaram dramaticamente no esteio da crise da sociedade brasileira decorrente da acentuada polarização entre as elites políticas nos anos que precedem o golpe militar de 1964.

Nesta conjuntura, ocorre a radicalização da ação política dos militantes leigos que compunham os quadros de importantes organizações católicas e que haviam aderido às ideias marxistas e passaram a defender abertamente a construção do socialismo. A atuação desses militantes conduzirá a formação da chamada “esquerda cristã”. O episódio mais conhecido de radicalização das esquerdas católicas envolveu a JUC cujos militantes que atuavam no meio estudantil universitário partiram para a ação política contestatória contra o sistema capitalista, único modo de superar os problemas sociais do país. A ideologia esquerdista dos militantes jucistas envolvia uma simbiose entre os princípios do cristianismo e elementos originários da ideologia marxista dando origem ao socialismo humanista<sup>284</sup>.

O radicalismo esquerdista da JUC se tornou um sério desafio para os hierarcas católicos, porque a Igreja considerava a influência do comunismo como uma séria ameaça à sociedade brasileira e à própria instituição eclesiástica. Os embates entre a JUC e o clero geraram uma espiral de conflitos que se estenderam por alguns anos, cessando quando os militantes católicos abandonaram a organização para fundar uma agremiação genuinamente política desvinculada das estruturas da Igreja<sup>285</sup>. A trajetória da JUC exemplifica os limites impostos pela hierarquia católica a movimentos e grupos internos de base que buscam atuar de forma autônoma, desprezando a disciplina e controle da hierarquia católica. A tendência histórica dentro da Igreja é alienar de suas estruturas movimentos e grupos que se convertam em potenciais ameaças a preservação da unidade eclesiástica. É com base neste pressuposto que os institucionalistas sustentam que a religião encontra seus limites na preservação da unidade da Igreja. O catolicismo é uma religião altamente institucionalizada, uma empresa religiosa com elevado grau de burocratização que enfrenta constantes desafios sociais e políticos para perpetuar-se. Embora a religião tenha o potencial de fomentar a associação entre fé e política, entre missão evangelizadora e ativismo social, as contradições se tornam

283 Essas diferenças ideológicas constituem mais propriamente categorias analíticas para avaliar os conflitos em torno da missão evangelizadora do catolicismo. Porém, não há consenso entre os estudiosos do catolicismo, mesmo entre os institucionalistas, sobre uma base conceitual que seja capaz de avaliar as diferenças e conflitos ideológicos no âmbito da Igreja.

284 Os militantes jucistas defenderam um maior compromisso da Igreja na denúncia das desigualdades sociais e na promoção de projetos sociais.

285 Essa nova organização foi denominada de Ação Popular (AP) e surgiu em 1962, consolidando-se como força política influente entre as esquerdas a ponto de competir no cenário nacional com duas agremiações influentes: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

mais evidentes sempre que os princípios religiosos se chocarem com os interesses institucionais da Igreja<sup>286</sup>.

### **Crise institucional e golpe de Estado**

A radicalização dos conflitos societários nos últimos anos do período democrático abalou severamente a governabilidade do país. O desfecho foi a interrupção do mandato constitucional do presidente Goulart (1961-1963) por uma intervenção militar: um golpe de Estado que teve início em 31 de março de 1964 e se consumou no dia seguinte, em 1º de abril. À medida que os dirigentes permaneceram no comando do governo, estabeleceu-se um conflito latente com o clero católico. Até hoje, a questão mais polêmica envolve as interpretações sobre o posicionamento da Igreja diante da intervenção militar. É fato que, no período mais agudo da crise, entre meados de 1963 e março de 1964, importantes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte presenciaram as Marchas do Rosário – também conhecidas por Marchas da Família com Deus pela Liberdade – que foram organizadas por mulheres católicas pertencentes às classes médias urbanas e que se converteram em vigorosos movimentos de protesto contra o governo de João Goulart<sup>287</sup>.

Estudiosos da Igreja e do período histórico consideram as marchas como indicadores do apoio da Igreja Católica ao ato de deposição de Goulart da presidência da República. Contudo, é preciso distinguir entre ações particulares e isoladas de autoridades eclesiais e o episcopado nacional que seria um indicador do apoio institucional da Igreja. Nesse sentido, foram poucos, com fraca ou nenhuma influência institucional, os membros do clero, sobretudo pertencentes à hierarquia que apoiaram enfaticamente as marchas. Esta tese é reforçada pela análise das propostas de reformas sociais que surgiram no âmbito do governo de Goulart e que tiveram apoio de alguns setores do clero porque algumas dessas reformas se ajustavam aos projetos de mudança social defendidos pela Igreja. Essa coincidência de objetivos, porém, não foi capaz de gerar um movimento do episcopado em apoio ao governo de Goulart<sup>288</sup>. Entre os dias 17 e 19 de março, a Comissão Central da CNBB emitiu um

286 As demais organizações católicas leigas também chegaram a manifestar tendência de radicalização, mas foram contidas pela vigorosa ação da hierarquia católica e continuaram a funcionar dentro dos limites da institucionalidade eclesial.

287 Em 19 de março, na cidade de São Paulo, ocorreu a maior delas com cerca de meio milhão de pessoas.

288 No âmbito do episcopado não havia unidade e clareza sobre as intenções políticas de Goulart e nem mesmo sobre o desfecho da crise. Nos meses que antecederam a intervenção militar, o sentimento de temor e receio do avanço do comunismo e de uma completa desorganização da sociedade estava disseminado em todos os setores.

comunicado oficial assinado por 26 bispos apoiando enfaticamente a intervenção militar sob o argumento que as Forças Armadas evitaram a tomada de poder pelos comunistas. Trata-se do único documento elaborado no âmbito da CNBB que endossa a destituição do presidente João Goulart.

No entanto, a permanência dos militares no poder e a escalada da repressão política contra cidadãos e grupos de oposição motivaram reações da Igreja. O posicionamento oficial da Igreja, a partir do exame do conjunto de documentos promulgados pela CNBB nos períodos dos anos 1964-1968, 1969-1972, 1973-1982, corrobora essa afirmação, pois o teor dessa documentação se baseia em denúncias de arbitrariedades e clamor pelo retorno à normalidade constitucional e democrática. Mas é preciso destacar que, embora os documentos promulgados no âmbito da CNBB sejam importantes indicadores do posicionamento oficial da hierarquia católica, de modo algum os documentos espelham a força institucional da Igreja, porque mesmo que haja consenso entre os bispos que compõem a Comissão Central, não significa que haja concordância e apoio do conjunto do clero que integra o episcopado nacional<sup>289</sup>.

A atuação do episcopado no âmbito da CNBB tem outro aspecto importante. Depois de 1964, por determinação da Santa Sé, a CNBB passou por uma reforma institucional e a Comissão Central ampliou para 37 o número de bispos. Em seguida, ocorreu uma nova reforma que descentralizou suas atividades com a criação de 13 Regionais. Conforme assinala Bruneau (1974), o resultado dessas reformas foi que a CNBB se tornou a soma de suas partes e a principal consequência dessas mudanças organizacionais tem relação com a capacidade de medir com mais precisão a força institucional da Igreja, pois para que se efetivem, tanto as declarações oficiais como os projetos de ação pastoral formulados no âmbito da CNBB, ambos necessitam contar com o apoio da maioria dos integrantes do episcopado nacional. O mesmo esquema deve ser aplicado quando se observa a atuação do episcopado no âmbito das regionais da CNBB<sup>290</sup>. Como explicar a determinação da CNBB de promulgar declarações políticas de teor altamente crítico aos governos militares? Primeiramente, é preciso destacar que a tomada de poder pelos militares agradou setores do clero católico que acreditavam que algumas ameaças ao catolicismo teriam sido eliminadas. Não surpreende, portanto, que influentes membros do clero católico tenham se reunido em caráter oficial com o primeiro presidente militar, marechal Humberto Castelo Branco. Mas o conflito Igreja-Estado tornara-

289 Nesta época o episcopado compunha-se de 243 prelados, distribuídos nas seguintes categorias: 4 cardeais-arcebispos; 32 arcebispos; 122 bispos titulares, 37 bispos auxiliares, 41 prelados, 5 administradores apostólicos e 1 abade e 1 bispo do rito.

290 Tomados como referência esses documentos constituem um nível de análise do conflito Igreja-Estado porque servem para avaliar as mudanças no discurso oficial do episcopado nacional diante dos governos militares.

se inevitável porque tinha raízes no engajamento sociopolítico do catolicismo e na determinação dos governos militares de usar de violência repressiva para bloquear todas as formas de mobilização da sociedade.

As leis discricionárias e a doutrina de segurança nacional que foram promulgadas antes do fim da década sancionaram severamente o novo padrão de ação missionária do catolicismo e a Igreja passou a ser considerada uma instituição subversiva. O posicionamento crítico da CNBB, face à conjuntura política nacional, refletia, portanto, a preocupação da expressiva maioria do episcopado nacional com a escalada da violência repressiva que passou também a vitimar membros pertencentes aos quadros eclesiásticos. Mesmo com a intensa repressão, a estratégia de aproximação da instituição eclesiástica junto às classes populares para implantação de projetos de mudança social em favor dos pobres avançou consideravelmente no período subsequente.

### **A gênese da Igreja popular**

A expansão do engajamento sociopolítico do catolicismo brasileiro deu origem à Igreja popular. Na conceituação dos institucionalistas, a Igreja popular (ou progressista) representou a afirmação do novo padrão missionário do catolicismo brasileiro em razão do firme comprometimento de uma geração de bispos, clérigos e leigos, alinhados com a doutrina social da Igreja e engajados em projetos de transformação das estruturas sociais injustas geradoras de exclusão social; a consolidação desse novo padrão de militância católica correspondeu também à escalada do conflito Igreja-Estado.

Depois do ano de 1968, a ditadura contava com leis discricionárias e um amplo aparato de repressão que se encarregou da perseguição, tortura e eliminação de suspeitos de atividades subversivas e opositores políticos. Nessa conjuntura, a região Nordeste se converteu no centro dinâmico do envolvimento da Igreja com as lutas sociais das classes populares, desencadeando conflitos com os governos militares. As políticas desenvolvimentistas incidiram sobre a construção de grandes projetos de infraestrutura nas áreas de fronteira agrícola e o estímulo à expansão da agroindústria. Os projetos de modernização econômica beneficiaram os latifundiários revelando-se extremamente excludentes para os colonos, trabalhadores camponeses, comunidades indígenas e populações locais; o resultado foi uma espiral dos conflitos sociais que se exacerbaram com o uso da violência repressiva estatal e privada.

As dioceses e prelazias nordestinas começaram a empreender trabalhos pastorais com os trabalhadores locais ajudando na organização de sindicatos, constituição de núcleos para

formação de lideranças comunitárias e programas de alfabetização para estimular o desenvolvimento da consciência política. O mesmo padrão se verificou nas áreas de fronteira agrícola e nas capitais dos estados do Norte e Centro-Oeste. É compreensível, portanto, que duas emblemáticas organizações católicas de escopo nacional tenham sido criadas nesse período: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972 e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, atuantes até os dias de hoje.

Entre 1969 e 1974, a economia brasileira apresentou índices de crescimento sem precedentes na história, mas a expansão das atividades industriais não resultou em melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras em razão da concentração de renda, arrocho salarial, carência de políticas sociais e serviços públicos básicos como saúde, habitação, transporte, entre outros. Os anos do milagre brasileiro foram sombrios para os direitos humanos diante da sistemática repressiva, dos casos de tortura e eliminação dos opositores do regime. As dioceses e arquidioceses, localizadas nos grandes centros urbanos, desempenharam um papel importante na promoção da justiça social e defesa dos direitos humanos diante da escalada da repressão que também vitimou muitos clérigos e militantes católicos. Uma série de iniciativas bem sucedidas envolvendo a implantação de pastorais da periferia e apoio aos movimentos populares levou à criação de diversas organizações católicas como as comissões diocesanas de justiça e paz e os centros de defesa dos direitos humanos.

Os institucionalistas explicam que a Igreja Católica é refratária a qualquer interferência de poderes externos em sua autonomia decisória, na definição de suas práticas e do trabalho pastoral. Portanto, a ditadura, ao reprimir os militantes e clérigos católicos, fortaleceu a unidade entre todos os setores da Igreja contra o regime. A repressão e tortura contra opositores políticos e membros dos quadros eclesiais envolvidos em atividades pastorais converteram-se nos aspectos mais sensíveis do conflito Igreja-Estado<sup>291</sup>. Os militares negavam, categoricamente, a prática e a existência dos centros de tortura, mas o trabalho da Igreja popular na área dos direitos humanos comprovou que se tratava de uma política de Estado. Sob o mandato presidencial do general Médici, o conflito Igreja-Estado tornou-se crítico e o governo tentou contornar a situação criando um canal informal de diálogo com o clero, na tentativa de enquadrar e canalizar as divergências para que não tivessem repercussão

291 Quando nos referimos à repressão política contra os quadros eclesiais é oportuno enfatizar que os membros da hierarquia da Igreja sempre gozaram de imunidade diante das autoridades governamentais. Os incidentes mais graves envolvendo o clero não se comparam aos casos de graves violações dos direitos humanos que vitimaram os agentes de base. Os membros da hierarquia católica foram vítimas de intimidações e ameaças de morte, ataques difamatórios, censuras, execrações públicas. A repressão contra os agentes de base e os leigos engajados envolveu maior dose de violência, resultando em prisões, sequestros, torturas, mortes e expulsões. Ver a este respeito o documento publicado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) intitulado *Repressão na Igreja do Brasil, retrato de uma situação de opressão (1968-1978)*.

pública. Este canal de diálogo foi chamado de Comissão Bipartite e funcionou secretamente entre os anos 1970 e 1974 contando com a participação de oficiais militares, representantes do governo, intelectuais católicos e um grupo de bispos considerados mais influente do episcopado nacional<sup>292</sup>.

Embora os representantes do governo tenham conseguido impedir que alguns episódios de tortura viessem a público por intermédio da Igreja, a tentativa de aplacar o conflito Igreja-Estado mediante cooptação e concessões aos membros do clero não tiveram resultados práticos. O general Ernesto Geisel substituiu Médici no comando do governo e resolveu extinguir a Comissão Bipartite. O novo governo se convenceu da impossibilidade de neutralizar a ação conjunta do clero católico em razão da presença física da instituição eclesíastica em todo o vasto território nacional. Foi estabelecida uma nova linha de atuação que se baseou no diálogo com a CNBB e com bispos mais influentes, além de maior ênfase ao diálogo com o núncio apostólico, que é o representante oficial do Vaticano no país. O novo governo passou a encaminhar reclamações oficiais diretamente ao representante da Santa Sé sobre atividades subversivas envolvendo membros da Igreja, acreditando que com isso conseguiria apoio de autoridades conservadoras do Vaticano. Essa política fracassou e o conflito Igreja-Estado se agravou<sup>293</sup>. Os governos militares foram incapazes de compreender que o ativismo do catolicismo brasileiro estava fundamentado na doutrina social da Igreja e no firme compromisso dos militantes e clérigos com a promoção dos direitos humanos e no engajamento junto às classes populares. A crise econômica, o crescimento inflacionário e o aumento das desigualdades sociais e da pobreza evidenciavam o fracasso do projeto político ditatorial. Na impossibilidade de manutenção do projeto ditatorial, o governo afrouxou as amarras do regime por meio da distensão lenta e gradual a fim de restabelecer no longo prazo a democracia. Na conjuntura de liberalização política, a Igreja popular contribuiu com os movimentos em defesa da democracia, vinculando-se com todos os setores da sociedade civil organizada que passaram a lutar pela construção de um regime democrático.

292 Sobre a história da Comissão Bipartite ver Serbin, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

293 Na tentativa de enfraquecer a Igreja popular o governo Geisel adotou a política de expulsão de clérigos que eram mais críticos ao regime, passando também a negar solicitações de vistos provenientes de dioceses engajadas em atividades sociopolíticas, principalmente das áreas rurais. Essa política agravou ainda mais a chamada “crise das vocações”, porque em 1960 a Igreja contava com 11.252 padres; esse contingente correspondia a 1 padre para cada 6.200 habitantes; em 1978 a situação tinha piorado, pois a proporção era de 1 padre para cada 10 mil habitantes.

**Igreja: estrutura versus agência**

Os institucionalistas sustentam em suas análises que os processos de transformação da sociedade ajudam a entender as mudanças na Igreja Católica. Para se adaptar à sociedade em mudança, a Igreja altera suas diretrizes missionárias que são acompanhadas de reestruturações e inovações organizacionais. À medida que a instituição eclesiástica no Brasil alterava sua eclesiologia e firmava compromissos com as classes populares, os processos sociais e políticos em curso no período subsequente ao golpe militar contribuíram para a manifestação do conflito Igreja-Estado. Outra contribuição muito importante dos institucionalistas para a compreensão dos processos de mudanças na Igreja está relacionada com a construção de categorias analíticas que servem para tipificar posições ideológicas que permeiam os quadros eclesiásticos. As pesquisas sociais desenvolvidas a partir da década de 1960 estabelecem uma clássica distinção ideológica envolvendo conservadores e progressistas. Dentro deste esquema analítico, os progressistas estariam alinhados à doutrina social da Igreja e, por consequência, estariam mais propensos a promoverem ações de cunho sociopolítico, incluindo aí a defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça social. Os conservadores, ao contrário, estariam mais inclinados ao ecumenismo e estariam mais propensos a eximirem-se de atividades sociopolíticas.

O problema com essas categorias analíticas é que elas se fixam na dimensão da agência, ou seja, no plano das escolhas e determinações pessoais dos atores. Vallier (1970, 1971) assinala com bastante ênfase, porém, que os membros da Igreja atuam em certas condições organizacionais que podem constranger ou potencializar suas iniciativas. Levando em consideração a unidade celular de poder dentro da Igreja, que é a diocese, a iniciativas dos bispos podem ser bloqueadas pelas condições organizacionais de suas respectivas jurisdições eclesiásticas. As condições organizacionais envolvem a abundância ou carência de recursos humanos e materiais e por isso acabam interferindo nas iniciativas dos bispos como também no trabalho dos clérigos e agentes de base. Além deste aspecto, no caso do clero em particular, que representa a dimensão da hierarquia dentro da Igreja, preocupações envolvendo questões institucionais de preservação da autonomia e da unidade internas acabam se sobrepondo às distinções ideológicas. Por essas razões, as categorias analíticas elaboradas para definir posições ideológicas dentro da Igreja necessitam ser repensadas.

**Considerações finais**

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição transnacional de grandes dimensões burocráticas. Embora a unidade celular de poder na Igreja seja a diocese –

comandada por um bispo nomeado diretamente pelo pontífice –, existem instâncias intermediárias de autoridade que se entrelaçam numa estrutura de poder mais abrangente. Essa configuração burocrática faz com que a Igreja seja muito ciosa da manutenção de sua institucionalidade. Este aspecto é de suma importância, porque mesmo que haja divergências ideológicas internas à Igreja, a instituição sempre está atenta para evitar rupturas internas e defender sua autonomia diante de interferências de poderes externos face à definição de sua ação missionária e dos vínculos de engajamento com a sociedade. O conflito Igreja-Estado no Brasil é justamente decorrente das tentativas do poder político governamental autoritário de bloquear a ação missionária da instituição eclesiástica.

A repressão contra membros pertencentes aos quadros eclesiásticos agravou o conflito Igreja-Estado, mas não provocou a ruptura entre ambas as instituições. A Igreja contemporânea não atua como força insurgente contra o poder ou autoridade política estabelecida, pois suas relações com os Estados nacionais se assentam na legalidade e respeito aos princípios da soberania. Este pressuposto institucional permite compreender, portanto, a permanência do diálogo entre hierarcas católicos e autoridades públicas governamentais mesmo nos momentos mais críticos do conflito Igreja-Estado. De igual modo, este mesmo pressuposto institucional ajuda a elucidar os limites do potencial revolucionário do catolicismo progressista que foi, durante algum tempo, superestimado por intelectuais de esquerda atuantes dentro Igreja e nos meios acadêmicos.

O conflito fez com que a Igreja se projetasse como uma relevante força institucional de oposição à ditadura, o que contribuiu para deslegitimar o regime ditatorial. Mas a capacidade de oposição da Igreja contra os governos militares não deve ser superdimensionada, pois é resultado da supressão dos direitos, da legalidade e das liberdades democráticas que provocou um vácuo da esfera pública. Com o avanço da liberalização e da abertura política, os controles repressivos sobre a sociedade civil foram rompidos tornando possível a retomada dos processos democráticos com a criação de novos partidos e agremiações políticas, aparecimento dos movimentos sociais e de organizações de defesa dos direitos humanos. Nessa conjuntura, a Igreja permaneceu envolvida com atividades sociopolíticas engajando-se nos movimentos de luta pela redemocratização plena do país. Não obstante, à medida que a sociedade civil organizada se fortalecia, a instituição eclesiástica deixou de ser o polo dinâmico de contestação política e de monopolizar o trabalho com as camadas populares e a classe trabalhadora.

No fim da década de 1980, a sociedade brasileira havia mudado significativamente, tornou-se mais pluralista da perspectiva econômica, social e cultural e foi nesse contexto que a eclesiologia católica sofreu uma nova inflexão que conduziu a instituição eclesiástica a operar

mudanças na doutrina social. As pressões provenientes da Santa Sé contribuíram para essa mudança interna que estava sob a firme e carismática liderança do papa João Paulo II de modo que o episcopado brasileiro teve de enfrentar um novo debate em torno da separação entre religião e política. Setores do clero católico brasileiro que defendiam menos atuação política e social da Igreja acabaram sendo fortalecidos pela Cúria Romana. Sob a influência das mudanças na sociedade brasileira e de novas diretrizes pastorais emanadas da Santa Sé, o catolicismo brasileiro se volta para os problemas institucionais envolvendo a evasão de fiéis, o aumento da competição intra e inter-religiosa e a crise das vocações. O legado do catolicismo brasileiro é inquestionável, sobretudo quando se considera os direitos humanos e a justiça social em um país que, após trinta anos de superação da ditadura militar, ainda enfrenta enormes desafios para construção de um Estado de direito, uma sociedade justa, igualitária e democrática. As abordagens teóricas institucionais forneceram relevantes contribuições para elucidar os processos de mudança na instituição eclesiástica e o conflito Igreja-Estado. Com base na breve exposição da trajetória do catolicismo brasileiro sob a perspectiva institucionalista, faz-se necessário retornar ao ponto de partida sobre a problemática do conflito Igreja-Estado no âmbito do regime ditatorial a fim de reafirmar que não houve apoio institucional da Igreja ao golpe e aos governos militares. Contudo, essa tese não esgota o assunto e à medida que novas pesquisas sociais tratando desta temática forem sendo elaboradas elas poderão fornecer mais contribuições para o entendimento das relações e do conflito entre a Igreja e o Estado brasileiro. Espera-se que os relatórios da Comissão Nacional da Verdade forneçam o estímulo para o desenvolvimento de mais pesquisas acadêmicas sobre a história da Igreja.

## O exílio das esquerdas pré-1964 a anistia e os “indesejáveis”

**Denise Felipe Ribeiro**

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

### **Resumo**

O exílio foi ao longo dos anos 1960 e 1970, um dos instrumentos utilizados pelo regime ditatorial para a exclusão política de determinados grupos. Neste trabalho, pretendemos analisar o exílio dos setores que representavam as esquerdas no pré-1964. Entendendo que esses exilados de primeira hora são símbolos das tradições políticas que a ditadura pretendia destruir, procuraremos observar os debates travados – no momento em que se discutia a abertura política, a anistia e o retorno dos exilados – em relação a esse grupo. Entre esse grupo de exilados, destacaremos aqueles que foram considerados “indesejáveis” pelo regime ditatorial.

**Palavras-chave** : Exílio; esquerdas; anistia; abertura política.

### **Abstract**

The exile was during the 1960s and 1970s, one of the tools used by the dictatorial regime for the political exclusion of certain groups. In this work, we intend to analyze the exile of the sectors representing the left in the pre-1964. Understanding that these first hour exiles are symbols of political traditions that the dictatorship intended to destroy, try to observe the discussions in relation to this group, at the time it was discussed political opening, amnesty and the return of exiles. Among this group of exiles, we will highlight the issue of those who were considered “undesirable” to the dictatorial regime.

**Keywords** exile, left, amnesty, political opening.

### Apresentação

O exílio, os deslocamentos e as migrações forçadas sempre estiveram presentes em diferentes momentos da história da humanidade. Com o advento dos regimes ditatoriais latino-americanos, na segunda metade do século XX, esse fenômeno ganhou um caráter massivo.

O regime ditatorial brasileiro utilizou o exílio, ao longo dos anos 1960 e 1970, como um dos instrumentos para a exclusão de determinados grupos de qualquer tipo de participação política. Tal fenômeno deve ser compreendido, portanto, como integrante da mesma lógica repressiva da qual faziam parte as prisões políticas, os assassinatos, os desaparecimentos. Os exílios, forçados ou não, visavam a destruição das tradições políticas de esquerda. Nesse sentido, foram afastadas tanto a geração que representava as experiências de esquerda do período democrático pré-1964, como uma segunda geração, mais identificada com as manifestações estudantis promovidas na segunda metade dos anos 1960.<sup>294</sup> Para os fins do presente artigo, iremos nos ater às experiências do exílio daqueles que faziam parte da primeira geração.

Tomando como base a reflexão desenvolvida por Jean François Sirinelli, Rollemberg delinea as convergências e divergências, as diferenças e as oposições entre as duas gerações do exílio, identificando a primeira como aquela que representaria as diferentes tradições políticas que remontam ao regime democrático inaugurado em 1946. Tratava-se de pessoas que já tinham experiência profissional e política, e cuja trajetória estava em maior ou em menor medida ligada ao trabalhismo ou ao comunismo.<sup>295</sup> Comparando a geração 1964 com a geração 1968:

A geração 1964 sentiu muito mais o golpe como uma derrota do que a geração 1968, que viveu esse impacto com maior intensidade, anos depois em 1973, com o golpe no Chile. Para a geração 1964, a luta estava muito mais associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas. A geração 1968, ao contrário, negava e desprezava a experiência pré-1964.<sup>296</sup>

Observamos que a literatura sobre a temática do exílio, da abertura política e da anistia tem dedicado uma atenção secundária aos personagens da geração de 1964, o que pode

<sup>294</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.47-59.

<sup>295</sup> *Idem*, p. 47-52.

<sup>296</sup> *Idem*, p.51.

ser indicativo de um processo de enquadramento da memória. Michael Pollak, ao analisar a questão da memória coletiva, nos lembra que enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se deseja preservar, a memória inclui tentativas de definição e de reforço dos sentimentos de pertencimento e das fronteiras sociais entre coletividades diversas, tais como: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias etc. Nesse sentido, “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum (...), eis as duas funções essenciais da memória comum”.<sup>297</sup>

A memória que foi construída, ao longo do tempo, acerca do processo de redemocratização, abertura política e anistia teria, com efeito, priorizado determinados grupos políticos que, em grande medida, iniciaram sua atividade política após o golpe de 1964. No curso do processo de abertura, ocorrido na segunda metade dos anos 1970, a chamada “geração de 1968” passava por um momento de construção/reconstrução de identidades, o que resultou, posteriormente, na conformação de novos partidos e projetos políticos. Também não podemos deixar de observar que uma parte significativa dos estudiosos desse período da história brasileira é composta por pessoas que pertencem a essa segunda geração. Alguns tendo sido, inclusive, personagens ativos desse processo histórico. O relativo esquecimento da “geração de 1964” guarda relação, portanto, com a diferença geracional entre esses e aqueles que escreveram a história.

A despeito da ênfase dada por parte da historiografia, os personagens vistos pelo regime ditatorial como “indesejáveis” faziam parte, em boa medida, das tradições políticas que remontam ao período da história republicana entre os anos de 1930 e 1964. Na nossa cultura política, tais tradições e personagens foram ganhando interpretações pejorativas. São, por muitos, vistos como “reformistas”. Uma expressão conceitual foi criada para resumir todas essas tradições e experiências políticas, independentemente das peculiaridades e diversidades de ideias e projetos envolvidos, cuja disseminação foi promovida a partir das perspectivas teóricas de Octávio Ianni e Francisco Weffort: o “populismo”.<sup>298</sup> Daniel Aarão Reis observa que tal concepção encontra ainda reflexos nos estudos contemporâneos sobre as esquerdas no Brasil, na medida em que é a tradição comunista que prevalece no âmbito das esquerdas. O historiador lembra, a partir de sua própria experiência política, que a autodenominada esquerda revolucionária ou “nova esquerda” tinha uma visão terrível do trabalhismo, considerado como o “lixo da história”<sup>299</sup>.

297 POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.9.

298 SILVA, Roberto Bitencourt da. O populismo: controvérsia teórica e “trilhas” para uma compreensão. *Nunciopolítica*. Barbacena: Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC), 2004, p.29-34).

299 REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre

Pretendemos, no presente trabalho, resgatar as experiências dessa geração ligada às experiências do trabalhismo, do comunismo, das reformas de base, das lutas pela terra e pela educação, que marcaram os diferentes matizes de esquerda a partir do regime democrático instaurado em 1946. Foi essa geração que primeiramente sentiu os efeitos dos ataques desferidos pelos golpistas de 1964. Observaremos que o exílio dos principais representantes dessas diferentes tradições das esquerdas é monitorado atentamente pelo governo ditatorial por meio de seus órgãos de informações, cujos braços se estendiam muito além das nossas fronteiras. Já em um outro contexto, no final dos anos 1970, quando estava sendo discutida a possibilidade do retorno daqueles proscritos, veremos que aqueles mesmos personagens, que tiveram seus mandatos cassados e/ou sofreram perseguições que os obrigaram a partir em direção ao exílio, continuaram sendo protagonistas nas discussões sobre abertura política, retorno dos exilados, anistia e fim do bipartidarismo.

Assim, procuraremos observar em diversas fontes, tais como matérias jornalísticas, depoimentos, documentos oficiais de diferentes órgãos do aparato de informações, produzidos em diferentes momentos do regime ditatorial, que os “indesejáveis” foram monitorados durante todo o tempo de exílio. Em alguns momentos mais decisivos, particularmente quando se abre a possibilidade de retorno dessas figuras ainda proeminentes no cenário político nacional e a volta ao país – e conseqüentemente à política – torna-se uma possibilidade cada vez mais concreta.

### **A Anistia e os “indesejáveis” do regime ditatorial**

Nos dias iniciais do regime instaurado em 1964, um dos instrumentos de primeira hora utilizados para banir os adversários foi a cassação de mandatos e direitos políticos. Essa medida encontrava apoio entre lideranças importantes, que criticavam a atuação do Congresso Nacional e defendiam a necessidade de alterações profundas, a serem conduzidas pela intervenção militar, que fossem capazes de reorganizar a ordem política.<sup>300</sup> A essas

(Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005, p.174-175. Sobretudo a partir dos anos 1990, uma série de trabalhos historiográficos procurou empreender uma revisão da noção de populismo. Autores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Capelato, Lucília de Almeida Neves, entre outros, buscaram desconstruir essas interpretações por meio da renovação dos estudos sobre o sindicalismo e as ideias e a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ver a introdução de FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>300</sup> CARVALHO, Alessandra. As atividades político partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samatha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 222.

cassações se seguiram as perseguições, o clima de insegurança e as prisões que levaram várias dessas lideranças a decidir partir para o exílio.

Como bem lembra Rollemberg, ainda que o exílio carregue uma conotação punitiva, não deixava de ser um incômodo para a ditadura. A militância no exterior e as campanhas de denúncias às violações de direitos humanos, que se tornaram mais comuns a partir de meados dos anos 1970, contradiziam a imagem que o regime desejava deixar impressa no exterior.<sup>301</sup>

A partir da segunda metade dos anos 1970 as discussões a respeito da abertura política e da anistia tornaram-se mais frequentes no debate público. Nesse momento, uma das questões mais debatidas era a do retorno dos exilados e banidos. Nos jornais da época, não é difícil encontrar declarações de membros do governo, assim como do Poder Legislativo, sobre os casos em que os exilados poderiam ou não retornar ao país, sobre as repercussões das campanhas de denúncias das violações de direitos humanos e de luta pela anistia promovidas no Brasil e no exterior, bem como a respeito das denúncias feitas contra o governo em relação aos empecilhos criados para a obtenção de passaportes.

Tanto os círculos governamentais como a oposição preocupavam-se, sobretudo, com a forma pela qual ocorreria a reintrodução na esfera pública nacional, e/ou na seara político-partidária, de alguns personagens pertencentes a diferentes clivagens das esquerdas brasileiras. Nomes como Luis Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves, Paulo Schilling e Paulo Freire foram mencionados pela imprensa como os “indesejáveis” do regime.<sup>302</sup> Tais personagens são representativos de diferentes espectros políticos das esquerdas do período que antecedeu o golpe de 1964.

Nos primeiros meses do ano de 1979, antes mesmo da Lei da Anistia ser promulgada, muitos exilados, motivados pelo ambiente favorável à abertura política, começavam a planejar o retorno ao país. Atento a essas movimentações, o governo elaborou uma série de orientações ao Itamaraty relativas à concessão de passaportes. Para aqueles exilados que não tivessem qualquer tipo de restrição para seu retorno ao Brasil, não haveria grandes dificuldades. Seriam classificados no “grupo verde” e receberiam passaportes normais. Aqueles que tivessem sido indiciados em algum processo seriam classificados no grupo cor de rosa. Para esses, não seria liberado o passaporte, apenas um título de nacionalidade que seria o suficiente para o reingresso no país. Por último, um grupo reduzido de oito pessoas seria classificado com a cor

301 ROLLEMBERG, Denise. *Op.cit.*, p.48.

302 Revista *Veja*. Os caminhos da volta, 10/01/1979, p.30-32.

vermelha. Seu retorno somente seria possível após uma negociação com o governo. Esse era o grupo dos “indesejáveis”, para os quais a volta ao Brasil seria dificultada.<sup>303</sup>

Em 1978, Paulo Freire, que perdera seus direitos políticos a partir do Ato Institucional Nº 1 (AI-1) e que havia partido para o exílio desde 1964, foi convidado para o I Seminário de Educação Brasileira, realizado na Universidade Estadual de Campinas. Mas, a não liberação de seu passaporte – pedido um ano e meio antes – impedia sua participação. Intelectuais, como Francisco Weffort e Moacir Gadotti, enviaram ofícios ao Itamaraty e denunciaram o caso à imprensa.<sup>304</sup>

Ainda em 1972, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) já demonstrava o acompanhamento de alguns próceres das esquerdas pré-1964 que se encontravam no exílio. A proximidade com o término do prazo das suspensões de direitos políticos determinadas a partir do Ato Institucional Nº1 (AI-1) levava a uma preocupação com a possibilidade de reabilitação política das “personalidades proscritas pela Revolução Democrática de 1964”<sup>305</sup>. Segundo o EMFA, alguns desses cassados estariam cada vez mais presentes em alguns meios de comunicação, o que poderia indicar alguma intencionalidade em tornar a opinião pública mais predisposta e receptiva à ideia da reabilitação e da restituição de seus direitos políticos, até mesmo antes do prazo determinado.

Outra preocupação, diante da proximidade da renovação dos cargos eletivos nas esferas municipal e estadual, era a de que, ainda que fossem indiretas as eleições, tais personagens pudessem influenciar o processo, ou até mesmo poderiam candidatar-se, caso fossem restituídos seus direitos políticos. O relatório do EMFA ainda argumentava que o Legislativo estaria contribuindo para a reabilitação desses cassados<sup>306</sup>.

A alusão a essas personalidades é feita mesmo no próprio Congresso. O “Noticiário da Imprensa”, de 17/18 ABR 72, do SNI, reproduz a essência de um projeto de lei, de autoria do deputado Jerônimo Santana (MDB/RO), apresentado a 17 ABR 72, à apreciação da Câmara, pelo qual “ficam anistiados os SRs JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, JÂNIO QUADROS E JOÃO MARQUES GOULART, ex-presidentes da República, que tiveram decretada a suspensão de seus direitos políticos.”<sup>307</sup>

Ainda que figuras como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros não possam ser

303 *Idem.*

304 Jornal *O Globo*. “Professor pede liberação do passaporte de Paulo Freire”, 26 de outubro de 1978, p.10.

305 Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0248.

306 *Idem.*

307 *Idem.*

consideradas como pertencentes ao ideário das esquerdas, acreditamos que a inclusão desses nomes no rol daqueles que eram vistos com suspeição pelo regime ocorreu em função do alto cargo por eles ocupado e pelo poder de influência que ainda poderiam ter, a despeito de seus posicionamentos políticos.

### O monitoramento dos “indesejáveis” no exterior

Os personagens denominados como “indesejáveis” sofreram, durante todo o período em que permaneceram no exterior, o monitoramento minucioso de suas atividades pelos órgãos de informações do regime ditatorial. Para que isso fosse possível, foi de suma importância a elaboração de um sistema de informações que operasse também no exterior. Adriana Setemy, ao analisar a atuação da diplomacia brasileira, entre os anos de 1935 e 1966, observou a formação de um intenso intercâmbio entre as autoridades diplomáticas, políticas, policiais e militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai, visando o combate ao comunismo. No pós-1964, tais atividades teriam se voltado também para a observação das atividades dos exilados brasileiros naqueles dois países.<sup>308</sup>

Nesse sentido, tornou-se necessária a criação de um órgão específico para o monitoramento dos exilados no exterior. Assim, “para o trabalho mais importante, de levantamento e seguimento das ações dos exilados que do exterior ‘tramavam’ contra a Revolução, era preciso um serviço mais sofisticado e dotado de canais diretos de comunicação com os órgãos de segurança”<sup>309</sup>.

O Centro de Informações do Exterior (Ciex) foi então criado, em 1966, com o objetivo de acompanhar as atividades dos exilados que continuavam mantendo atividades políticas, assim como daqueles que procuravam denunciar as torturas sofridas e as restrições à liberdade. O Ciex tornou-se a agência responsável pelo acompanhamento das atividades políticas que fossem consideradas subversivas e ameaçadoras ao regime. A partir da criação do órgão, foi montado um aparato de coleta e distribuição de informações no exterior, que tinham como destino final os órgãos diretamente responsáveis pela repressão política aqui no Brasil, tais como SNI, CISA, CIE, Cenimar. Segundo Pio Penna Filho, o Ciex cresceu

308 SETEMMY, Adriana. *Sentinelas das fronteiras: O Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. 2013. 341 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 116-121.

309 ALMEIDA, Paulo Roberto. “Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5”. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de, FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.) *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ Contraponto, 2008, p. 78.

conforme foi aumentando o número de exilados e as embaixadas e escritórios mais ativos no recolhimento de informações eram justamente aquelas localizadas em países onde se concentravam o maior número de exilados.<sup>310</sup> No que diz respeito ao *modus operandi*, o Ciex demonstrava

o total desrespeito a consagradas garantias legais, além de uma sofisticada rede de espionagem, impossível de ser montada sem atuação conjunta com agências congêneres nos países onde operava. Havia infiltração de agentes entre grupos de exilados, violação de correspondência, intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência, observação permanente de pessoas, dentre outras.<sup>311</sup>

Um bom exemplo do monitoramento de exilados que mantinham atividades políticas no exterior é o informe, produzido em 1972, pelo Ministério das Relações Exteriores. No documento estão relatadas as viagens de Miguel Arraes ao Chile, ao Peru e ao México, assim como uma breve exposição relativa a algumas de suas atividades de cunho político<sup>312</sup>.

Dentre os personagens classificados como “indesejáveis”, talvez a figura mais proeminente seja a de Leonel Brizola. Particularmente no contexto das discussões acerca da lei da anistia, assim como quando começa a ser aventada a possibilidade de retorno dos exilados, a figura de Brizola estava no centro dos debates acerca da redefinição do quadro partidário e da realocação das lideranças.<sup>313</sup> Brizola e seus simpatizantes parecem ser os que mais sofriam com a constante e atenta vigilância dos órgãos de informações.

Desde o início de seu exílio, em 1964, Brizola era uma das figuras políticas mais observadas pelo regime ditatorial. O diplomata Manoel Pio Corrêa, em seu livro de memórias, revelou que uma de suas missões enquanto Embaixador do Brasil em Montevidéu era conseguir fazer com que o governo uruguaio impusesse aos exilados políticos brasileiros naquele país a abstenção de qualquer atividade política.<sup>314</sup> Para a diplomacia brasileira, a tolerância com que esses exilados eram tratados no Uruguai era alarmante, posto que um grande número de brasileiros havia buscado asilo político naquele país, e vinham desempenhando atividades políticas e mantendo contatos constantes com o Brasil. Segundo Pio Corrêa,

310 PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a repressão sem fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986). In: FICO, Carlos (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p. 166-167.

311 *Idem*. p.167.

312 Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0258.

313 SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 47.

314 CORRÊA, Manoel Pio. *Pio Corrêa: o mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994, p.847.

Haviam recebido asilo político no Uruguai talvez duas centenas de brasileiros, formando uma verdadeira comunidade, um duro núcleo político, organizado em torno do ex-presidente João Goulart, do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e do “Almirante Vermelho” Candido Aragão. A essa gente somavam-se talvez mais duas centenas de brasileiros, partidários de João Goulart e de Brizola, que não possuíam o status de asilados políticos, mas iam e vinham livremente entre o Brasil e o Uruguai, trazendo e levando mensagens de ou para correligionários no Brasil. Os conciliábulos entre os asilados e os chamados “pombos-correio” eram incessantes, e frequentes as viagens de “pombos-correio” de um país ao outro.<sup>315</sup>

Antes de partir em missão para o Uruguai, Pio Corrêa foi até o Rio Grande do Sul, onde encontrou o governador Ildo Meneghetti. Este prometeu ao embaixador que a Polícia Civil e a Brigada Militar do Estado agiriam com a Embaixada do Brasil em Montevideu para uma maior vigilância em relação ao trânsito entre os dois países e a “possíveis atividades subversivas”. O comandante do III Exército, Justino Alves Bastos, também colocou suas tropas à disposição para mantê-lo informado a respeito de toda a movimentação em áreas fronteiriças.<sup>316</sup> Para o governo, era preciso, portanto, vigiar atentamente os exilados brasileiros no Uruguai. A cassação de mandatos e a saída do país não haviam, de início, conseguido atingir o intento do regime ditatorial: a eliminação da seara política dos militantes e políticos dos diferentes matizes de esquerda. Pelo contrário, os primeiros anos do exílio foram marcados por uma intensa movimentação política. O clima corrente era o de que o retorno ao país ocorreria em breve e de que era preciso reorganizar as forças para combater a ditadura recém instaurada.<sup>317</sup>

Sob a ótica ditatorial, as preocupações governamentais relativas à movimentação política dos exilados no exterior não eram totalmente infundadas. Herbert de Souza relatou como o exílio não limitou totalmente a capacidade de organização política dos exilados.

No Uruguai é o reencontro de toda a liderança do movimento popular (...). Exploravam-se as possibilidades de uma reconquista. Com que estratégia não se sabia bem, mas se somassem todas as forças, talvez no Rio Grande do Sul pudesse ocorrer algo, talvez em Goiás, quem sabe no Nordeste, com oficiais nacionalistas, setores das FA.... Havia uma grande expectativa, uma grande ilusão!<sup>318</sup>

<sup>315</sup> *Idem*, p. 854

<sup>316</sup> *Idem*, p. 849.

<sup>317</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p.54.

<sup>318</sup> Depoimento de Herbert de Souza em CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (Orgs.). *Memórias do exílio, 1964/19??*, vol. I., São Paulo: Livramento, 1978, p. 79-80.

No exílio uruguaio, Brizola deu a sua contribuição para a formação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), do qual participaram ex-sargentos, ex-cabos e ex-marinheiros e militantes das causas nacionalistas antes do golpe. Paulo Schilling, um dos oito “indesejáveis” do regime ditatorial, tinha uma grande ligação com Leonel Brizola. Atuou como secretário de estado no governo de Brizola no Rio Grande do Sul e, no exílio, teve ativa participação no MNR. Schilling, em entrevista ao *Pasquim*, fez um relato sobre os planos conspiratórios

Revelando uma enorme disposição de luta, tratava de rearticular o que havia sobrado em nosso esquema militar: setores da Brigada Militar, oficialidade e sargentos nacionalistas não expurgados e outros na clandestinidade. Se tentou durante todo um ano, dar início à luta armada a partir dos quartéis, dentro de uma tradição bem gaúcha (...). O plano era estabelecer cinco frentes em distintas regiões do país. Entendíamos que em razão do enorme prestígio que tinha Brizola, os focos teriam respaldo popular. Entretanto a tentativa abortou com o fracasso da frente de Caparaó.<sup>319</sup>

Em 1979, já no contexto de abertura política e dos debates em torno da possibilidade de retorno dos exilados e banidos, as ações de Leonel Brizola eram objeto de grande atenção. O Departamento de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) observava a sua presença no México e atentava para contatos estabelecidos com outras lideranças como Francisco Julião e Neiva Moreira. Em documento produzido pelo órgão estavam relatados a data de regresso a Nova York, o convite recebido para participar das comemorações do cinquentenário do Partido Revolucionário Institucional (PRI), e a intenção que Brizola demonstrara de retornar ao Brasil em maio ou junho de 1979, de modo a reiniciar sua atividade política no país<sup>320</sup>

João Trajano Sento-Sé observou que a volta de Leonel Brizola ao país foi marcado por uma série de debates, que em última instância, se referiam às preocupações com a redefinição do quadro partidário e a realocação das lideranças naquele contexto de abertura política.<sup>321</sup> O receio em relação ao retorno de Leonel Brizola e de outras lideranças revela o modo como essas figuras eram encaradas pelo regime. Em um momento em que a chamada “linha-dura” das Forças Armadas ainda não havia sido totalmente neutralizada, as resistências à ameaça comunista que os personagens em relevo representavam para aquele setor castrense continuavam sendo significativas. O retorno dos “indesejáveis” significava que o “perigo” que o movimento golpista quis afastar em 1964 ainda não havia sido eliminado.<sup>322</sup> Pelo contrário, o

319 Entrevista de Paulo Schilling ao *Pasquim*, citado em ROLLEMBERG, Denise. *Op.cit.*, p. 93.

320 Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 1669

321 SENTO-SÉ, João Trajano. *Op.cit.*, p. 47.

322 *Idem*

“perigo” estava prestes a voltar e pronto para influenciar novamente os rumos da política nacional. Sobre a lista que proibia o regresso ao país dos oito exilados, Sento-Sé lembra:

A publicação reiterada e ostensiva dessa lista expressava o modo como esses homens eram encarados pelo regime, ou por parte de seus integrantes. Os representantes da linha dura, como já foi mencionado, estavam longe, a essa altura, de ter sido neutralizados. Preservaram sua parcela de força, embora estivessem em processo de crescente decomposição. Agarravam-se, ainda, ao apelo do combate à subversão e ao fantasma do comunismo, a despeito da visível queda do poder persuasivo dessa retórica. A lista negra, assim chamada à época, indicava aqueles que encarnavam de modo explícito “o perigo que o movimento de 1964 quisera afastar, do qual não estávamos totalmente libertos”.<sup>323</sup>

Antônio Francisco Azeredo da Silveira, que foi ministro das Relações Exteriores entre 1974 e 1979, ao ser entrevistado a respeito da abertura política e da atuação governo de João Figueiredo, acentuou os “riscos terríveis” a que o país estava sujeito:

O Brasil é uma sociedade muito permeada intelectualmente pelo marxismo. Um homem como o [Miguel] Arraes, é hoje, a meu juízo, o maior risco de radicalização brasileira que nós temos... O Brizola é um amador do radicalismo, está entendendo? Ele gosta mesmo, como o Jango, é de encontrar parceiros que têm terras. Quer dizer, é um negócio muito especial lá do Rio Grande do Sul, muito localista.<sup>324</sup>

É importante lembrar que, no final dos anos 1970, as organizações da luta armada já haviam sido dizimadas. Isso faz com que os olhos do regime se voltem ainda mais para as lideranças políticas de esquerda do pré-1964.

A questão do retorno ao país e a reinserção política desses personagens não era uma preocupação exclusiva dos militares. Segundo Lucia Grinberg, ao longo do processo de abertura, políticos e simpatizantes da Aliança Renovadora Nacional (Arena) discutiam a respeito da volta de líderes políticos cassados e/ou exilados. Os diagnósticos arenistas revelavam um sabor fatalista, prevendo eventuais revanchismos. Temiam que líderes com grande capacidade de mobilização, como Leonel Brizola, retomassem o jogo político. Enquanto isso, a cobertura jornalística, que ainda antes do retorno dessas personalidades ao país já acompanhava as movimentações políticas no exterior, ressaltava o entusiasmo e a festa nos aeroportos a cada chegada de um desses exilados. Os arenistas percebiam que estava sendo gestado um ambiente político que poderia colocar em risco os avanços da “revolução”. Tais

323 *Idem*, p.53-54.

324 SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 322.

preocupações levavam os partidários e simpatizantes da Arena a pleitear medidas governamentais que não permitissem que as conquistas da “Revolução de 1964” fossem abandonadas.<sup>325</sup>

Contudo, não eram apenas os arenistas que estavam apreensivos com a possibilidade de retorno desses personagens. Aos olhos dos partidários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o regresso dessas lideranças políticas também poderia constituir-se em um entrave a determinados projetos políticos que começavam a ser projetados a partir dos primeiros indícios de abertura política. Líderes do MDB, como Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, temiam que o ingresso de Brizola no partido, assim como o de outras lideranças, pudesse resultar num rearranjo de forças cujas consequências seriam imprevisíveis.<sup>326</sup>

Em janeiro de 1978, o senador Tarso Dutra (Arena-RS) deu uma série de declarações a respeito da sucessão presidencial e estadual, que seria realizada naquele ano. O senador abordou o temor de que, com a abertura política, o país pudesse voltar a situação anterior a 1964. Para Dutra,

o problema é apenas de educação política. A história não tem retrocessos. Já caminhamos muito nesses 13 anos e no momento em que ocorrer o termo final do processo do nosso aperfeiçoamento democrático, estará, por si só, assegurada a normalidade da vida brasileira sem quaisquer possibilidades de retorno ao passado <sup>327</sup>

Ao ser questionado a respeito do retorno de Leonel Brizola ao país, Tarso Dutra respondeu: “Brizola está exilado no momento. Portanto entendo que ainda não é o momento da reentrada dele na vida política do País”.<sup>328</sup> Nesse mesmo sentido, o senador gaúcho entendia que a anistia só poderia ser pensada quando o “ciclo revolucionário” estivesse completo.

A aceitação ou não da entrada de comunistas nas fileiras emedebistas dividiu a cúpula do partido. Enquanto o secretário-geral do MDB, Thales Ramalho, declarava sua disposição em fechar as portas do partido para os comunistas, o líder oposicionista na

325 GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 268-272.

326 SENTO-SÉ, João Trajano. *Op.cit.*, p.77.

327 Jornal *O Globo*, “Para Tarso Dutra, candidatura Magalhães é forma de diálogo”, 20 de janeiro de 1978, p. 06.

328 *Idem*

Câmara, Freitas Nobre argumentava que o MDB deveria aceitar todos que estivessem dispostos a lutar pela redemocratização, independentemente das posições ideológicas.<sup>329</sup> Nas palavras de Thales Ramalho:

Não aceito e nem quero ser sandinista, pegar em armas (...) pois, se eles, os comunistas, quiserem impor o programa do PC a um partido do qual faço parte, não o admitirei. Cada um no seu partido. Essa ideia de frente, defendida pelo Freitas, se não é inocente, vem de encontro ao que penso. Não aceito Gregório e Arraes na direção do mesmo partido em que estou.<sup>330</sup>

Essa divisão de opiniões em relação a reinserção de integrantes das esquerdas considerados comunistas na seara política não afetava os arenistas. Estes eram unânimes na crítica aos seus métodos de ação. Paulo Maluf, governador de São Paulo afirmava que o Partido Comunista, por receber “subvenções de países estrangeiros”, não mereceria ser considerado brasileiro.<sup>331</sup>

A aproximação entre a ex-deputada petebista Ivete Vargas e Leonel Brizola também parecia impossível. Em outubro de 1979, em entrevista ao jornal *O Globo*, Ivete Vargas afirmou que a participação do gaúcho na guerrilha e o fato deste ter recebido dinheiro de Cuba tornava difícil qualquer possibilidade de conciliação.<sup>332</sup>

Entre os partidários do MDB, a entrada de Brizola não era bem vista, como salientamos anteriormente. Sua liderança marcante era concebida por muitos como um grande risco. Uma das preocupações era a conformação de uma possível cisão partidária. Podemos supor também que as lideranças emedebistas tenderiam a temer que a liderança de Brizola e o forte simbolismo de seu retorno ao Brasil e às suas atividades político-partidárias tivessem o poder de obscurecer outros líderes. Em entrevista coletiva, ocorrida na sede da Associação Brasileira de Imprensa, Brizola desabafou:

Em minha visão (...) as oposições brasileiras constituem uma grande frente, onde estão a imprensa, a Igreja, a Ordem dos Advogados e muitíssimas outras entidades, como os comitês pela anistia, e onde está presente o que considero a frente parlamentar das oposições, que é o MDB. Nós, trabalhistas, participamos dessa frente parlamentar. Se alguém é pai do MDB, este alguém é o PTB, que entrou com o maior número de parlamentares para formar o MDB. (...) O autoritarismo foi eliminando a representação petebista não apenas dos quadros parlamentares, como também dos quadros

329 Jornal *O Globo*, “Aceitação de comunistas divide a cúpula do MDB”, 02 de outubro de 1979, p. 4.

330 *Idem*

331 *Idem*

332 Jornal *O Globo*, “Ivete diz que guerrilha distanciou-a de Brizola”, 02 de outubro de 1979, p. 4.

dirigentes. Se não tivesse havido essas proscricções, os trabalhistas seriam maioria no MDB. Mas com o tempo os trabalhistas foram levados para o porão desse navio, que é a oposição consentida. Nós, agora, queremos sair do porão.<sup>333</sup>

### Considerações finais

Nesse trabalho, procuramos partir da premissa de que os personagens classificados pelo regime ditatorial como “indesejáveis”, no contexto da abertura política e do processo de redemocratização, encarnariam ideias e perspectivas políticas diversas, mas que simbolizavam as tradições políticas que o golpe perpetrado em 1964 pretendeu alijar. Embora nem todos os oito personagens tenham sido cassados e exilados no imediato pós-golpe, as preocupações governamentais em relação a eles ao longo do período ditatorial demonstram que, em diferentes medidas, as atividades políticas exercidas no pré-1964 e no exílio eram motivo suficiente para o monitoramento e para a criação/ação de órgãos do aparato de informações no exterior.

As preocupações do governo em relação aos “indesejáveis” sofreu mutações ao longo do tempo. No imediato pós-golpe, temia-se que os grupos exilados em países fronteiriços como a Argentina e, principalmente, o Uruguai tivessem a capacidade de se reorganizar no exílio para retornar ao país na tentativa de retomar o poder e/ou levar a cabo planos de caráter revolucionário. Conforme o retorno ao país vai se tornando improvável, a organização desses exilados visando a denúncia das violações aos direitos humanos no exterior e as campanhas por anistia, a imagem negativa do país que estaria sendo divulgada é que se torna o novo alvo da vigilância do regime. Quando surgiu, no debate político, a possibilidade de uma abertura política, conduzida pelo alto, as preocupações giraram em torno do eventual retorno dos exilados e banidos e de como ficaria a situação daqueles que tinham sido processados. Quando essas questões se definiram, e os exilados foram aos poucos retornando ao país, a problemática passa a ser o modo pelo qual ocorreria a reinserção político/partidária de próceres da esquerda do pré-1964, como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Gregório Bezerra. Desse modo, percebemos que, durante o processo de abertura política, importava para o governo que fossem tomados todos os cuidados para que um dos intentos principais do movimento golpista de 1964 – a exclusão política das lideranças das esquerdas – não se perdesse com o retorno do poder aos civis que ocorreria pouco tempo depois. Tratava-se, portanto, de medidas que garantissem a perda da capacidade de influência dos “indesejáveis” no cenário público.

333 Jornal *O Globo*, “Ex-governador diz que MDB quer manter PTB no porão”, 02 de outubro de 1979, p. 4.

**A Doutrina Moynihan:  
o debate sobre a raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação  
Ford e da Academia Americana de Artes e Ciências**

**Wanderson Chaves**

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

**Resumo**

A construção da Doutrina Moynihan é o principal tema deste artigo. Proposta norte-americana de reforma racial de origem governamental, voltada à adequação dos negros à tradição do melting pot, ela se tornou um importante instrumento da disputa pelos sentidos do Poder Negro. Duas grandes conferências que reuniram a elite dos estudos raciais, realizadas com patrocínio e supervisão da Fundação Ford em 1965, servindo ao debate e lançamento da Doutrina, são o foco do trabalho. Entre as origens da proposta de ordem do multiculturalismo, a Doutrina Moynihan chegava ao governo com Richard Nixon como a resposta neoconservadora à ética da violência dos distúrbios raciais.

**Palavras-chave** Questão racial, Estados Unidos, Fundação Ford, Intelectuais, Multiculturalismo.

**Abstract**

The Moynihan Doctrine is the main theme of this paper. The focus lies on the two 1965 major conferences arranged by Ford Foundation, which brought together the elite of racial studies to discuss The Doctrine as a measure to solve race riots and fight against black poverty. With Richard Nixon, the Doctrine becomes an important tool of the dispute of the Black Power, and one of the roots of multiculturalism.

**Keywords** Race, United States, Ford Foundation, Intellectuals, Multiculturalism.

**E**ra maio de 1965, e o Movimento dos Direitos Civis havia rachado. Era o que dizia Daniel Patrick Moynihan, secretário-assistente do Departamento de Trabalho (1963-65), em memorando a Harry C. McPherson Jr., o diretor da Divisão de Assuntos Culturais e Educacionais do Departamento de Estado (1964-5). Sua fonte era J. Saunders Redding, crítico literário negro, um pioneiro no circuito da *Ivy League*, com quem ele se encontrara naquele mês na Universidade de Harvard, para a conferência da Academia Americana de Artes e Ciências sobre o negro norte-americano. Mas, a notícia não era clara. Não esclarecia se o rompimento viera da frente estudantil do Movimento dos Direitos Civis, representada pelo Student Non-Violent Coordinating Committee (SNCC) e pelo Congress for Racial Equality (CORE), ou de mudanças na atuação da frente legal e de lobby político, articulada na National Urban League e na National Association for the Advancement of Colored People (NAACP)<sup>334</sup>.

A Conferência sobre o Negro Norte-americano, realizada pela Academia Americana de Artes e Ciências, era a culminação de um esforço da elite dos estudos raciais nos EUA, que vinha se reunindo, desde 1964, para discutir propostas de “reconciliação nacional” para a questão racial<sup>335</sup>. Talcott Parsons, então um influente sociólogo, foi um dos principais instigadores do evento<sup>336</sup>, sendo, em certa medida, o responsável pela forte presença de quadros da Universidade de Harvard<sup>337</sup>. Estruturada em grupos de trabalho, a equipe contava ainda com representantes do National Council of the Churches of Christ, da Anti-Defamation League of B’nai B’rith, do Southern Regional Council, da American Sociological Association, da National Urban League, do National Opinion Research Center e da Brookings Institution; de representantes de órgãos de governo, como a Procuradoria-Geral da República, o Departamento de Comércio e o Departamento de Educação do Estado de Nova Iorque, e de outros especialistas, alguns renomados, como o historiador C. Vann Woodward, da Universidade Yale; o sociólogo G. Franklin Edwards, da Universidade Howard; Kenneth B. Clark, da City University of New York (CUNY); e, com uma contribuição decisiva para os

334 “Memorandum for Mr. McPherson”, de 20 de maio de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Daniel Patrick Moynihan, A Portrait in Letters of an American Visionary. New York: PublicAffairs, 2010, p. 103.

335 “Notes on Contributors”. In: Daedalus, v. 95, n. 1, The Negro American – 2 (Winter, 1966).

336 GERHARDT, Uta. Talcott Parsons: An Intellectual Biography. Cambridge, UK; Cambridge University Press, 2002, cap. 4, passim.

337 Dentre eles, Thomas F. Pettigrew, do Departamento de Psicologia; Oscar Handlin, do Departamento de História; o jurista Paul Freund, da Escola de Direito; o psiquiatra Robert Coles, da Escola de Medicina; o sanitarista Jean Mayer, da Faculdade de Saúde Pública; o cientista político James Q. Wilson, do Centro Conjunto MIT-Harvard de Estudos Urbanos; e Rupert Emerson e Martin Kilson, do Centro de Estudos Internacionais.

debates, o antropólogo então na Universidade de Chicago, ainda pouco conhecido, Clifford Geertz<sup>338</sup>.

Conforme a proposta dos patrocinadores, as fundações Carnegie e Ford, tratava-se de uma oportunidade para iniciar o planejamento do futuro pós-Lei de Direitos Civis. Supunha-se que sua aprovação, em julho de 1964, inauguraria um “momento de transição”<sup>339</sup>. A aposta de Daniel Patrick Moynihan, particularmente, era de que a nova prioridade política negra, depois do avanço da legislação civil, não seria mais a “liberdade”, mas a “igualdade”. A previsão era uma tese que ele já ventilara com o secretário do Departamento de Trabalho, W. Willard Wirtz (1962-69), quando argumentou que a meta da “igualdade de resultados” iria se tornar tão importante quanto já fora a da busca de “iguais oportunidades”<sup>340</sup>.

A principal proposta levantada nos grupos de trabalho da Academia Americana de Artes e Ciências, em razão da projeção dessa meta, era justamente a gestação de uma nova geração de políticas sociais. Era parte desse esforço também a reflexão sobre um renovado trabalho de arregimentação, que se pretendia fosse correspondente a essa reorientação da problemática dos direitos, a ser dada nas políticas de governo. O Movimento dos Direitos Civis não seria um foco importante dele, uma vez que se entendia que a guinada para os “direitos sociais” lhe retiraria paulatinamente o raio de atuação, a abrangência institucional e a consistência programática<sup>341</sup>.

Na ocasião, entretanto, não se notou que o relato de J. Saunders Redding atentava para a rápida deterioração do Movimento dos Direitos Civis, não apenas para a sua perda de valor estratégico, diferença que não era sem consequências. Como disse o historiador da Universidade de Brown, Stephen R. Graubard, coordenador dos trabalhos da Conferência sobre o Negro Norte-Americano e editor-chefe (1961-2000) da publicação da Academia de Artes e Ciências, a *Daedalus*, só se percebeu o fim da “era dos direitos civis” quando, meses depois, “distúrbios” na Califórnia anularam qualquer chance de “transição”<sup>342</sup>.

Nessa lembrança, Graubard falava particularmente de “Watts”. Entre 11 e 18 de

338 O crítico e escritor Ralph Ellison também fazia parte da equipe. John Hope Franklin, historiador da Universidade de Chicago, e St. Clair Drake, sociólogo da Universidade Roosevelt, enviaram trabalhos que foram debatidos, mas não participaram das atividades. “Notes on Contributors”. Op., cit.

339 GERHARDT, Uta. Idem, *ibidem*, p. 187.

340 “Memorandum for Secretary”, de 20 de abril de 1964. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 78-9.

341 Análise de Daniel Patrick Moynihan, encaminhado ao presidente Lyndon B. Johnson via W. Willard Wirtz. “Memorandum for the President”, de 5 de março de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 90-97.

342 S.R.G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘Color and Race’”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967), p. iii-iv.

agosto, os milhares de habitantes desse distrito de Los Angeles, de população majoritariamente negra, envolveram-se na depredação de bens e imóveis e no enfrentamento armado de civis e forças de segurança, locais, estaduais e federais, após um jovem ter sido morto pela polícia. Registraram-se 34 mortos, milhares de feridos e detidos e danos patrimoniais, em uma área de tamanho superior ao do de Manhattan, de aproximadamente 1,5 bilhão de dólares<sup>343</sup>. Malcolm X, assassinado em fevereiro, teve seu nome associado ao evento ao ser mencionado por indivíduos e grupos envolvidos, dentre eles gangues, e instituições como a *Nation of Islam*, como aquele que inspirou o “levante”<sup>344</sup>.

A análise especializada e da cobertura jornalística era a de que havia se inaugurado ali uma nova agenda e também forma de atuação entre os negros nos EUA. A revolta era contra a degradação da vida urbana e o ocaso das políticas sociais e econômicas de governo, e explicitava, fundamentalmente, que o “nacionalismo negro” e suas organizações estavam sendo visadas pelos “negros pobres” em sua renovada disposição para a ação política<sup>345</sup>.

Era a emergência do Poder Negro (Black Power), um conjunto de outras expressões e dimensões de inconformidade e luta política que estava se tornando, como logo compreendeu a Fundação Ford, um grande objeto de atração<sup>346</sup>.

Os termos a serem disputados começaram a ser explicitados nas leituras daquele que foi um dos acontecimentos políticos e intelectuais da década, *Os condenados da Terra* (1961), de Frantz Fanon. A edição da Grove Press, de junho de 1965, vendeu dezenas de milhares de cópias apenas naquele ano, e impulsionou um debate dos meios militantes negros e da Nova Esquerda<sup>347</sup> que permanecia restrito a quem havia lido o original francês ou a tradução de 1963, da revista *Presence Africaine*. Era a discussão sobre analogias entre a “situação colonial” e a do negro nos EUA, e, particularmente, a validade de lutas de “libertação nacional” como a argelina, tratada em *Os condenados da terra*, como modelo de ação útil e aplicável ao país.

343 Valores atualizados, segundo o índice Purchasing Power Calculator de correção do dólar. In: <http://www.measuringworth.com/pppowerus/>, com acesso em 26/10/2015. Eram 200 milhões de dólares em valores da época. HORNE, Gerald. *Fire This Time: The Watts Uprising and the 1960s*. New York: Da Capo Press, 1997 [1995], p. 3.

344 HORNE, Gerald. *Idem*, *ibidem*, “Introduction”.

345 Observou-se a tendência instantânea em interpretar “Watts” como um momento de repúdio popular à Martin Luther King Jr., à “integração” e às formas não violentas de luta. HORNE, Gerald. *Idem*, *ibidem*, cap. 1, 5-6.

346 FERGUSON, Karen. “Organizing the Ghetto: The Ford Foundation, CORE, and White Power in the Black Power Era, 1967-1969”. In: *Journal of Urban History*, v. 34, n. 1, November 2007, *passim*.

347 Como ficou conhecido o agregado de liberais, grupos progressistas, segmentos de esquerda, partidária e não-partidária, e adeptos do movimento da contracultura, que, nos EUA dos anos 1960, representando uma tendência política entre jovens e intelectuais, disputava, nas lutas por direitos civis e de oposição à Guerra do Vietnã, propostas para a radicalização da tradição democrática norte-americana. O’NEILL, William L. *The New Left: A History*. Wheeling, IL: Harlan Davidson, Inc., 2001, chapter 1.

Nesse debate norte-americano, tocou-se em dois pontos fundamentais da obra, que eram a reflexão sobre as formas e princípios de criação de uma “frente anticolonial”, e importante também, a aposta de Fanon no “lumpemproletariado” como grande força política, mas foram três outras questões, relativamente menos importantes na obra, que se tornaram os principais tópicos de discussão:

1) o uso da violência: a disposição de empregá-la, de forma organizada, no trabalho de liberação político e comportamental;

2) o “nacionalismo”: as alianças e estratégias destinadas a sustentar a resistência, isolar o inimigo colonial e estruturar a nova comunidade política; e

3) a negritude: o que é curioso, uma vez que o tema nunca teve lugar no trabalho de Frantz Fanon como ideólogo da causa argelina<sup>348</sup>.

Grosso modo, foi na articulação desses predicados fanonianos que veio a se elaborar a disputa de projetos de liberação, política e pessoal, características dos movimentos do Poder Negro. Apontava-se predominantemente para o refinamento e a reafirmação dos sentidos do pertencimento e da classificação racial, impulso que se tornaria instrumental aos objetivos nacionalistas, então presentes na meta da “autodeterminação”<sup>349</sup>. Além disso, apontava-se para a abertura aos recursos dissuasórios da violência, tendo em vista metas centrais, que eram a organização grupal e a autodefesa.

A Fundação Ford, utilizando de instrumentos de financiamento, passou a disputar essas aspirações políticas já em 1965, quando o foco sobre os direitos civis se reorientou para as políticas redistributivas, o controle comunitário, a elevação de autoestima e a valorização cultural. Nesta disputa, sua atuação esteve marcada pela construção de pontes teóricas e institucionais. Pretendia-se uma renovada abordagem liberal à velha questão da assimilação e integração dos negros, o que ela buscou engendrar, articulando-se às noções de “mudança social”, “desenvolvimento econômico”, liderança e “raça” que passaram a emergir<sup>350</sup>.

<sup>348</sup> De outra forma, apenas por oposição, já que ele combatia a intrusão da etnicidade e da raça como um princípio de governo e como ideal nacionalista. GIBSON, Nigel C. “Relative Opacity: A New Translation of Fanon’s *Wretched of the Earth* – Mission Betrayed or Fulfilled?” In: *Social Identities*, v. 13, n. 1, January 2007, passim. MACEY, David. *Frantz Fanon: A Biography*. London and New York: Verso, 2012 [2000], especialmente cap. I e II.

<sup>349</sup> Exceção feita, por exemplo, aos Panteras Negras, que consideravam a noção de “consciência nacional” mais um princípio tático, da construção dos órgãos da “frente anticolonial”, que uma proposta de unificação sócio-étnico-cultural. Era uma leitura literal e menos metafórica de *Os condenados da Terra*, que se tornaria pouco recorrente fora da organização. CHAVES, Wanderson. “O Partido dos Panteras Negras”. In: *Topoi. Revista de História*, v. 16, n. 30, 2015. Acessado em [http://www.revistatopoi.org/topoi30/R30\\_04\\_359.pdf](http://www.revistatopoi.org/topoi30/R30_04_359.pdf), em 29/01/2016.

<sup>350</sup> FERGUSON, Karen. *Top Down: The Ford Foundation, Black Power, and the Reinvention of Racial Liberalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, “Introduction”.

A *Great Society*, a agenda doméstica de Lyndon B. Johnson de combate à pobreza, e o *War on Poverty*, seu programa de reforma urbana, centrado na população negra e pobre, foram para a Fundação Ford verdadeiros focos de experimentação, fundamentais na gestação de sua agenda temática, que, lançada em direção às organizações do Poder Negro, buscava capturar e também estabelecer afinidades políticas. O esforço era de concepção de uma nova fórmula de governo, voltada à administração da vida e problemas das populações. A Fundação Ford definiu essa proposta pelas noções de “pluralismo racial” e “pluralismo das elites”. O multiculturalismo tem aí parte de suas origens<sup>351</sup>.

A Conferência sobre o Negro Norte-americano, e a Conferência sobre Raça e Cor, evento internacional realizado em Copenhague, Dinamarca, em setembro de 1965, patrocinado pela Fundação Ford, serviram à consolidação dessa proposta particular de intervenção, que Daniel Patrick Moynihan ajudara a elaborar, e que posteriormente se transformou em corolário de disputas e convergências entre o Poder Negro e a Fundação Ford – a Doutrina Moynihan.

### **A Conferência sobre Raça e Cor**

A Conferência sobre Raça e Cor foi um dos mais importantes conchaves da agenda de eventos internacionais do Congress for Cultural Freedom (CCF), uma frente secreta da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) especializada em estratégias de atração de quadros intelectuais, particularmente os de esquerda e não-comunistas<sup>352</sup>. A organização, um importante beneficiário da Fundação Ford, dirigiu a partir de Paris o planejamento e a coordenação da Conferência, que se realizou entre os dias 5 e 12 de setembro. Promovido em colaboração com a Academia Americana de Artes e Ciências<sup>353</sup>, o evento representava para a Fundação Ford, tal como a Conferência sobre o Negro Norte-americano, uma oportunidade para o debate teórico e a análise comparada de problema raciais. A investida serviria para avaliar, fundamentalmente a partir da experiência de Estados Unidos e “Terceiro Mundo”, a discussão internacional de soluções políticas, mostrando-se útil aos ajustes de sua própria agenda para a questão racial, promovidos a partir de 1967<sup>354</sup>.

351 FERGUSON, Karen. Idem, *ibidem*, cap. 2 e 4.

352 Embora pairassem antigas suspeitas, que remontavam à fundação da instituição, nos início dos anos 1950, a revelação de que o CCF respondia à agendamentos da CIA se deu apenas em abril de 1966, quando o escândalo foi apresentada em uma série especial de reportagens do *The New York Times*. SAUNDERS, Frances Stonor. *The Cultural Cold War: the CIA and the World of Arts and Letters*. New York: The New Press, 2000.

353 S.R.G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘Color and Race’”. Idem, *ibidem*, p. ix-x.

354 A partir do projeto “Social Science Research on Race and Poverty”, apenso à carta de John R. Coleman para

Stephen R. Graubard estava no comitê organizador. Também estavam Raymond W. Firth, antropólogo da London School of Economics; Georges Balandier, antropólogo da Universidade de Sorbonne, e o sociólogo Daniel Bell, da Universidade de Columbia e também do conselho de diretores da Fundação Ford<sup>355</sup>. Após reunião em Paris, em 1964, esse comitê definiu para as conferências, comunicações e textos para publicação seis grandes áreas de interesse e concentração:

1. Histórias das relações raciais: análise do colonialismo, imperialismo e usos da cor na construção de propostas de ordem e domínio.
2. A Cor: simbolismo e fundamentos teóricos e sociais.
3. O conflito inter-racial: análises etnograficamente documentadas dos usos da cor na definição de identidades e limites intergrupais.
4. Minorias raciais: agendas identitárias e o lugar da cor na articulação de ideologias de afirmação grupal e nacional.
5. A importância da cor nas relações internacionais.
6. O “a-racialismo”: análises e pesquisas sobre grupos sociais e movimentos políticos que preconizam processos de identificação primária não raciais ou de cor<sup>356</sup>.

Florestan Fernandes, convidado da Conferência sobre Raça e Cor, era representativo do perfil dos escolhidos para o evento. Eram cientistas sociais de regiões do mundo “não-comunista”, geralmente especialistas em temas de história e psicologia em suas investigações da questão racial. Seu parceiro intelectual, Roger Bastide, então na Universidade de Sorbonne, também estava entre estes convidados<sup>357</sup>.

Também integravam a lista de participantes:

André Béteille. Sociólogo. Universidade de Deli, Índia.

Leon Carl Brown. Diplomata, especialista em Oriente Médio. Universidade Princeton.

Robert K. A. Gardiner. Diplomata de Gana. Representante da Organização das Nações Unidas (ONU).

Kenneth J. Gergen. Psicólogo. Universidade de Harvard.

McGeorge Bundy, de 21 de janeiro de 1967. In: Rockefeller Archive Center. Ford Foundation Records. Grant Files. Reel nº. 2489. Grant Number 68-141.

355 Carta de Stephen R. Graubard para Florestan Fernandes, de 21 de julho de 1965. In: Universidade Federal de São Carlos. Biblioteca Comunitária – Coleções Especiais. Fundo Florestan Fernandes. Série Vida Acadêmica. Correspondências.

356 Carta de Stephen R. Graubard para Florestan Fernandes, de 13 de abril de 1965, p. 2-4. In: Universidade Federal de São Carlos. Biblioteca Comunitária – Coleções Especiais. Fundo Florestan Fernandes. Série Vida Acadêmica. Correspondências.

357 “Notes on Contributors”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 627-8.

C. Eric Lincoln. Sociólogo e pastor metodista. Universidade de Brown.  
 Kenneth L. Little. Antropólogo. Universidade de Edimburgo, Escócia.  
 François H. M. Raveau. Neuropsiquiatria. Universidade de Sorbonne.  
 Edward Shills. Sociólogo e membro do CCF. Universidade de Chicago.  
 Hiroshi Wagatsuma. Psicólogo. Universidade da Califórnia, Berkeley.  
 John A. Davis. Cientista Político. City University of New York (CUNY).  
 Masataka Kosaka. Cientista Político. Universidade de Kyoto, Japão.  
 Colin Legum. Escritor sul-africano. Jornalista do *The Observer*.  
 Philip Mason. Escritor. Diretor de estudos do Institute of Race Relations (IRR),  
 Londres.

David Lowenthal. Geógrafo e historiador. King's College (UK).  
 Julian Pitt-Rivers. Antropólogo. Universidades de Sorbonne e Chicago.  
 Talcott Parsons.  
 John Hope Franklin<sup>358</sup>.

Completavam a lista, com o mesmo perfil intelectual e profissional, três laureados com o *Anisfield-Wolf Book Awards*<sup>359</sup>. Harold R. Isaacs, orientalista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), por *The New World of Negro Americans* (1964)<sup>360</sup>; Louis E. Lomax, jornalista negro, pioneiro na TV norte-americana, por *The Reluctant African* (1961)<sup>361</sup>; e Edward R. Braithwaite, guianês, então diplomata, por *To Sir, With Love* (1961)<sup>362</sup>.

Na abertura dos trabalhos, Stephen R. Graubard recordou o “Levante de Watts”, fazendo uma exposição que comunicava e dava o tom geral do que seria a Conferência sobre Raça e Cor. Disse que o ocorrido em Los Angeles sinalizava para a construção de políticas sintonizadas à predisposição para o convívio entre iguais de “raça”. Watts seria a exposição do fracasso do esforço de “assimilação”, então tentado através da dessegregação, e que demonstrava, como exemplo, válido não apenas para os EUA, que havia motivações extra-políticas para os “distúrbios”. Era conflitiva, acreditava ele, a natureza das relações “inter-

358 Idem, ibidem.

359 Prêmio estabelecido em 1936, nos EUA, e dedicado a trabalhos de ficção e não-ficção sobre raça e “relações raciais”. Gilberto Freyre havia sido premiado em 1957, pela tradução em língua inglesa de Casa Grande & Senzala. O mesmo aconteceu com Florestan Fernandes, em 1970, pela tradução para o inglês de A Integração do negro à sociedade de classes.

360 Produto das pesquisas de monitoramento do “desenvolvimento” de áreas “subdesenvolvidas”, que ele realizava, sob patrocínio da Fundação Ford, para o Center for International Studies (CENIS), do MIT.

361 Reportagem sobre os mútuos impactos entre a luta por direitos civis, nos EUA, e a descolonização, na África.

362 Novela de inspiração autobiográfica, ambientada na Londres dos anos 1940. Texto de comentário político e sentimental, tendo como temas o racismo e a migração colonial, que inspirou o filme homônimo de 1967, sucesso de bilheteria, estrelado por Sidney Poitier.

raciais”, razão porque a convivência, e a própria cidadania, deveriam ter em vista, como princípio, o respeito a esse “impulso” para o relacionamento preferencial “entre pares”<sup>363</sup>.

Os debates<sup>364</sup> e textos da Conferência<sup>365</sup> encaminharam-se no sentido deste ponto de vista. A maioria dos trabalhos mostrou-se crítico de projetos de “integração”, julgados já derrotados por ignorarem, na busca pela “harmonização racial”, melhor entendimento da natureza do convívio humano. A meta, para esses participantes, era gerar maior “esclarecimento”, através, particularmente, da correta definição e instrumentalização do conceito de raça. Nesse esforço de precisão, eles se desdobraram, em Copenhague, no debate de três questões principais: 1) a tese do “naturalismo das cores”; 2) a “conotação pejorativa”; e 3) o “contra-racialismo”. Estas temáticas, assim correlacionadas, constituíam o tripé para um conceito de raça, e também davam, ao mesmo tempo, notícia de certas divergências na problematização do que configurava a solução do “conflito racial”.

Por meio da tese do “naturalismo das cores”, defendeu-se que a “cor” era o mais primário e importante traço físico, como explicou Edward Shills. A percepção das cores seria um imperativo cognitivo e sensorial, de origem pulsional, cujo caráter, supostamente natural, seria de origem atávica ou “racial”. A identificação e classificação das variantes de cor, como ato fundamental do comportamento humano, seria inescapável. E antecederia, assim, tanto o reconhecimento de outros sinais particulares, como a construção de outras formas de “diferença”. Esse argumento, uma pressuposição sobre como a diversidade humana era universalmente percebida, definia que noções abstratas e figurativas em relação ao corpo, à percepção de si e à construção grupal desenvolviam-se apenas posteriormente. Nessa chave explicativa, considerava-se que vínculos estabelecidos apenas no chamado plano da “cultura” eram tênues, dependentes de afinidades e filiação étnico-raciais para se sustentarem. Comparativamente, significava dizer que tais princípios, como o de “classe”, eram desprovidos de qualquer caráter “estruturante”<sup>366</sup>.

Essa postulação gozava de grande aceitação. O debate travado em Copenhague, ao partir desse consenso sobre o automatismo, manifesto na “identificação racial”, orientou-se para a investigação da questão moral fundamental, para os conferencistas, desdobrada por essa postulação: saber como evitar que a construção desse princípio biológico, na esfera da “cultura”, se desse por meio da “conotação”, o processo de dissociação da “cor” de suas

363 S.R.G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘Color and Race’”. Idem, *ibidem*, p. iii-iv.

364 Conforme relato do diretor de programas para a África, do escritório do CCF em Paris, Ezekiel Mphahlele. MPAHAHLELE, Ezekiel. “Race and Color at Copenhagen”. In: *Transition*, n. 23, 1965.

365 *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 279-626.

366 SHILLS, Edward. “Color, the Universal Intellectual Community, and the Afro-Asian Intellectual”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 282, 291-2.

qualidades “descritivas” e de “representação física”. Como explicava Kenneth J. Gergen, esta dificuldade era fundante. O processo de afirmação dos grupos humanos, segundo ele, partia de um esforço de divisão e exclusão no qual a “cor” seria sempre utilizada. No processo, “conteúdos subjacentes” eram introduzidos na sua significação, e era graças a esses sentidos conotativos, depois empregados na leitura da aparência humana, que a cor transformava-se no emblema primário das “diferenças”<sup>367</sup>.

Esse procedimento, quando depreciativo na forma e na expressão, era chamado de “conotação pejorativa”. Na Conferência sobre Raça e Cor, a investida contra imagens deste tipo se firmou como a grande aposta da crítica especializada. Pautava-se na crença de que o combate aos “estereótipos” desmobilizaria os suportes raciais da discriminação e do preconceito e possibilitaria as ferramentas de “percepção”, necessárias ao estabelecimento de direitos e formas elevadas de convívio e também de “reconhecimento”<sup>368</sup>.

A “civildade” e a “tolerância” seriam os valores fundamentais dessa aposta intelectual. Mas, um dos focos fundamentais desse esforço de crítica se voltava, então, para o engendramento daquilo o que Robert K. A. Gardner definiu como “racialismo reverso” ou “contra-racialismo”. Ele tinha em vista, ao usar essa expressão, as estratégias de afirmação e oposição chamadas de “anti-brancas”, aquelas que sustentariam, nas lutas de “liberação nacional”, o enfrentamento armado, o distanciamento político e o rompimento cultural. A descolonização estava no foco dessa discussão. Para Robert K. A. Gardner, economista naquele momento criando o Banco Africano de Desenvolvimento (1964)<sup>369</sup>, esse programa liberatório não participava da mesma aposta civilizatória defendida em Copenhague, que passaria, defendeu ele, pela participação no sistema internacional de países. O rompimento da contiguidade entre mundos “ocidental” e “não-ocidental”, bem como o relacionamento entre antigas “colônias” e “metrópoles”, além de barrar as chances de progresso e crescimento das nações, também impediria, segundo ele, uma reação adequada à exclusão e ao preconceito. Por isso, a defesa enérgica de que soluções deste tipo fossem sempre combatidas<sup>370</sup>.

367 GERGEN, Kenneth J. “The Significance of Skin Color in Human Relations”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 393-4.

368 Roger Bastide, ao falar da associação do Mal à “cor negra” na escatologia cristã, e Hiroshi Wagatsuma, André Béteille e Leon Carl Brown, ao tratarem das “minorias raciais”, respectivamente, de Japão, Índia e Argélia, levantaram exatamente este ponto. BASTIDE, Roger. “Color, Racism, and Christianity”. WAGATSUMA, Hiroshi. “The Social Perception of Skin Color in Japan”. BÉTEILLE, André. “Race and Descent as Social Categories in India”. BROWN, Leon Carl. “Color in Northern Africa”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967).

369 Compatriota e antagonista de Kwane Nkrumah, Robert K. A. Gardner liderou, após o assassinato de Patrice Lumumba, em 1961, sob os auspícios da ONU, o processo de reunificação da República do Congo.

370 GARDNER, Robert K. A. “Race and Color in International Relations”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 302-3.

A resposta a essa ameaça ao “sistema internacional”, personificada no “contraracialismo”, deveria vir na forma de arregimentação. Essa era a aposta de Philip Mason (IRR) e de Harold R. Isaacs (CENIS/MIT), representantes, em Copenhague, de duas instituições especializadas nas interfaces entre “relações raciais”, internacionais e “programas de modernização”. A defesa dessa posição passava por um ponto que era praticamente unânime na Conferência sobre Raça e Cor. A necessidade de se acolher a legitimidade da “afirmação racial dos povos de cor” e impedir que o impulso para a “autoexclusão do mundo ocidental”, atribuída, por eles, ao “terceiro-mundismo”, viesse prejudicar o “desenvolvimento internacional”. A sugestão dos dois especialistas era que a negritude deveria estar, na África e Américas, entre os principais objetos da disputa contra os projetos de independência nacional, então, projetados ou realizados fora do “sistema”<sup>371</sup>.

A negritude<sup>372</sup>, noção na qual se acomodaram inúmeras propostas de consolidação da solidariedade política, social e comunitária das populações de origem africana, tornara-se, desde o pós-guerra, um potente chamariz das lutas anticoloniais, configurando uma aposta na formação de um “novo mundo” ao mesmo tempo “negro”, cosmopolita, tradicionalmente africano e politicamente autônomo. A noção, que devia muito da consistência de sua proposta a uma investigação realizada nas artes, ligada à promoção da “reforma humana do negro”, contra as teses da “inferioridade racial”, adquiriu também aguda profundidade psicológica e grande apelo pelo nacionalismo. Essas características se afirmavam na criação de mitologias políticas e impulso para a defesa de atavismos, patentes na afirmação do “orgulho racial” e na recuperação de “essência” e “raízes” africanas<sup>373</sup>.

Era por essas características, precisamente, que vários dos conferencistas se definiram pela disputa da negritude. Alguns para derrotá-la, outros para apoiá-la ou reformá-la em pontos particulares. Os sociólogos C. Eric Lincoln e Talcott Parsons, os mais representativos dessa divergência, definiram-se a partir de suas posições conflitantes sobre como lidar com a questão da negritude nos Estados Unidos.

371 MASON, Philip. “The Revolt against Western Values”, p. 328 e ss. ISAACS, Harold R. “Group Identity and Political Change: The Role of Color and Physical Characteristics”, especialmente p. 359, 364. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967).

372 Neologismo francês, formulado, nos anos 1930, no círculo de escritores antilhanos e africanos de Paris do qual faziam parte, dentre outros, Aimé Césaire, Leopold Sedar Senghor e Léon-Gontran Damas. Sua origem também pode ser remontada à Renascença do Harlem, nos anos 1910-20, quando, segundo o escritor Langston Hughes, poetas, como ele próprio, lançaram uma proposta literária que já continha o programa “pan-africanista” e de “união negra” que depois floresceu entre os “coloniais” franceses. HUGHES, Langston. “The Twenties: Harlem and Its Negritude”. In: *African Forum*, v. I, nº. 4 / Spring, 1966, p. 11 e ss.

373 CÉSAIRE, Aimé. “Discurso sobre el colonialismo (1950)”. DÉPESTRE, René. “Buenos días y adiós a la negritude (1980)”. In: MORALES, Laura López (org.). *Literatura Francófona: II. América*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.

C. Eric Lincoln (1924-2000) notabilizou-se, com *The Black Muslims in America* (1961), trabalho pioneiro e clássico sobre a comunidade e a liderança islâmica negra dos EUA, como importante pesquisador das religiões. Era então próximo de Malcolm X e Martin Luther King Jr.<sup>374</sup> quando lançou, em 1964, *My Face is Black*, livro de crítica, cético em relação à negritude, endereçado a membros da nova geração de líderes ativistas, como Louis Lomax, o escritor James Baldwin, e o empresário, diretor-executivo da revista *Ebony*, Lerone Bennet, Jr. Para Lincoln, a formação do bloco racial negro unificado, proposta por esses seguidores de Malcolm X, respondia a um desejo longamente cultivado, de negros poderem finalmente declarar-se moralmente independentes dos “brancos”. Ele apoiou a legitimidade desse propósito liberatório, mas duvidou que ele pudesse vir da “mood ebony”, da aspiração de que a consolidação da “Black community” asseguraria, para e em nome dessa comunidade, direitos e benefícios negados pela sociedade norte-americana<sup>375</sup>.

Conforme defendeu ele em Copenhague, as características fundamentais da “condição negra” no país, a pobreza das massas e o isolamento das classes médias, não seriam alteradas pelo efeito aglutinador da negritude, apesar da impulsão para a luta por direitos. A recusa a se aceitar e garantir cidadania plena ao negro se construiria, segundo ele, justamente pela separação do grupo da população, sob o argumento da “diferença racial”. Todos os nomes já designados para classificar os descendentes de africanos no país, desde os já datados “persons of color”, “Afro-Americans”, “Negro” e “Negro Americans”, até os recentes “Black Americans” e “Black people”, propostos pelos “malcolmistas”, seriam expressão da clássica estratégia de exclusão norte-americana, que designava, pela nomenclatura racial, sempre em atualização, o lugar e a situação de marginalidade dos grupos<sup>376</sup>.

Lincoln, como partidário da proposta de “integração” de organizações cristãs do Sul dos Estados Unidos, como a Southern Christian Leadership Conference (SCLC), de Martin Luther King Jr., defendia que o fortalecimento de uma “esfera pública” própria não daria aos negros um novo status. Era taxativo: não haveria espaço para as esperanças dos “nacionalistas” enquanto eles buscassem garantir-se na separação e na “diferença racial”<sup>377</sup>.

Talcott Parsons (1902-1979) defendeu posição contrária. Ainda respeitado como

374 Cf.: [http://www.nytimes.com/2000/05/17/us/c-eric-lincoln-race-scholar-is-dead-at-75.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2000/05/17/us/c-eric-lincoln-race-scholar-is-dead-at-75.html?_r=0), acessado em 17/12/2015.

375 LINCOLN, C. Eric. “Mood Ebony: The Acceptance of Being Black”. In: ROSE, Peter I. (ed.). *Old Memories, New Moods: Americans from Africa*, volume 2. New Brunswick and London: Aldine Transactions, 2009 [1970].

376 LINCOLN, C. Eric. “Color and Group Identity in the United States”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967), p. 533-4.

377 Idem, *ibidem*, p. 527 e ss.

teórico<sup>378</sup>, ele deu vazão à opinião, comum entre os conferencistas, de que o “negro” deveria buscar estar compatível com o modelo “pluralista” da sociedade norte-americana. O país, formado de um mosaico de múltiplos grupos, teria nos vínculos de nível comunitário, ele asseverava, sua principal via de inserção na vida social e política nacional. “Negros”, para confirmar seu lugar na sociedade, deveriam, aceitando-se como grupo distinto, consolidar posição própria nesse mosaico. Por isso, para Parsons, a importância do compromisso político, não com a “assimilação”, mas com a “inclusão”, conforme o uso que dele vinham fazendo os “nacionalistas”, com a identificação do negro às origens e populações africanas. Essa era, para ele, a meta adequada à experiência de “americanização”. Para os negros, significaria experimentar o mesmo processo de elevação grupal, aceitação e acomodação social que os judeus, como grupo, já teriam experimentado<sup>379</sup>.

Essa proposta de “inclusão” não-assimilatória, que também reivindicava o nome de “integração”, foi acompanhada, na Conferência sobre Raça e Cor, de exposições em que se reconheceu a validade do diagnóstico para outras regiões do mundo. A Fundação Ford interessou-se por estes trabalhos, uma vez que serviam ao seu interesse em desenvolver as bases eruditas do combate à “exclusão racial” integrada à sua agenda liberal internacional. Destaque para Julian Pitt-Rivers e Florestan Fernandes, que apresentaram argumentos para aplicação da fórmula de “inclusão”, como a defendida por Talcott Parsons, também na América Latina.

### **A América Latina em Copenhague**

Julian Pitt-Rivers e Florestan Fernandes apresentaram trabalhos bastante próximos. Centrados na análise da situação das populações negras, e na investigação dos padrões que estruturavam as tipologias raciais, ambos sustentaram o diagnóstico de que a modernização levaria o Brasil e a América Hispânica, inevitavelmente, à mesma dinâmica de politização da questão racial dos EUA<sup>380</sup>. Era a afirmação, perante a Conferência sobre Raça e Cor, de que a América Latina, mesmo com diferenças de grau e padrão, partilhava dos problemas norte-americanos. E que o estágio dessas lutas, nos Estados Unidos, ainda deveria inspirar o restante da América no desenvolvimento de soluções.

378 Parsons dedicou sua vida acadêmica à formulação de uma teoria social. Era de orientação funcionalista, e seu trabalho buscava plasmar o pensamento teórico de Max Weber, Émile Durkheim e Vilfredo Pareto nesse esforço totalizante. Sua grande obra ainda é *The Structure of Social Action*, de 1937.

379 MPAHAHLELE, Ezekiel. *Idem*, *ibidem*, p. 19.

380 David Lowenthal estendeu esse diagnóstico a toda a região caribenha. LOWENTHAL, David. “Race and Color in the West Indians”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967).

Tratava-se de um desafio a teses “freyrianas”<sup>381</sup>. Nessa investida, Julian Pitt-Rivers voltou-se particularmente contra Charles Wagley. Este antropólogo norte-americano havia postulado que diferenças de classe, expostas em vocabulário racial, seriam expressas em vocabulário estritamente classista no futuro, à medida que a mestiçagem aprofundasse a homogeneidade fenotípica das populações<sup>382</sup>. O momento seria de transição nas sociedades latino-americanas, e, para Pitt-Rivers, ocorreria o contrário. Passava-se de uma era de rígidas hierarquias, em que as categorias de cor eram marcadores sociais, culturais e econômicos, determinando a posição de classe e o status individual, para uma em que se tornaria impraticável equacionar “raça” e “classe”. A mobilidade, a padronização social e o anonimato urbano, associados à modernização e ao desenvolvimento, estariam simplificando os critérios de estratificação. “Raça” e “etnicidade”, futuramente, seriam os mais determinantes princípios de identificação. O conteúdo social ou de classe dessas categorias seria esvaziado em toda a América Hispânica, vaticinava ele, tão logo houvesse mais abertura nas sociedades e menos desigualdade<sup>383</sup>.

Esse diagnóstico, nas palavras de Pitt-Rivers, representaria verdadeiro desafio tanto ao “cinismo” das “direitas nacionalistas” quanto para as “suposições” da “esquerda marxista”. Demonstraria, aos primeiros, que eles não poderiam menosprezar o fenômeno da discriminação, justificando-se na comparação aos EUA: os “males do racismo” também afetariam toda a América Latina, particularmente os “não-brancos”, e sem necessitar, para sua eficácia, segundo ele, de análogos do *Jim Crow*. Aos segundos, demonstraria que eles não conseguiriam mais elidir evidências de discriminação racial entre preconceitos de classe. Essa aposta, que apontava os Estados Unidos como espelho e também modelo de futuro, era a de que a emergência da “etnicidade” acompanharia o progresso da modernização material para se tornar, nessa “evolução, um princípio fundamental da vida social”<sup>384</sup>.

Florestan Fernandes acompanhava essa argumentação em muitos pontos. Ele concordava que um estreito paralelo entre “cor” e status era revelador de uma condição de “atraso”, de um descompasso com a modernidade capitalista que, no Brasil, estaria expressa na hierarquia de seu gradiente de cores, e no uso dessa tipologia racial como um amplo princípio de estratificação. Em particular, acrescentava que o preconceito contra “pretos” e “mulatos”, que seria universal no país, estaria estruturado em um ordenamento social que ainda

381 A postulação de Gilberto Freyre, de que a América Ibérica representava uma via de modernidade diferente e superior à modernidade anglo-saxã e liberal, concentrava boa parte desse esforço de crítica.

382 Para o argumento: WAGLEY, Charles. “On the Concept of Social Race in the Americas”. In: Congreso Internacional de Americanistas. Anais. San José: Lehmann, 1959.

383 PITT-RIVERS, Julian. “Race, Color, and Class in Central America and the Andes”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967).

384 *Idem*, *ibidem*, p. 554-7.

encontrava sua forma na atualização de práticas escravistas. Na esfera do trabalho, segundo ele, estava um dos principais lócus de reprodução dessa herança<sup>385</sup>.

Sua aposta pessoal era que a não transmissão do vínculo entre cor e situação social à “sociedade de classes em desenvolvimento” possibilitasse às “relações raciais” assumirem forma menos “desigual”, uma vez que se deixasse no passado os princípios hierárquicos anteriormente estruturantes. Embora aceitasse que essa transformação pudesse se dar à medida que progredisse a modernização econômica, como Julian Pitt-Rivers, Florestan Fernandes defendeu, de modo ligeiramente diferente, que essa mudança viria, ou seria facilitada, caso a “raça” fosse transformada em um princípio de organização e ação. A união entre “pretos” e “mulatos” como “negros”, segundo ele, seria o primeiro momento de um programa deste tipo. O segundo, se daria com a unidade desse bloco em torno de metas como a autonomia moral, a consolidação política do grupo e o estabelecimento de novas posturas públicas na reivindicação à plena “integração”<sup>386</sup>.

Era a convicção de Florestan Fernandes: de que ninguém estaria, na demanda por igualdade, melhor situado que os negros para atacar tanto a “democracia racial” quanto a “revolução burguesa” em razão das promessas democráticas não cumpridas. Para tanto, seria preciso que os negros agissem como uma minoria racial organizada. Este era, segundo ele, o modo de ação mais adequado à disputa dos parâmetros de cidadania estabelecidos em uma sociedade de classes<sup>387</sup>.

Julian Pitt-Rivers, Florestan Fernandes e David Lowenthal foram exemplares, na Conferência sobre Raça e Cor, da conformidade com o programa de “inclusão racial” e suporte aos “movimentos negros” que dominou o debate na Conferência sobre o Negro-Norte-Americano, e, neste sentido, do acordo sobre a validade internacional de premissas fundamentais, depois conhecidas como Doutrina Moynihan, debatidas naquele evento.

### **A Doutrina Moynihan**

Daniel Patrick Moynihan, quadro do Partido Democrata, e membro de um dos seus pilares de ativismo liberal, a Americans for Democratic Action (ADA), chegou ao Departamento de Trabalho durante o governo de John F. Kennedy (1961-1963). Era uma indicação de Averrel Harriman, ex-governador do estado de Nova Iorque, de quem ele fora

385 FERNANDES, Florestan. “The Weight of the Past”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967), p. 560 e ss. O texto da conferência, com alterações, foi publicado como “A persistência do passado”, na coletânea de artigos *O negro no mundo dos brancos*, de 1972.

386 Idem, *ibidem*, p. 577-9.

387 Idem, *ibidem*, p. 577-9.

assessor. Durante o primeiro mandato de Lyndon B. Johnson (1963-1965) foi promovido a secretário-assistente. Seu trabalho de formulação política, voltado à fundação de uma política social para a nova legislação sobre direitos e assistência, visada pelo Departamento de Trabalho, está entre as origens do ambicioso programa da administração de Lyndon B. Johnson, o *War on Poverty*, lançado em março de 1964<sup>388</sup>.

Os negros eram um dos alvos elementares dessa nova política, mas Daniel Patrick Moynihan pretendia que se tornassem um foco prioritário. Suas razões, para tanto, eram táticas, além de técnicas. Para ele, o governo precisava se antecipar às expectativas da população negra, que se reorientariam, após a conquista de direitos civis e as oportunidades abertas em um mercado de trabalho mais dessegregado, para a busca de plena “igualdade social”. Tratava-se de uma oportunidade política: aproveitava-se o descenso do Movimento de Direitos Civis, que não havia avançado agenda específica neste tema, para abrir ao governo, pela primeira vez em anos, a chance de ditar o debate racial. Para desenvolver essa saída, Daniel Patrick Moynihan buscou convencer altos membros da administração Lyndon B. Johnson que havia como realizar programas sociais que disputassem o argumento dos elementos radicais do Poder Negro, e que fossem capazes de conquistar também, ao mesmo tempo, o apoio dos mais conservadores. Essas promessas, ele defendeu, seriam cumpridas com o advento de um novo programa de “reforma da família negra”<sup>389</sup>.

O argumento de Daniel Patrick Moynihan se sustentava no diagnóstico de que havia uma profunda crise urbana no país, que o negro era o aspecto central desse problema, e que a situação estaria à beira de perder o controle. A família negra era considerada como estando desproporcionalmente presente nas grandes cidades. E, em razão dos seus altos índices de crescimento demográfico, abandono paterno, dependência dos programas de assistência e proporção de lares chefiados por mulheres, também, como a própria expressão do desmoronamento da vida urbana. Este seria, segundo essa argumentação, o círculo vicioso da “cultura da pobreza”: os males sociais que assolavam essa família prejudicavam a formação dos membros, limitavam a busca por novos padrões de vida e status e tornavam seus integrantes imunes aos benefícios e exigências das políticas sociais. Mas, o alerta de Daniel Patrick Moynihan ao Departamento de Trabalho era fundamentalmente político. Destacava que os negros, sem os requisitos de formação e socialização, estavam inabilitados para as “oportunidades” recentemente abertas. A frustração, avaliou ele, teria consequências inestimáveis<sup>390</sup>.

388 PATTERSON, James T. *Freedom is not enough: The Moynihan Report and America's Struggle over Black Family Life from LBJ to Obama*. New York: Basic Books, 2010, cap. 2-3.

389 PATTERSON, James T. *Idem*, *ibidem*, cap. 2-3.

390 MOYNIHAN, Daniel Patrick. *The Negro Family: A Case for National Action*. Washington DC: Depart-

A solução para esse impasse deveria vir, propunha Daniel Patrick Moynihan, da emulação do *ethos* das classes médias de origem oriental. Elas representavam, conforme essa leitura que focava as comunidades chinesa e japonesa dos EUA, o ciclo perfeito de integração e nacionalização, feito de ascensão social, derrota dos preconceitos de classe e eliminação do “problema racial”. A aposta nesse modelo seguia a convicção de que a “opressão racial” era caracteristicamente privada. Esperava-se, para o futuro, que a “crise urbana” e os males da pobreza fossem solucionados pelo estímulo às famílias negras, que deveriam ser auxiliadas, em substituição aos programas de assistência do governo, a desempenhar funções que outros grupos supostamente desempenhavam por meio das famílias. Essa estratégia deveria passar pelos homens, e ancorava-se na crença de que a habilitação masculina para as funções de provedor e patriarca, considerada frágil no meio negro, transformaria estruturalmente a vida familiar. Como frisou Daniel Patrick Moynihan, ela acarretaria prejuízo à força de trabalho feminina, mas enquanto não fosse a problemática de “direitos civis”, como ele acreditava, tratava-se de buscar nos homens negros instrumentos mais adequados para a impulsão das famílias rumo à forte política de emprego, “reforma urbana” e controle de natalidade prevista<sup>391</sup>.

Essa investida viria a sanar, segundo ele, a dificuldade das famílias negras de assumirem plenas responsabilidades e de usufruírem, concomitantemente, os benefícios da cidadania política e da sociedade de consumo. Tal limitação teria sua origem profunda no passado de escravidão e estaria expressa particularmente no comportamento dos homens. O ultraje, que persistiu na era de segregação racial, teria privado toda a comunidade das âncoras do patriarcado e da forte liderança masculina, desde sempre presentes e estruturantes na vida familiar, e também nos canais de inserção política e comunitária dos demais grupos sociais norte-americanos. O principal emblema desse legado de degradação e excepcionalidade, nessa leitura, era a “matrifocalidade” da família negra. Por meio dela, se renovaria o emasculamento sofrido pelo escravo. Ao privar especialmente aos homens, ela estendaria a toda a comunidade seus efeitos limitantes, na confiança, suporte e experiência perdidos, barrando a expansão dos padrões de realização econômica e elevação social<sup>392</sup>.

Daniel Patrick Moynihan transpôs esse argumento diretamente de *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*, do historiador Stanley Elkins. Lançado em 1959, o livro integrava-se à tradição erudita de estudos sobre a formação da família negra, que remontava aos estudos pioneiros de W.E.B. Du Bois, realizados no início do

ment of Labor, March 1965, especialmente cap. 2 e 4. In: <http://www.dol.gov/oasam/programs/history/we-bid-meynihan.htm>, acessado em 19/12/ 2015.

391 “Memorandum for the President”, de 5 de março de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Op., cit.

392 MOYNIHAN, Daniel Patrick. Idem, ibidem, especialmente cap. 3.

século XX, às pesquisas de E. Franklin Frazier, feitas durante os anos 1930, e à síntese sociológica do clássico de 1944, *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*, de Gunnar Myrdal<sup>393</sup>. Stanley Elkins empregava a teoria da infantilização, desenvolvida pelo psicólogo Bruno Bettelheim para o estudo da personalidade de ex-internos de campos de concentração, para reforçar, por analogia, que escravos vivenciaram uma experiência de privação igualmente radical, e que a estrutura familiar negra representava um legado fundamental dessa experiência. Era dessas conclusões que Daniel Patrick Moynihan partia para conclamar o governo norte-americano, como a forma adequada de se atacar a “pobreza negra”, a “restituir” a autoridade familiar e a função de provedor ao homem negro. Para que nele se fortalecesse a estabilidade e a autossuficiência familiar<sup>394</sup>.

A proposta final de Daniel Patrick Moynihan ao Departamento de Trabalho, de março de 1965, se beneficiou dos seminários de 1964 da Academia Americana de Artes e Ciências, preparatórios à Conferência sobre o Negro Norte-Americano. Na Universidade de Harvard, ele apresentou *One-Third of a Nation*. Essa primeira versão de texto foi aprimorada, na ocasião, no debate com dois psicólogos que publicavam, naquele momento, trabalhos bem documentados, afinados às suas teses: Kenneth B. Clark, com *Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power*, e Thomas Pettigrew, com *A Profile of the Negro American*<sup>395</sup>. A Academia Americana de Artes e Ciências, ao apoiar essa vertente de discussão, tornou a Conferência sobre o Negro Norte-Americano um palco privilegiado para a acolhida ao programa de Daniel Patrick Moynihan de “integração racial” e intervenção familiar.

Clifford Geertz, que havia acabado de publicar *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia* (1963), estava entre os debatedores da Conferência sobre o Negro Norte-Americano que melhor contribuiu, teoricamente, para a defesa dessas medidas de “modernização” familiar. Para ele, a “matrifocalidade” representava verdadeiro impedimento à equiparação dos negros ao padrão de renda e status nacional. Como pesquisador da Indonésia pós-colonial, e especialista em “políticas de desenvolvimento”, Clifford Geertz defendeu, sustentando-se em exemplos etnográficos, que a forma matrilinear de parentesco<sup>396</sup> concentrava poder político na ordem familiar e sobre as mulheres. A “matrifocalidade” não estaria consignada aos requisitos de ação do princípio ocidental de “progresso”, e seria disfuncional em sociedades plenamente desenvolvidas, uma

393 PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, p. 26-36.

394 MOYNIHAN, Daniel Patrick. Idem, *ibidem*, cap. 3 e 5.

395 PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, cap. 3, *passim*.

396 A que segue a linhagem materna na definição das regras de transmissão da herança e na formação e organização da ordem familiar. Nesta forma de parentesco, o tio ou o irmão materno costumam ser transfigurados em figura paterna, e sua posição torna-se o princípio e o sentido da descendência.

vez que estagnaria a função econômica dos homens. Era o que ele dizia se verificar entre os negros nos EUA, em semelhança à boa parte das sociedades matrifocais conhecidas. Sua cultura seria modelada pela posição marginal dos homens na estrutura familiar, por sua vez, transposta para o ordenamento estrutural de classes. Neste arranjo, os homens estariam socialmente imobilizados, sem opções para elevar seu status. A situação das mulheres seria equivalente: sem ter sua autoridade reconhecida fora da comunidade negra, sua atuação frustraria as oportunidades de mobilidade familiar<sup>397</sup>.

Talcott Parsons, Oscar Handlin<sup>398</sup> e G. Franklin Edwards<sup>399</sup>, acompanhados de John B. Turner e Whitney M. Young, da National Urban League, lideraram a frente da Conferência sobre o Negro Norte-Americano de apoio à tese do fortalecimento do provedor masculino. Este seria o caminho ideal para se fazer justiça à “desumanização” e “exclusão” dos descendentes de escravos e, segundo eles, para adequá-los também à economia competitiva da moderna civilização norte-americana. Eles defendiam o *melting pot* como a via de acesso único ao *mainstream* da sociedade, e reivindicavam, conformemente, a adesão a novos padrões de comportamento. Por isso, a aposta na construção de um novo perfil de liderança masculina, que possibilitasse, segundo a proposta de Daniel Patrick Moynihan, o estabelecimento da coesão e da solidariedade racial, o desenvolvimento das bases econômicas negras e a consolidação de novos quadros políticos<sup>400</sup>.

A Conferência sobre o Negro Norte-Americano consolidou toda uma frente intelectual de ataque ao chamado “integracionismo”, firmando no debate a avaliação de que a radicalização da dessegregação, pretendida pelo Movimento dos Direitos Civis, não traria o “equilíbrio racial”. O segmento de conferencistas formado por Oscar Handlin, Thomas Pettigrew, Martin Kilson, Ralph Ellison, C. Vann Woodward, Everett C. Hughes<sup>401</sup>, Edwin C. Berry<sup>402</sup> e Philip Hauser<sup>403</sup> estava unido em torno desse argumento, e postulava, em conjunto, que a face pública da vida social poderia ser alterada pela experimentação com formas mais

397 “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. In: *Daedalus*, v. 95, nº. 1, *The Negro American – 2* (Winter, 1966), especialmente, p. 296-7, 304.

398 Reconhecido estudioso das migrações, foi laureado com o prêmio Pulitzer Prize de História de 1951, com *Uprooted: The Epic Story of the Great Migrations That Made the American People*.

399 Diretor e conselheiro de comissões ligadas à administração do Distrito de Columbia (Washington D.C.), era pesquisador da “classe média negra”, autor de *The Negro Professional Class*, de 1959.

400 Vide: “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. *Idem*, *ibidem*, p. 291, 300-1, 313-4, 400-2.

401 Sociólogo e professor da Universidade Brandeis, era ex-presidente da American Sociological Association (ASA).

402 Era o diretor da seção de Chicago da National Urban League.

403 Sociólogo, diretor do National Opinion Research Center.

abertas de relacionamento político e pessoal, mas que elas seriam incapazes de alterar o aspecto estrutural das desigualdades. O “problema negro” persistiria, segundo o grupo, até que se alcançassem os requisitos da realização econômica, do fortalecimento político grupal e da elevação cultural exigidos para a adesão ao cadinho (*melting pot*). Como Daniel Patrick Moynihan e o sociólogo Nathan Glazer já haviam defendido em *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City* (1963)<sup>404</sup>, essa fórmula clássica da “nacionalização” norte-americana seria incompatível com as perspectivas de “integração racial”. No país, a cidadania não seria conferida a indivíduos, em primeiro lugar, mas às pessoas, enquanto integrantes de grupos particulares<sup>405</sup>.

A posição dessa frente de autores, neste sentido, era que a “integração” era uma falsa questão, e que as aspirações negras seriam mais bem descritas pela ideia de “inclusão”. O ponto de vista de Talcott Parsons era o mesmo de Nathan Glazer, para quem o princípio de organização da sociedade norte-americana seria sempre “étnico”, e nunca “cego à cor”<sup>406</sup>. Significava que as posturas públicas e as formas de tratamento social não deveriam ser pensadas como um princípio de ação, uma ética, como defendiam os “integracionistas”, mas como um resultado da “tolerância racial”. Essa postura acompanharia a própria “evolução” do negro, afirmou Talcott Parsons: a tolerância seria desfrutada por completo quanto mais próximo o negro estivesse da inclusão no cadinho nacional<sup>407</sup>.

Assegurar o engajamento dos negros a essa tradição do *melting pot*, segundo Talcott Parsons, era talvez quase tão importante por razões externas, do que era por razões de política doméstica. O alinhamento ao princípio étnico-racial do cadinho, defendeu ele na Conferência sobre o Negro Norte-Americano, representava uma oportunidade diplomática para o país, já que asseguraria, com a existência de um grupo racialmente bem definido, uma vitrine de divulgação permanente das agendas dos EUA para os “problemas raciais”, em especial, para as “populações de cor” na África e América Latina. A vantagem estava em permitir modular melhor as posições do país para o “Terceiro Mundo”, ao possibilitar, tendo em vista o esforço em criar pontes do mundo com as populações que formavam os Estados Unidos, formas de afirmação mais atraentes e menos defensivas, por exemplo, frente à questão da descolonização<sup>408</sup>.

Talcott Parsons partia dessa argumentação ao chamar os conferencistas a apostarem,

404 Laureado com o Anisfield-Wolf Book Awards de 1964.

405 “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. Idem, *ibidem*, p. 321-3, 402-4, 406, 437-440.

406 GLAZER, Nathan. “A New Look at the Melting Pot”. In: *The Public Interest*, nº. 16, Summer 1969.

407 “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. Idem, *ibidem*, p. 401-4.

408 Idem, *ibidem*, p. 411-2.

nessa estratégia de agendamento, no potencial político dos “movimentos negros”. Seu papel, dali em diante, se tornaria fundamental, segundo ele, para o desenvolvimento de certas posições vistas como favoráveis. Em primeiro lugar, estes movimentos sociais trabalhariam o requisito da manutenção dos negros como um grupo racial. Em segundo, para fins domésticos e externos, buscariam demonstrar que o princípio do cadinho não levava à segregação, mas ao sucesso econômico e cultural. O projeto era que os “movimentos negros”, uma vez comprometidos com a modernização social e a galvanização identitária, se tornassem espaços para uma forte política de formação de quadros e divulgação. Era parte desse interesse utilizá-los como arma da propaganda democrática norte-americana, para frisar, nessa investida, o potencial dos Estados Unidos em produzir, a partir de si mesmo, soluções para a “exclusão” e o “racialismo”. O propósito era amplo e antigo: colaborar para tornar o racismo uma questão menor no debate internacional sobre o país<sup>409</sup>.

Nathan Glazer e Daniel Patrick Moynihan vislumbraram o mesmo em *Beyond the Melting Pot*. A criação de um cenário que permitisse aos EUA trabalhar sua imagem junto àquela que era, para eles, a melhor definição de Nova Iorque: um lugar que devia a vitalidade de sua vida social e cultural, precisamente, à riqueza e consistência de suas configurações raciais<sup>410</sup>.

Em 4 de junho de 1965, Lyndon B. Johnson discursou para uma plateia majoritariamente negra, na Universidade Howard, em Washington DC, sintetizando a proposta de agenda pública consolidada nos trabalhos da Conferência sobre o Negro Norte-Americano. O pronunciamento, escrito por Daniel Patrick Moynihan e pelo redator oficial do presidente, Richard Goodwin, e revisto por Roy Wilkins e Whitney Young, os diretores da NAACP e da National Urban League<sup>411</sup>, era o anúncio de que a Casa Branca adotaria medidas especiais de política social para os negros. Lyndon B. Johnson, naquele momento, às vésperas da tramitação da Lei de Direitos de Voto, pelo Capitólio, disse ser sua intenção assegurar a conquista da “igualdade como fato e como resultado”, para não permitir que os males duradouros da escravidão, o despreparo cívico e cultural dos negros, e também a pobreza, anulassem o impacto da aplicação da nova legislação civil<sup>412</sup>.

Do rápido acolhimento governamental à Doutrina Moynihan, entretanto, seguiu-se

409 Idem, *ibidem*, p. 411-2.

410 GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel Patrick. *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1970 [1963].

411 “Memorandum for the Secretary”, de Moynihan para W. Willard Wirtz, de 4 de junho de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). *Idem, ibidem*, p. 108.

412 President Lyndon B. Johnson’s Commencement Address at Howard University: “To Fulfill These Rights”; June 4, 1965. In: <http://www.lbjlib.utexas.edu/johnson/archives.hom/speeches.hom/650604.asp>, acessado em 17/01/2016.

o ressentimento público de Lyndon B. Johnson com o Levante de Watts, acontecido dias após a aprovação da Lei de Direitos de Voto, em 6 de agosto. O presidente, tendo considerado os distúrbios na Califórnia uma expressão de desprezo pelo seu esforço de governo, decidiu abortar das ações de combate à pobreza, que compunham o *War on Poverty*, todos os programas que confeririam prioridade à população negra<sup>413</sup>. Isolado, Daniel Patrick Moynihan exonerou-se logo depois<sup>414</sup>.

Lyndon B. Johnson promoveu, a partir de então, uma guinada nas prioridades da sua administração, o que incluía o início a uma grande escalada na Guerra do Vietnã. Daniel Patrick Moynihan retornou ao governo em 1969, como assessor especial de Richard Nixon para assuntos urbanos. Durante esse tempo de afastamento, a popularidade de sua proposta de “reforma racial” apenas cresceu, impulsionada por apoiadores e detratores. Na função de assessor presidencial, que exerceu até 1973, ele retomou uma ambição, sustada em 1965<sup>415</sup>: contra as fortes pressuposições internacionais correntes, demonstrar que graças ao seu *melting pot*, os EUA haviam solucionado o problema das “minorias nacionais”.

Este cadinho teria produzido também uma liderança negra de inspiração mundial, mas faltaria aos negros, reclamava Daniel Patrick Moynihan, fazerem justiça aos méritos da cultura norte-americana na sua formação e ascensão global. Neste sentido, sua identidade com Stephen R. Graubard na Conferência sobre o Negro Norte-Americano, que defendeu o envolvimento de intelectuais e organizações civis nesse esforço de convencimento<sup>416</sup>.

413 HORNE, Gerald. Idem, *ibidem*, capítulo 10. PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, cap. 4. BORSTELMANN, Thomas. *The Cold War and the Color Line: American Race Relations in the Global Arena*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001, p. 191.

414 PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, cap. 4.

415 Nos termos do memorando a Harry C. McPherson Jr, de 12 de março de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 99.

416 S. R. G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘The Negro American – 2’”. In: *Daedalus*, v. 95, nº. 1, The Negro American – 2 (Winter, 1966), p. iii.

### A reforma dos “movimentos negros”

Daniel Patrick Moynihan foi abandonado pela maioria de seus antigos interlocutores na temática racial à medida que sua reputação ia sendo ferida publicamente por acusações de racismo e sexismo<sup>417</sup>. Os órgãos do governo de Lyndon B. Johnson a quem se endereçava sua proposta de reforma da família o desprezaram, inclusive por sua aliança com adversários Democratas dessa administração, como Robert F. Kennedy<sup>418</sup>. Mesmo assim, aspectos fundamentais da sua Doutrina eram acolhidos particularmente entre os mais críticos à sua fundamentação, dentre as quais, organizações que disputavam então a definição dos sentidos do Poder Negro.

Era o que se verificava do amplo monitoramento das instituições tradicionalmente negras de ensino superior dos EUA, encomendado pela Fundação Ford à psicóloga Patricia Gurin, da Universidade de Michigan, e ao sociólogo Edgar Epps, da Universidade Tuskegee, para avaliação às novas e emergentes formas de “ativismo estudantil”. O relatório final dos dois especialistas, origem do livro *Black Consciousness, Identity and Achievement: A Study of Students in Historically Black Colleges* (1975), remontava a pesquisas iniciadas ainda em 1967. O trabalho desdobrava-se em apresentar duas descobertas factuais da pesquisa: os questionáveis pressupostos da Doutrina Moynihan, e a verificação de que vertentes do “nacionalismo negro” haviam se reconhecido neles<sup>419</sup>.

Relativamente à primeira questão, Patricia Gurin e Edgar Epps buscaram demonstrar que a origem e o nível de renda eram fatores mais importantes no desempenho escolar que as bases familiares. E acrescentaram que estes fatores eram determinantes para a definição dos níveis de engajamento estudantil. Os quadros política e intelectualmente mais ambiciosos eram integrados por negros deslocados entre posições de status, fundamentalmente. Segundo eles, por jovens urbanos, de origem rural, que ingressavam no escalão inferior da classe média. Ainda segundo esta avaliação, as mulheres não deteriam poder ou expectativas superiores às dos homens. Nada que fosse equivalente à posição de preeminência doméstica e comunitária a elas referida na hipótese da “matrifocalidade”<sup>420</sup>.

417 Particularmente pelos negros, mas não apenas. Daniel Patrick Moynihan buscou, por várias vezes, reaver a simpatia de Gunnar Myrdal, tentando convencê-lo de que sua análise da família negra prestava tributo à de American Dilemma. Vide as cartas de 5 de dezembro de 1965 e de 14 de janeiro de 1966. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, ibidem, p. 110-1, 115-6.

418 PATTERSON, James T. Idem, ibidem, p. 75.

419 KATZ, Irwin. Cooperative Research on Race Relations with Tuskegee Institute. Relatório final de março 1974. In: Rockefeller Archive Center. Ford Foundation Records. Grant Files. Reel n.º. 1834. Grant Number 67-213. “Appendix”, cap. 1.

420 Idem, ibidem.

A consolidação “racial” e econômica da “comunidade negra”, proposta na Doutrina Moynihan, era execrada em vários aspectos da sua fundamentação, mas, mesmo assim, recebia crescente acolhida. Esse movimento de convergência foi notado pelos autores. Particularmente, na trajetória do Student Nonviolent Coordinating Committee (SNCC). Importante entidade estudantil sulista, que passara de grupo de protesto e de direitos civis à militância partidária do nacionalismo negro<sup>421</sup>.

O SNCC era considerado a “linha de frente” do “movimento dos direitos civis”. Os marcos de sua atuação eram a não violência, a desobediência civil e técnicas de “ação direta” recuperadas do pacifismo de Gandhi e do idealismo cristão de tradição norte-americana. Para a crítica de época, ela era a responsável por imprimir maior nível de radicalidade ao esforço de dessegregação e luta por liberdades civis e políticas, não apenas entre as organizações que atuavam com as mesmas táticas que ela, como o CORE<sup>422</sup> e a SCLC, de Martin Luther King, Jr., como também entre as organizações voltadas à litigação jurídica e práticas de lobby, como a National Urban League e a NAACP<sup>423</sup>.

Fundado em abril de 1960, o SNCC galvanizou o movimento de protesto estudantil contra a segregação de espaços públicos, envolvendo-se em ações de grande impacto público. Dentre elas, as “ocupações” promovidas pelos *Freedom Riders* em estabelecimentos comerciais e no transporte de passageiros; o registro de eleitores negros, através do ambicioso “Mississippi Summer Project”; e a participação nas marchas à Washington, em 1963, e entre Selma e Montgomery, Alabama, em março de 1965. Fundamentalmente, eram campanhas destinadas a promover o chamamento à ação governamental contra o *Jim Crow*, e que expusessem as esferas de governo à crítica nacional e internacional<sup>424</sup>.

Em 1965, a organização iniciou um profundo processo de transformação. O fracasso do coletivo de organizações de direitos civis<sup>425</sup>, integrado pelo SNCC, em ingressar no colégio eleitoral segregado do Partido Democrata no Mississippi<sup>426</sup>, em novembro de 1964, e a violenta repressão à marcha em Selma, consolidaram a convicção de que eram ineficazes as técnicas de mobilização, as alianças políticas e a filosofia pacifista. A escalada da violência e a

421 Idem, *ibidem*.

422 Fundado em 1942, em Chicago, o CORE era a mais antiga entre essas organizações no uso de técnicas de resistência não violenta contra a segregação. Tinha bases urbanas, inter-raciais, e marcante presença de mulheres e judeus do norte dos EUA.

423 Vide aquele que ainda é o trabalho de referência sobre o SNCC: CARSON, Clayborne. In *Struggle: SNCC and the Black Awakening of the 1960's*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1995 [1981], *passim*.

424 Idem, *ibidem*.

425 O Council of Federated Organizations (COFO).

426 O que foi tentado pela COFO através do Mississippi Freedom Democratic party (MFDP), criado como tendência partidária para disputar as eleições primárias no estado.

indisposição das esferas de governo em ceder ou negociar sustentavam esse diagnóstico<sup>427</sup>. O sentimento de traição em relação à Lyndon B. Johnson e aos liberais do ADA, do Partido Democrata, era ainda maior. Os quadros do SNCC consideravam-se vítimas de uma armadilha, montada por esses ex-aliados. Eles conseguiram do Movimento dos Direitos Civis a suspensão dos protestos pela dessegregação, que havia optado pelo registro de eleitores para gerar uma exposição internacional menos negativa para a Casa Branca. Em troca da maior diligência e boa-vontade governamental prometidas, respondeu-se com o descumprimento de acordos e o lançamento de uma ofensiva policial<sup>428</sup>.

As queixas de incompatibilidade com as várias organizações de direitos civis cresceram após a “traição” por aliados no governo, e as pressões da comunidade estudantil negra, que demandava rompimento, conduziram a organização, na análise de Patricia Gurin e Edgar Epps, a uma completa reorientação<sup>429</sup>. Os direitos civis e a resistência não violenta, os objetivos originais do autodeclarado “radicalismo humanista” do SNCC, foram substituídos, juntamente com interesse em Albert Camus e Karl Marx como referências teóricas<sup>430</sup>, pela adesão à metas “nacionalistas”. O investimento identitário na noção de negritude, a recuperação ideológica da prática da violência na política, e a aposta na criação de elites e estruturas corporativas negras, ganhavam o centro das atenções da organização. Desse momento em diante, o SNCC se retirava de duas atividades fundamentais, o trabalho de “educação política comunitária” e de criação institucional, concentradas no *Deep South*, para atuar exclusivamente nos campi universitários e grandes cidades<sup>431</sup>.

Embora a relevância política do SNCC mal tenha sobrevivido ao fim dos anos 1960, a guinada realizada, segundo os consultores da Fundação Ford, tornou-se exemplar da ética de “liberação racial” que firmou raízes no debate do Poder Negro. A elevação da autoestima, o controle comunitário, a construção da unidade de classe e raça e a resistência armada, propostas como uma nova agenda para os negros dos EUA, ganharam destaque através de

427 Vide análise de: FINLEY, Randy. “Crossing the White Line: SNCC in Three Delta Towns, 1963-1967”. In: *The Arkansas Historical Quarterly*, v. 65, nº. 2 (Summer, 2006). JEFFRIES, Hasan Kwane. “SNCC, Black Power, and the Independent Political Party Organizing in Alabama, 1964-1966”. In: *The Journal of African American History*, v. 91, nº. 2 (Spring, 2006). STREET, Joe. “Reconstructing Education from the Bottom Up: SNCC’s 1964 Mississippi Summer Project and African American Culture”. In: *Journal of American Studies*, v. 38, nº. 2, (Aug., 2004). JOSEPH, Peniel E. “Dashikis and Democracy: Black Studies, Student Activism, and the Black Power Movement”. In: *The Journal of African American History*, v. 88, nº. 2, (Spring, 2003).

428 KOPKIND, Andrew. “Neglect of the Left: Allard Lowenstein”. In: *Grand Street*, v. 5, nº. 3 (Spring, 1986), p. 238-9.

429 KATZ, Irwin. Idem, *ibidem*, “Appendix”, capítulo 1.

430 CARSON, Clayborne. Idem, *ibidem*, “Introduction”.

431 KATZ, Irwin. Idem, *ibidem*, “Appendix”, capítulo 12.

uma apropriação bem particular, que o SNCC promoveu, de Frantz Fanon e seu princípio de luta anticolonial<sup>432</sup>.

Harold Cruse (1916-2005), ex-membro do Partido Comunista dos Estados Unidos, então convertido em anticomunista, foi particularmente influente no desenvolvimento disso o que se tornou conhecido como “analogia colonial”, a ideia de que as guerras de liberação nacional forneciam um modelo de luta contra a “condição colonial” do negro. Ele era o autor de *The Crisis of the Negro Intellectual* (1967), longo manifesto contra a “integração racial” e as esquerdas, e de afirmação pessoal em relação ao Poder Negro, e vinha argumentando, desde 1962, sobre o potencial estratégico do separatismo e da união de “raça” e classe. No ensaio “Revolutionary Nationalism and the Afro-American”, publicado, naquele ano, na *Studies on the Left*<sup>433</sup>, Harold Cruse fez um chamamento à que a “massa negra” e sua pequena burguesia se unissem na formação da “vanguarda da luta anticolonial”. O trabalho dessa frente, que precisaria da adesão do “lumpemproletariado” para ficar completa, era combater a grande “burguesia negra”, o principal inimigo do esforço de “liberação”, porque, segundo ele, seus compromissos com o “*establishment* branco” impediam os avanços. Ele defendia, nessa argumentação, que as “revoluções burguesas” tinham um potencial liberador, por terem possibilitado, através da tomada de “mercados”, que a formação nacional de países do “Terceiro Mundo” se realizasse com efeitos distributivos e democratizantes. Este seria o sentido do “separatismo racial”. Primeiro, alavancar a união do lumpen à “liderança liberadora”. Segundo, uni-los contra a “burguesia colonizada” dos grupos “integracionistas”. Por fim, lançar as bases de uma “revolução burguesa” que permitisse aos “afro-americanos” usufruir dos seus potenciais ganhos políticos e de mercado<sup>434</sup>.

O programa de Harold Cruse para a realização do Poder Negro era uma recuperação das metas de “elevação social” formuladas por Booker T. Washington (1856-1915). O fundador do Instituto Tuskegee havia proposto que objetivos como unidade racial, autoajuda econômica, disciplina de trabalho, obediência à lei, treinamento vocacional, puritanismo moral, separação do “branco” e criação de uma esfera pública própria constituíssem, então, auge do *Jim Crow*, a agenda fundamental de toda a comunidade negra<sup>435</sup>. Harold Cruse estava

432 Idem, *ibidem*.

433 Publicação da Nova Esquerda.

434 CRUSE, Harold W. *Rebellion or Revolution?* Minneapolis and London: Minnesota University Press, 2009 [1968], p. 74-96. Vide, para uma análise da aposta de Harold W. Cruse nas “revoluções burguesas”: HAYWOOD, Harry & HALL, Gwendolyn Midlo. “Is the Black Bourgeoisie the Leader of the Black Liberation Movement?” In: *Soulbook 5: The Quarterly Journal of Revolutionary Afroamerica*, Summer 1966, p. 70-5.

435 FERGUSON, Karen J. “Caught in ‘No Man’s Land’: The Negro Cooperative Demonstration Service and the Ideology of Booker T. Washington, 1900-1918”. In: *Agricultural History*, v. 72, nº. 1 (Winter, 1998), p. 33.

defendendo, em 1968, em “Behind the Black Power Slogan”, que os herdeiros políticos e intelectuais de Booker T. Washington assumissem de vez a renovada validade desse antigo programa, e voltassem o Poder Negro para aquilo o que, segundo ele, deveria ser sua verdadeira aspiração: realizar o projeto nacionalista de poder da “pequena burguesia negra”. Era um chamamento particular aos “malcolmistas”, e tinha em vista o próprio SNCC. A busca por autonomia e desenvolvimento econômico, que a organização realizava, em seu trabalho de base, através da associação do trabalhador rural a quadros de classe média, era considerada por ele uma das melhores expressões dessa retomada ideológica<sup>436</sup>.

Harold Cruse consagrava uma proposta de Poder Negro que encontrava seus principais sustentáculos na oposição à chamada “esquerda internacionalista negra”, integrada, segundo ele próprio, por nomes como W.E.B. Du Bois, Julian Mayfield, Richard Wright e Chester Himes. Esta tendência intelectual estaria consagrada aos pressupostos analíticos marxistas, além de estar aliada aos “liberais brancos”. Essa conformação estaria sendo responsável por fortalecer, na atuação do grupo, aquilo o que seriam seus dois grandes princípios a combater: a internacionalização do debate racial dos EUA, e a dotação das questões de classe de um poder de determinação superior<sup>437</sup>.

Harold Cruse, na imprecisão contra estas lideranças, então exiladas em Gana e Europa, acusava as visões cosmopolitas e internacionalistas de mobilização política de dissipação, e de serem insensíveis às demandas domésticas das “massas negras”. Sua exortação à população e intelectuais negros era para que buscassem principalmente a edificação da identidade e da autenticidade do nacionalismo “afro-americano”<sup>438</sup>. O estabelecimento da condição de “minorias raciais” era considerado o passo fundamental. Mas, para a almejada construção de esfera pública e centros de influência econômica e cultural próprios, seria preciso, antes, realizar o rompimento com os marxistas norte-americanos e demonstrar, em oposição, a centralidade do “racismo branco” na exclusão dos negros<sup>439</sup>.

A Fundação Ford movimentou-se para acompanhar o CORE e o SNCC tão logo se

436 CRUSE, Harold W. *Idem*, *ibidem*, especialmente p. 201-2, 211.

437 HALL, Jacquelyn Dowd. “The Long Civil Rights Movement and the Political Uses of the Past”. In: *The Journal of American History*, v. 91, nº. 4, (Mar., 2005), p. 1253-4.

438 GAINES, Kevin. “The Cold War and the African American Expatriate Community in Nkrumah’s Ghana”. In: SIMPSON, Christopher (ed.). *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War*. New York: Free Press, 1998, p. 135 e ss.

439 Posição que veio a ser assumida pelo SNCC e pelo CORE, ao definirem, em 1966, de forma para elas inédita, o veto à filiação inter-racial e cláusulas de restrição política. Combinadas, elas possibilitaram a expulsão dos integrantes “brancos” e também a de certos integrantes negros, como Angela Davis, membro do Partido Comunista, então, filiada ao SNCC da Califórnia. CARSON, Clayborne. *Idem*, *ibidem*, cap. 17.

manifestou nelas a afirmação desses princípios do Poder Negro<sup>440</sup>. Ela encerrou ainda em 1965 seu suporte aos programas experimentais de dessegregação, criação de redes e fóruns políticos inter-raciais e o registro de eleitores, característicos de sua atuação desde o início dos anos 1950<sup>441</sup>. Em janeiro de 1967, sua política doméstica foi reorientada para programas de “fortalecimento identitário”, econômico e educacional negro, o que foi feito com um aporte inicial de recursos da ordem de 7,09 milhões de dólares<sup>442</sup>. Essa primeira dotação, conferida a um Comitê Gestor formado com parte da equipe reunida na Conferência sobre o Negro Norte-Americano<sup>443</sup>, teve como sua principal atribuição o agenciamento. Pretendia-se o apoio ou contratação de quaisquer projetos políticos ou acadêmicos que se mostrassem promissores no processo de “evolução étnica” dos negros, esperando-se deles, concomitantemente, o ataque à pobreza e a acomodação do ímpeto de autodeterminação do Poder Negro. A Fundação Ford, neste seu novo compromisso com o cadinho e a inclusão do negro, transferia a “questão racial” da esfera de “direitos políticos”, em que era anteriormente alojada na instituição, para a dos programas de “desenvolvimento social” e “reforma urbana”<sup>444</sup>.

O movimento era de convergência entre a Fundação Ford e a proposta de “revolução burguesa” de Harold W. Cruse. Nada estranho, já que ela vinha há anos desenvolvendo sua própria “analogia colonial”. David E. Bell, ex-diretor da United States Agency for International Development (USAID) [1962-6], vice-presidente executivo da Fundação Ford e diretor da sua Divisão de Assuntos Internacionais (1967-1980), estava entre os defensores de que se passasse a aplicar aos negros, sendo eles a fração “subdesenvolvida” do país, as mesmas políticas aplicadas externamente contra o “subdesenvolvimento”. Ele teria convencido o presidente da instituição (1967-1979), McGeorge Bundy, de que a questão racial pedia a

440 FERGUSON, Karen J. “Organizing the Ghetto: The Ford Foundation, CORE, and White Power in the Black Power Era, 1967-1969”. *Idem*, *ibidem*, p. 85.

441 Intervenção que se realizou principalmente através do Southern Regional Council, instituição utilizada como canal de recursos para a maioria das organizações de direitos civis: American Friends Service Committee, Carrie Chapman Catt Memorial Fund, National Urban League, NAACP, e, através da COFO, na primeira metade dos anos 1960, também para o SNCC, CORE e SCLC. Vide: Interview with Leslie W. Dunbar, December 18, 1978. Interview G-0075. Southern Oral History Program Collection (#4007). In: <http://docsouth.unc.edu/sohp/G-0075/G-0075.html>, acessado em 21 de janeiro de 2016.

442 Em valores de 2014, segundo o índice Purchasing Power Calculator de correção do dólar. 1 milhão de dólares em valores da época. Vide: <https://www.measuringworth.com/uscompare/>, com acesso em 21 de janeiro de 2016.

443 O Comitê Gestor era composto por Edwin Berry, Oscar Cohen, Kenneth B. Clark, Robert Coles e Thomas Pettigrew, que integraram os grupos de trabalho da Academia Americana de Artes e Ciências, e por James Coleman, da Universidade Johns Hopkins; Stuart Cook, da Universidade do Colorado; Otis Dudley Duncan, da Universidade de Michigan; R. A. Gordon, da Universidade da Califórnia em Berkeley; Gerald Somers, da Universidade do Wisconsin; John Morsell, da NAACP; e pelo jornalista Christopher Jencks.

444 “Social Science Research on Race and Poverty”. Projeto anexo à carta de John R. Coleman para McGeorge Bundy, de 21 de janeiro de 1967. *Op.*, cit.

aplicação doméstica dos programas de “formação nacional”, empregados por eles na agenda social de modernização do “Terceiro Mundo”. Tratava-se de voltar para os distúrbios nas degradadas e convulsionadas comunidades negras das grandes cidades dos EUA o mesmo objetivo global do estabelecimento da “paz social”, frisando-se a mesma estratégia de base: formação e arregimentação de recursos humanos e lideranças<sup>445</sup>.

A estratégia estabelecida pretendia orientar os negros a firmarem um compromisso ideológico com a noção de “pluralismo racial”, o princípio de que pode haver um governo ao mesmo tempo de elites e representativo da “diversidade racial”. Ao buscar pessoas e organizações ligadas ao Poder Negro identificados a essa orientação, a Fundação Ford mirou principalmente as universidades e o universo das artes. Os “afrocentristas” mostraram-se, desde o início, os mais afinados politicamente, e os mais comprometidos na oposição à “ética da violência” e às lutas antiestatais que, então, se afirmavam como hegemonia no Poder Negro<sup>446</sup>. Embora partilhassem com outros segmentos a mesma reivindicação à herança de Malcolm X e a rejeição a Martin Luther King Jr., os “afrocentristas” assumiam seu projeto de “liberação política” em termos e dimensões que eram principalmente individuais e psicológicos. Nisso, empregavam o vocabulário “fanoniano” que Harold Cruse ajudou a construir<sup>447</sup>. Como definiram Patricia Gurin e Edgar Epps para seus leitores na Fundação Ford, o forte apelo à identificação com símbolos culturais africanos e a valorização estética do corpo negro haviam se tornado, desde o fim do SNCC e CORE como organizações, no início dos anos 1970, em meta política fundamental, senão única, da comunidade estudantil “negra” norte-americana. Mérito dos “afrocentristas”, segundo os consultores. Eles teriam delineado “beneficamente” as “questões psicológicas da identificação racial como a razão de ser das atividades estudantis”<sup>448</sup>.

Os “afrocentristas” vinham obtendo, no meio estudantil, forte acolhida para suas propostas de “revolução burguesa” e para a sua introjeção, na comunidade negra, de formas esteticamente “africanizadas” do *ethos* das classes médias<sup>449</sup>. Havia, entretanto, duas outras motivações para a disposição da Fundação Ford em colaborar, não apenas com estes grupos, mas com os outros segmentos do Poder Negro. A primeira, era o ideal masculino de liderança, que os órgãos “nacionalistas” valorizavam em termos semelhantes ao da Doutrina Moynihan

445 FERGUSON, Karen J. Idem, *ibidem*, p. 85-87.

446 FERGUSON, Karen. *Top Down: The Ford Foundation, Black Power, and the Reinvention of Racial Liberalism*. Idem, *ibidem*, “Introduction”, *passim*.

447 A condição de principais adversários de organizações como o Partido dos Panteras Negras se valia destas diferenças. HORNE, Gerald. “‘Myth’ and the Making of ‘Malcolm X’”. In: *The American Historical Review*, v. 98, nº. 2 (Apr., 1993), p. 440 e ss.

448 KATZ, Irwin. Idem, *ibidem*, “Appendix”, capítulo 1, p. 6.

449 HORNE, Gerald. *Fire This Time: The Watts Uprising and the 1960s*. Idem, *ibidem*, cap. 9.

de “resgate” do homem negro. A segunda, era a aposta comum na formação e política de elites, particularmente em órgãos mais institucionalizados e verticais como a NAACP e National Urban League. Essas mútuas perspectivas se acomodavam bem aos interesses da Fundação Ford na adaptação da Doutrina Moynihan, tanto no combate à pobreza quanto na formulação de programas de “formação nacional”<sup>450</sup>.

A aproximação a estes vários segmentos realizou-se através de financiamentos. Embora os beneficiários se percebessem executando, em nome próprio, um projeto radical de autodeterminação negra”, o apoio obedecia ao cálculo da organização filantrópica sobre seu potencial, e identidade de suas realizações passadas, com sua proposta de modernização social, “inclusão” e “nacionalização” ao cadinho<sup>451</sup>.

Essa estratégia partilhava com as metas do ascendente movimento suprapartidário “neoconservador” muito da sua convicção de propósito<sup>452</sup>. Para Daniel Patrick Moynihan, uma de suas principais lideranças, o impulso “antigovernamental” das iniciativas do Poder Negro, da “esquerda liberal de classe alta” e dos movimentos pacifistas estava levando a uma abrupta crise geracional e de valores. Ela poderia alastrar a anomia pela sociedade, ameaçando de destruição as fontes morais de autoridade dos governo e do Estado. A proposta, definida por ele, era de bloqueio aos projetos da “juventude militante”. O presidente Richard Nixon assumiu essa proposta, lançando uma ofensiva que pretendia, da parte dos negros, adesão às promessas e liderança da sua fração mais “moderada” de classe média. O objetivo era tornar,

450 FERGUSON, Karen J. “Organizing the Ghetto: The Ford Foundation, CORE, and White Power in the Black Power Era, 1967-1969”. Idem, *ibidem*, p. 85-7.

451 A historiadora Karen Ferguson demonstrou como essa incompreensão ainda afeta a historiografia e o trabalho de memória. Ela utilizou a cidade de Nova Iorque, um dos centros dessa proposta de intervenção, como um exemplo dessa dificuldade. Segundo Karen Ferguson, os quadros de esquerda, que compunham a maioria no movimento do Poder Negro na cidade, haviam se transferido do Movimento dos Direitos Civis, deixando para trás, nas lutas de dessegregação, a perspectiva de transformação do “racismo branco”. Desde então, orientaram-se para experimentos com o “controle” e o “desenvolvimento comunitários”. O suporte à renovação identitária negra, que realizavam com os avatares da “autoestima” e da “valorização cultural”, era o verdadeiro objeto da política de fomento da Fundação Ford, e a razão para a sua continuidade. Muito embora, achassem estar sendo pagos para promover a transformação na política urbana dos guetos. FERGUSON, Karen. *Top Down: The Ford Foundation, Black Power, and the Reinvention of Racial Liberalism*. Idem, *ibidem*, especialmente “Introduction” e cap. 3.

452 O “neoconservadorismo” era um projeto de coalização e um chamamento político. Começou a ganhar força no final dos anos 1960, quando os “liberais de centro” passaram a buscar nos “liberais conversadores” a composição de uma frente ampla de combate à Nova Esquerda e ao que chamavam de a “direita autoritária”. Surgem, fundamentalmente, de um racha dentro do Partido Democrata. Os neoconservadores consideravam a guinada do partido para a “esquerda liberal” a expressão de novas e radicais formas de agendamento político que tomavam a sociedade. Elas deveriam ser disputadas, segundo eles, para não se tornarem uma real ameaça às instituições e tradições da democracia norte-americana. EHRMAN, John. *Liberals, neoconservatives, and foreign policy: 1945-1985*. 1993. 357 f. Tese (Doutorado) - Columbia College and Graduate School of Arts and Sciences, The George Washington University, Washington DC, 1993.

particularmente os negros mais pobres, parte de uma boa e estável classe trabalhadora de “padrão norte-americano”<sup>453</sup>.

O desenvolvimento dessa alternativa, e não apenas para os negros, viria, segundo Daniel Patrick Moynihan, de um esforço de estruturação profundo de toda a liderança, vinculada aos novos e também aos velhos “subsistemas” da vida social e moral do país. Vislumbrava-se, para tanto, uma complexa operação de cooptação e controle<sup>454</sup>. Nela, como defendeu com Nathan Glazer, a problemática da “etnicidade” substituiria a “racial” como técnica de governo. No tratamento da questão, e do próprio racismo, ela seria mais adequada à segurança do “tecido social” que “classe” ou categorias ocupacionais<sup>455</sup> seriam enquanto foco de mobilização e negociação e como norma distributiva<sup>456</sup>. Estavam sendo dados, ali, os primeiros contornos da proposta de ordem do multiculturalismo.

Não se tratava de uma proposta apenas local. Para a Fundação Ford, este tipo de programa indicava que a confiança na modernização, e no “pluralismo racial”, portanto, em seu projeto de representação política, e de autonomia das elites, viriam sustentar futuramente as iniciativas globais contra problemas raciais. A começar pelos negros.

453 “Memorando de Daniel Patrick Moynihan para John D. Ehrlichman e H.R. Haldeman”, de 24 de julho de 1970. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 231-40.

454 Vide a série de memorandos de Daniel Patrick Moynihan para o recém-eleito presidente Nixon, de dezembro de 1968 e janeiro de 1969. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 158-60, 160-72, 173-98.

455 Daniel Bell chamou a atenção de Daniel Patrick Moynihan para como o chamamento à “etnicidade” poderia bloquear a “rebelião estudantil”. Na mobilização dos jovens, se apontaria, segundo ele, para a destruição das “fontes tradicionais de autoridade”. Os movimentos étnicos se articulariam de outra forma, “tradicionalmente”, buscando os veículos institucionalizados da política como foco de demanda e mobilização. Seriam, portanto, adversários. BELL, Daniel. “Ethnicity and Social Change”. In: GLAZER, Nathan and MOYNIHAN, Daniel P. (ed.). *Ethnicity: Theory and Experience*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1981 [1975].

456 GLAZER, Nathan and MOYNIHAN, Daniel P. “Introduction”. In: GLAZER, Nathan and MOYNIHAN, Daniel P. (ed.). *Ethnicity: Theory and Experience*. Op., cit.



## A repercussão do maio de 68 no pensamento de Michel Foucault

Erick Quintas Corrêa

Mestrando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da  
Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara (UNESP/FCLAr), bolsista CNPq.

### Resumo

A bifurcação da produção teórica de Michel Foucault (1926 – 1984) em dois polos, arqueológico (1961-69) e genealógico (1969-79), tem origem em uma ruptura metodológica ocorrida no interior de sua própria obra. Nesse sentido, a noção de descontinuidade assume uma centralidade inquestionável, tanto no objeto de sua reflexão epistemológica, quanto em sua própria escrita e pensamento, ambos marcados por uma relação extremada com rupturas temporais. Neste artigo, demonstraremos como o movimento revolucionário que eclodiu na França em maio de 1968 não só provocou um profundo impacto sobre a obra do autor de *Les mots et les choses*, como também refutou o seu método arqueológico.

**Palavras-chave** Continuidade, Descontinuidade, Revolução, Maio de 68.

### Abstract

The fork of Michel Foucault's theoretical production (1926 – 1984) in two poles, archaeological (1961-69) and genealogical (1969-79), from a methodological rupture occurred inside his own work. In this sense, the notion of discontinuity takes an unquestioned centrality: the object of his epistemological reflection and in his own writing and thought both marked by an extreme relation with time ruptures. In this article, we will show how the Revolutionary Movement that broke out in France in May 1968 not only caused deep impact on the work of the author *Les mots e les choses*, but how also refuted his archaeological method.

**Keywords** Continuity, Discontinuity, Revolution, May 68.

Um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu (...). Todos os meus livros, seja *História da loucura*, sejam outros, podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor!

(Michel Foucault. *Gerir as ilegalidades*, 1975)

Filósofo de formação acadêmica, Michel Foucault (1926 – 1984) ocupou diversas cátedras em universidades e institutos da França, Suécia e Polônia durante a década de 1950 e na Tunísia entre 1965 e 1968. Em 68, retorna à França para dirigir o departamento de filosofia da recém-criada Université Expérimentale de Vincennes, onde permanece até 1970, quando assume sua cátedra definitiva no Collège de France. Foucault faleceu em junho de 1984, em Paris, vítima de uma doença decorrente da soropositividade, aos 57 anos de idade.

Amigo de Althusser, Foucault filia-se ao PCF em 1947, permanecendo em seus quadros até 1953, ano da morte de Stalin e início do processo de “desestalinização” no interior do partido, ano também da realização do XXº Congresso do PC da URSS. Após a explosão revolucionária de Maio de 68, Foucault aproxima-se de um grupúsculo autoproclamado “maoísta espontaneísta não-leninista” chamado *Gauche Prolétarienne*<sup>457</sup> (GP). Nos anos seguintes, passaria a compor importantes grupos de apoio à liberdade de expressão e de comunicação da população carcerária, como o *Groupe d’Information sur les Prisons*<sup>458</sup> (GIP) e o *Comité d’Action des Prisonniers*<sup>459</sup> (CAP). No ano de 1977, ao lado de Althusser e Derrida, Foucault intervém politicamente contra a chamada “Lei do pudor” e, em 1978, trabalha como correspondente especial dos jornais *Corriere della Sera* e *Nouvel Observateur* no Irã, ano em que os protestos contra o xá atingiram o seu ponto mais crítico e sobre os quais Foucault escreveria uma série de artigos<sup>460</sup>. Na busca de uma ação política “antitotalitária”, ele se aproxima, nos últimos anos de sua vida, da *Deuxième Gauche* francesa, uma corrente ideologicamente orientada pela perspectiva da “terceira via”, cujos representantes partidários e

457 Esquerda Proletária.

458 Grupo de Informações sobre as prisões.

459 Comitê de Ação dos Prisioneiros.

460 Cf. AFARY, Janet; ANDERSON, Kevin B. *Foucault e a revolução iraniana*. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.

sindicais se reúnem no seio do *Parti Socialiste Unifié*<sup>461</sup> (PSU) e da *Confédération Française Démocratique du Travail*<sup>462</sup> (CFDT). Neste período (1978-79), suas reflexões teóricas apresentadas nos famosos cursos do *Collège de France* sobre a origem da biopolítica, voltam-se a uma leitura muito particular do neoliberalismo, centrada na análise das chamadas “técnicas de si” e de “governamentalidade”.

Nos anos que antecedem 1968, o marxismo francês foi marcado por uma vitalidade conferida pelo questionamento, portado por correntes heterodoxas, ao conformismo e à ortodoxia da vulgata patrocinada pelo partido comunista, bem como por uma redescoberta criativa dos textos do “jovem Marx” que sublinham a alienação e a subjetividade revolucionária (Lefebvre, Gorz, Sartre), enquanto as revistas *Arguments* e *Socialisme ou Barbarie* conduzem um trabalho de “revisão”. As teses conselhistas de Rosa Luxemburgo e de Anton Pannekoek reencontram então um solo fértil para uma retomada dos princípios autogestionários. Na intersecção da cultura e da política, “os itinerários dos membros da Internacional Situacionista e da *Socialismo ou Barbárie* se cruzam, da contestação cultural à reivindicação do conselhismo pelos primeiros, ao sentido contrário pelos segundos”<sup>463</sup>. Nas antípodas do pensamento heterodoxo, Louis Althusser conduz uma equipe de jovens pesquisadores encarregados de esterilizar o marxismo de qualquer traço de “ideologia”.

No campo da sociologia, especificamente nos anos que antecedem a explosão revolucionária de 1968, Paris contava com pelo menos quatro importantes revistas científicas: a *Sociologie du travail*, animada por Georges Friedmann e de cujo comitê de redação participariam, entre outros, os sociólogos Michel Croizier, Jean-Daniel Reynaud, Alain Touraine e Jean-René Tréanton; a *Revue française de sociologie*, cuja chefia de redação era assinada por Edgar Morin; a *Archives européennes de sociologie*, dirigida por Raymond Aron e de cujo comitê de redação se destacariam Croizier (França), Ralf Dahrendorf (Alemanha) e Thomas Bottomore (Grã-Bretanha); além da *Communications*, na qual participariam nomes como os de Roland Barthes e Morin. No decurso de 1968, G. Friedmann, Morin e Touraine se destacariam nas páginas do *Le monde* como os principais articulistas franceses da crise sociopolítica deflagrada naquele ano. Dentre as editoras que acolheram em seus catálogos e coleções as principais obras do pensamento sociológico francês daquele período, destacam-se a *Plon*, a *Éditions du Seuil* e a *Minuit*. Elas publicariam obras importantes como *Le phénomène bureaucratique* (Seuil, 1963. *O Fenômeno burocrático*), de Croizier e *Les*

461 Partido Socialista Unificado.

462 Confederação Francesa Democrática do Trabalho.

463 BRILLANT, Bernard. “Intellectuels: l'ère de la contestation” In: *Le débat*: Mai 68, quarante ans après, n° 149. Paris: Gallimard, 2008, p. 40, tradução nossa.

*Héritiers, les étudiants et la culture* (Minuit, 1964. *Os herdeiros, os estudantes e a cultura*), de Bourdieu e Passeron.

### História, arqueologia e descontinuidade

A origem é o fim.

(Karl Kraus. *Palavras em versos*, I)

Em 1966, Michel Foucault publica *Les mots et les choses* (*As palavras e as coisas*), obra polêmica que, através das críticas a ela dirigidas pelo já consagrado Jean-Paul Sartre, terminou por projetar o jovem filósofo no cenário intelectual francês da época. Nela, Foucault propõe-se a sistematizar o que chama de uma *arqueologia das ciências humanas* (denominação que consta no subtítulo da obra), isto é, uma história dos saberes, particularmente dos saberes ocidentais, sobre os quais o autor estabelece uma periodização explicitamente etapista. O primeiro período corresponde ao Renascimento, o segundo, denominado Clássico, compreende os séculos XVII e XVIII, e o terceiro período, a Modernidade que, iniciada no século XIX com a figura de Immanuel Kant (1724 - 1804), prolonga-se até o século XX – mais precisamente até a publicação de *Les mots et les choses* e a suposta “morte do homem” ali anunciada, segundo a imodesta ilação foucaultiana. Ele pretende ordenar, em cada um dos períodos supracitados, as “condições de possibilidade” de construção dos saberes, suas estruturas, portanto. Tais condições de possibilidade são estabelecidas *a priori*, como regras que presidem a configuração deste ou daquele saber no “espaço virtual” (não empírico) onde se enraízam. Tais estruturas de pensamento, entendidas enquanto regras de construção pertencentes a determinadas ordens espaciais, Foucault chama de *epistemes*.

Sua “arqueologia das ciências humanas” está fundada na categoria analítica da *descontinuidade*, isto é, na inexistência de uma continuidade espaço-temporal entre as sucessivas “epistemes”. Sua análise do discurso científico ocidental não explica as condições sociais, políticas e históricas que permitiram as supostas “rupturas”, “reviravoltas” ou “mutações” ocorridas em seu interior. Na concepção de Foucault, a filosofia, a biologia e a economia política modernas “não surgiram de sua própria história por meio da autoanálise da própria razão; o que mudou na virada do século, sofrendo uma irreparável alteração, foi o

próprio saber como modo de ser preliminar e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do espírito”<sup>464</sup>.

A transição da “episteme” vigente na “época clássica” (ou iluminista), entre os séculos XVII e XVIII, para a “episteme” moderna, a partir do século XIX, nada teria a ver, na perspectiva foucaultiana, com a queda do absolutismo e a emergência das chamadas “revoluções burguesas”, nem com a subsequente constituição do movimento operário. É somente a partir desta abstração absoluta da historicidade própria às filosofias da história e do sujeito do século XIX que se torna possível “reduzir o historicismo alemão e a tradição hegeliano-marxista ao mesmo ‘discurso da continuidade’”<sup>465</sup> e afirmar, simplificada, que “o marxismo está no pensamento do século XIX como um peixe n’água; isso significa que, em qualquer outra parte, ele deixe de respirar”<sup>466</sup>.

É assim que, em *Les mots et les choses*, o homem (como figura do saber) surge, enigmaticamente, no alvorecer do século XIX, já que “antes do fim do século XVIII, o homem não existia”<sup>467</sup>. Na tentativa de garantir a unidade da “episteme clássica”, Foucault é levado a ignorar a figura de Giambattista Vico (1668 – 1744), cuja reflexão já estabelecia, ao menos desde a primeira metade do século XVIII – portanto, em uma época que, segundo a arqueologia foucaultiana, desconhecia completamente o historicismo e o humanismo, as bases filosóficas do humanismo segundo o qual, *grosso modo*, o homem – isto é, sua consciência e sua práxis – é produto de sua própria história. Como representante efetivo de um período de *transição* entre as trevas do absolutismo e as luzes do esclarecimento, assim como no interior do próprio historicismo, a filosofia da história de Vico parece contradizer a sistematização descontinuista, antidialética e a-histórica da arqueologia foucaultiana.

Sartre, que seis anos antes havia publicado *La critique de la Raison dialectique* (*Crítica da razão dialética*) – obra humanista que buscava justamente fundar uma racionalidade baseada na práxis humana concreta –, criticara Foucault na polêmica que envolveu os dois filósofos imediatamente após a publicação de *Les mots et les choses*, justamente por substituir, em seu método arqueológico, “o movimento por uma sucessão de imobilidades” e por ignorar as condições reais do processo histórico, mostrando-se indiferente à questão de saber “como cada pensamento é construído a partir dessas condições (...) como os homens passam de um pensamento a outro”<sup>468</sup>.

464 FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966, p. 274.

465 HONNETH, Axel. *Crítica del poder*. Madrid: A. Machado Libros, 2009, p. 185.

466 FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Op. Cit., p. 274.

467 FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Op. cit., p. 284.

468 SARTRE, Jean-Paul. “Entrevista a L’Arc”. In: *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Lisboa:

As categorias manejadas por Foucault parecem operar uma *especialização da temporalidade histórica*: “Analisando o espaço em que falo, exponho-me a desfazer e a recompor este lugar que me indica os primeiros marcos do meu discurso”<sup>469</sup>. Sua terminologia baseia-se em categorias espaciais como “solos arqueológicos”, “regiões do saber” e “campo epistemológico”, sobre os quais a história da ciência ocidental deslocar-se-ia numa sucessão fragmentada de “epistemes” dotadas de temporalidades próprias, desconexas entre si, onde predomina a categoria da “descontinuidade” absoluta. Ao proceder deste modo, Foucault constrói um método no qual “o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática”<sup>470</sup>.

O método arqueológico de Foucault deve profundamente à epistemologia estruturalista de Althusser<sup>471</sup> e ao seu combate, no interior do marxismo, à corrente dialética revolucionária representada por Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Lukács, Korsch e Gramsci, autores que conceberam, em chave hegel-marxiana, a história global como síntese dialética entre continuidade e descontinuidade históricas. Outra determinação não negligenciável da arqueologia “descontinuista” de Foucault, além das já mencionadas epistemológica e filosófica, é de ordem literária, sobretudo na forma experimental do *Nouveau roman* e dos autores que gravitavam em torno da revista *Tel Quel*. Segundo Judith Revel (2004), estudiosa da obra foucaultiana:

A fascinação por uma literatura que faz da dissolução das bases tradicionais da narração, da introdução do aleatório na estrutura da narrativa ou do desaparecimento do sujeito (que se trate do autor, do narrador ou de qualquer ideia de “personagem”) o terreno de sua própria experimentação linguística é, com efeito, o motivo recorrente de numerosos textos foucaultianos da primeira metade dos anos 1960<sup>472</sup>.

Portugália editora, 1968, p. 126.

469 FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências (resposta ao Círculo Epistemológico)”. In: LIMA, L. C. (Org.) *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 27.

470 FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 37.

471 “O que une Foucault e Althusser não é a política, é a epistemologia”. ERIBON, Didier. *Michel Foucault et ses contemporains*. Paris: Fayard, 1994, p. 336.

472 Cf. REVEL, Judith. “Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu?” *Le Portique*, 13-14, 2004. Disponível em: <<http://leportique.revues.org/635>>. Acesso em: 25/09/2015 (tradução nossa). No original: “La fascination pour une littérature qui fait de la dissolution des ancrages traditionnels de la narration, de l’introduction de l’aléatoire dans la structure du récit ou de la disparition du sujet (qu’il s’agisse de l’auteur, du narrateur, ou de toute idée de « personnage ») le terrain de sa propre expérimentation linguistique est en effet le motif récurrent de nombreux textes foucaultiens de la première moitié des années 1960”.

Em 1978, no prefácio que redige para a edição estadunidense de *Le normal et le pathologique* (*O normal e o patológico*), do historiador das ciências Georges Canguilhem, o autor de *Les mots et les choses* retoma este ponto de um prisma metodológico:

Velho tema esse, tão cedo esboçado, ao ponto de ser contemporâneo, ou quase, do nascimento de uma história das ciências (...) Retomando este mesmo tema elaborado por Koyré e Bachelard, Georges Canguilhem insiste sobre o fato de que a demarcação das discontinuidades não é para ele nem um postulado, nem um resultado: mas, antes, é um “modo de fazer”, um procedimento que adere à história das ciências porque é chamada pelo próprio objeto que ela deve tratar <sup>473</sup>.

Como se sabe, a epistemologia de Bachelard, à qual Foucault faz questão de explicitar sua filiação, considera, *grosso modo*, que as aquisições científicas do passado não constituem o germe das aquisições futuras. Pelo contrário, nessa matéria a novidade parte de uma luta e de uma “ruptura” com relação às aquisições passadas. As descobertas ou inovações sempre ensinam a formação de um novo “modo de fazer” científico. Tanto Bachelard como Foucault rompem criticamente, deste modo, com os postulados filosóficos presentes na historiografia evolucionista das ciências. Pensemos em Auguste Comte (1798 - 1857), fundador do positivismo, para quem o conhecimento teria “evoluído” de um estado teológico até um estado científico, ou “positivo”, isto é, de um estágio mais “primitivo” a um mais “acabado”, seguindo um mesmo percurso linear, contínuo e progressivo.

Em resposta aos questionamentos levantados por leitores da revista *Esprit* acerca de sua concepção de “descontinuidade”, publicada em pleno mês de maio de 1968, Foucault assim resume o seu ponto de vista (que é, como vimos, o mesmo de Bachelard) sobre a questão:

Ao invés de referir-se a uma história econômica, social, política, abarcando uma história do pensamento (que dela seria expressão, como um *doublet*), ao invés de referir-se a uma história das ideias que seria referida (seja por um jogo de signos e de expressões, seja por relações de causalidade) a condições extrínsecas, nos referimos a uma história das práticas discursivas nas relações específicas que as articulam sobre as outras práticas<sup>474</sup>.

473 No original: “Vieux thème qui s’est dessiné très tôt, au point d’être contemporain, ou presque, de la naissance d’une histoire des sciences. [...] Reprenant ce même thème élaboré par Koyré et Bachelard, Georges Canguilhem insiste sur le fait que le repérage des discontinuités n’est pour lui ni un postulat ni un résultat : mais plutôt une ‘manière de faire’, une procédure qui fait corps avec l’histoire des sciences parce qu’elle est appelée par l’objet même dont celle-ci doit traiter”. FOUCAULT, apud REVEL, Judith. “Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu?”. In: *Le Portique*, 13-14, 2004.

474 “Réponse à une question”. *Esprit*, n° 371, maio de 1968. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/MFoucault403.html>>. Acesso em: 28/09/2015.

Tal epistemologia tende a autonomizar a ordenação dos saberes científicos. Sendo *imane*te aos saberes e não se referindo a nada a não ser a eles próprios, sua análise das “epistemes” volta-se à sua configuração interna, só podendo ser apreendida “em seus próprios termos”. As “epistemes” não são, nesse sentido, algo como um “espírito do tempo”, não constituem totalidades heterogêneas referidas a elementos “extrínsecos” a elas, como a práxis sociopolítica de uma época. Não se enraízam em uma experiência histórica mais ampla, mas concernem única e exclusivamente à ordem independentizada dos saberes.

Em *Les Mots et les choses*, o que Foucault chama de “as três empiricidades” – a vida, o trabalho e a linguagem – não passam de “domínios do saber” e não da experiência. Foucault não se interessa pelo que elas são *fora* do domínio dos saberes. O saber não se refere aqui a um sujeito, seja ele empírico ou transcendental, pois trata-se justamente de “liberar o campo discursivo da estrutura histórico-transcendental que a filosofia do século XIX lhe impôs”<sup>475</sup>.

Em *L'Archéologie du savoir* (*Arqueologia do saber*), publicado em 1969, Foucault busca clarificar o método empregado em *Les mots et les choses* ao isolar o objeto próprio às análises arqueológicas, isto é, os discursos apreendidos em sua nua positividade:

Na análise aqui proposta, as regras de formação [dos discursos, dos saberes], residem não na ‘mentalidade’ ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, conseqüentemente, segundo uma espécie de anonimato uniforme a todos os indivíduos que empreendem sua fala no campo discursivo<sup>476</sup>.

No estudo das condições *anônimas* de possibilidade do saber, Foucault opera uma dissolução do primado histórico do sujeito. Imediatamente após a explosiva primavera de Maio de 68<sup>477</sup> em Paris, no verão daquele ano, portanto, ele publica uma resposta ao Círculo de Epistemologia da Escola Normal Superior, no número 9 dos *Cahiers pour l'Analyse*, na qual procura defender-se dos ataques de seus críticos: “O que se lastima tão gravemente não é a supressão da história, é o desaparecimento dessa forma de história que era secretamente –

475 No original: “(...) libérer le champ discursif de la structure historico-transcendantale que la philosophie du XIXe siècle lui a imposée”. FOUCAULT, Michel. “Réponse à une question”. In: *Esprit*, n°371, maio de 1968. Disponível em: <<http://ilibertaire.free.fr/MFoucault403.html>>. Acesso em: 28/09/2015.

476 No original: “Dans l’analyse qu’on propose ici, les règles de formation ont leur lieu non pas dans la ‘mentalité’ ou la conscience des individus, mais dans le discours lui-même; elles s’imposent par conséquent, selon une sorte d’anonymat uniforme, à tous les individus qui entreprennent de parler dans ce champ discursif”. FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p. 83, tradução nossa.

477 “A resposta de Michel Foucault ao Círculo de Epistemologia assume extraordinária importância na medida em que revela mudanças de atitude do autor em relação a uma série de afirmações anteriores, mudanças essas que explicará melhor em *L'archéologie du savoir*” (NEVES, L. F. B.; MENDONÇA, A. S. “Apresentação”. In: *Estruturalismo e teoria da linguagem*, 1971, p.5, grifos nossos). Na seqüência destas considerações introdutórias, discutiremos tais “mudanças de atitude” de Foucault.

mas inteiramente – referida à atividade sincrética do sujeito”<sup>478</sup>. Em decorrência desta apreensão positivista dos fenômenos históricos e sociais, Foucault continuaria incorrendo em graves erros de análise histórica, conforme assinala o filósofo italiano Domenico Losurdo ao comentar um curso tardio de Foucault, chamado *Il faut défendre la société* (*Em defesa da sociedade*, 1976):

O colonialismo e a ideologia colonial estão amplamente ausentes na história do mundo contemporâneo reconstruída pelo filósofo francês. A julgar por essa história, “o surgimento do racismo de Estado [deve ser localizado] no início do século XX”, enquanto é o advento do Terceiro Reich que marca o “aparecimento de um Estado absolutamente racista”. Essa periodização foi posta em dúvida com muita antecedência pelos abolicionistas que, no século XIX, queimavam em praça pública a Constituição americana, tachada de ser um pacto com o diabo por consagrar a escravidão racial; ou aqueles abolicionistas que recriminavam a lei sobre os escravos fugitivos de 1850 por ela obrigar todo cidadão estadunidense “a se tornar um caçador de homens”: era passível de punição não só quem tentasse esconder ou ajudar o negro perseguido pelos seus legítimos proprietários, mas também quem não colaborasse para a sua captura<sup>479</sup>.

Além do sujeito, outro alvo central da concepção de história de Foucault é a noção dialética da *totalidade*, capaz de apreender a história global como processo de *totalização*, isto é, como síntese de uma dinâmica dialética entre continuidade e descontinuidade históricas. Em um ensaio sobre *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault apresenta os objetivos do programa genealógico iniciado pelo filósofo alemão:

Tudo em que o homem se apoia para voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retraçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto (...) A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser <sup>480</sup>.

Conforme os apontamentos críticos feitos por Axel Honneth em *Crítica do poder* (1985), as sucessivas análises foucaultianas do discurso e do poder objetivam substituir qualquer filosofia do sujeito por uma “concepção de realidade completamente destituída da

478 FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências (resposta ao Círculo Epistemológico)”. In: LIMA, L. C. (Org.). *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 16.

479 LOSURDO, Domenico. “Como nasceu e como morreu o ‘marxismo ocidental’”. In: *Estudos de sociologia*. Araraquara: v. 16, n. 30, 2011, p. 213.

480 FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 27.

noção de sentido” e “livre de intencionalidade”<sup>481</sup>. Sentido histórico e intencionalidade subjetiva que são inseparáveis de todo humanismo e historicismo contra os quais se voltavam a sua filosofia anti-humanista.

Em um curso de 5 de janeiro de 1983, Foucault resumirá, de modo retrospectivo, a sua estratégia ao longo dos anos setenta: “substituir a teoria do sujeito ou a história da subjetividade pela análise histórica da pragmática de si e das formas que ela adquiriu” (2010, p. 6). Em uma intervenção de 2009, o filósofo italiano Giorgio Agamben também assinalaria a centralidade deste aspecto do itinerário intelectual foucaultiano:

Foucault resume sua estratégia em dois pontos. Primeiro ponto: substituir a história da dominação pela análise dos procedimentos e técnicas de governo. Segundo ponto: substituir a teoria do sujeito e a história da subjetividade pela análise histórica dos processos de subjetivação e das práticas preventivas<sup>482</sup>.

Estratégia teórica esta que é absolutamente estranha à longa tradição revolucionária das lutas sociais nas quais tanto o iluminismo do século XVIII como o comunismo do século XIX se inscrevem, tradição cuja forma e conteúdo, sua teoria e sua práxis, são inseparáveis das filosofias e teorias do sujeito e das ações subjetivas dotadas de sentido e intencionalidade que simultaneamente as sustentaram e condicionaram histórica e objetivamente. Contemporâneo de Foucault, o situacionista francês Guy Debord (1931 - 1994) repôs esta tradição nas novas condições históricas e sociais do segundo pós-guerra: “O *sujeito* da história só pode ser o ser vivo produzindo a si mesmo, tornando-se mestre e possuidor de seu mundo que é a história, e existindo como *consciência de seu jogo*”<sup>483</sup>.

O abandono por Foucault do legado humanista e das tradições do século XIX revela uma função social muito precisa que, segundo Lukács, dominaria o pensamento moderno e que nos parece se adequar perfeitamente ao seu pensamento:

Em todos os casos, esse “pensamento moderno” deixa livre de qualquer responsabilidade e elimina simplesmente todos os problemas que realmente importam: os problemas da contraditória conexão entre a personalidade, a sociedade e a humanidade (...). Compreende-se que, a partir de tais posições, deva-se recusar o século XIX, o século de Goethe e de Heine, de Hegel e de Marx, de Gottfried Keller e de Thomas Mann; o século cuja filosofia e cuja arte queriam ver em conexão unitária o indivíduo, a sociedade e a história, o destino da humanidade, e cujas formas poéticas e métodos filosóficos buscavam esclarecer e conceituar essa conexão (...). Também é muito fácil de compreender o fato de que todos os beneficiários da restauração e da manipulação – tanto os conscientes quanto os

481 HONNETH, Axel. *Crítica del poder*. Op. cit., p. 226.

482 AGAMBEN, Giorgio. “Tiqqun, o retorno” [2009]. In: *Sopro*, No 39, nov. 2010.

483 DEBORD, Guy. *Commentaires sur la société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992, p. 50.

inconscientes, tanto os resignadamente desesperados quanto os desesperadamente resignados – rechacem o século XIX e queiram substituí-lo por algo “radicalmente novo”<sup>484</sup>.

Nas antípodas da perspectiva descontinuísta e não dialética (até mesmo antidialética) das filosofias de Alexandre Koyré (1892 - 1964), Gaston Bachelard (1884 - 1962), Georges Canguillhem (1904 - 1995) e do próprio Foucault, dois filósofos alemães contemporâneos vinculados à chamada “teoria crítica”, Walter Benjamin (1892 - 1940) e Herbert Marcuse (1898 - 1979), conceberiam a luta revolucionária de classes em conformidade com a filosofia hegeliano-marxista da história, como o elemento capaz de preencher, de modo dinâmico e dialético, o vazio deixado pelas rígidas e incomunicáveis rupturas evocadas nas “leis de bronze” dos filósofos franceses.

Segundo Marcuse, “no *continuum* histórico as revoluções estabelecem seu próprio código moral e ético, tornando-se, assim, a origem e a fonte de novas formas e valores universais”<sup>485</sup>, assim como, para Benjamin, “a antiga Roma era, para Robespierre, um passado carregado de tempo-de-agora, passado que ele fazia explodir do contínuo da história”<sup>486</sup>. Nas duas passagens supracitadas, a “tradição dos oprimidos” (para falarmos com Benjamin) é composta por momentos excepcionais, “explosivos”, portanto, fundados por e fundantes de descontinuidades históricas. Porém, do ponto de vista dialético destes autores, tais descontinuidades não são, de modo algum, destituídas de sua própria continuidade, conforme a noção de tradição evocada por Benjamin indica. Na sublevação disruptiva *no tempo presente*, a revolução daria um “salto dialético” sobre o “livre céu da história”, como “um salto de tigre em direção ao passado”. Outra noção benjaminiana que por fim gostaríamos de mobilizar contra esta fetichização intelectual da “ruptura epistemológica”, forçosamente transferida para o terreno da história, é a de “origem”, usada em seu estudo sobre a *Origem do Drama Barroco Alemão* (1928):

O termo *origem* não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção. A origem se localiza no fluxo do vir-a-ser como um torvelinho, e arrasta em sua corrente o material produzido pela gênese. O originário não se encontra nunca no mundo dos fatos brutos e manifestos, e seu ritmo só se revela a uma visão dupla, que o reconhece, por um lado, como restauração e reprodução, e por outro lado, e por isso mesmo, como incompleto e inacabado. Em cada fenômeno de origem se determina a forma com a qual uma idéia se confronta com o mundo

484 LUKÁCS, György. *Goethe y su época*. Barcelona-México: Grijalbo, 1968, p. 16-17.

485 MARCUSE, Herbert. “Ética e revolução”. In: *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 145.

486 BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Escolhidas*, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 229.

histórico, até que ela atinja sua plenitude na totalidade de sua história. A origem, portanto, não se destaca dos fatos, mas se relaciona com sua pré e pós-história <sup>487</sup>.

Finalizemos esta reflexão introdutória com uma problematização que nos conduzirá ao ponto seguinte, acerca do impacto que o ano explosivo de 1968 causou na reflexão teórica e na prática política de Foucault. Afinal, não seria o momento disruptivo da práxis revolucionária justamente o elemento dinâmico, o “fenômeno originário” no sentido benjaminiano, capaz de desobstruir a rígida dicotomia entre continuidade e descontinuidade, sobre a qual sua arqueologia dos saberes é edificada? Não seria exatamente este o motivo pelo qual o horizonte da revolução social estaria ausente de suas reflexões epistemológicas?

### O impacto da Revolução de 1968 na teoria de Foucault

As estruturas não descem às ruas!

(Pixo em um painel da Sorbonne, Maio de 1968)

Partimos de um constato epistemológico claro: de que a bifurcação da produção teórica de Foucault em dois polos, *arqueológico* (1961-69) e *genealógico* (1969-79), tem origem em uma decisiva mudança na orientação de suas pesquisas, em uma espécie de ruptura metodológica ocorrida no interior de sua própria obra. Este fato, amplamente reconhecido por alguns dos principais intérpretes e interlocutores contemporâneos de Foucault, evidencia que a noção de *descontinuidade* assume uma centralidade inquestionável, tanto no objeto de sua reflexão epistemológica, quanto em sua própria escrita e pensamento, ambos marcados por uma relação extremada com rupturas temporais.

Segundo a conhecida interpretação de Axel Honneth, “no lugar de investigar as formas culturalmente determinantes de conhecimento da história da modernidade, agora são as estratégias institucionais e cognitivas de integração social que devem ser objeto de análise”, representando, deste modo, “o abandono definitivo dos marcos de uma análise do conhecimento orientada em termos semiológicos”<sup>488</sup>.

Se o esquema interpretativo de Honneth está correto, é pertinente e legítimo que nos interroguemos a respeito das razões que levaram Foucault a semelhante abandono de sua anterior perspectiva semiológica. Pergunta que Honneth também formula e logo soluciona:

<sup>487</sup> BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 67-68.

<sup>488</sup> HONNETH, Axel. *Crítica del poder*. Op. cit., p. 234-235.

“foram os acontecimentos do movimento estudantil francês que, mesmo ‘de fora’, em certo sentido lhe conduziram a seguir esta direção”<sup>489</sup>. Hipótese que também seria partilhada por Didier Eribon, um dos principais biógrafos e estudiosos de sua obra, para quem “um corte foi estabelecido no pensamento de Foucault após 1968 (...) seu trabalho mudou, politizou-se”<sup>490</sup>.

Somando as duas interpretações, conclui-se que diante da explosão revolucionária no mês de maio daquele ano<sup>491</sup>, Foucault haveria “abandonado os marcos de uma análise do conhecimento orientada em termos semiológicos” em prol de uma análise das “estratégias institucionais e cognitivas de integração social”, “politizando-se”.

Essa perspectiva contraria aquela apresentada pelos ideólogos franceses Luc Ferry<sup>492</sup> e Alain Renaut em *La pensée 68 (Pensamento 68)*<sup>493</sup>, um panfleto ideológico no qual se insinua uma suposta influência teórica de Foucault (mas também de Lacan, Derrida e Bourdieu) sobre o malcaracterizado “ano de 1968”, ali descrito como um estranho movimento sem sujeito. Por conseguinte, tal relação é concebida pelos autores de um modo bastante idealista. Tudo se passa como se houvesse uma enigmática simbiose entre o pensamento anti-humanista de Foucault e o suposto conteúdo “individualista” dos movimentos sociais sublevados em Maio de 68.

Porém, a hipótese comum de Honneth e Eribon aponta uma relação de outro tipo: que a explosão de maio exerceu uma influência decisiva no destino das pesquisas de Foucault, tanto do ponto de vista temático (passando das análises do saber àquelas do poder) quanto do ponto de vista metodológico (a já aludida passagem da arqueologia à genealogia). A bem da verdade, é preciso dizer que o pensamento de Foucault, Lacan *et cetera* foi sobretudo *alvo* do movimento de maio, no sentido oposto do que o revisionismo idealista e reacionário de Ferry

489 HONNETH, Axel. *Crítica del poder*. Op. Cit., p. 233.

490 ERIBON, Didier. *Michel Foucault et ses contemporains*. Op. cit., p. 86.

491 Biograficamente, Foucault “esteve ausente dos eventos de maio [de 1968, em Paris]”, pois na época residia e trabalhava na Tunísia. É o que afirma a sessão “Chronologie, 1968” do *Portail Michel Foucault*, disponível em: <<http://michel-foucault-archives.org/?1968>>. Acesso em: 28/10/2015. Entretanto, não é a ausência ou presença física do autor no epicentro francês do movimento revolucionário de 68 que nos interessa aqui. Nosso foco de análise é estritamente teórico, sobretudo por tratar de um autor vinculado a uma tradição de pensamento plenamente alheia a qualquer prática exterior ao próprio campo da reflexão filosófica, situada precisamente nas antípodas da proposição do jovem Marx acerca da “realização da filosofia”, contida nas célebres *Teses sobre Feuerbach*, de 1845.

492 Desde que Luc Ferry assumiu o cargo de ministro da Educação Nacional (2002-2004) da França, suas críticas às consequências “nocivas” de 1968 para a escola republicana se posicionam desde um ponto de vista abertamente de direita. Cf. VERGEZ-CHAIGNON, Bénédicte. “Le tombeau d’une génération: quarante ans de critique de mai 68”. In: *Le débat*, n° 149, 2008, pp. 52-65.

493 FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *La pensée 68: essai sur l’anti-humanisme contemporain*. Paris: Gallimard, 1985. (Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo).

e Renaut quer fazer passar como verdade em sua tentativa de falsear a história do movimento revolucionário mais importante que Paris conheceu desde o episódio da Comuna.

Segundo Daniel Cohn-Bendit, uma das mais proeminentes figuras do *Mouvement 22 mars* (o movimento eleito pela mídia como o representante do movimento real), no meio estudantil do qual fazia parte, “quase todos os militantes do Movimento 22 de Março leram Sartre”<sup>494</sup>. Sartre, como se sabe, considerava *Les mots et les choses* um livro profundamente reacionário, que negava a política e o decurso histórico<sup>495</sup>, tanto quanto o seu autor, visto como um intelectual antimarxista a serviço da burguesia.

Um pouco de lógica histórica nos leva a concluir, portanto, que a explosão de maio pegou Foucault “de calças curtas” e que o movimento exerceu sobre o seu pensamento, como vimos, um profundo impacto, ao ponto de causar nele uma “cesura”, um “corte”, uma “ruptura”, uma “descontinuidade” no rumo de suas próprias pesquisas, para falarmos em seus próprios termos. Algo muito distinto, portanto, do que insinuam os autores de *La pensée 68*: que o pensamento de Foucault teria algum tipo de influência sobre o movimento de maio. O que se passou, na realidade, foi bem o contrário!

Quem o constata não são seus intérpretes, mas o próprio Foucault, em uma entrevista concedida a Alexandre Fontana, em 1977:

Aquilo que eu havia tentado fazer neste domínio [a política psiquiátrica, a psiquiatria como política] foi recebido com um grande silêncio por parte da esquerda intelectual francesa. E foi somente por volta de 68, apesar da tradição marxista e apesar do P.C., que todas estas questões adquiriram uma significação política com uma acuidade que eu não suspeitava e que mostrava quanto meus livros anteriores eram ainda tímidos e acanhados. Sem a abertura política realizada naqueles anos, sem dúvida eu não teria tido coragem para retomar o fio destes problemas e continuar minhas pesquisas no domínio da penalidade, das prisões e das disciplinas<sup>496</sup>.

Para além do fato de ter exercido grande influência sobre o pensamento de Foucault, o movimento revolucionário de Maio de 68 também *refutaria* o método arqueológico empregado em *Les mots et les choses*. Afinal, como um acontecimento histórico ligado à luta de classes e à práxis revolucionária pôde ser acolhido teoricamente pelo mesmo autor que, *antes de 68*, e de acordo com as suas exposições teóricas da década de 1960, teria considerado uma irrupção dessa natureza (histórica e social) um fenômeno exterior e independente do

494 Idem, p. 13.

495 Cf. SARTRE, Jean-Paul. “Entrevista a L’Arc”. In: *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugalia editora, 1968, p. 126.

496 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op. cit., p. 3.

campo científico, assim como, igualmente, teria considerado uma teoria que o acolhesse como “doxológica” – isto é, “não científica” –, situando-a no campo da ideologia?

É possível formular ainda outra questão, diretamente conectada à primeira, relacionada ao papel do sujeito e do sentido histórico. Não estaria condenado à lata de lixo da história das ideias um sistema de pensamento que exclui de seu domínio qualquer referência à práxis de um sujeito consciente e dotado de intencionalidade, justamente no momento em que algo como um sujeito desta natureza reaparecia com muita força no horizonte histórico?

Vale lembrar, de passagem, que Maio de 68 não teria refutado somente o enigmático diagnóstico de Blanchot sobre o suposto “desaparecimento do sujeito” (espécie de gênese das obscuras “estruturas sem sujeito” das filosofias de Canguilhem, Althusser e Foucault), como também constrangeria parte significativa da intelectualidade crítica da época, na França e fora dela. Na mesma época, Theodor Adorno (1903 – 1969) afirmava, em sua *Negative Dialektik* (*Dialética Negativa*, 1966), que a “práxis transformadora” encontrava-se “adiada por um tempo indeterminado”<sup>497</sup>, enquanto Henri Lefebvre (1901 - 1991), autor marxista lembrado na entrevista de Cohn-Bendit supracitada como uma das referências intelectuais do movimento *22 de Março*, criticaria os situacionistas<sup>498</sup> por apostarem no retorno de uma conjuntura revolucionária como a de 1871 em plena *société du spectacle*. Na obra *Positions contre les technocrates* (*Posições contra os tecnocratas*), publicada também no ano de 1967, Lefebvre conclui categoricamente que:

Os situacionistas (...) não propõem uma utopia concreta, mas uma utopia abstrata. Acreditam eles que em uma bela manhã ou numa tarde decisiva, as pessoas vão se olhar e dizer umas às outras: “Basta! Chega de trabalho e de tédio! Acabemos logo com isso!”. Se isso veio à tona em 18 de março de 1871, esta conjuntura não se reproduzirá mais<sup>499</sup>.

Sua conclusão, que pretendia transmitir ares de cientificidade, não passaria, entretanto, pela verificação histórica, sendo implacavelmente refutada um ano depois na e pela revolução de 1968. Enquanto para o autor d’*A sociedade do espetáculo*, “a fusão do

497 ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009, p. 11.

498 Relativo à teoria e à prática da Internacional Situacionista (1957 – 1972), organização revolucionária que, em Maio de 68, assumiria as posições mais radicais do movimento junto ao “Conseil pour le Maitien des Occupations” (CMDO) e que, entre 1958 e 1969, publicou na França 12 números da revista de crítica social “Internationale Situationniste”.

499 Apud “Le commencement d’une époque”. In: *Internationale Situationniste*, n° 12, 1969, p. 6. Tradução nossa.

conhecimento e da ação precisa realizar-se na própria luta histórica, de tal modo que cada um desses termos coloque no outro a garantia de sua verdade”<sup>500</sup>.

Em 1966, no mesmo ano, portanto, da publicação de *Les mots et les choses*, Debord apresentaria, às margens da *intelligentsia* europeia de sua época, um *diagnóstico* preciso do estado de saúde das sociedades tardocapitalistas em sua totalidade (tanto em sua expressão ocidental, privada, quanto em sua expressão oriental, burocrática), além de um *prognóstico* revolucionário não menos preciso, que os acontecimentos históricos viriam a confirmar nos anos seguintes: “este sistema entrou agora em uma nova crise: de Berkeley à Varsóvia, das Astúrias a Kivu, ele é por todo lado refutado e combatido”.<sup>501</sup> Também em 1966, outro intelectual vinculado à tradição do pensamento hegeliano-marxista, o filósofo alemão Herbert Marcuse, demonstrava-se atento às movimentações subterrâneas da contestação social da época, quando afirmava, no seu excelente “Prefácio político” a *Eros e civilização*, que “o conflito pode tornar-se explosivo se for acompanhado e agravado por perspectivas de mudança na própria base da sociedade industrial avançada”<sup>502</sup>.

Dois anos depois, tal explosão ocorreria justamente na França, uma sociedade de capitalismo superdesenvolvido que, nas palavras retrospectivas de Debord, até Maio de 68 seguia “de sucesso em sucesso, e [que] estava persuadida de ser amada, [mas que] teve a partir daí de desistir de todos esses sonhos”; pois agora (em 1988), “ela prefere ser temida”<sup>503</sup>.

Debord e Marcuse constituíram, nesse sentido, uma exceção à regra assinalada pelo historiador Pierre Grémion em um artigo consagrado à questão das relações entre a intelectualidade europeia, sobretudo francesa, e o Maio de 68: “nenhum deles antecipou os eventos, para todos foi uma surpresa”<sup>504</sup>. A existência de ambos indica com muita clareza que o vínculo entre o conhecimento e a ação revolucionários na primavera de 1968, ao contrário do que supõem Ferry e Renaut, *est d’ailleurs!*

500 DEBORD, Guy. *Commentaires sur la société du spectacle*. Op. cit., p. 59.

501 Extraímos este trecho de um pequeno texto de apresentação do movimento situacionista redigido por Debord em 1965 para ser publicado na Inglaterra juntamente com a tradução inglesa de “Le déclin et la chute de la économie spectaculaire-marchand” (Declínio e queda da economia espetacular-mercantil). Ambos os textos foram publicados em língua francesa pela primeira vez no número 10 da revista *Internationale Situationniste*, em 1966.

502 MARCUSE, Herbert. “Prefácio político” [1966]. In: *Eros e civilização: uma crítica filosófica ao pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 22.

503 DEBORD, Guy. *Commentaires sur la société du spectacle*. Op. cit., p. 110.

504 GRÉMION, Pierre. “Les sociologues et mai 68”. In: *Le débat*: Mai 68, quarante ans après, n° 149. Paris: Gallimard, 2008, p. 24, tradução nossa.

## Luta armada em foco

**Rafael Viana da Silva**

Doutorando em História pela UFRRJ

### Resenha

SALES, Jean Rodrigues (org). *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

**Palavras-chave** ditadura militar, esquerdas, luta armada.

**Keywords** military dictatorship, left-wing, armed struggle.

Organizado por Jean Rodrigues Sales, professor do departamento de história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o título recém-lançado pode contribuir para a compreensão de um aspecto fundamental do período da ditadura militar brasileira. É impossível falarmos do regime militar sem nos debruçarmos sobre a influência que o imaginário político e a presença da estratégia da luta armada tiveram sobre as organizações de esquerda no Brasil e no restante da América do Sul. Segundo Sales (2015), nos anos 1970 surgem algumas reflexões sobre a luta armada vinda dos próprios militantes e por jornais alternativos. E até o final dos anos 1980, os historiadores não se sentiam confortáveis para analisar períodos próximos àquele no qual viviam, e por este motivo, as pesquisas sobre luta armada foram assumidas em meados dos anos 1980 e 1990 por cientistas sociais, jornalistas e militantes. As pesquisas acadêmicas dos anos 1990, ainda que numericamente pequenas, surgiram como importantes interlocutores do tema. Figuram neste pequeno universo o livro de Jacob Gorender<sup>505</sup> (publicado em 1987), a tese de doutorado de Daniel Aarão Reis Filho<sup>506</sup> (publicada como livro em 1990) e o trabalho de Marcelo Ridenti<sup>507</sup> (publicada como livro em 1993), que dialogará com os dois trabalhos anteriores. Ainda segundo Sales (2015), nos anos 1990 há um crescimento dos estudos sobre a luta armada, fruto em grande medida do crescimento dos programas de pós-graduação em história no país, e de lá para cá, uma série de pesquisas vem se somar a um cenário cada vez mais consolidado.<sup>508</sup>

A opção pelas armas era algo que inspirava revolucionários de diversas partes do mundo, como algo que poderia criar um atalho para além do processo de acúmulo de forças ou mesmo da estratégia de disputa das burguesias nacionais, preconizada pelos partidos comunistas. Lembremos que, em 1956, Krushev denuncia os crimes de Stálin no 20º congresso do Partido Comunista, causando uma crise interna e dissidências no interior de diversos partidos comunistas do mundo. Tal contexto apenas acelera a adesão a esta estratégia política por parte dos setores de esquerda.

O que muda o sentido da luta armada na segunda metade do século XX, sem dúvida alguma, são os processos revolucionários e de luta por libertação nacional que ocorrem em diferentes países: Revolução Chinesa (1949), guerra de guerrilhas na Argélia (1954) e Revolução Cubana (1959). Mas é a partir de Cuba que esta estratégia passa a ganhar papel de destaque na estratégia de luta da esquerda com a tese do foco guerrilheiro, que tinha como

505 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.

506 AARÃO REIS Filho, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

507 RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

508 SALES, Jean “Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil”. *Taller (Segunda Época)*. Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina Vol. 4, N° 5, pp. 87-109, 2015.

principal autor Ernesto Che Guevara, que lançara respectivamente, *Guerra de Guerrilhas* (1960) e *Guerra de Guerrilhas: um método* (1963).

Os ecos das Revoluções Cubana e Chinesa foram rapidamente amplificadas para o campo da esquerda, com consequências relevantes no contexto político dos anos 1960 e 1970. Agindo ora como inspiração às esquerdas, ora como fantasma que aterrorizava os setores conservadores, os instrumentos de luta defendidos pela chamada *esquerda armada* alimentaram a complexidade de um cenário já marcado pelo enfrentamento político entre projetos econômicos e políticos inconciliáveis.

O tema da luta armada e as discussões sobre o seu significado ainda hoje suscitam diferentes interpretações. É difícil caminhar por um terreno rodeado de armadilhas da memória e que sofre constantemente a intervenção de posicionamentos do tempo presente. O próprio termo já aciona um determinado significado no leitor que impõe um sentido que nem sempre corresponde à complexidade das discussões que ocorriam no interior dos agrupamentos da esquerda. Sobre o conjunto de ações que compreendiam a luta armada, como bem apontou Jean Rodrigues Sales, este “nem sempre consistiu em combates armados entre esquerdistas e militares”.<sup>509</sup> Assaltos a bancos (*expropriações*) para arrecadação de recursos, *justiçamentos* de pessoas ligadas ao regime, propaganda armada contra a ditadura e sequestro de diplomatas estrangeiros fizeram parte de uma miríade de ações que compuseram o repertório de diferentes organizações.

A dificuldade em compreender tal fenômeno consegue ser contornada no presente material com a análise criteriosa dos agrupamentos de esquerda, amplamente fundamentada em documentos, entrevistas e em uma bibliografia já consagrada sobre o tema. Além disso, o livro tem outra vantagem, que é a de reunir artigos baseados em trabalhos monográficos, ou seja, frutos de dissertações de mestrado e pesquisas de doutorado, implicando num maior aprofundamento e rigor sobre os casos estudados, fugindo da vala comum de significados que o *tempo presente* poderia impor ao leitor. Uma questão que poderia ser aprofundada em futuros materiais seria a de construir uma metodologia mais unitária em relação a certos conceitos utilizados no livro, ainda que tenhamos ciência de que isto nem sempre pode ser resolvido adequadamente diante a realidade da pesquisa histórica.

Os 12 artigos que compõe esse estudo falam sobre a experiência das organizações que aderiram à luta armada; sua base social, seu *modus operandi* e seu ocaso no contexto da violenta ditadura militar brasileira. As experiências concretas das organizações de esquerda são contempladas nos textos sobre a Guerrilha do Caparaó e a Guerrilha do Araguaia. No

509 SALES, Jean Rodrigues (org). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015. p. 9.

trabalho de Plínio Ferreira Guimarães, “Os comunistas estão chegando!': a Guerrilha do Caparaó e o medo da população local”, podemos compreender os impasses e as dificuldades de implantação do que seria a primeira tentativa de luta armada no Brasil. O pesquisador analisa as dificuldades com as quais os militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) se depararam ao tentar construir um foco guerrilheiro e a consequente contraofensiva das forças repressivas, que foram bem sucedidas ao construir um poderoso sentimento anticomunista na população local, aproveitando as dificuldades de inserção do MNR. No caso do Araguaia, experiência de maior vulto da implantação de um foco guerrilheiro rural, os militantes vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se estabeleceram como moradores dedicados à produção agrícola e aprofundaram os laços com a população local. O diário de Mauricio Grabois, publicado de maneira inédita em 2011, possibilitou que historiadores como Patricia Sposito Mechi em “A experiência guerrilheira do PCdoB no Araguaia”, pudessem avaliar com outros elementos a experiência de luta armada inspirada no modelo chinês de guerrilha, que inclusive, levou diversos militantes do PCdoB a realizarem cursos nesse país. Os estudos sobre as ações da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária/ORM-POLOP, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro/MR-8 e da Ala Vermelha do Partido Comunista do PC do B/Ala compõem o quadro geral de reflexão sobre as experiências armadas, respectivamente com os artigos: “VPR: contra a ditadura, pela revolução” de Wilma Antunes Maciel; “O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil” de Renato da Silva Della Vechia; “As mulheres da Ação Libertadora Nacional” de Maria Cláudia Badan Ribeiro; “Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960” de Isabel Cristina Leite; “Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro” de Izabel Pimentel da Silva; “Da luta armada aos movimentos sociais: a trajetória do Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha” de Adriana Maria Ribeiro e Jean Rodrigues Sales. Um tema comum a todas as organizações que aderiram a essas experiências foi o questionamento sobre qual seria a relação do chamado “trabalho de massas” (ação nas entidades e espaços dos trabalhadores) com as ações armadas. Sobre tal debate, nem sempre as organizações tinham a mesma posição e era comum as divergências tornarem-se cisões.

Como o presente livro reforça, as organizações igualmente divergiam sobre a análise do atual estágio do capitalismo brasileiro, do papel das variadas ações armadas e do arco de alianças que deveria ser realizado para alcançar o objetivo do socialismo (assim como, se

haveria etapas até lá). Em diálogo com o presente título, parece que estas questões foram as que mais causaram acalorados debates internos.

No entanto, nem só de cisões viviam essas organizações. A unidade tática (momentânea) entre as diferentes forças de esquerda era comum, geralmente fruto da conjuntura imposta pela onda repressiva que fechava os canais democráticos e empurrava cada vez mais as organizações para a clandestinidade, limitando assim sua margem de ação. Era frequente, como percebido na análise dos artigos, militantes de certas organizações “migrarem” para outras siglas ou até mesmo grupos se fundirem (algumas vezes de modo efêmero), como a fusão da Vanguarda Popular Revolucionária/VPR com os Comandos de Libertação Nacional/COLINA, que originou a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmarenses (VAR-PALMARES).

A orientação da VAR-PALMARES em fortalecer as lutas nas cidades – entendidas como parte de um movimento mais amplo no contexto do qual se inseriria a futura guerrilha rural – assemelhou-se à leitura da ALN, que protagonizaria ações armadas de caráter urbano, mas compreendia que estas estariam subordinadas ao terreno rural, onde, segundo a ALN, as possibilidades de vitória seriam muito mais amplas. É importante ressaltar que, no conjunto das organizações da esquerda armada, percebe-se o quanto esse tema era presente: se a luta armada deveria operar no campo ou na cidade e qual seria a relação tática entre esses dois espaços. Comumente as organizações tentaram estabelecer suas bases no campo, mas poucas conseguiram ser bem sucedidas. A ALN como demonstra o trabalho do historiador Edson Teixeira da Silva, surgiu, como muitas outras organizações desse período, de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fora uma das organizações mais críticas do modelo tradicional de partido político leninista. Outro agrupamento que surgiu como uma dissidência do PCB foi o Movimento Revolucionário 8 de Março (MR8). O MR8 consolidou-se a partir da chamada Dissidência da Guanabara que, alimentada pelos militantes estudantis, atuou principalmente no antigo estado da Guanabara.

Chamam nossa atenção as pesquisas que contribuem com perspectivas mais heterogêneas sobre o universo da esquerda e da luta armada, ajudando a reconfigurar nosso olhar histórico. Tais análises podem ser promissoras no que diz respeito a aprofundar um campo de estudos que já possui uma trajetória de pesquisa. A análise sobre a participação das mulheres realizada pelo trabalho de Maria Claudia Badan Ribeiro em “As mulheres da Ação Libertadora Nacional” debate a presença feminina nas organizações daquele período, além de sublinhar as ações, as redes de solidariedade e a atuação das mulheres, que em movimentos recentes da historiografia do tema, vem ganhando maior destaque. Acompanhando uma tendência historiográfica que não divorcia a História Social da História Política, tenta

compreender a importância dessas agentes no interior do campo revolucionário, refazendo a partir de documentos textuais e orais a trajetória política das militantes da esquerda armada.

No estudo de Fábio André Gonçalves das Chagas e Sandra Regina Barbosa da Silva Souza, somos confrontados com a presença das organizações nos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia, deslocando o olhar histórico sobre a luta armada e as esquerdas nesse período para fora do sudeste do país, respectivamente com os trabalhos “A luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul” e “‘Nós também resistimos’: a luta armada em Salvador (1969-1971)”. Tendência que também reforça a importância de “descentralizar” o olhar dos estudos da História Social nos eixos comumente pesquisados e sair das eventuais zonas de conforto.

Pode-se afirmar que a leitura deste material pode contribuir de maneira substantiva no diálogo de pesquisa e aprofundamento do tema. Para aqueles que desejam compreender os caminhos e descaminhos da esquerda e dos setores de oposição à ditadura militar no Brasil, lê-lo pode ajudar a elucidar um capítulo fundamental da história brasileira e que de maneira alguma foi esgotado.